

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL



PETRÓPOLIS
1951

SUMÁRIO

Memória biográfica de José da Silva Lisboa, barão e visconde de Cairu – Hélio Viana, **5**

Andrés Lamas em Petrópolis – Alcindo Sodré, **13**

Cartas do visconde do Rio Branco, **35**

Diário do Exército, **203**

Noticiário, **269**

**MEMÓRIA BIOGRÁFICA DE JOSÉ DA SILVA
LISBOA, BARÃO E VISCONDE DE CAIRU**

Memória biográfica de José da Silva Lisboa, barão e visconde de Cairu

Guarda o Museu Imperial, entre os manuscritos sem data e anônimos, constantes do catálogo B dos documentos procedentes do arquivo da família imperial, sob nº 358, curiosa *Memória Biográfica* relativa ao grande brasileiro que foi José da Silva Lisboa, 1º barão e único visconde de Cairu.

Apresentando muita semelhança com a memória escrita por seu filho, o conselheiro Bento da Silva Lisboa, 2º barão de Cairu, por ele lida em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 24 de agosto de 1839, publicada no primeiro tomo, nº 3, de sua *Revista Trimensal* do mesmo ano, dela difere, entretanto, em alguns pontos essenciais, conforme do respectivo cotejo se verifica. Por esse motivo, interessando à biografia do insigne conselheiro da abertura dos portos, aqui a transcrevemos, tendo em vista contribuir para outros trabalhos a ele dedicados, e que sem dúvida ainda aparecerão, entre nós.

Quanto à autoria, parece-nos indubitável que também esta *Memória Biográfica* pertença ao filho do retratado, pois é decisivo o confronto de sua letra com o de outro documento por ele firmado, igualmente existente no Museu Imperial. E entre os pontos de contato desta biografia com a do Instituto Histórico, avulta, sintomaticamente, a deficiência de dados quanto à lista das obras de Cairu, lacuna que depois preencheu o eminente bibliógrafo Alfredo do Vale Cabral.

Hélio Viana

Memória biográfica

José da Silva Lisboa nasceu na cidade da Bahia em 16 de julho de 1756. Seu pai, Henrique da Silva Lisboa, natural desta corte, foi arquiteto naquela cidade: sua mãe Helena Nunes,

era natural da mesma cidade. Teve educação literária, ali estudando a gramática latina e a filosofia racional e moral.

Em 1772, foi mandado para a Universidade de Coimbra. Estudou em Lisboa a retórica na aula do eminente professor Pedro José da Fonseca. Em 1774, vindo para aquela universidade, entrou nos cursos jurídico e filosófico. Dedicando-se à lição da Sagrada Escritura, e ansioso de a ler nos originais grego e hebraico, aplicou-se ao estudo destas línguas, e com tal afinco que, em 1778, por oposição pública e concurso de candidatos, fazendo exame, sendo presidente o reitor e reformador da universidade, d. Francisco de Lemos, bispo de Coimbra, foi nomeado por carta acadêmica substituto das cadeiras daquelas línguas na mesma universidade. Em 1779 aí tomou os graus de bacharel formado em direito canônico e filosófico.

Em 1781, a rainha d. Maria I, em resolução de consulta da Real Mesa Censoria, fez-lhe a mercê da propriedade da cadeira de filosofia da cidade da Bahia, para onde veio criar também a cadeira de grego, que exerceu cinco anos com o título de substituto.

Depois de ter ensinado com geral aplauso a mocidade por vinte anos, dirigiu-se a Lisboa no ano de 1797. O príncipe regente d. João VI concedeu-lhe a jubilação da cadeira de filosofia, e fez-lhe a mercê de deputado e secretário da Mesa da Inspeção da Agricultura, e Comércio da cidade da Bahia. Desde então começou a trabalhar a sua obra dos *Princípios de Direito Mercantil*, que foi gradualmente dando à luz em oito tratados elementares. Esta obra adquiriu tanto crédito, que teve reimpressões em Lisboa e até uma em Londres, sendo citada a cada passo pelos advogados em causas de comércio.

Em 1808, quando o sr. d. João príncipe regente, tendo abandonado Portugal pela invasão dos franceses, passou pela província da Bahia, Silva Lisboa, sendo entusiasta dos princípios da liberdade de comércio tão preconizados pelo celebrado Adam Smith, valeu-se da amizade que tinha com d. Fernando José de Portugal, depois marquês de Aguiar, para lhe inculcar a necessidade de abrir os portos do Brasil a todas as nações amigas de Portugal e, apesar da oposição que se fez a tão salutar medida, tal foi a força dos seus argumentos, que aquele fidalgo cedeu às suas persuasões, e fez com que o príncipe regente publicasse a majestosa carta régia de 24 de janeiro de 1808, que liberalizou

aquele máximo benefício à nação, o qual tem cooperado para o aumento e grandeza do Brasil, sendo o único que o tem salvado das terríveis crises políticas por que tem passado.

O príncipe regente, sendo informado do seu bom serviço e préstimo, determinou que o acompanhasse para o Rio de Janeiro. Estabelecida a nova corte, o nomeou desembargador da Relação da Bahia, com o exercício de deputado na Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, e da diretoria da Tipografia Real. O seu distinto merecimento apareceu com o maior brilhantismo naquele tribunal nos importantes trabalhos de organizar um código do comércio, a que se deu com o maior afínco e zelo, mas que não pode concluir, em consequência do seu falecimento.

Continuou a ser promovido na sua carreira, sendo elevado a desembargador da Casa da Suplicação dos Agravos, título do Conselho, e inspetor geral dos estabelecimentos literários.

Em abril de 1821, retirando-se el-rei d. João VI para Portugal pela Revolução que rebentara em agosto de 1820 na cidade do Porto, deixou regente do Brasil ao herdeiro da Coroa o sr. d. Pedro de Alcântara. Sobrevindo porém crise do Estado pelas medidas impolíticas que as cortes constituintes de Portugal tomaram acerca do Brasil, principalmente a do regresso do príncipe regente para aquele reino; o veterano magistrado Silva Lisboa foi um dos mais extremos antagonistas daquelas medidas subversivas da paz e grandeza do Brasil e, por um jornal intitulado *Reclamações do Brasil*, contribuiu poderosamente para despertar o espírito patriótico dos brasileiros, para defenderem os direitos do príncipe regente, conforme os princípios de verdadeiro liberalismo, sempre em justo meio entre os extremos do poder despótico e furor popular. Nos seus escritos expôs as vantagens da monarquia constitucional, segundo os atuais modelos da Inglaterra, França e Holanda, que tinham por si a experiência dos séculos. Mas, pela candura do seu ânimo, seguindo o exemplo de Franklin na América do Norte, que fez esforços para conciliar e não desunir o estado pai e filho, declarou ao mesmo tempo que, enquanto lhe restasse um raio de *esperança* de que as cortes fizessem justiça aos brasileiros, segurando-lhe a devida e prometida igualdade de direitos, desejava fazer parte da grande família portuguesa. Isto

atraía-lhe ódios e opróbrios. Todavia, prevaleceu enfim a sua notória probidade, e quando o sr. d. Pedro, sendo aclamado imperador do Brasil, convocou uma Assembléia Constituinte no Rio de Janeiro, e a cidade da Bahia, pela expedição da Marinha e tropa que se lhe mandou, expulsou o general Madeira e seus soldados, foi nomeado pelo colégio eleitoral para um dos deputados ordinários para aquele corpo legislativo. Aqui ostentou força de caráter, e acrisolado patriotismo, como se manifesta das numerosas falas impressas no diário da mesma assembléia.

Sendo esta dissolvida em 12 de outubro de 1823 pelos terríveis sintomas de iminente explosão revolucionária da facção que havia tomado o ascendente nas deliberações, Silva Lisboa procurou com os seus escritos trazer os espíritos dos brasileiros à concórdia.

O imperador, conhecendo quanto lhe devia e os seus serviços relevantes, nomeou-o chanceler da Relação da Bahia, para onde não partiu por motivos que sobrevieram, e depois foi elevado a desembargador do paço, barão e visconde de Cairu, tendo a mercê de comendador das ordens de Cristo e do Cruzeiro.

Sendo eleito membro da Câmara dos Senadores, ali sustentou sempre com denodo e força de eloquência a monarquia constitucional, opondo-se poderosamente a que passassem algumas das reformas feitas à Constituição do Brasil, que teriam destruído todas as suas bases.

Se era infatigável no serviço público, ainda o era mais em procurar derramar sólida instrução entre os seus compatriotas. O seu crédito literário foi apreciado devidamente pelos sábios da Europa e da América do Norte, tendo sido nomeado sócio da Sociedade Filosófica de Filadélfia, da Agricultura de Munique, da Propagação das Artes Industriais, e do Instituto Histórico de França, e do Instituto Real da Propagação das Ciências Naturais de Nápoles.

Depois de um aturado padecimento de uma moléstia de três meses, faleceu no Rio de Janeiro aos 30 de agosto de 1835, deixando pobre a sua família composta de 5 filhos, dois varões e três senhoras; podendo-se-lhe bem dizer que ele *non sibi, sed patriae vixit*.

Lista das obras de José da Silva Lisboa

Princípios de Direito Mercantil.
Princípios de Economia Política.
Observações sobre o Comércio Franco.
Discurso sobre a franqueza do comércio de Buenos Aires, tradução do original espanhol, com observações do tradutor.
Franqueza da indústria no Brasil.
Prosperidade do Brasil pelos princípios liberais da nova legislação.
Extratos de Edmund Burke, tradução do original inglês com discursos do tradutor .
Memória da vida pública de lorde Wellington.
Memória dos benefícios políticos de El-Rei D. João VI.
Estudos do bom comércio e economia política.
Constituição moral.
Manual da política ortodoxa.
Escola brasileira.
Seleta dos pensamentos do padre Vieira.
Cartilha Cristã.
Roteiro brasílico.
Reclamações do Brasil.
Sabatina familiar.
Conciliador.

Além destas, deu à luz vários jornais e outros papéis avulsos, sustentando a monarquia constitucional e procurando congraçar as opiniões políticas do Brasil para o bem geral.

ANDRÉS LAMAS EM PETRÓPOLIS

Andrés Lamas em Petrópolis

Em 1850, Petrópolis começou a ter um rápido desenvolvimento, não apenas como estância de verão, mas na qualidade de pouso residencial. E, assim, passaria de povoação a cidade, sem jamais ter sido vila, na etapa legal da evolução política do país. O grande fator desse fenômeno foi o surto endêmico da febre amarela que, assaltando a corte em 1849, permaneceria na capital até aos albores deste século.

Em Petrópolis, não havia febre amarela, isto é, não era transmitida a moléstia, e esta auspiciosa observação empírica fez logo de Petrópolis a “montanha da saúde”. Acrescia, por sua vez, a circunstância de que mesmo aqueles que, viajando para o Rio, diária ou eventualmente, mas retornando à serra para dormir, permaneciam indenes. A razão seria óbvia quando, muito mais tarde, foi conhecido o transmissor da moléstia, inseto de ação noturna inexistente, e sem possibilidade de vida na altitude de Petrópolis.

Ajunte-se essa ocorrência às condições de clima e tranqüilidade oferecidas por Petrópolis, nas proximidades do Rio, e fácil será compreender-se como, seguindo o exemplo do imperador, a sociedade abastada refugiou-se em Petrópolis, sendo que o corpo diplomático estabeleceu-se em caráter permanente pois, como estrangeiros, mais expostos que os nativos ficavam ao mal.

Desde aquela época, eram assim apontadas as residências diplomáticas de Petrópolis.

Ainda hoje, entre outras, existe, na atual rua Tiradentes, antiga Dona Maria II, a velha casa da baronesa de São Joaquim, que foi moradia de William Christie, ministro de Sua Majestade britânica e causador da famosa questão histórica de 1863, ficando memória do apedrejamento sofrido pelo edifício como revide dos petropolitanos ao impertinente representante.

A maioria dos diplomatas deixaria, no entanto, uma bela tradição de vida social na cidade serrana. Entre eles, dom Andrés Lamas, ministro do Uruguai. Chegara ao Brasil em 1848, em cir-

cunstâncias deveras embaraçosas. Não lograra sequer ser recebido pelo governo imperial em face da atitude do general dom Tomás Guido, representante entre nós do ditador Rosas, de Buenos Aires, que ameaçava romper relações caso fossem aceitas as credenciais daquele enviado.



Andrés Lamas

Agravara-se a situação política no Rio da Prata que só terminaria com a nossa intervenção armada e conseqüente alijamento de Rosas do governo. O Uruguai estava então convulsionado. Oribe, partidário de Rosas, consegue fazer-se senhor de todo o território oriental e sitiava a cidade de Montevideu que, resistindo bravamente, apelava para o seu delegado no Brasil, dom Andrés Lamas. Sem o nosso auxílio, a capital uruguaia sucumbiria e, com ela, todo o país seria incorporado aos domínios de Rosas.

Com serena, porém firme prudência agia o nosso governo. Se não recebeu logo Lamas, oficialmente, deu-lhe indiretamente

a necessária assistência. Por meio de particulares, notadamente Irineu Evangelista de Souza, fazia chegar armas e munições à invicta Montevidéu.

Em todo esse episódio, se o interesse do Brasil seria assistir aos partidários de Lamas e enfrentar Rosas, como afinal o fez, com absoluto sucesso, muito cooperou, por sua vez, a compreensão e a grande habilidade do diplomata oriental. Vencida essa primeira e importante questão, Lamas, em seu posto junto a nós, ainda prestaria muitos outros serviços de valor à sua pátria e à causa de uma sincera e melhor aproximação com o Brasil.

Dom Andrés Lamas foi um grande patriota e um leal amigo do Brasil. Como estadista, teria repercussão continental, pois ainda viria a ter influência na Argentina, onde ficou sepultado, e sua descendência teria consórcio com os grandes nomes de Saavedra e Pueyrredon.

Chegado ao Rio, Lamas vai residir no Leblon e, mais tarde, no Outeiro da Glória. Mas logo no ano seguinte procura um pouso em Petrópolis, onde passar de novembro a abril.

A 22 de junho de 1852, adquire a Antônio José da Costa Dantas quatro prazos de terra no Quarteirão Palatinado Inferior, sendo um deles edificado.

Eram esses terrenos situados na antiga rua dos Mineiros, atual Silva Jardim, e o prédio, posteriormente reformado, é hoje a dependência do Colégio de Sion, denominado “casa das freiras”.

Durante dez anos conserva Lamas essa propriedade, transferida a 1 de agosto de 1863 a Joaquim Ribeiro de Avelar, barão de Ubá, cujos herdeiros a venderiam ao Colégio de Sion. Quando propriedade deste último titular, foi a casa cedida, primeiro à princesa Isabel, para ali passar a lua-de-mel, em 1864, e depois ao próprio imperador, em 1888, quando acometido de teimosa febrícula ali foi passar uns dias a conselho médico, seguindo após para Águas Claras no 5º distrito de Petrópolis e, afinal, para tratamento na Europa.

Guarda assim, esse prédio petropolitano, uma imperecível memória.

Em Petrópolis, dom Andrés Lamas veio estreitar as relações pessoais já existentes com dom Pedro II; formando-se grande amizade entre os dois.



Dom Andrés Lamas. Retrato a lápis feito por Boulanger. (Álbum do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

Havia entre eles afinidades de espírito e certa intimidade. Visitavam-se amiudadamente. Nos seus habituais passeios a pé, Pedro II dirigia-se à residência de Lamas, surpreendendo o diplomata coberto por grande chapéu de palha, sob o sol da manhã, mexendo a terra ao lado do jardineiro Antônio, português de longas barbas. E o imperador confundia-se com os dois, no apreço às flores e aos assuntos correlatos.

Existia em Petrópolis o conceituado Colégio Kopke, onde foram colocados dois filhos do ministro. Como seu professor par-



O ministro Lamas, e uma de suas filhas, no jardim da residência em Petrópolis. (Fotografia gentilmente cedida pela neta do diplomata, dona Sílvia Saavedra Lamas de Pueyrredon).

ticular de francês tinha o padre Germain, vigário local, que por sua vez ensinou por algum tempo à princesa Isabel.

Todos os anos, dom Andrés realizava festas escolares, com a presença do imperador e convidava a sociedade e o corpo diplomático. Fazia-se recitativos em vários idiomas, um número de teatro e por fim um lanche.

Andrés Lamas tinha acrescido a propriedade com obras novas, e pela sua situação em terreno elevado, durante muito tempo, no panorama da cidade, vista do morro do Cruzeiro, ao lado do Palácio Imperial, avultava, ao fundo da perspectiva, a residência do ministro do Uruguai.

Por seu lado, dom Andrés Lamas era freqüentador do paço.

E, certa vez, deu-se um pitoresco episódio. Voltava o ministro de um período de férias no Rio da Prata e vai visitar dom Pedro II no Paço de Petrópolis. E chegam a este diálogo:

– Que dizem no Rio da Prata sobre meu governo, dom Andrés?

– Louvam a ventura do Brasil ser governado por um monarca esclarecido e patriota como é Vossa Majestade.

– Ora, dom Andrés, somos já velhos amigos, e deve compreender que eu não desejo saber se me elogiam. Importa-me conhecer as críticas que me fazem.

– Bem, Majestade, já que assim exige, devo dizer-lhe ter ouvido apenas uma crítica. Lamentam ter o Brasil um chefe de Estado do seu valor e ainda não ter sido debelada a febre amarela neste país.

– Ora, ora, dom Andrés, retruca-lhe o imperador. E prossegue: Nem todos podem ter a honra de morrer degolados, como no Rio da Prata ¹.

Pedro S. Lamas, outro filho de dom Andrés, nos deixaria, em livro, testemunho de fatos e coisas daquela época ². Falando de suas recordações de infância, diz que dom Pedro se apresentava, de surpresa, quase todas as semanas no Colégio Kopke. Sentava-se ao lado do professor e tomava a lição aos alunos, nas classes de filosofia, de história, de retórica, matemática, geografia e latim, mostrando-se muito versado nessas matérias.

Outras vezes, era o imperador encontrado pelas ruas de Petrópolis, sendo visto de longe o seu avantajado vulto, a pé, pelo meio da via pública, sendo o trânsito de veículos muito reduzido.

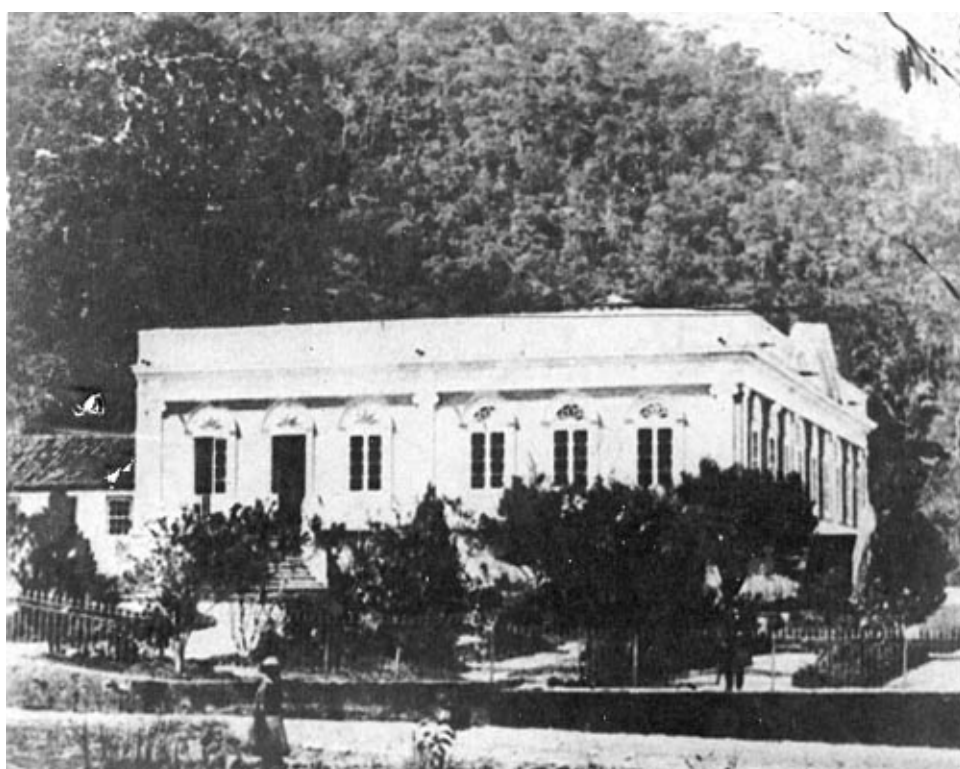
Quando uma carruagem surgia, esta afastava-se ou se detinha até que Sua Majestade passasse. Atrás dele, a poucos metros, iam o veador e o camarista.

1. Narrativa feita ao autor pela distinta dama argentina, neta de dom Andrés, d. Silvia Saavedra Lamas de Pueyrredon.

2. “Etapas de una gran política – el sitio – la alianza – Caseros – el Paraguay” – por Pedro S. Lamas – Sceaux – Imprenta Charaire, 1908.

Na memória de menino e moço (cerca de quinze anos foi a permanência da família Lamas entre nós), ficariam alguns hábitos e ocorrências da Corte, depois reproduzidos no livro do referido autor uruguaio, com o sabor de coisas vistas por olhos estranhos aos nossos.

Uma festa que raramente perdíamos no Rio, adianta ele, era a abertura das Câmaras, realizada no Senado, antiga residência do conde dos Arcos, no campo de Santana. Era a única



Residência de Andrés Lamas em Petrópolis.

vez no ano que aparecia pelas ruas a solene carruagem, toda ouro e cristal, onde aparecia dom Pedro envolto no manto imperial, penas de tucano, calção curto, empunhando o cetro e revestido de coroa reluzente de pedrarias.

Narra mais o autor, o que colhera sobre os hábitos do imperador. Dom Pedro II, diz ele, era o mais acessível dos chefes de Estado. Dava audiências a todo o mundo, até os mais humildes chegavam junto a ele, recebendo-os com doçura e benevolên-

cia. Ouvia aos que iam tratar de assuntos administrativos, sem emitir, todavia, opinião, limitando-se, em geral, a dizer: *fale com o ministro*, por escrúpulo de ferir as prerrogativas constitucionais de seus secretários de Estado, ou resolvia os que eram de sua alçada.

Quando desejava estudar um problema, delicado por natureza ou não bem elucidado pelas explicações do ministro, usava uma frase habitual: *deixe ficar*, o que queria dizer, fica adiado o despacho até que eu forme juízo definitivo. O ministro se inclinava e os papéis permaneciam na mesa imperial. No despacho seguinte o imperador tocava ou não no assunto; na primeira hipótese pronunciava-se a favor ou contra, casos em que assinava a solução proposta ou sugeria um decreto diferente, com o qual o ministro, por sua vez, se conformava ou não. Nesta última contingência, ou o imperador cedia ou o ministro se retirava podendo ainda arrastar com ele a solidariedade do gabinete.

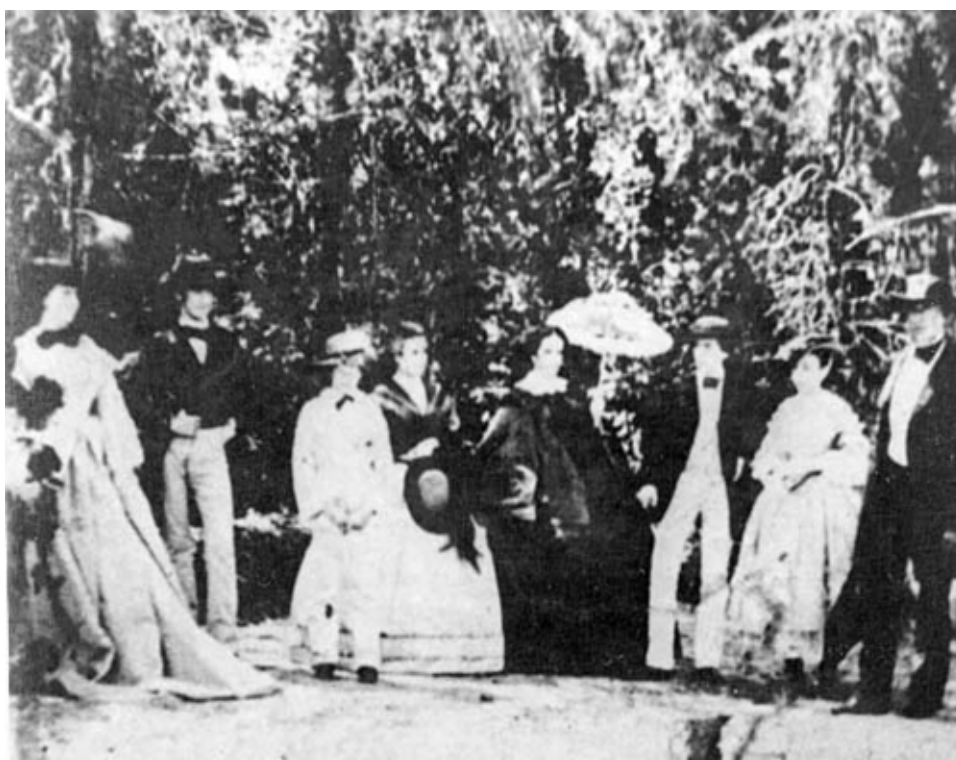
Outras vezes o imperador deixava dormir mais tempo os processos. Caso fosse uma questão importante, de ordem política ou administrativa e se encontrassem à frente do gabinete homens do porte de Cotegipe, Ouro Preto ou Rio Branco, ocorria insistirem na resolução proposta sob pena de se demitirem.

O narrador oriental conta-nos ainda uma audiência dada pelo chefe de Estado às representações diplomáticas do Uruguai e da Argentina no Paço de São Cristóvão, verificando-se um incidente. Os dois diplomatas haviam solicitado dia e hora para apresentação de credenciais e o imperador marcara-lhes a mesma hora. As respectivas carruagens com o pessoal de uma e outra embaixada chegaram ao mesmo tempo à porta do palácio. Corpo de Exército e clarins fizeram as devidas continências, naturalmente, a ambas. Ao pé da escada, o mestre-de-cerimônias, o camarista de serviço e outros funcionários civis e militares conduziram-nas juntas à sala de embaixadores, ao lado da sala do trono.

Naquela peça, espaçosa, ricamente mobiliada, em cujo centro brilhava uma mesa de bronze e porcelana de Sèvres, presente de Napoleão III, o corpo diplomático era recebido pelo imperador todas as quintas-feiras. (Quem continua narrando os fatos é o filho de Andrés Lamas, então secretário da Legação de seu país). Era de praxe que os ministros, em uniforme, à frente, com seus secretários e adidos um pouco para trás, aguardassem o soberano, de pé, e em ordem de antigüidade. O imperador entrava na sala

acompanhado de alguns dignitários e fazia uma saudação geral, vestido de general ou almirante.

As senhoras dos ministros acompanhavam de vez em quando seus maridos, permanecendo sentadas até que entrasse Sua Majestade e, com uma saudação de cabeça e aceno de mão, as convidasse



Grupo da família Lamas no jardim da residêndia em Petrópolis.
(Fotografia da coleção de dona Sílvia Saavedra Lamas de Pueyrredon).

novamente a sentar. As legações formavam pois, grupos diferentes aos quais, por ordem, se ia o monarca acercando. Era sabido, segundo o protocolo, que ninguém dirigia primeiro a palavra ao soberano. Dele devia partir a iniciativa do assunto. Dom Pedro era um perfeito poliglota, falando a cada ministro em seu próprio idioma.

Voltando à recepção das duas legações, a que se estava referindo o cronista, diz ele que o imperador se achava de pé, sobre o estrado do trono, rodeado de ministros, conselheiros de Estado, presidentes das câmaras, das cortes de Justiça, generais, almi-

rantes e outros altos personagens. Chegada a hora, o introdutor diplomático descerra a cortina que separa a sala do trono daquela onde nos achávamos e, adiantando-se a Andrés Lamas: “A legação da República Oriental do Uruguai”, disse, inclinando-se. O dr. Torrent, ministro argentino, que aguardava com seu secretário, sem dar tempo a que o ministro oriental se movesse, interpela o introdutor diplomático: “Poderá V. S. dizer-me porque é dada preferência à legação do Uruguai?” – “Pedirei novas instruções”, respondeu. Um minuto depois chega o ministro das Relações Exteriores e aproximando-se do sr. Torrent: “Perdoe-me, sr. ministro. Dá-se o caso que, tratando-se de uma audiência simultânea, de dois ministros de igual posto, Sua Majestade levou em conta que o dr. Lamas é, além de ministro, grã-cruz da Ordem de Cristo do Brasil, ordem que lhe foi conferida – e isto eu me permito dizer ao sr. ministro argentino, porque o feito se relaciona com um sucesso auspicioso para seu país, – pois lhe foi conferida, repito, por motivo do triunfo de Caseros.” O dr. Torrent inclinou-se e Lamas e o filho, silenciosos que permaneceram, deram entrada na sala do trono, solene e resplandecente.

E para terminarmos com as narrativas de Pedro S. Lamas, vamos reproduzir os conceitos emitidos a respeito de dom Pedro II: O Império, no Brasil, escreveu ele, não foi jamais o despotismo. Sua Constituição soube conciliar a ordem com a liberdade, objetivo que, por certo, nem sempre alcançaram nossas Repúblicas. Fora de suas fronteiras logrou extirpar com sua cooperação consciente e decidida, duas sangrentas e nefastas tiranias. Esta foi obra pessoal, em boa parte, de dom Pedro II, pela influência que nessas duas ocasiões, maior talvez que em quaisquer outras de seu reinado, exerceu nos conselhos e resoluções do governo de seu país, desde que, não se deve esquecer, se tratava de uma instituição monárquica, porém representativa e constitucional.

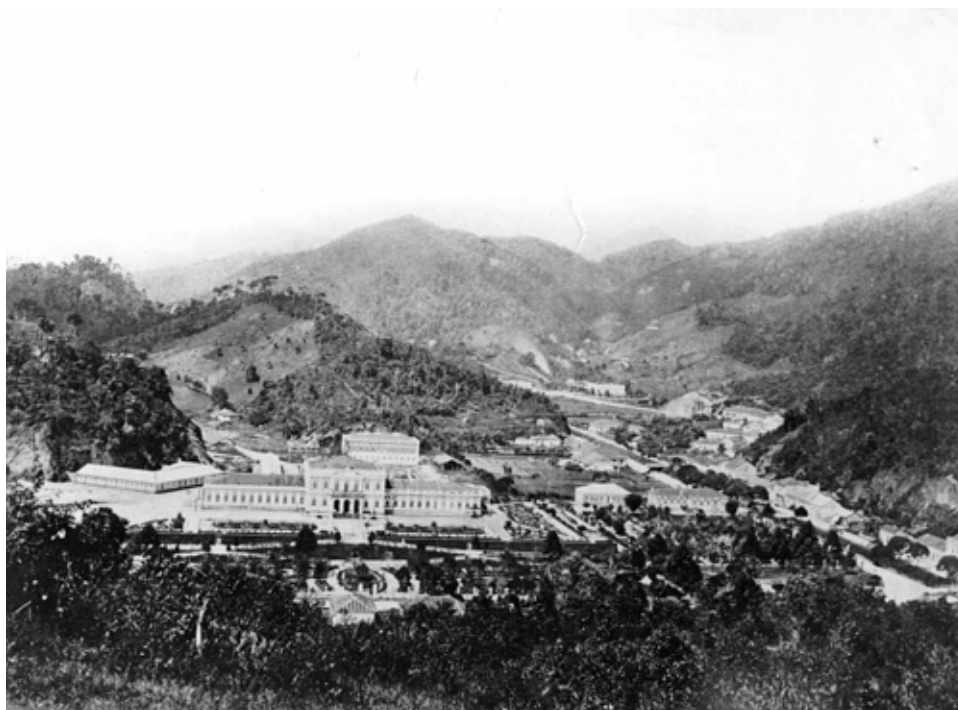
Agora, como definição do papel desempenhado no Brasil por dom Andrés Lamas, vamos reproduzir dois documentos existentes no arquivo do Museu Imperial. O primeiro é uma carta reservada, dirigida pelo representante do Uruguai ao nosso ministro do Exterior, visconde do Rio Branco, e o segundo, uma carta deste ao ministro uruguaio. O primeiro ³, transcrito a seguir, foi por nós traduzido para o português:

3. Doc. 5920 – M. CXIX.

“Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1853.

Senhor ministro – O escassíssimo tempo que pude consagrar à minha última correspondência não me permitiu instruir v. ex.^a sobre as conversações que tive com sir Charles Hotham.

Sir Charles teve a bondade de procurar-me logo que chegou a esta corte e logo me manifestou que se ocupava de algumas idéias do maior interesse para o meu país sobre as quais queria ouvir minha opinião pessoal.



Fotografia tirada do morro do Cruzeiro, em Petrópolis, vendo-se a fachada do Palácio Imperial e à direita, no fundo, a residência de Andrés Lamas.

Contestei-lhe agradecendo a deferência que tinha comigo. Disse-me então:

“Que em meu país se pensava em tomar precauções contra as pretensões que eram atribuídas ao Brasil; e que tinha motivos para suspeitar que muitos homens notáveis de Montevideú não repetiam a idéia de solicitar um protetorado europeu. Que a Inglaterra e a França não podiam deixar de associar-se a essas precauções, e que ele acreditava que os governos desses dois países tomariam alguma

medida para melhor garantir a independência Oriental e limitar a influência brasileira.

Que acreditava com maior razão que se tomaria uma medida formal nesse sentido porquanto ele tinha instruções que o autorizavam, em certas hipóteses, a protestar contra qualquer ato do governo brasileiro que comprometesse a independência Oriental.

Que a Inglaterra e a França desejariam todavia, que essa medida fosse evitada por um acordo com o governo brasileiro.

E, finalmente, que estas confidências tinham por objetivo saber se, em minha opinião, o Brasil estaria disposto a admitir a associação da Inglaterra e da França nos negócios orientais.”

Agradei a sir Charles o favor que me fazia e o interesse que manifestava pela independência de meu país.

Declarei-lhe que não tinha mais meios para julgar as intenções do governo brasileiro senão os que me eram ministrados por seus próprios atos: que me permitiria rogar ao meu distinto interlocutor que se dignasse fazer um juízo sobre os mesmos.

Depois de indicar a dificuldade que tinha o ajuste de limite sobre os quais existiam exageradas pretensões na província do Rio Grande – província difícil de manejar para o governo geral, recordei como atos que mais diretamente se relacionam com a independência do país – os auxílios pecuniários e a combinada proteção a seu governo legal e a paz pública, nos casos expressos pelo tratado de aliança. Estes atos tendem, ou não, a conservar e fortalecer a independência Oriental?

Sobre isso não há dúvida, interrompeu-me sir Charles, porém, e depois?

Depois? Crê v. ex.^a perguntei-lhe, que o Brasil cuide de que o Estado Oriental tenha fazenda, paz, governo regular, se reorganize e se fortaleça para depois conquistá-lo?

Mas, os brasileiros se metem ali em demasiadas coisas, replicou-lhe sir Charles.

Convém estudar, disse-lhe, se essa intervenção a que alude v. ex.^a não é uma consequência natural, inevitável, dos atos que v. ex.^a reconhece favoráveis à independência Oriental. Não é permitido nem em boa política nem em boa lógica abstrair o efeito da causa.

O mal, quanto a mim, está em haver chegado a necessitar-se o apoio do Brasil para conservar a paz pública e o governo legal – o mal está em necessitar-se empréstimos de dinheiro, e o único remédio que alcança mi-

nha limitada inteligência, é aproveitar tais socorros de maneira que possamos prescindir deles o mais depressa possível.

Se houvesse algum remédio que não dependesse dos auxílios estrangeiros eu o adotaria porque que dói qualquer espécie de intervenção estranha em nossos negócios. Vê v. ex.^a, por acaso, um meio para que renunciássemos neste momento aos socorros do Brasil?

Como a conversação se prolongava sem que eu pudesse bem alcançar o que tinha de prático nas idéias de que parecia dominado sir Charles, ajuntei:

Concebo que a Inglaterra e a França não vejam com bons olhos a posição do Brasil no Rio da Prata, e permita v. ex.^a dizê-lo – receio que haja questão de amor próprio onde só devia existir questão de interesses perfeita e pacificamente conciliáveis; e se fazem questão de amor próprio temo que com ela acabem de despedaçar o meu despedaçado país. A posição do Brasil fere o amor próprio das potências européias?

Essa posição foi tomada fazendo o que essas potências não quiseram fazer.

Essa posição é mantida porque ela faz o que essas potências não fazem.

Crê v. ex.^a, sir Charles, que é necessário dar atualmente força moral ao governo legal para manter a ordem pública e para criar hábitos legais? Sim senhor, respondeu-me.

Não crê v. ex.^a que talvez chegue o caso de ter que apoiar materialmente a esse governo para que domine os elementos sediciosos que existem no país como consequência de suas prolongadas revoluções? Sim senhor, respondeu-me.

Não crê v. ex.^a que é urgentíssimo acudir a esse governo com socorros pecuniários? Respondeu-me – *não só é urgentíssimo, como vitalíssimo: se não vierem depressa esses socorros, muito depressa, tudo pode perder-se ali, e tal é minha convicção, que ofereci auxiliar a V. na negociação que aqui deve realizar*. Pois então, sir Charles, vamos ao prático. Desejo como ninguém cercar de garantias a independência de minha pátria: desejo conciliar o interesse de todos e até o amor próprio de todos de modo que minha pátria não torne a ser o assunto em que se debatam os interesses e o amor próprio dos estranhos.

E, por felicidade, vejo eu um meio de dar início a essa conciliação, de desfazer todas as apreensões que v. ex.^a me manifestou.

V. ex.^a reconhece que não só são urgentíssimos como vitalíssimos os socorros pecuniários.

Estou, como v. ex.^a sabe, encarregado de negociá-los, e como precisamos para isso de auxílio estranho, estou, como v. ex.^a, sabe, encarregado de solicitar o do Brasil.

Tomarei sob minha responsabilidade pedir a v. ex.^a e a seu colega o sr. ministro de França que unam a garantia dos governos de Inglaterra e da França, à que vou pedir ao Brasil. Persuado-me que o Brasil se prestará a isso... sir Charles não me deixou – não, não, disse-me, o governo inglês não se meterá em questões de dinheiro com os estados do Rio da Prata, não, não, isso nunca! É coisa definitivamente decidida.

Pois se v. ex.^a reconhece que isso é vital... Sim, senhor Lamas, mas em matéria de dinheiro não entramos nem mesmo por meio de simples garantias diplomáticas. É coisa definitivamente decidida.

Então, sir Charles, os senhores nos empurram para o Brasil e depois queixam-se da posição que o Brasil toma!

Todo auxílio de dinheiro liga-se necessariamente à solução financeira *do país*, assim como toda a ajuda para que o governo se mantenha, liga-se à política interior do país. Associando-se a Inglaterra e a França ao Brasil nos dois atos, participariam da posição que necessariamente esses atos lhe dão.

Deixando o Brasil sozinho nesses atos, o deixam isolado na posição que é sua conseqüência.

O único meio de corrigir todo excesso da influência brasileira, era associar-se ao Brasil para reorganizar o Estado Oriental. E a Inglaterra e a França não o quiseram antes e ainda não o querem agora.

Parece-me, com licença de v. ex.^a, que a conduta da Inglaterra e da França não só é ilógica como injusta, é também incompreensível. Desde que deixam o Brasil sozinho na ajuda que necessitamos, não vejo o recurso conciliável com a paz do Estado Oriental (e a paz é agora a independência Oriental) de que lançarão mão as potências européias para combater a influência legítima que forçosamente adquirirá o Brasil, devido aos seus auxílios.

Recorrerão a intrigas, a levantar prevenções, a explorar ódios, a reviver e semear desconfianças?

Por Deus, meu senhor, essa medida nos leva a novas revoluções, a novas perturbações.

Por Deus, meu senhor, essa medida perpetuará o caos em que se encontra o Rio da Prata.

Não, disse-me sir Charles, essa medida não. Então qual? Eu não a alcanço.

Nós outros, ajuntou sir Charles, deixamos ao Brasil os auxílios que necessita o Estado Oriental porque isso lhe

toca mais de perto; mas não podemos consentir, não consentiremos que ele pese demasiado sobre o Estado Oriental, que ponha em perigo sua independência.

Bem, senhor, respondi – mas que meio parece a v. ex.^a mais adequado?

Algum que nos permita velar de perto pela conservação da independência do Estado Oriental.



Caramanchão na residência do ministro Lamas, vendo-se à esquerda o diplomata e à direita uma de suas filhas. (Fotografia cedida por gentileza de dona Sílvia Saavedra Lamas de Pueyrredon, distinta de dom Andrés).

Qual?

Sir Charles não precisava esse meio – sequer o indicava...

Então, no meu sinceríssimo desejo de evitar complicações sem causa legítima, e funestíssimas para nós outros disse-lhe:

Apesar de que esta conversação me tenha tomado de surpresa, estou tão convencido das boas e leais intenções do Brasil que me permito rogar a v. ex.^a ponha de lado

toda prevenção e induza a seu governo a que se entenda franca e cordialmente com o governo imperial.

Essa inteligência é fácil se a Inglaterra e a França nada mais querem que a conservação da independência Oriental.

Deve celebrar-se logo que exista uma autoridade nacional na Confederação Argentina, o tratado definitivo de paz com o Brasil.

Esse tratado garantirá de novo a independência Oriental.

Não me pareceria difícil que a Inglaterra e a França obtivessem ser fiadores do tratado definitivo, com o que adquiririam título legal para oporem-se à absorção do Estado Oriental por qualquer de seus vizinhos. Esta é uma idéia minha, idéia nascida neste momento. Medite-a v. ex.^a e, sobretudo, não se deixe dominar por idéias tradicionais.

A base tradicional da política brasileira tem mudado, e não pode negar-se essa mudança sem negar os auxílios que nos dá para reorganizar nossa nacionalidade.

Essa mudança deve ser tomada em conta; e tomando-a em conta é que eu disse que o entendimento com o Brasil é fácil se a Inglaterra e a França não querem mais que a conservação da independência Oriental.

Roguei também a sir Charles que observasse que a influência européia teria para o futuro bases naturais e sólidas: essa influência há de resultar de sua superioridade comercial, da exuberância de sua população destinada a povoar nossos espaços. Que observasse como essa influência – a única legítima e sólida que a Europa podia pretender – era retardada debaixo de todos seus aspectos, de todas suas relações, de todos seus elementos, pelas guerras e agitações revolucionárias que devastam a América espanhola.

Insisti nessas observações porque, a meu ver, delas resulta que convém à Europa renunciar às influências efêmeras que podem estabelecer-se sobre nosso presente, em todos os casos em que para criar ou sustentar essas influências, seja necessário perturbar ou comprometer a pacificação desses países, quaisquer que sejam os meios e as influências sob que a pacificação se realize.

A pacificação, que é nosso *desideratum vital*, é o verdadeiro *desideratum* dos interesses europeus na América.

Por conclusão, sir Charles ofereceu-me que se abriria francamente com o ex.^{mo} senhor Paulino, então ministro dos Negócios Estrangeiros.

Preveni a tempo ao sr. Paulino, mas a conferência que teve lugar entre ele e sir Charles não pôde adquirir a importância que era de desejar e não se repetiu porque

estávamos nos momentos da mudança que sofreu o gabinete do Brasil.

Entretanto, sir Charles pareceu-me favoravelmente impressionado pela franqueza do sr. Paulino e disposto a aconselhar que se tentasse um acordo franco e leal com o Brasil.

Nestas disposições e muito satisfeito com o empréstimo que nos fazia o Brasil, encontrei-o no 13 do corrente, véspera de seu regresso à Europa e último dia que tive a honra de vê-lo.



Fotografia tirada do alto da rua Silva Jardim em Petrópolis, antiga rua dos Mineiros, vendo-se à esquerda a residência do ministro Andrés Lamas e à direita, em reta, a atual avenida 15 de Novembro. Época provável. 1860 (Museu Imperial).

Como parece-me que toda interferência das potências européas em nossos negócios pode ser funestíssima se não se modificam as idéias que até agora dominam na diplomacia dessas potências em face de nossos países, acreditei que, embora minhas conversações com sir Charles Hotham fossem de homem para homem e em caráter privado, devia dar conta das mesmas a v. ex.^a.

Tenho a honra de reiterar a v. ex.^a os protestos de meu respeito.

Andrés Lamas.”

Reproduzindo esse ofício de Lamas, desejamos ressaltar não uma prova a mais sobre a atitude do Brasil para com o Uruguai, mas o valor do documento como evidência da alta classe de diplomata do grande homem público oriental. Lamas se apresenta aí com nobreza, lealdade e altivez dignas do justo renome de sua memória em terras americanas.

Felizes tempos aqueles em que os representantes diplomáticos não escondiam o seu pensamento, nem tinham reticências ou duplo sentido em suas palavras. Pelo contrário, galharda e francamente, do próprio punho e extensamente, revelavam e defendiam os seus pontos de vista.

E agora a carta de Rio Branco a Lamas:

“Rio – 27 de outubro 1856.

II.^{mo} ex.^{mo} sr. d. Andrés Lamas.

Tive a honra de receber as duas cartas particulares que v. ex.^a julgou conveniente dirigir-me em 21 e 22 do corrente.

Na 1^a v. ex.^a se refere a algumas palavras que me ouviu na entrevista que tivemos nesta nossa casa, quando se dignou apresentar-me o sr. secretário da Legação Oriental, palavras proferidas em conversação particular, com a liberdade que v. ex.^a permitiu-me.

Na 2^a v. ex.^a se refere a uma conversação igualmente confidencial que tivemos no baile do Clube Fluminense, na noite de 20 do corrente.

Peço desculpa a v. ex.^a por ter demorado esta resposta. A correspondência para Mato Grosso e para o norte, além de outros trabalhos urgentes, me não deixaram tempo para cumprir aquele dever.

V. ex.^a admira-se de que a sua nota de 14 do corrente me causasse uma desagradável impressão, e dignou-se escrever-me particularmente para desvanecer essa impressão, e melhor encaminhar a negociação de que se acha encarregado nesta corte.

O que eu disse a v. ex.^a na nossa primeira entrevista foi que surpreendeu-me o tom, os termos e o alcance da sua citada nota.

Que dela podia inferir-se que o Brasil e os brasileiros são hoje a maior calamidade que pesa sobre a República.

Que era um quadro muito carregado, exageradamente odioso, e que eu havia pedido alguns dados ao Ministério

4. Doc. 6164 – M. CXXIII.

da Fazenda, e à presidência do Rio Grande do Sul, para pintar cor-de-rosa o que no quadro de v. ex.^a era negro, *negríssimo*, acrescentou v. ex.^a, sorrindo-se. v. ex.^a contesta que assim seja, e eu creio em suas boas intenções. Mas nenhum espírito desprevenido e calmo deixará de notar o que eu notei nas declarações e argumentos com que v. ex.^a apresenta a pretensão que tem o governo da República, de modificar o tratado de comércio.

V. ex.^a acusa o governo imperial de ter abertamente violado o artigo 4º desse tratado.

Acusa-o ainda de ter nulificado os efeitos do que ali foi estipulado em benefício da República, por excessivas medidas fiscais estabelecidas na fronteira do Jaguarão e lagoa Mirim.

Considera a existência de algumas propriedades brasileiras sobre o território Oriental limítrofe como danosa à indústria do charque no Estado Oriental, e como uma ameaça à independência da República. Declara, finalmente, que o tratado está, portanto, roto, e que, se o governo oriental o não denuncia como tal, e o não cancela desde já, é porque deseja e espera que cessem os seus efeitos, mediante modificações que há de propor.

Não são estas as proposições contidas na nota de v. ex.^a? Creio que um exame mais refletido do que v. ex.^a escreveu-me oficialmente me confirmará nesta primeira apreciação, que só comuniquei a v. ex.^a pela franqueza permitida em uma conversação de caráter da que tivemos.

Ora, sendo assim, não devia surpreender-me ouvir tais manifestações da parte do governo da República no momento em que as suas relações com o governo imperial se acham no pé da mais perfeita inteligência e amizade?

Poderia eu supor que a posição dos brasileiros no Estado Oriental, e os efeitos do tratado de comércio têm causado e estão causando tão graves males à República, que a estes de preferência deve ela aplicar toda a sua atenção?

V. ex.^a avivou estas minhas impressões, quando em nossa ligeira conversação do clube me disse que estão resolvidos a ser amigos leais, ou inimigos francos. Creio ter ouvido estas palavras a V. ex.^a.

Logo, trata-se de um caso gravíssimo.

No entretanto, permita-me o sr. Lamas que lho diga com franqueza, procuro e não acho a origem e as circunstâncias de tão séria conjuntura.

No entretanto, eu julgava que nunca as relações do governo imperial com o da República foram mais tranquilas nem mais amigáveis.

Seja, porém, assim ou não, trazia ou não ilusão neste meu juízo, pode v. ex.^a estar certo de que a respeito do governo imperial será moderada e amigável.

Não posso aceitar a proposta que v. ex.^a me oferece de retirar a sua nota a que me refiro, para entrarmos desde já em negociação, prevenindo-me ao mesmo tempo que os conceitos e declarações dessa nota serão reproduzidas e confirmadas, se o governo imperial não aceder às pretensões do governo da República.

Eu estimaria que a nota de v. ex.^a fosse concebida em outros termos, e não tivesse a declaração gravíssima que contém. Anuiria a que v. ex.^a retirasse-a para substituí-la por outra que nos poupasse demonstrações que são injustas e julgo inconvenientes. Mas não posso convir em que v. ex.^a elimine a sua nota sob a condição de que concederemos o que pretende a República, ou com a declaração prévia de que voltará ao mesmo terreno e atitude se a negociação para que me convida não for bem sucedida.

Devo retificar dois equívocos que leio na segunda carta de v. ex.^a.

Nunca o governo imperial lançou em rosto do governo da República os serviços que lhe tem prestado, e menos o poderia fazer do modo porque lho exprobra o sr. Lamas. A nobreza desses atos, e a cortesia que o governo imperial guarda em suas relações para com todos os governos excluíam uma semelhante ostentação.

Eu não disse a v. ex.^a que o governo imperial se quer *emancipar* dos partidos da República. Não o podia dizer, porque nunca o governo imperial esteve sujeito a nenhum deles, nunca julgou conveniente aos interesses vitais e permanentes dos dois países ligar-se a nenhum desses partidos. A sua política foi e será sempre de nação a nação.

Tendo ouvido a v. ex.^a as palavras que acima reproduzi, e que v. ex.^a proferiu com muita animação – estamos resolvidos a ser amigos leais ou inimigos francos –, eu disse-lhe que o governo imperial estava por sua parte firmemente resolvido a não deixar que dele se servissem os partidos da República como de arma ou bandeira.

Rogo a v. ex.^a que não dê a esta comunicação senão o caráter que ela tem – de uma comunicação amigável e inteiramente particular; e peço-lhe desde já desculpa de não prosseguir nesta correspondência, ainda que v. ex.^a queira responder-me, e qualquer que seja a sua res-

posta. Falta-me o tempo necessário para ter a honra de conversar por este meio com v. ex.^a, a quem reitero os protestos de perfeita estima e distinta consideração com que sou

De v. ex.^a

Muito afetuoso e atencioso servidor

J. M. S. Paranhos

Rio de Janeiro 27 de outubro 1856.”

Seja lembrado, de passagem, um fato de todos conhecido: esse tratado de comércio, então referido, foi modificado pelo Brasil, conforme reclamava Lamas. Mas à margem desse documento, deve se ver sobretudo, como ainda mais se enfraquecem as razões dos poucos opositores de Lamas em seu país, quando o apontavam como *brasileirista*.

Dom Andrés Lamas foi sem dúvida um grande, sincero e leal amigo do Brasil, sem nunca deixar de ser, todavia, um verdadeiro, digno e impertérrito servidor dos altos interesses de sua pátria. A carta que acabamos de reproduzir é um dos muitos testemunhos da sua conduta, e prova da franqueza e lisura do procedimento da diplomacia imperial.

Alcindo Sodré

CARTAS DO VISCONDE DO RIO BRANCO

Cartas do visconde do Rio Branco

Divulgando, a seguir, duzentas e vinte e quatro (224) cartas do visconde do Rio Branco, existentes no arquivo do Museu Imperial.

Buenos Aires, 9 de janeiro de 1871.

II.^{mo} e ex.^{mo} sr. visconde de S. Vicente

Tencionava eu responder hoje tranqüilamente à carta que v. ex.^a escreveu-me de seu próprio punho a 10 do mês último, quando a de 26, recebida ontem à tarde, e a que respondo nesta ocasião separadamente, veio perturbar-me o espírito.

Nessa carta de 10 de dezembro dizia-me v. ex.^a gracejando, que lhe tinha ocorrido a idéia de pôr-me nesse ministério que exerce e de vir fazer aqui as minhas vezes. Eu aceito a lembrança, mas sem a condição de troca, e só teria de lamentar a *no cingleria* de política tradicional que v. ex.^a havia de sofrer aqui e no Brasil, graças à falta de patriotismo dos nossos e à má fé ou invencível desconfiança dos vizinhos.

Sr. visconde, meu caro amigo e sr., eu estou verdadeiramente fatigado de um trabalho contínuo e aturado de anos, e tenho motivos particulares para não poder aceitar ministério presentemente. Se não vale o serviço que aqui lhes presto, e o que no Senado lhes poderei prestar, valham aqueles outros motivos, que são poderosos.

Apesar da lentidão devida aos meus colegas da negociação, esta estará concluída inteiramente até fins de abril, se não antes. No Senado talvez lhes seja eu de alguma utilidade, e aí farei o meu possível. Não exija mais, porque exigirá o impossível.

A negociação tem sido levada por mim às suas últimas consequências aqui, e tenho fé em que Deus me dará a vitória ou que pelo menos nos deixará em posição honrosa e fácil.

O sr. Rivarola insta comigo para que vá quanto antes a Assunção, tenho lhe prometido que irei sem falta, já tenho aí casa e mobília, com não pequena despesa, e v. ex.^a queria que eu abalasse daqui como um fugido, ou como se houvesse ocorrido no Império um caso de salvação pública, em que minha pobre figura fosse precisa?! Por quem é, não fique mal comigo por esta franqueza, e creia que falo como amigo de v. ex.^a e como bom brasileiro.

V. ex.^a tem uma missão de honra e de glória, que não pode caber a outrem no partido conservador. Se alguns colegas de v. ex.^a, o que não posso crer, julgam que é lícito aceitar posições como essas, para renunciá-las no dia seguinte, fazem um grande dano à causa pública, ao seu partido e a si próprios.

Dado que tal aconteça, reorganize v. ex.^a o seu ministério com homens novos e de talento, que os têm na Câmara e mesmo no Senado, e faça como o Zacarias, que é inferior a v. ex.^a no gabinete e mesmo na tribuna.

Para o Senado, basta v. ex.^a e mais um colega, além do auxílio dos amigos o que há de encontrar, se os quiser procurar.

Desculpe-me estes conselhos, que me não pediu e de que não precisa, bem o sei, quando o seu espírito se acha tranqüilo.

Os paraguaios Caballero e Godoy, este principalmente, ou antes só este, tem abusado, porque cortou largo o sr. Godoy. Fez-me sentir que isso não podia continuar, e que deviam partir no primeiro transporte, mas infelizmente veio notícia de que a febre lavrava com força, e pareceu-me desumano, e contrário à utilidade que tínhamos em vista, forçá-los a ir nesse momento.

O Godoy perdeu um cunhado (o coronel Palacios, que daí veio) e a sogra ficara muito doente.

Por isso não saco ainda por essa despesa: Godoy prometeu reduzir os seus gastos, e ambos se confessam muito gratos.

Caballero está dando preciosos apontamentos para uma memória que meu filho lhe vai escrever, porque ele não o sabe fazer, que nos será muito útil. É o juízo do general sobre os fatos principais da guerra, juízo que responde às injustiças com que somos tratados nas obras do Thompson e Mastterman.

Ontem foi um dia cruel: nunca sofri no Paraguai mais calor. Veja v. ex.^a quanto a sua carta não veio aumentar-me aquele sofrimento!

Tenho muito que comunicar, mas não pode ser tudo de uma vez. Há notícia de triunfo de Melgarejo em Potosi, que pressagia derrota completa dos revolucionários. De tudo vou dando notícia ao nosso presidente de Mato Grosso que, seja dito de passagem, não me parece com o critério necessário para aquele cargo. Não procurou os conselhos do Melgaço, e entregou-se ao coronel Carvalho, o que excita contra ele o partido governista, sem razão alguma.

Sou com a maior consideração

De v. ex.^a

afetuoso amigo e obrigado servo

Visconde do Rio Branco

Particular

Meu prezadíssimo colega, amigo
sr. visconde de S. Vicente.

Já tinha eu trabalhado muito e estava concluída a correspondência que deve ir pelo vapor de hoje, quando ontem à tarde me chegou às mãos a carta particular que v. ex.^a dirigiu-me com a data de 28 do mês último.

V. ex.^a ordena-me, em nome de S. M. o Imperador que parta para essa corte no 1º vapor que daqui sair depois de recebida a dita carta. O fim, para que sou chamado, diz v. ex.^a é o serviço ministerial.

V. ex.^a indica-me a maneira como devo despedir-me do governo argentino, e acompanha aquela sua ordem de expressões muito honrosas para mim, que se referem à confiança que o imperador dignou-se manifestar-me por essa ocasião.

A carta de v. ex.^a veio colocar-me em uma situação muito penosa.

Por um lado, ela importa uma intimação para que eu não prosiga na comissão de honra que me está incumbida, e nenhum delegado do governo imperial pode, sem perigo de responsabilidade, continuar no desempenho de mandato que lhe é retirado.

Por outro lado, os despachos oficiais de v. ex.^a não revelam senão a mais honrosa confiança para o atual ministro em

missão especial, e minha responsabilidade moral me diz que será altamente inconveniente para os interesses do Império (não falando no meu descrédito pessoal) que eu abandone a negociação no ponto em que se acha.

Refleti muito em tão inesperada e cruel conjuntura.

Queira v. ex.^a ouvir-me com a sua costumada benevolência.

O receio de ter desmerecido da confiança de S. M. e do seu ministério, no desempenho da comissão diplomática que comecei há dois anos, não podia entrar em meu ânimo, à vista das provas que ainda por este vapor deu-me v. ex.^a em outras comunicações.

Portanto, a razão da ordem que acabo de receber é unicamente o novo destino que se me quer dar.

Não tendo outra razão de ser a determinação de v. ex.^a, eu peço-lhe vênias para declarar que, posto fosse uma honra para mim aquele novo destino e um dever de amizade auxiliar a v. ex.^a e aos seus dignos colegas quanto esteja ao meu alcance, é moral e fisicamente impossível que eu aceite a posição de ministro de Estado na atualidade.

Eu aleguei parte dos motivos dessa impossibilidade, quando v. ex.^a pela primeira vez falou-me em ser ministro. Hoje tenho os mesmos motivos, e além disso o estado de minha saúde e a posição difícil em que me veria, se levasse para o ministério a responsabilidade de ter abandonado a comissão de que estou encarregado, atentas as circunstâncias desta.

O trabalho dos dois últimos anos, em seguimento a uma vida das mais laboriosas, fatigou, creia-o v. ex.^a, a tal ponto o meu espírito, que eu não poderia, sem perigo de grave enfermidade, dar-me a deveres que exigem variada aplicação e grande atividade intelectual e física.

Não falarei no interesse da saúde de minhas filhas e em outros motivos de ordem privada, que aleguei a v. ex.^a na ocasião que acima menciono.

Pelo que respeita ao estado da negociação, o que ora digo v. ex.^a o há de reconhecer por si mesmo na correspondência que levou-lhe o *Annicota*, e na que lhe envio pelo vapor inglês de hoje.

Depois de duas transferências, contra as quais manifestei desgostos, como das outras vezes, amanhã devo reunir-me com os outros plenipotenciários para discutir os mais importantes artigos dos que faltam para completar o tratado comum de paz. Esses

artigos eu os apresentei com redação calculada para ver as objeções que encontrava a sua matéria, e com o propósito de oferecer oportunamente nova redação, que já está preparada.

Fora um mal, não só para mim, mas também para o governo imperial, que a negociação se interrompesse nesse ponto, sem que todo o nosso pensamento ficasse bem manifesto.



Tela a óleo de Franco de Sá, representando dom Pedro II.
(Museu Imperial)

O mesmo digo sobre os inconvenientes que teria a suspensão enquanto aos pontos que a ordem lógica das idéias e as dissidências previstas fizeram adiar para o fim.

A suspensão daria também ganho de causa ao governo argentino, que se aproveitaria do fato e do exemplo para retardar à sua vontade aqueles ajustes, que para nós são urgentes.

E, permita-me v. ex.^a que eu o diga, já que sou forçado a isso por amor dos interesses públicos, as dificuldades para outro

negociador, que não quisesse ceder tudo ao arbítrio argentino, cresceriam aqui e no Paraguai. As relações que tenho com o novo presidente do Paraguai e com os homens influentes dali são vantagens, que eu não poderia transmitir a outrem, porque derivam de experiência, amizade e confiança pessoal.

O governo imperial não me retira a sua confiança (estou disso intimamente convencido), mas as circunstâncias que acompanhariam a minha retirada súbita, dariam aos meus adversários políticos e aos inimigos do Brasil no Rio da Prata, motivos para verem nesse fato uma desaprovação indireta do meu procedimento; e quem sabe se não veriam também aí um novo e grande mistério, como o da insignificante comissão do coronel Querencio, em que aliás já por aqui se não fala?

O próprio governo argentino e o oriental poderiam *cavilar* muito, porque todos sabem que eu não sou necessário no Brasil, e que o partido conservador tem muitos homens aptos para o serviço ministerial.

Eis aqui o porque eu disse que a minha retirada, principalmente nestes momentos, quando não houvesse outros motivos, bastaria para inabilitar-me com relação ao novo destino a que v. ex.^a alude.

Devo a v. ex.^a muita amizade e lhe sou reconhecido, mas não posso comprazer-lhe em caso para mim impossível. Se a política exige ou exigir, exonere-me v. ex.^a da comissão diplomática, mas deixando-me em plena liberdade individual, para descansar também um pouco e preencher deveres sagrados de família.

S. M. o Imperador já me tem honrado demasiadamente, e, pois, posso hoje, na idade de 52 anos, dizer sem que minhas palavras sejam atribuídas por alguém à lisonja do interesse, que pela pessoa do imperador e pelo princípio que ele representa seria capaz de expor a vida. Mas S. M. não quererá exigir de mim um sacrifício que redundaria em prejuízo da causa pública, ao passo que ser-me-ia muito sensível.

Se eu tenho algum mérito é o de conhecer quando e como posso ser de alguma utilidade ao serviço público. Um sentimento íntimo e inabalável me diz que não posso e não devo agora ser ministro de Estado.

Desde 1853 é este o único ministério conservador de que fiz de fazer parte. Nunca pedi, mas nunca recusei nem esse nem

os outros serviços a que hei sido chamado. Espero, portanto, que S. M. não levará a mal e sim receberá com bondade uma escusa tão fundada.

Confesso a v. ex.^a que a sua carta me deixa acabrunhado, porque não esperava uma tal eventualidade, e é com dor profunda que resisto ao seu pedido e a uma ordem do imperador.

Que infeliz missão especial, esta minha! Durante o ministério do sr. Itaboraí, lutei com as incertezas de sua duração, que todavia ele soube prolongar. Agora v. ex.^a chama-me à corte, quando estou no mais melindroso da negociação, por cujo andamento não hei cessado de instar com os meus colegas!

Sr. visconde, desculpe-me, mais uma vez eu peço, e creia que sou com veras

De v. ex.^a

muito atento colega, afetuoso

amigo e obediente servo

Visconde do Rio Branco

Buenos Aires, 9 de janeiro de 1871

Senhor.

Não pude responder ontem mesmo à carta de V. M. I., porque estava em conferência com alguns conselheiros de Estado e os meus colegas.

Ficou assentada a fórmula da proposta relativa ao consentimento para a viagem de V. M. I. e à Regência. Foi adotada de acordo com os srs. S. Vicente, Abaeté, Itaboraí e Três Barras e Bom Retiro. O sr. Nabuco não pôde comparecer por doente.

O sr. ministro do Império remeterá uma cópia da dita proposta a V. M. I.

Pedir-se-á dia amanhã e amanhã mesmo pode ser apresentada.

Hoje à tarde terei a honra de falar a SS. AA.

Creio que os deputados não faltarão às sessões.

As outras recomendações de V. M. I. não estão muito presentes.

Apresento nesta ocasião o decreto relativo à fusão do imposto do selo e dos novos e velhos direitos, que deve ser posto em

execução no princípio do novo exercício e mencionado no próximo relatório. Os magistrados que pagavam 30 por cento, em virtude dessa lei passam a pagar 5 por cento, o que é para eles de grande vantagem.

Sou com o mais profundo respeito

De

V. M. I.

súdito fiel e obediente

Visconde do Rio Branco

Corte, 4 de maio de 1871.

Senhor.

O conselheiro Paulino concordou na supressão do artigo aditivo, e disse-me que era este o seu parecer, de que cedera para comprazer ao seu colega. Escrevi ao conselheiro Teixeira Júnior, e o sr. Alfredo com o Paulino procurarão trazer aquele sr. ao nosso acordo.

O resultado será referido a V. M. I. pelo sr. ministro do Império, porque eu devo estar no Senado até às 2 horas.

O meu colega também comunicará quaisquer notícias que se tenham recebido do Rio da Prata. Não creio que possa haver novidade quanto à epidemia.

De

V. M. I.

súdito fiel e obediente

Visconde do Rio Branco

Corte, 8 de maio de 1871.

Senhor.

O comandante do *Isabel* esteve comigo. Receberam em Buenos Aires o que mandou a comissão popular e o Ministério da Guerra, mas dispensaram o serviço dos médicos e estudantes, que ao menos foram convidados para desembarcar.

A razão foi que a epidemia estava desaparecendo, mas o procedimento não deixa por isso de ser pouco delicado. Podiam eximir-se do mais oneroso dos contratos sem repelir os enviados pela legação argentina.

Conversando com os meus colegas, soube que talvez amanhã mesmo, requerida a urgência, possa entrar a proposta em última discussão.

Procuraremos consegui-lo.

De
V. M. I.
súdito fiel e obediente
Visconde do Rio Branco

Corte, 8 de maio de 1871.

Senhor.

Vim tarde da Câmara e por isso só agora escrevo a V. M. I.

Falaram os deputados Coelho Rodrigues (Piauí) e Alencar. Este último esteve muito ofensivo, conquanto disfarçado. Respon-di-lhe com alguma energia, mas com prudência. Era tarde quando terminou o Coelho Rodrigues, que disse mais algumas palavras, em bom sentido, e, segundo o regimento, ficou encerrada a 2ª discussão. Fiz a declaração relativa ao artigo aditivo. Entrará a proposta em última discussão depois de amanhã, e espero que até 12 passe na Câmara.

Aqui está o sr. Itaúna, e como sei que ele esteve com V. M. I., nada mais direi. Vou para a conferência.

Esteja V. M. I. tranqüilo de que faremos tudo para que se consiga a passagem da proposta em tempo.

De
V. M. I.
súdito fiel e obediente
Visconde do Rio Branco

Corte, 9 de maio de 1871.

Senhor.

Havemos de esforçar-nos porque não passe a emenda do sr. Teixeira Júnior, e espero que não passará.

O meu relatório já está quase impresso, e ontem li os principais artigos. Não o apresentei antes a V. M. I., porque não contém novidades, mas a exposição do costume e uma ou outra idéia sem grande alcance; e porque estive trabalhando para ele nos momentos que me ficavam livres dos outros deveres.

O mesmo digo a respeito do relatório da guerra.

Na discussão da fala do trono haverá oportunidade para as explicações que V. M. I. julga ainda necessárias.

Contamos com despacho de V. M. I. amanhã.

O negócio dos bondes tem sido considerado, e logo conversei com o sr. ministro da Agricultura.

Sou com o mais profundo respeito

De

V. M. I.

súdito fiel e obediente

Visconde do Rio Branco

Corte, 9 de maio de 1871.

Senhor.

A divergência do Figueira de Mello não embarçará a passagem da proposta. Todos cederam menos esse sr., que quis mostrar-se o mais escrupuloso defensor das prerrogativas reais. Creio que em dois dias a discussão ficará concluída.

O sr. ministro da Agricultura pediu hoje dia para apresentar a proposta relativa ao estado servil. Convém que o pensamento inteiro do governo seja conhecido antes da discussão da resposta à fala do trono.

Sou com o mais profundo respeito

De

V. M. I.

súdito fiel e obediente

Visconde do Rio Branco

Corte, 11 de maio de 1871.

Senhor.

Falaram o sr. Zacarias, eu e o sr. Figueira de Mello, Zacarias, Nabuco e Souza Franco. O primeiro imitou um pouco o Alencar, o 3º sustentou a sua emenda, os outros censuravam como o primeiro a oportunidade da viagem, e combateram a forma da proposta com as opiniões que V. M. I. lhes conhece.

O Zacarias censurou também a redação dos artigos, mas declarou votar por eles.

A discussão prossegue amanhã, e só na 2ª feira poderá ser votada a proposta em 3ª discussão, se não houver propósito de protelar, o que não creio.

De

V. M. I.

súdito fiel e obediente

Visconde do Rio Branco

Corte, em 12 de maio de 1871.

Senhor.

Tenho a honra de remeter a Vossa Majestade Imperial o projeto de reforma eleitoral, impresso e redigido com as emendas que passaram em 2ª discussão. As indicações à margem eu as tinha posto à margem, digo, para meu uso.

Junto aqui a designação da linha divisória entre a República Argentina e o Paraguai, conforme a nota que o sr. Tejedor deu para o protocolo. É com efeito, o que dizia o sr. Caravelas, e que não me parece conveniente.

De Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito

Visconde do Rio Branco

Corte, 23 de maio de 1875.

La República Argentina se dividiría por el Sud y el Este de la República del Paraguay por la mitad del canal del río Pa-

raná hasta encontrar por su margen izquierda los limites del Imperio del Brasil: por el oeste por el río Paraguay desde su confluencia con el río Paraná hasta la desembocadura del arroyo Verde situado inmediatamente al Norte de la Vila Occidental, continuando por el brazo principal del mismo arroyo basta la distancia de cuatro leguas en línea recta por su margen derecha y desde este punto por una línea paralela al río Paraguay hasta encontrar el río Pilcomayo.

A propósito desse assunto, dom Pedro escreveu, conforme, o seguinte rascunho:

Sr. visconde.

Concordo com o que diz na sua carta de hoje que o ajuste de ficar à confederação Argentina o território do Chaco, compreendido entre os rios Paraguai; Pilcomayo; Arroio Verde que parece conhecer ao menos no mapa dizendo-se a embocadura desse arroio situada imediatamente ao norte da Vila Occidental, e a linha tirada entre o Pilcomayo e ao Arroio Verde a 4 léguas da embocadura deste não é conveniente. Porque não será essa área o objeto de arbitramento? Eis a melhor solução, ou então adote-se a que o sr. pensou que era a proposta de Tejedor; mas com as cautelas que lembrei nas minhas cartas. Entalar os argentinos o mais possível e incontestavelmente o território paraguaio a ocidente da linha *bem demarcada* do Pilcomayo ao arroio Verde com a largura igual ao comprimento daquela, e a Bolívia, e determinar claramente sobretudo a parte da margem esquerda e direita do Pilcomayo, e a da direita do arroio Verde pertencentes aos argentinos.

Espero que isto se consiga, embora fosse mau que os negociadores brasileiros parecessem aceitar o que entenderam diferentemente, e Sosa queira deixar-nos a tarefa de sermos para assim dizer melhores paraguaios do que ele.

Aguardo ansioso sua carta de nova conferência com Tejedor. Desceu ele hoje. A imperatriz não pôde recebê-lo aqui assim como a mulher dele; mas se julgar a propósito desfaça qualquer

suspeita de que não desejassem recebê-los; o que poderá realizar, se na 4ª feira às 5 ½ da tarde, ou na 5ª feira às 6 ½.

Que tem havido a respeito dos barcos?

Senhor.

Tive a honra de receber a carta com que Vossa Alteza Real honrou-me ontem à noite, e fico inteirado do que dignou-se comunicar-me.

Permita-me Vossa Alteza Real que eu informe aqui que o imperador, nas suas respostas às Câmaras, costumava ser muito lacônico.

Sua Alteza Imperial tem de responder em nome do imperador. A resposta pode ser, por exemplo, nestes termos: Agradeço em nome do imperador os sentimentos que manifestais por parte da Câmara dos Deputados (ou do Senado).

Sua Alteza Imperial poderia acrescentar sem inconveniente, se o quisesse, o seguinte: e a cooperação que esta (Câmara dos Deputados), ou este (Senado) promete ao governo.

A resposta, depois que seja proferida por Sua Alteza Imperial, será dada por escrito (em nota escrita por um dos ministros) a cada uma das deputações.

Sou com o mais profundo respeito

De

Vossa Alteza Real

muito dedicado amigo e obediente servo

Visconde do Rio Branco

Corte, 3 de junho de 1871.

Senhor.

Tive a honra de receber as duas cartas, com que Vossa Alteza Real dignou-se confiar ao meu conhecimento a carta que lhe foi dirigida pelo general José Auto, e remeteu-me uma cópia

da memória relativa à estrada de ferro para Mato Grosso, que o barão de Mauá e outros projetam.

Agradeço a Vossa Alteza Real um e outro favor, devolvendo a carta do general.

A matéria desta carta não é nova para mim.

Quanto aos desacertos, dissensões e incapacidades dos homens do Paraguai, é um fato que todos conhecemos e que não nos cabem nem podemos remediar.

O negócio de frei Fidélis é de certo um dos maiores erros do governo paraguaio, e não só erro, mas também fraqueza. Pelo virtuoso capuchinho e pelo interesse que nos deve merecer o Paraguai, desde Buenos Aires aconselho ao sr. Rivarola que emende a mão.

Fiz também o que sugere o general José Auto.

O internúncio pediu-me, e eu com a sua e a minha autoridade, falei ao Loizaga, que aderiu completamente às minhas idéias, e propôs-me que escrevesse ao presidente Rivarola, o que fiz. Espero que este há de ouvir-me.

O negócio, porém, tem uma grande dificuldade, que é a do preceito constitucional, que exige do chefe da Igreja paraguaia a qualidade de cidadão paraguaio.

A permanência de nossas forças no Paraguai, além da celebração do tratado definitivo de paz, não seria popular entre nós, levantaria desconfianças entre os argentinos e prolongaria o sacrifício que estamos fazendo, de mais de dois mil contos, que tanto é o excesso do que ora despendemos com aquelas forças sobre a despesa que se faria se estivessem no império.

A instrução delas é seguramente interesse que muito deve ter em vista o general, bem como a disciplina. Nesse sentido tenho escrito e escreverei.

Pela família Lopez tenho feito muitos esforços e não deixarei de recomendá-la, mas não convém que arrostemos as indisposições que encontra essa família, e as ambições que excitam as muitas propriedades que lhes pertenciam. Procuremos ser-lhes úteis, sem, porém, brigarmos por isso com o governo paraguaio.

Estimarei muito que estas idéias mereçam o assentimento de Vossa Alteza Real.

Hei de prestar a devida atenção ao referido projeto de estrada de ferro.

Sou com profundo respeito

De

Vossa Alteza Real

muito dedicado amigo e obediente servo

Visconde do Rio Branco

Corte, 15 de julho de 1871.

Senhor.

Julgo do meu dever lembrar a Vossa Alteza Real que na cerimônia oficial de hoje Sua Alteza Imperial a Regente tem de responder às felicitações que lhe serão dirigidas pelas deputações das duas Câmaras e pelo corpo diplomático.

A resposta do imperador ao corpo diplomático costumava ser esta: “Agradeço as expressões que me dirigis em nome do corpo diplomático.” Esta resposta era dada em francês, visto que o orador fala em francês, com exceção talvez do ministro de Portugal, que pode exprimir-se em português. Este mesmo usa do francês, e o orador de hoje é o internúncio, segundo creio, que exprime-se no idioma mais usado na diplomacia. Às deputações das Câmaras, Sua Majestade o Imperador respondia, pouco mais ou menos nestes termos: “Sou muito sensível aos sentimentos que me expressais por parte do Senado (ou da Câmara dos Deputados)...” O Instituto Histórico, talvez a Câmara Municipal ou outra corporação mandem deputações. Às mais importantes o imperador limitava-se a esta fórmula geral: “Agradeço os sentimentos que expressais em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.

O mesmo a respeito das outras e a algumas não respondia.

Rogo a Vossa Alteza Real que digne-se comunicar esta informação a Sua Alteza Imperial, se o julgar preciso.

Sou, com o mais profundo respeito

De

Vossa Alteza Real

muito obediente servo e dedicado amigo

Visconde do Rio Branco

Corte, 29 de julho de 1871.

Senhor.

Junto remeto a resposta do general Mitre, que aceitou o convite de Vossa Alteza para si, e o que lhe facilitei para os seus companheiros de viagem e de casa.

Eu disse ao general que pode ir em trajes de campo, porque a excursão é longa e eles estão acostumados a essa liberdade.

De

Vossa Alteza Real

muito obediente servo e dedicado amigo

Visconde do Rio Branco

Corte, 30 de outubro de 1871.

Il.^{mo} y ex.^{mo} sr. ministro visconde do Rio Branco.

He tenido la satisfacción de recibir su atento billete de hoy, y agradeciendo como debo el honor que se sirva dispensarme S. A. el sr. conde d'Eu, me haré un agradable deber en hallarme mañana a las 5 horas da manhã en la estación de Sant-Anna en compañía del sr. Lanos, de su hija y de su sobrino, à quienes he transmitido la invitación en su nombre, lo que agradecen cordialmente, como le agradezco por mi parte viniendo de V. E. a quien tengo tantos motivos para estimar y respetar así en mi patria como en el alto puesto que tan dignamente ocupa.

De V. E. afetuoso amigo

y muy atento servidor

Bartolomé Mitre

Catete, octubre 30/871.

Senhor.

Na visita que ontem fiz ao general Mitre, pedi-lhe que deixasse o passeio da estrada de ferro a meu cargo, porque eu desejava torná-lo mais agradável, indo com ele e seus companheiros de viagem até ao Juiz de Fora.

O passeio que V. Alteza marcou para amanhã não exclui aquele, e eu, aceitando a honra do convite de Vossa Alteza, vou escrever ao general Mitre, porque não sei se ele está já convidado.

Eu pediria licença para convidar o general com os seus amigos Lanuz e sobrinho, porque sei que isto seria agradável ao mesmo general. Todavia, não darei este passo sem autorização de Vossa Alteza.

De
Vossa Alteza Real
muito obediente servo e dedicado amigo
Visconde do Rio Branco

Corte, 30 de outubro de 1871.

Senhor.

Respondendo à carta que acabo de receber, cabe-me dizer Vossa Alteza que não haverá necessidade que Sua Alteza Imperial venha à corte segunda ou terça-feira. Domingo ou na 2^a feira iremos eu e o sr. ministro do Império apresentar a decisão do gabinete.

Darei aviso da vossa ida pelo telégrafo.

Fico inteirado de que Vossas Altezas partirão amanhã a 1 hora da tarde.

Sou com o mais profundo respeito

De Vossa Alteza Real
muito obediente servo e dedicado amigo
Visconde do Rio Branco

Corte, 3 de novembro de 1871.

Senhor.

Tive a honra de receber a carta que Vossa Alteza dignou-se escrever-me ontem.

Ignorávamos a hora da partida de Vossas Altezas, e só tive notícia do vandalismo dos estudantes e seus sequazes ou instigadores depois do meio-dia, quando saía daqui a diretoria da Companhia das Docas de D. Pedro II.

Aos escrúpulos ou condescendências de alguns lentes, que não queriam a presença de força pública, e à falta indesculpável do 2º delegado, que podia e não acudiu a tempo, deve-se aquele lamentável sucesso.

O delegado estava no arsenal de Guerra, tinha consigo força mais que suficiente e, em vez de partir, o que seria coisa de cinco minutos, quando muito, esperou que viesse a força postada no Asilo de Mendigos (no fim da praia de Santa Luzia), que assim mesmo veio a marche-marche.

O sr. ministro da Marinha exporá todas as circunstâncias, e as providências que imediatamente se tomaram. Hoje vai correndo tudo, ao que me consta até este momento, pacificamente. Procedemos de acordo com a faculdade, que ontem reuniu-se na secretaria do Império, onde conferenciou com o sr. ministro do Império e comigo.

Os tais turbulentos tentaram incendiar o edifício, segundo consta da comunicação oficial do Jobim. O sentimento público é geral contra os desordeiros. Até a *República!*

Sou com o mais profundo respeito

De

Vossa Alteza Real

muito obediente servo e dedicado amigo

Visconde do Rio Branco

Corte, 18 de novembro de 1871.

Senhora.

A Sua Alteza Imperial.

Tenho a honra de apresentar a Vossa Alteza Imperial dois decretos. Um, cuja assinatura solicito com urgência, é relativo ao Banco Nacional, que Vossa Alteza houve por bem permitir que se incorporasse, de conformidade com o parecer da maioria da seção da fazenda do Conselho de Estado.

Não vai esta consulta, porque se está tirando cópia para a imprensa.

O outro é mera execução da lei relativa às moedas de prata e de níquel.

Este pode ficar, sem inconveniente, se Vossa Alteza quiser examiná-lo com vagar, à vista da lei, junta por cópia.

Tenho a honra de ser com o mais profundo respeito

De

Vossa Alteza Imperial
muito humilde e reverendo súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 18 de novembro de 1871.

Senhor.

Agradeço a Vossa Alteza Real a carta em que honrou-me em 22 do corrente.

Conquanto esses segredos, a que alude o autor da denúncia, são de ordinários imaginários, e talvez queira ele fazer um passeio à corte, vou facilitar-lhe o seu desejo, de que talvez resulte algum proveito.

De um contrabando estou eu informado: é o da borracha no Pará. Consta-me que boa parte dessa exportação não paga direitos.

O sr. ministro da Justiça tem passado melhor.

Não há novidade digna de ser comunicada a Vossas Altezas.

Sou com o mais profundo respeito

De

Vossa Alteza Real
muito obediente servo e dedicado amigo
Visconde do Rio Branco

Corte, 26 de novembro de 1871.

Senhor.

É urgente encerrar a Exposição de Flores, porque o público está privado, há muitos dias, de entrada livre no Passeio Público. O dia 30 é o designado, se Vossas Altezas não ordenarem de outro modo; e às 5 horas da tarde.

Não sei se Vossas Altezas querem dar-se a novo incômodo, indo assistir àquela solenidade, que se reduzirá a algum discurso e à menção dos premiados. Se Vossas Altezas dignarem-se presidir àquele ato, rogo a Vossa Alteza Real que me previna para que o anúncio assim o declare.

Sou com o mais profundo respeito

De

Vossa Alteza Real

muito obediente servo e dedicado servo

Visconde do Rio Branco

Corte, 28 de novembro de 1871.

Senhor.

Tenho a honra de prevenir a Vossa Alteza Real que hoje partirei para Petrópolis, donde devo seguir amanhã muito cedo com o general Mitre, para o Juiz de Fora.

Regressaremos pelo caminho de ferro, e estaremos de volta sábado ou domingo próximo.

Aqui não há novidade, e tudo o que era urgente ficou aviado, no que de mim dependia.

O regulamento das matrículas foi revisto três vezes por mim. O do censo já está também examinado atentamente, e brevemente será apresentado a Sua Alteza Imperial, pelo sr. ministro do Império, que tem de aperfeiçoá-lo com as emendas em que concordamos.

Na conferência de ontem conversei com os meus colegas no sentido que manifestei o outro dia a Sua Alteza Imperial, e tudo passou-se de modo satisfatório.

Rogo a Vossa Alteza Real que se digne comunicar estas notícias a Sua Alteza Imperial.

Devo acrescentar que vão comigo os srs. ministros da Guerra e dos Estrangeiros.

Tudo deixo prevenido, para que essa minha curta ausência não cause o menor inconveniente.

Sou com o mais profundo respeito

De
Vossa Alteza Real
muito obediente servo e dedicado amigo
Visconde do Rio Branco

P. S. Quarta-feira nenhum ministro irá a Petrópolis. Contamos com o despacho de Sua Alteza Imperial no dia 11 do corrente, se a mesma augusta senhora o quiser.

Corte, 5 de dezembro de 1871.

Senhor.

É de meu dever, posto que Sua Alteza Imperial não o exigisse, comunicar à mesma augusta senhora que preferimos a designação de 5^a feira para o próximo despacho. Assim aproveitaremos o dia de amanhã para conferência.

Agradeço a Vossas Altezas o interesse que tomaram pelo meu estado de saúde.

É incômodo passageiro, nascido dos dois dias de viagem, ou antes três, a Petrópolis, ao Juiz de Fora e à corte. No Juiz de Fora também passei a maior parte de um dia em carro percorrendo a colônia.

Os dias de Juiz de Fora foram dos menos frescos.

A volta pelo caminho de ferro foi fatigante e aborrecida, pelo calor e pelo pó, que era como nunca ali senti. O sr. Malveiro fez-nos dispensar um trem especial, e isso aumentou-nos o calor e o pó, sem dar-nos suficiente respiro nas estações.

Não obstante, o general Mitre gostou muito de Petrópolis e do Juiz de Fora. O hotel da União e Indústria não tem igual no Rio de Janeiro, e seria considerado dos melhores em qualquer

parte. O general, quando esteve em Petrópolis, ignorava que Vossas Altezas aí estivessem.

Sou com o mais profundo respeito

De

Vossa Alteza Real

muito obediente servo e dedicado amigo

Visconde do Rio Branco

Corte, 11 de dezembro de 1871.

Senhor.

Tenho a honra de responder à carta de Vossa Alteza Real.

O despacho, hoje, teria lugar se Sua Alteza Imperial o ordenasse; como, porém, a mesma augusta senhora digna-se transferi-lo para sexta-feira, 15 do corrente, se assim o pedirmos, eu rogo que fique assentada esta última designação.

Ontem trabalhamos até uma hora da noite, mas pouco fizemos, porque há nomeações importantes da Justiça, e respostas a ofícios do barão de Cotegipe, cujo exame absorveu-nos todo o tempo. Hoje temos outra conferência em minha casa.

Não recebendo nova ordem em contrário, prevenirei os meus colegas, para sexta-feira à 1 hora da tarde.

Agradeço a Vossa Alteza Real o cuidado que toma pela minha saúde, que, graças a Deus, tornou ao estado normal.

De

Vossa Alteza Real

muito obediente servo e dedicado amigo

Visconde do Rio Branco

Corte, 13 de dezembro de 1871.

Senhor.

O José da Costa Azevedo já é capitão-de-mar-e-guerra.

Pode ser conveniente confiar-lhe a pasta da Marinha.

Peço a autorização de Vossa Majestade Imperial para o caso de que eu me resolva a convidá-lo.

Escrevo a Vossa Majestade porque é tarde, e amanhã Vossa Majestade segue para Petrópolis.

De

Vossa Majestade Imperial

súdito fiel e reverente

Visconde do Rio Branco

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1871.

Senhor.

Recebi os papéis que Vossa Majestade Imperial dignou-se remeter-me.

Não vi ainda correspondência oficial do Rio da Prata, à exceção de um ofício do Gondim, com que este dá conhecimento do pedido de Aparício ao marquês do Herval.

O Herval conduziu-se bem, já desmentindo a notícia de estar ele capitaneando uma revolução no Rio Grande, já limitando-se a comunicar o pedido de Aparício. O Herval julga que os dois aliados devem prestar seus bons ofícios.

Creio, porém, que ele não entendeu bem ao emissário do Aparício, ou este não se explicou bem, porquanto o marquês só fala de anistia geral, que já está concedida.

Em todo caso restaria saber se o presidente Batlle quer bons ofícios, e que eficácia poderiam ter estes, sem comprometer os mediadores.

Sei por uma carta, que o Figueiredo Júnior mostrou-me hoje, que o Herval escrevera no mesmo sentido ao presidente Sarmiento. Por ora considero isso um incidente sem grande importância.

Minhas cartas de Buenos Aires e da Assunção não referem novidade alguma.

Hoje à noite é que hei de ter minha primeira conferência com os outros ministros de Vossa Majestade.

De
V. M. Imperial
súdito fiel e reverente
Visconde do Rio Branco

Corte, 8 de março de 1871.

Senhor.

Acabo de receber a carta que V. M. I. se dignou escrever-me ontem.

A notícia do *Jornal do Comércio* foi dada sem conhecimento dos ministros, e motivada sem dúvida pela precedência que lhe tomara o *Diário do Rio*. Para mim, a notícia não tem inconveniente algum, e sua explicação é óbvia e irrecusável.

Ontem, porém, o dr. Ferreira Viana escreveu ao sr. Sayão e depois a mim as cartas juntas. Respondi manifestando surpresa por essa impressão que me parecia exagerada e sem motivo bastante. Disse que o fato, a ser exato, o que eu não afirmava nem contestava, tinha a explicação de uma medida preventiva, que nada prejudicava, porque, se fosse recusada a licença, o que aliás não é de esperar, o único inconveniente seria V. M. I. perder o que tivesse mandado adiantar ao comandante ou à companhia, como acontece a qualquer particular em circunstâncias análogas. Incomodei-me ou antes mostrei-me incomodado com os tais receios de censuras de governo pessoal ou absoluto, o que eu chamei visões. O barão de Itaúna, que estava aqui quando recebi aquela carta, leu a minha resposta. Daí o artigo do *Diário do Rio* de hoje, que parece-me, como as cartas de quem deseja merecer de V. M. I.

Eu pedi ao dr. F. Viana que dissesse alguma coisa no sentido da explicação natural do fato.

A *Reforma* de hoje faz sobre o caso os seus comentários do costume. Não responderei pelo *J. do C.* sem o assentimento de V. M., e desejara que V. M. deixasse a meu arbítrio responder ou

não segundo o julgasse conveniente. Às vezes a discussão dá corpo ao que não tem, e a impressão se houve, pode ter passado e creio mesmo que terá passado, com o que eu comuniquei a alguns amigos.

O dr. Duarte de Azevedo, a meu pedido, responderá aos artigos do Alencar, e eu verei as suas respostas antes de irem para a imprensa.

O barão de Cotegipe e o S. Lourenço escreveram-me as cartas juntas. O primeiro recusa, mas por modo que talvez ceda. Eu tenciono adiar até a chegada dos senadores e deputados o complemento do ministério, até porque não perdi de todo a esperança de que o Santa Teresa, que mais conviria, ceda.

Hoje devia ir um ministro a Petrópolis, mas o único que tem negócio importante (o das promoções) sou eu, e V. M. I. me dispensará, atendendo ao trabalho que sobre mim pesa, e ao próximo regresso de V. M.

O meu projeto da Guarda Nacional já está redigido, faltando a última demão, e uma consulta que desejo fazer em particular a algumas pessoas práticas. O barão de Bom Retiro e o Itaúna já me deram o seu voto a favor, pela simples leitura que lhes fiz. Chegou o vapor *Cordillera*. Se vierem cartas, V. M. as receberá hoje mesmo, se for possível.

Tenho a honra de ser com o mais profundo respeito

De

V. M. I.

súdito fiel e reverente

Visconde do Rio Branco

Corte, 22 de março de 1871.

Senhor.

Vai o sr. conselheiro Sayão, por negócios do seu ministério. Não há novidade.

O visconde de Abaeté remeteu-me hoje as cópias juntas do precedente de Portugal a respeito de regência.

Precisarei depois dessas cópias. Só me falta falar aos srs. Zacarias e Sousa Franco. Este tem estado em Petrópolis.

Àquele já preveni que iria visitá-lo, e o meu objeto principal é esse.

Vão os papéis relativos à promoção de generais, que é urgente. Não apresento ainda proposta, porque desejo fazê-la de viva-voz.

Sou com o mais profundo respeito

De
V. M. Imperial
súdito fiel e reverente
Visconde do Rio Branco

Corte, 29 de março de 1871.

Senhor.

Acabo de receber o telegrama junto.

Vejo que o presidente da província procedeu como o prescrevem as instruções do governo. O senhor ministro dos Negócios Estrangeiros já deve ter expedido as últimas instruções que são mais completas.

É muita gente a que ora se refugiou, e deve ser dividida. Os generais podem vir para a corte, mas, se esses não o desejarem e puderem lá ficar em segurança, penso que não convém estrangê-los. Pela legação em Buenos Aires se pode dar notícia do fato e ver se o governo argentino concede uma anistia, que permita o regresso da maior parte, se não de toda essa gente.

Em conclusão, se Vossa Majestade consente, depois de pôr-me de acordo com o senhor ministro dos Negócios Estrangeiros, responderei:

– Aprovo o seu procedimento. Convém dividir a massa dos refugiados. Os generais e mais algum oficial podem vir para a corte, se o pretenderem, ou se houver perigo ou inconveniente em que aí permaneçam.

De
V. M. I.
súdito fiel e reverente
Visconde do Rio Branco

Corte, 9 de abril de 1871.

Senhor.

Regressando da audiência do Ministério da Guerra, encontrei a carta com que V. M. I. honrou-me.

Tenho cartas particulares de Buenos Aires, que ainda são muito tristes. Como o porto de Montevideú estava cerrado para os navios daquela procedência, não há dali notícia senão até 4 do corrente.

Na véspera os óbitos subiram a 345, e não há na cidade mais de cem mil pessoas.

Não se me fala na Assunção, o que indica que não havia data moderna ou que não havia novidade.

Devolvo o trabalho relativo ao elemento servil, como V. M. I. exigiu, porque desse já eu tinha uma cópia. Pensei que o sr. S. Vicente houvesse feito projeto, e não somente essas emendas.

Tomo a liberdade de enviar a V. M. I. uma pasta com os decretos da promoção de generais, que é urgente.

De

V. M. I.

súdito fiel e reverente

Visconde do Rio Branco

Corte, 10 de abril de 1871.

Senhor.

Recebi ontem as duas petições juntas de numerosos habitantes de Pelotas e do Rio Grande do Sul, relativas ao condenado alferes Paiva.

Sem pretender influir no juízo ulterior de V. M. I., peço-lhe licença para ouvir a seção de Marinha e Guerra, sendo relator o duque de Caxias, a respeito da petição da mãe do condenado com todos os papéis que existem na secretaria, adicionando aquelas duas petições populares.

Assim, V. M. I. resolverá oportunamente na forma que se pratica no Ministério da Justiça, e não se dirá que foram des-

consideradas aquelas petições dirigidas à Justiça e magnanimidade de V. M. I.

De
V. M. I.
súdito fiel e reverente
Visconde do Rio Branco

Corte, 11 de abril de 1871.

Senhor.

O velho e bravo general Jacinto Pinto de Araújo Corrêa é o primeiro da classe dos brigadeiros. Merece que se lhe dê a graduação de marechal, como permite a lei, e se V. M. I. assim o permitir, peço licença para enviar-lhe hoje o mesmo em decreto com data de ontem, para ser publicada a notícia amanhã.

De
V. M. I.
súdito fiel e reverente
Visconde do Rio Branco

Corte, 11 de abril de 1871.

Senhor.

Os papéis que V. M. I. dignou-se enviar-me hoje terão o destino que V. M. I. indicou.

Junto aqui o parecer do sr. visconde de S. Vicente sobre as questões relativas à viagem de V. M. I.

De
V. M. I.
súdito fiel e reverente
Visconde do Rio Branco

Corte, 12 de abril de 1871.

Senhor.

O sr. Zacarias não mandou-me ainda o seu parecer.

Ao sr. Torres Homem já fiz o pedido. O do sr. Itaboraí não pode tardar.

O caso já me parece bem examinado.

Terei a honra de conversar com V. M. I. no dia do despacho.

Para aproveitar o escasso tempo é que tenho deixado de ir à presença de V. M. I.

De

V. M. I.

súdito fiel e reverente

Visconde do Rio Branco

Corte, 13 de abril de 1871.

Senhor.

Tenho a honra de apresentar a V. M. I., na pasta que a esta acompanha, as relações dos oficiais comissionados, que a lei mandou considerar graduados. Essas relações são as que prepara a comissão de promoções, de que é presidente o visconde de Santa Teresa.

Não podem deixar de ser aceitas sob a responsabilidade da mesma comissão.

Vão acompanhadas de um decreto que as manda publicar, e de uma exposição que fiz para explicar a matéria, e mostrar aos interessados, que estão impacientes, a causa da demora.

É urgente a sua publicação, e por isso antecipo a apresentação do dito trabalho, na esperança de que V. M. I. possa dar-me amanhã suas ordens a esse respeito.

De

V. M. I.

súdito fiel e reverente

Visconde do Rio Branco

Corte, 14 de abril de 1871.

Senhor.

Peço licença para dar a V. M. I. as notícias do Rio da Prata na própria carta que acabo de receber da redação do *Jornal do Comércio*. O quadro não pode ser mais triste.

Amanha reúnem-se as pessoas que convidei para vermos se socorremos aos nossos vizinhos.

De
V. M. I.
súdito fiel e obediente
Visconde do Rio Branco

Corte, 16 de abril de 1871.

Senhor.

Acabo de receber a proposta de V. M. I.

Aqui esteve o general Paunero. Ele vai amanhã a S. Cristóvão, de manhã.

As notícias do general Paunero dão a Mitre e sua família livres de perigo.

O general e seus agentes estão contratando médicos a todo custo, que de lá pedem com ansiedade.

Ele veio pedir-me licença para irem estudantes do 5º ano, que se oferecem ou aceitam o convite do general.

Esta medida encontra sério obstáculo na lei, porque querem a isenção concedida aos que foram para o Paraguai.

O sr. ministro do Império, com quem já conversei, falará amanhã a V. M. I. sobre esse pedido do general.

Eu peço desculpa a V. M. I. de não ir à missa de amanhã em S. Cristóvão, para não faltar ao convite da Guarda Nacional, e porque tenho amanhã a reunião e outros trabalhos.

De
V. M. I.
súdito fiel e reverente
Visconde do Rio Branco

Corte, em 18 de abril de 1871.

Senhor.

Demorei esta resposta para receber a informação que pedi sobre chegada de senadores e deputados.

Chegaram os senadores Leitão da Cunha e S. Lourenço. Deputados Assis Rocha, Portella, Dionizio Martins e Pereira Guimarães.

Com estes, temos presentes 28 senadores e 50 deputados.

Até ao dia 3 de maio teremos mais do número indispensável.

Amanhã não terei a honra de ir à presença de V. M. I., salvo ordem em contrário. Depois pedirei com antecedência permissão para o fazer.

A comissão de Socorros deu hoje um bom resultado.

Resolveu adiantar 50 contos, para serem remetidos sem demora.

De
V. M. I.
súdito fiel e reverente
Visconde do Rio Branco

Corte, 18 de abril de 1871.

Senhor.

As notícias do Rio da Prata, ou antes de Buenos Aires, são que a mortandade reduziu-se a 300 e tantos por dia. Cumpre, porém, notar que houve nova e importante emigração para o campo. A cidade estava quase deserta, e a miséria não oferece por isso quadro menos consternador.

O *Coldera* não tocou em porto do Império.

Quanto ao estado sanitário do nosso porto, o sr. ministro do Império diz-me que já escreveu a V. M. I.

Estou em conferência.

Sou com o mais profundo respeito

De
V. M. I.
súdito fiel e reverente
Visconde do Rio Branco

Corte, 20 de abril de 1871.

Senhor.

Suplico desculpa a V. M. I. por não ter respondido às duas cartas com que dignou-se honrar-me ontem. A segunda vim achá-la em casa com a pasta quando voltei da conferência às 11 ½ horas da noite. A outra encontrou-me na conferência e era tarde e convinha começar o trabalho.

Hoje tenho muito que fazer no Tesouro. Se V. M. I. não mandar o contrário, irei amanhã às 11 horas da manhã receber suas ordens. Poderei ir também hoje à tarde, mas com risco de faltar à conferência sobre a reforma judiciária, de que começamos a tratar ontem.

Receberei então as ordens de V. M. I. para a reunião do Conselho de Estado pleno.

Não há receio de falta de número nem antes nem depois de 3 de maio.

Os de S. Paulo e Rio Grande do Sul não tardarão, os de Minas vêm por terra, no *Douro* virão muitos de Pernambuco e da Bahia.

Tenho a honra de antecipar a apresentação do meu trabalho a respeito do elemento servil. Distribui-o ontem entre os meus colegas.

De viva-voz cumprirei o dever de responder ao que V. M. I. dignou-se oferecer com relação às exéquias de S. A. e a necessidade de socorros para Buenos Aires.

De

V. M. I.

súdito fiel e obediente

Visconde do Rio Branco

Corte, 20 de abril de 1871.

Senhor.

Permita V. M. I. que eu ponha sob os olhos de V. M. as cartas que recebemos do *Jornal do Comércio* e do dr. Rego. Elas respondem à pergunta que V. M. dignou-se dirigir-me.

Estou em conferência discutindo o elemento servil.

De
V. M. I.
súdito fiel e reverente
Visconde do Rio Branco

Corte, 25 de abril de 1871.

Senhor.

Devolvo a pasta de V. M. I. Distribuirei os papéis que vieram na dita pasta.

Amanhã reunir-me-ei com meus colegas para tratar da questão da regência, e da reforma do elemento servil em última discussão.

Esteja V. M. I. tranqüilo que tudo se conseguirá com o favor de Deus e o nosso esforço.

Depois de amanhã irei ou escreverei a V. M. I., ou cumprirei as ordens que queira dar-me.

De
V. M. I.
súdito fiel e reverente
Visconde do Rio Branco

Corte, 26 de abril de 1871.

Senhor.

Hoje houve sessão preparatória na Câmara dos Deputados, tendo sido nomeada uma comissão de poderes. Não há ainda 62 deputados, mas tenho por certo que mais do que esse nº haverá para o dia 3 de maio. O presidente do Senado oficiou ao sr. ministro do Império, comunicando que há número naquela casa para abertura da Assembléia Geral.

Amanhã à tarde irei receber as ordens de V. M. I.

O Santa Teresa, a quem escrevi hoje, respondeu-me antecipando o que ouvirei de V. M. I., e repetindo o que já me tem

dito por outras vezes. Felizmente sempre contei com isso. A época é de egoísmo, mas o mal não é geral graças a Deus.

Sou com profundo respeito

De
V. M. I.
súdito fiel e reverente
Visconde do Rio Branco

P. S. Há 69 deputados, com alguns ainda não reconhecidos.
Corte, 27 de abril de 1871.

Senhor.

Neste momento recebo os papéis que V. M. I. dignou-se re-
meter-me para distribuir.

Não tenho notícias do Rio da Prata. Se as tiver, cumprirei o
dever de comunicá-las a V. M. I. A diferença das datas é tão peque-
na, que não pode haver mudança notável quanto à epidemia.

Hoje escreverei ao barão das Três Barras e ao Sousa Franco,
pedindo o seu parecer com urgência sobre as questões constitu-
cionais da regência.

De
V. M. I.
súdito fiel e reverente
Visconde do Rio Branco

Senhor.

A sessão da Câmara foi à noite, porque assim o dispõe uma
deliberação do ano passado. Amanhã também será à noite. Eu e o
sr. ministro da Marinha devemos apresentar amanhã, necessaria-
mente, as propostas de fixação de forças.

Por isso, e para evitar que deixem de apresentar o parecer
sobre a proposta de licença, não poderei ir ao despacho imperial.

Confesso a V. M. I. que atrasei-me na redação da proposta de
fixação de forças, e por conseqüência só amanhã a farei

apresentar a V. M. I. pelo sr. ministro da Marinha, que irá de manhã a S. Cristóvão. Eu não posso faltar ao Senado, porque talvez haja alguma interpelação sobre retirada e organização de ministério.

No domingo pela manhã irei receber as ordens de V. M. I.

Não se recebeu ainda notícia do Rio da Prata, por ter ficado o navio impedido.

De
V. M. I.
súdito fiel e obediente
Visconde do Rio Branco

Corte, 5 de maio de 1871.

Senhor.

Não houve meio de evitar a divergência do Teixeira Júnior, cujo procedimento aliás é bem acolhido pelo barão de Itaúna e outros.

Espero que as emendas não passarão. Amanhã hei de assistir à discussão da proposta.

No Senado já fui hoje obsequiado, mas creio que não ficou mal o ministério. Não pude treplicar, por ter de apresentar propostas na Câmara dos Deputados.

O jornal que remeto dá as notícias de Montevideu e Buenos Aires. A da derrota do Aparício carece de confirmação. Fazem aí figurar Lopez Jordan, que estava refugiado no Rio Grande. Hoje tenho conferência de ministros.

De
V. M. I.
súdito fiel e obediente
Visconde do Rio Branco

Corte, 8 de maio de 1871.

Senhor.

Hoje à hora do despacho terei a honra de explicar a V. M. I. o que eu ontem disse na Câmara.

A proposta passou em 3ª discussão, antes que eu chegasse, depois de quatro palavras do Teixeira Júnior. Caíram as emendas. A Câmara emendou a falta de ontem.

Depois de amanhã entrará em discussão no Senado.

De
V. M. I.
súdito fiel e obediente
Visconde do Rio Branco

Corte, 10 de maio de 1871.

Senhor.

Terei muito presente o que V. M. I. dignou-se recomendar-me. O projeto judiciário já está discutido, e espero que o sr. Sayão o remeterá brevemente a V. M. I.

O de eleições não foi ainda discutido. O da Guarda Nacional depende de que eu possa consagrar-lhe umas 48 horas.

Terei a honra de ir à presença de V. M. I. no domingo à tarde, como ordena.

Talvez já então tenha eu assentado com meus colegas sobre o complemento do ministério.

Apresento a V. M. I. a lista sêxtupla do Maranhão.

Ofereço um exemplar ainda não encadernado do relatório da Fazenda.

De
V. M. I.
súdito fiel e obediente
Visconde do Rio Branco

Corte, 13 de maio de 1871.

Senhor.

Passou a proposta em 2ª discussão. Segunda-feira entrará em 3ª discussão, e é provável que se vote.

Falou o Silveira da Mota, na forma do seu costume, mas com moderação na linguagem, até para comigo. Seguiu-se o Octaviano, que pôs termo ao debate com duas palavras de cava-

lheirismo e de boa-fé quanto às reformas e aos perigos que seus amigos figuraram.

Não as julga perigosas, mas necessárias.

Entendi que devia calar-me, para não impedir a votação.

Sou com profundo respeito

De

V. M. I.

súdito fiel e obediente

Visconde do Rio Branco

Corte, 13 de maio de 1871.

Senhor.

Não sei se poderei ir hoje à presença de V. M. I. porque tenho Senado, e à noite preciso aparecer pela Câmara. Irei, se tiver necessidade ou receber ordens de V. M. I.

Estive com Suas Altezas, indo comigo o sr. Abaeté.

S. A. Imperial cedeu às observações do visconde, que não pode alterar o formulário sem aprovação das duas Câmaras.

A solenidade se fará como estava regulada, salvo qualquer outra deliberação das Câmaras para o futuro.

O juramento será prestado amanhã ao meio-dia.

De

V. M. I.

súdito fiel e reverente

Visconde do Rio Branco

Corte, 19 de maio de 1871.

Senhor.

Parece conveniente que se dirija, pelo Ministério do Império, um ofício às duas Câmaras, comunicando que V. M. I. e Sua Majestade a Imperatriz partirão no dia 25 para a Europa, usando do consentimento que a V. M. I. dera à Assembléia Geral, e que nesse dia S. A. I. assumirá a regência do Império. Salva a redação, esse ato parece-me, e a outras pessoas de bom conselho, necessário.

Houve quem se lembrasse também de uma proclamação de despedida, mas este segundo ato não me parece necessário, posto que seja admissível.

Aguardo as ordens de V. M. I.

De
V. M. I.
súdito fiel e reverente
Visconde do Rio Branco

Corte, 20 de maio de 1871.

Senhor.

Amanhã terei a honra de receber as últimas ordens de V. M. I. na ocasião do seu embarque.

Remeto a V. M. I. seis relatórios da guerra, dos quais dois assinados por mim. Um destes pertence a S. M. a Imperatriz.

Dentro de um sobrescrito com direção a mim veio a carta junta, que me parece ser de frei Fidélis.

Hoje officiei confidencialmente os mordomos de V. M. I., sobre o objeto de que ontem tomei a liberdade de falar a V. M. I.

As jóias da coroa e de VV. MM. II. vieram todas em uma grande caixa de madeira, que não podia ser metida em cofre. Foi a caixa tal qual metida na Casa Forte.

De
V. M. I.
súdito fiel e reverente
Visconde do Rio Branco

Corte, 24 de maio de 1871.

Senhor.

Apresso-me a comunicar a Vossa Alteza Real que talvez não possamos comparecer à hora fixada por Sua Alteza Imperial para a conferência de hoje, porque estamos assistindo ao debate da Câmara, do qual não podemos separar-nos.

Neste caso suplico a Vossa Alteza Real que se digne comunicar o fato a Sua Alteza Imperial, a quem impetro que nos desculpe. Amanhã terei a honra de ir receber suas ordens.

De
Vossa Alteza Real
muito dedicado amigo e obediente servo
Visconde do Rio Branco

Paço da Câmara, 31 de maio de 1871.

À Sua Alteza Imperial Regente.

Senhora.

Julgo do meu dever participar desde já à Vossa Alteza Imperial que foi hoje aprovado o voto de graças da Câmara, sem a emenda de oposição, que caiu por 28 votos de maioria, que obteve o ministério. A totalidade dos votos a favor foi 63, e a da minoria, 35.

À noite terei a honra de ir à presença de Vossa Alteza Imperial, como ordenou-me ontem, e então apresentarei toda a votação nominal.

Sou com o mais profundo respeito

De
Vossa Alteza Imperial
muito humilde e reverente súdito.
Visconde do Rio Branco

Corte, 1º de junho de 1871.

À Sua Alteza Imperial

Senhora

Tenho a honra de participar a Vossa Alteza Imperial que não se recebeu ofício da Câmara dos Deputados, pedindo hora para a apresentação do voto de graças.

Esse ato, portanto, não poderá verificar-se amanhã, mas sim segunda-feira ou outro dia, segundo a designação que Vossa

Alteza Imperial fizer, e que eu solicitarei logo que a Câmara dirija a sua comunicação de estilo.

Hoje não houve sessão na Câmara.

Vão na pasta dois autógrafos para Vossa Alteza Imperial ver, como desejava, as assinaturas de Sua Majestade o Imperador.

O senhor d. João VI, quando regente, assinava príncipe regente.

Pelo que entendo que a assinatura do decreto de ontem conformou-se com esse estilo.

Sou com o mais profundo respeito.

De

Vossa Alteza Imperial
muito humilde e reverente súdito.

Visconde do Rio Branco

Corte, 2 de junho de 1871.

À Sua Alteza Imperial Regente

Senhora

O ministro do Império acaba de comunicar-me que hoje receberá o ofício da Câmara para a deputação do voto de graças.

Combinamos que ele responderá que Vossa Alteza Imperial receberá as deputações das duas Câmaras segunda-feira à uma hora da tarde.

Se Vossa Alteza Imperial quiser fixar outro dia ou hora, expedir-se-ão novos avisos nesse sentido. O silêncio de Vossa Alteza Imperial nós o tomaremos como aprovação do que está assentado. Creio mesmo que outro dia Vossa Alteza Imperial previu esta hipótese e autorizou aquela resposta.

Tomo a liberdade de lembrar a Vossa Alteza Imperial que sua resposta aos votos de graças das Câmaras deve ser dada em nome do imperador. Creio mesmo que as mensagens das Câmaras vêm redigidas como se fossem apresentadas a S. M. o

Imperador, porque assim se praticou durante as regências da Menoridade.

Sou com o mais profundo respeito

De
Vossa Alteza Imperial
muito humilde e reverente súdito.
Visconde do Rio Branco

Corte, 3 de junho de 1871.

Senhor.

Tenho a honra de responder à carta com que Vossa Alteza Real honrou-me hoje.

Não há dúvida para que as atas do Instituto Politécnico sejam publicadas no *Diário Oficial*, bem como os trabalhos de seus sócios.

Expedirei ordem neste sentido.

Sou com o mais profundo respeito

De
Vossa Alteza Real
muito dedicado servo e amigo
Visconde do Rio Branco

Corte, 25 de junho de 1871.

Senhor.

Tenho a honra de remeter a Vossa Alteza Real seis exemplares do parecer da comissão especial da Câmara dos Deputados sobre a reforma do estado servil; e outros tantos de um juízo crítico em favor da proposta do governo. Este segundo escrito é do desembargador Figueira de Mello.

Rogo a Vossa Alteza Real que se digne oferecer por mim à Sua Alteza Imperial Regente o número desses exemplares que a mesma augusta senhora queira para si e para mandar a Suas Majestades Imperiais.

Remeto também um presente que o sr. d. Carlos Loizaga trouxe do Paraguai para oferecer à Sua Majestade o Imperador.

Sou com o mais profundo respeito

De
Vossa Alteza Real
muito dedicado amigo e obediente servo
Visconde do Rio Branco

Corte, 6 de julho de 1871.

Senhor.

Tenho a satisfação de comunicar a Vossa Alteza Real, e rogolhe que dê a mesma notícia à Sua Alteza Imperial Regente, que passou hoje em 2ª discussão no Senado toda a reforma do estado servil. Segunda-feira começará a 3ª discussão, e espero que até 5ª feira será votada em 3ª e última discussão, para subir à sanção.

Deve-se este resultado à decisão da grande maioria do Senado.

Sou com o mais profundo respeito.

De
Vossa Alteza Real
muito obediente servo e dedicado amigo
Visconde do Rio Branco

Corte, 22 de setembro de 1871.

Senhor.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Alteza Real, rogando-lhe que se digne transmitir a Sua Alteza Imperial, a muito grata notícia de que hoje, às 2 horas e dez minutos, foi votada a proposta sobre o estado servil e aprovada a redação do projeto para subir à sanção.

Os espectadores romperam em vivas ao Senado e lançaram flores para o salão. Foi movimento inteiramente espontâneo e que não foi possível evitar. À saída, vários membros do Senado e particularmente os ministros, foram objeto de iguais demonstrações de contentamento.

O ministro americano pediu a um empregado do Senado que lhe colhesse uma porção das flores para remetê-las para o seu país.

Nomeou-se a deputação que tem de pedir dia e hora para o encerramento, e de apresentar os autógrafos da lei.

Como são livres os que nascerem da data da lei em diante, será preciso que amanhã mesmo seja sancionada e promulgada no dia seguinte.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Alteza Real
muito obediente servo e dedicado amigo
Visconde do Rio Branco

Corte, 27 de setembro de 1871.

Senhor.

A notícia que Vossa Alteza dignou-se dar-me confirma o que eu soube por conduto não oficial.

Não veio ainda a representação. Antes de recebê-la e sem tempo para conferenciar e deliberar, não poderei apresentar a opinião do gabinete.

Talvez julguemos conveniente ouvir o conselho de alguns dos membros das seções do Conselho de Estado.

Não creio, pois, provável que antes de domingo este negócio possa ser resolvido. Farei todo esforço possível para que se ultime amanhã.

Minha opinião individual até este momento é a que ontem manifestei à Sua Alteza Imperial; não ceder à pressão, que seria um grave precedente, e sensível quebra de força moral.

Não me parece que o fato da congregação me faça mudar de opinião. Esse negócio é mais sério do que à primeira vista parece, e desgosta-me profundamente a facilidade com que se pretende atacar um ato legítimo do governo, com medo de estudantes vadios ou irrefletidos e de seus protetores.

Nada sei a respeito do general Mitre. O *Diário de Notícias* não prima pela verdade.

Sou com o mais profundo respeito

De
Vossa Alteza Real
muito obediente servo e dedicado amigo
Visconde do Rio Branco

Corte, 3 de novembro de 1871.

Senhor.

Acabo de receber a carta que Vossa Alteza Real dignou-se escrever-me ontem.

Creio que é intenção do sr. ministro do Império publicar com a sua resposta o ofício da congregação. Fico, porém, inteirado de que devo remeter à Sua Alteza Imperial uma cópia desse ofício, se não for este publicado.

Sou com o mais profundo respeito,

De
Vossa Alteza Real
muito obediente servo e dedicado amigo
Visconde do Rio Branco

Corte, 10 de novembro de 1871.

Alfredo, caboclo bravo
Toma o arco e veste a tanga
Não te metas com os estudos
Pitangueira não dá mangas
Sapateiro de Goiana
Vai-te embora para o sertão
Só entendes de calçado
Deixa em paz a instrução.

Senhora.

À Sua Alteza Imperial Regente

O sr. ministro da Justiça vai amanhã a Petrópolis, para submeter à decisão de Vossa Alteza Imperial os negócios que ele não pôde expor o outro dia.

Procede de acordo comigo e assentamento dos vossos colegas.

O sr. conselheiro Sayão está prevenido de que consideraremos mais uma vez, na conferência de hoje, a questão que motivou o muito desagradável incidente, do qual peço por ele desculpa a Vossa Alteza Imperial; e o meu dito colega está outrossim prevenido de que insistiremos pela solução antes proposta, se o novo exame não fizer-nos mudar de parecer.

De viva-voz serei mais explícito, e para esse fim rogo desde já a Vossa Alteza Imperial uma breve audiência no dia 21, pouco antes ou depois do despacho desse dia.

Sou com o mais profundo respeito

De
Vossa Alteza Imperial
muito humilde e dedicado súdito.
Visconde do Rio Branco

Corte, 17 de dezembro de 1871.

Senhor.

À tarde referirei a Vossa Majestade Imperial o que sei das ocorrências de ontem à noite. Estávamos em conferência, quando recebemos aviso pelo deputado Gusmão Lobo de que um grande ajuntamento de povo queria deitar abaixo a tabuleta da *República*, se ela não fosse retirada pelos proprietários.

Nessa insistência houve pedradas de um e outro lado.

Escrevemos logo ao chefe de polícia que fosse ao lugar e, tratando bem ao povo, o dissuadissem daquele intento.

A polícia fez isso, dispensando o povo por meio de patrulhas de cavalaria.

A demonstração popular foi espontânea, e de várias classes da população. Realmente a audácia da gente da *República* era para provocar essa represália, desde que os sentimentos de ordem e de amor às instituições não estão mortos, como eles supunham.

É natural que atribuam o fato ao governo, como são capazes de lhe atribuir a peste, mas há numerosos testemunhos em

contrário. A polícia procurou prevenir e desfazer, não promoveu, nem tolerou além do que recomendava a prudência.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 1º de março de 1873.

Senhor.

Tenho a honra de saudar a Vossa Majestade Imperial e a sua augusta família.

Recebi ontem o telegrama junto. Creio que o abalo das Alagoas será muito transitório. O presidente de Pernambuco pede mandar buscar o batalhão estacionado no Maranhão, se for preciso em qualquer das províncias agitadas. Tem autorização para esse fim.

Recebi alguma correspondência a mim dirigida, oficial e particular, que remeteria a Vossa Majestade, se não esperasse a honra de entregá-la amanhã.

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 1º de janeiro de 1874.

Senhor.

Fico certo dos desejos que Vossa Majestade Imperial se dignou manifestar-me a respeito do que ocorreu em Londres com Sua Alteza o sr. conde de Áquila. O fato há de ser explicado convenientemente.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Santa Teresa, 4 de janeiro de 1874.

Senhor.

Telegrama recebido pelo sr. ministro do Império diz que o bispo de Pernambuco embarcou ontem no vapor *Recife*.

Expede-se aviso para a Bahia no intuito de evitar ali demonstrações.

Aqui tomar-se-ão precauções no mesmo sentido. O lugar da prisão deve ser designado pelo sr. ministro da Justiça, de acordo com o presidente do Supremo Tribunal de Justiça. Creio que poderá ir o preso para o convento de S. Bento, ou para o dos Capuchinhos no Castelo, ou para o palacete fronteiro ao quartel de S. Cristóvão. O primeiro destes lugares parece-me preferível, porque a ordem é respeitada, e fica o seu convento sob as vistas do arsenal de Marinha. O novo edifício da Guerra, acima indicado, poderá servir com preferência ao convento dos Capuchinhos. Parece escusada a prisão em Fortaleza.

Desejo à Vossa Majestade Imperial e sua augusta família boa festa de Reis.

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 6 de janeiro de 1874.

Senhor.

Rogo a Vossa Majestade Imperial me desculpe de não comparecer ao despacho desde o seu começo. Irei um pouco mais tarde. Ando adoentado, e, não obstante, dei-me ontem à noite a trabalho violento para responder ao sr. Tejedor.

As notícias do Rio da Prata confirmam as anteriores de encomendas de armamentos para Buenos Aires: chegaram novas remessas. O fato novo, e que me parece grave, é o alistamento de estrangeiros na Europa a título de emigrantes.

Já combinei com o sr. Caravelas, que não dorme, em chamar a atenção do governo italiano e seus agentes.

Não creio a guerra iminente, mas ela está nas meditações do governo argentino, que talvez recue, e creio recuará ante a nossa leal e prudente mas firme atitude.

A notícia de Lima é muito importante. Há projeto de aliança com o Peru e a Bolívia.

O sr. Leal não deu, creio eu, o verdadeiro alcance ao projeto que remeteu: este prenderá também o Peru à questão com o Paraguai e o Brasil, a despeito da vontade daquele governo.

Expedir-se-ão os necessários despachos sobre esses fatos para o Chile, Bolívia e Lima. Creio que desarmaremos a tormenta com a nossa resposta; tanto mais quanto os armamentos e alianças que busca o governo argentino têm por alvo principal ou imediato o Chile. A este devemos discretos avisos de amigo.

O governo argentino manda missão à Bolívia: sinal de que os seus preliminares não estão concluídos.

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 7 de fevereiro de 1874.

Senhor.

Peço desculpa a Vossa Majestade Imperial de escrever-lhe neste papel, único que tenho à minha disposição neste momento.

Julgo do meu dever antecipar a informação do que ontem se passou na conferência dos ministros.

Tratou-se da sentença do bispo de Pernambuco. Os srs. ministro da Justiça, Costa Pereira e Junqueira opinaram pelo degredo em Santa Catarina ou província do Paraná. Os srs. Caravelas e Joaquim Delfino aderiram à minha opinião: comutação e prisão simples, em alguma fortaleza, enquanto durarem as circunstâncias atuais, que são de completa obstinação do condenado e manutenção de todos os atos condenados. Os srs. Duarte e Costa Pereira cederam do seu parecer, se prevalecer o meu, dando-se por vencidos.

Eu declarei que para mim essa questão era da maior importância, e que portanto, aceitaria todas as conseqüências, inclusive a dissolução do ministério; mas que, sendo meu principio respeitar a consciência do poder moderador, e só retirar-me por um ato desse poder em caso vital para o ministério, eu admitiria o degredo, se esta fosse a vontade de Vossa Majestade.

O sr. Junqueira declarou que, a não passar o degredo, não poderia continuar a ser membro do gabinete e se retiraria, ainda que com pesar.

O sr. ministro do Império não compareceu mas uma carta que recebi à noite, desse colega, diz-me que estará pelo que resolvessem os seus colegas. Donde concluo que ele não acompanhará o sr. Junqueira.

O sr. ministro da Justiça mostrou-se conciliador, conquanto se esforçasse muito no sentido de sua opinião. Todavia, devo prevenir a Vossa Majestade que esse sr., quando o sr. Junqueira fez a sua penúltima crise, observou-me que, a sair um, ele também desejava retirar-se, por necessidade, e aproveitaria a ocasião. Ontem o sr. Duarte nada disse que revelasse igual intenção.

Discutimos ontem o final do regulamento para as garantias e subvenções às estradas de ferro; e além disso assuntos de pequena importância, com exceção do protesto do internúncio.

O sr. Caravelas apresentou um projeto de resposta, que foi aceito, mas que talvez careça ainda de alguma modificação, ainda que pequena, em sua forma.

Há ofícios das legações de Buenos Aires e de La Paz, que explicam ou confirmam as notícias sobre o projeto de aliança argentino. Este, digo, o governo argentino já sabe que o governo de Lima (por confidência deste) nos mostrou a sua proposta; e atribui o seu intento ao conflito com o Chile.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 28 de fevereiro de 1874.

Senhor.

Tive a honra de receber a carta de ontem.

Já transmiti a notícia ao sr. ministro do Império, para os avisos necessários.

Da colônia Moniz não sei senão o que se expôs sábado a Vossa Majestade.

Ontem estive na conferência o sr. Costa Pereira e nada referiu a esse respeito.

O meu colega responderá diretamente a Vossa Majestade.

Não há novidade. Não se recebeu ainda notícia sobre a resposta do governo de Vossa Majestade ao da República Argentina, quanto aos ajustes de paz com o Paraguai.

De

Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 10 de março de 1874.

Senhor.

Tenho a honra de apresentar a Vossa Majestade Imperial o projeto da nova tarifa, que convém publicar, o mais tardar, nos primeiros dias de abril, para que a execução comece três meses depois.

Apresento também o 1º projeto, que serviu de base àquele, para conhecimento de Vossa Majestade, e porque talvez queira consultá-lo em algum ponto ao ler o relatório que acompanha o 2º projeto. O primeiro projeto tem o seu relatório no fim.

A 1ª comissão, conquanto composta de empregados profissionais, não teve autorização para reduzir notavelmente os direitos. A segunda o fez, de acordo comigo, tendo eu assistido às suas últimas sessões. Da 2ª comissão fizeram parte os da 1ª.

Melhorei a forma e os efeitos de algumas das disposições preliminares. Acabou-se com a disposição nugatória de isentar de direitos as mercadorias, que devem gozar desse benefício em favor da indústria, sujeitando-as a 5% a título de direitos de expediente, pagos *ad valorem*, o que quase sempre era mais do que se não houvesse isenção, mas uma taxa fixa e módica.

Atendeu-se à proteção de que gozam algumas indústrias, mas sem o excesso da tarifa atual, que diminui a renda, sem estimular os produtores nacionais. Beneficiaram-se os gêneros alimentícios e os que são subtraídos à Alfândega pelo contrabando, em todas e com especialidade nas do Rio Grande do Sul. A renda do vinho mostra-se estacionária, e há por aí fábricas de vinho falsificado: proveu-se a esse mal com bem entendida redução dos direitos.

Creio que é um verdadeiro melhoramento, que há de ter defeito, como todos os trabalhos dessa natureza e extensão, mas que não são comparáveis com as vantagens, e que serão minorados ou corrigidos nas revisões futuras. Como Vossa Majestade Imperial sabe, as tarifas não podem deixar de ser revistas periodicamente. A porcentagem de 40% sobre os direitos tarifados é quota variável, que pode ser anualmente reduzida até extinguir-se, e que, portanto, oferece um meio de ir acomodando a nova tarifa às mudanças por que passe o mercado dos gêneros de importação, e de aliviar os consumidores, segundo o aumento da renda geral do Estado.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 26 de março de 1874.

Senhor.

A carta de Vossa Majestade achou-me em conferência de ministros. O sr. ministro da Agricultura confirma que já expediu por telegrama e ofício as ordens de que falei a Vossa Majestade. Provavelmente o Egas Moniz quer as coisas mais depressa do que podem ser, e lançando todas as custas sobre o Estado.

De

Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 27 de março de 1874.

Senhor.

A carta de sábado e a que recebi hoje seguem pelo *Mimani*, que parte hoje.

As notícias do Paraguai, segundo o sr. Araguaia são estas: Jovellanos demitiu o Barreiro, Caballero e Soteris, e substituiu o primeiro por Hygino Uriarte, o segundo por Escobar na pasta da Guerra, passando o Serrano para o interior.

Cassou-se o Exequatur ao dr. Gallegos, cônsul argentino.

O *J. do C.*, referindo-se ao *Standard*, diz que Caballero e Barreiro continuarão a ser ministros.

A versão do sr. Araguaia é tirada do *Derecho* de 30 de março. O *Standard* diz ter notícia do 1º de abril.

Não se pode por ora saber ao certo o que houve.

De Buenos Aires e Montevideu não há novidade. O sr. Araguaia tinha passado a última nota, e esperava a solução do sr. Tejedor, que sem dúvida esperava que o presidente regressasse da sua ilha.

Hoje conferencio com os meus colegas (daqui a pouco) e hoje mesmo se lavrarão os avisos confidenciais para os conselheiros de Estado.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito.
Visconde do Rio Branco

Corte, 13 de abril de 1874.

Senhor.

O *Douro* traz 8 deputados. Se o Ceará trazer os deputados que o sr. ministro do Império espera, haverá número. Teremos com certeza, se chegarem os de S. Paulo e de Minas.

Isso é possível, mas não infalível, nem mesmo provável. Parece-me que o mais seguro é que Vossa Majestade desça amanhã. Neste sentido aviso o comandante da galeota e o sr. mordomo.

O projeto da fala do trono será discutido esta noite entre os ministros, e só amanhã poderei remetê-lo a Vossa



José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, pintado por Nascimento e Souza Lobo (Museu Imperial).

Majestade. Creio que o despacho para esse fim pode ser amanhã à noite, ou no sábado de manhã. Aguardarei as ordens de Vossa Majestade.

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 30 de abril de 1874.

Senhor.

Recebi as ordens de Vossa Majestade Imperial.
Tenho a honra de apresentar o projeto de fala do trono.
Vai na pasta, que devolvo.

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 1º de maio de 1874.

Senhor.

Tenho a honra de transmitir a Vossa Majestade Imperial a correspondência que o Ministério dos Negócios Estrangeiros recebeu ontem do Rio da Prata.

É conveniente que esses ofícios sejam respondidos quanto antes. As notícias não são más, em geral, pelo que nos toca. O trabalho do governo argentino na Bolívia e no Peru é que merece ativa vigilância.

Há datas muito adiantadas do Paraguai, e não vejo indício de revolução a que aderisse Caballero. Este, segundo aquelas notícias oficiais, estava com o governo.

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 5 de maio de 1874.

Senhor.

Tive a honra de receber a carta de v. ex.^a no Senado, onde escrevo esta resposta.

As ordens de Vossa Majestade Imperial serão cumpridas.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros expõe os fatos da missão Penedo, até ao recente protesto do cardeal Antonelli. A exposição é quase cópia da que saiu no *Diário Oficial*.

Os amigos da Câmara nos têm dado trabalho, mas por ora estamos em maioria, que pode crescer nas votações públicas.

Os lentes da Escola Politécnica não contam com a continuação do concurso, segundo o que me consta, entendendo que o novo regulamento deve ter esse efeito.

Na verdade, pela reforma deixa de existir a cadeira em concurso, subdividindo-a em outras. Todavia, comunicarei a ordem de Vossa Majestade ao ministro do Império.

Temos por certo que o Venâncio Lisboa aceitará. O Cruz Machado espera o sucessor.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 12 de maio de 1874.

Senhor.

Terei a honra de ir à noite expor de viva-voz as ocorrências parlamentares destes últimos dias, se Vossa Majestade Imperial não ordenar o contrário, caso em que o farei amanhã antes do despacho.

A discussão do Senado, ontem, correu animada, e creio que com vantagem para o ministério, não obstante a pouca generosidade de alguns adversários.

Hoje, os srs. Silveira Lobo e Zacarias continuaram a insistir pelo adiamento do importante projeto de recrutamento. Foram combatidos pelo visconde de Niterói e por mim, com expansiva manifestação de meus amigos presentes.

Alegava-se, entre outras coisas, que a sorte do ministério estava dependente de uma votação da outra Câmara. Recordei um fato do sr. Zacarias em 1866, quando não quis aceitar uma moção de desconfiança, e só a evitou por uma maioria de 3 votos (51 contra 48); mostrei mais que o projeto não era medida de confiança, apostrofei aos compromissos da opinião liberal, e consegui que me ouvissem silenciosos nesta parte.

Sei que não houve número para votar sobre o adiamento, e que continuou a discussão do projeto. Os ministros retiraram-se para a discussão da resposta à fala do trono na Câmara.

Na Câmara foram mais notáveis as cenas. Chegando, estava votada uma urgência pedida por Deiró para os negócios da Bahia. A urgência passou contra o voto dos ministros, mas com apoio de amigos nossos, por considerações pessoais e de momento. Soube que o barão de Cotegipe tinha convocado para uma conferência à noite a deputação da Bahia, com exclusão dos Góes, recomendando-lhes que hoje evitassem um voto de confiança ou desconfiança. Os homens da dissidência mostravam o mesmo empenho de adiamento, mas o efeito dessa manobra na Câmara era mau para a força moral do ministério, segundo o juízo dos meus colegas que ali têm assento, e o do dr. Olímpio de Castro, e outros deputados, em cujo caráter confio. Pareceu-me, a princípio, que em adiamento da discussão e do voto decisivo era aconselhado por algum pensamento de conciliação, e temi contrariá-lo, mas logo noticiou-se-me que o barão de Cotegipe queria ligar a si a deputação da Bahia; e que a dissidência, que mostrava o mesmo empenho, fora ao ponto de ameaçar o presidente da Câmara com desordens, se ele estorvasse o plano protelatório.

Então acedi ao parecer dos meus colegas, e disse-lhes que aceitassem a proposta do dr. Olímpio de Castro, que desejava oferecer uma moção de confiança, declarando a Câmara satisfeita com as explicações dadas e que se devia passar à ordem do dia (o voto de graças). Quando já não pode mais falar o sr. Góes Jr., levantou-se o deputado pelo Maranhão, e em breve e digno discurso convidou a oposição a que aceitasse o combate franco e o voto decisivo da resposta à fala do trono.

Pelas demonstrações dos numerosos espectadores, ele exprimiu um sentimento muito simpático. Era um pedido de encerramento, que se não discute, segundo o regimento da Câma-

ra. Os da dissidência, distinguindo-se os srs. Paulino, Duque Estrada, Diogo Velho, João Mendes, Luiz Carlos e Carlos Peixoto, cometeram excessos quase iguais aos de 1871, para evitar a votação, que mais decisiva seria a favor do ministério por esse censurável procedimento de seus adversários. Eu não entrei no salão, porque não entraria senão para o voto de graças, mas atraído pelo barulho, conservei-me em um dos corredores da sala, contígua à sala dos ministros, e daí pude ver o que se passava, e recebi testemunhos do público em desfavor da oposição que assim perdera muito.

O presidente foi obrigado a levantar a sessão, dando para amanhã a mesma ordem do dia.

Estimaria que Vossa Majestade fosse informado por pessoa menos parcial do que eu, e não tenho outro fim senão dar conta a V. M. Imperial do que ocorreu, porque é um incidente que causou natural impressão no público.

Não houve luta matinal, só vozearias e pancadas nos balaústres, para obrigar o presidente a admitir discussão sobre o encerramento.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 26 de maio de 1874.

Senhor.

Já estamos em comunicação com a Europa pelo cabo elétrico.

Dou os parabéns a Vossa Majestade Imperial por este feliz acontecimento.

A empresa pede um telegrama de Vossa Majestade Imperial para amanhã, ou talvez para hoje mesmo.

Aguardo as ordens de Vossa Majestade Imperial, como
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Rio, 22 de junho de 1874.

Senhor.

Recebi hoje os telegramas, que junto aqui, bem como as minhas respostas.

Escrevi ao sr. ministro do Império, lembrando que é tempo de propor a Vossa Majestade Imperial a distinção honorífica que todos esperam para o barão de Mauá, a quem muito se deve pelo bom êxito de tão prometedora empresa.

O telegrama do visconde Monck é dirigido a mim, e por isso não o tomei como resposta ao de Vossa Majestade.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 24 de junho de 1874.

Senhor.

Tenho a honra de devolver a Vossa Majestade Imperial os seus telegramas, dos quais só falta publicar o do rei da Saxônia, que veio em alemão tão estropiado, que meu filho não pôde traduzir, por mais esforços que fizesse (e ele é muito fraco nesse idioma). Já está traduzido, e será publicado no 1º dia em que sair o *Diário Oficial*, e com outros, se os houver.

Apresento a Vossa Majestade um decreto de retificação de algumas taxas da tarifa, que sairão mais elevadas do que o decreto que vigora desde janeiro. A respeito do Xarque, houve representação do Comércio, porque passou, contra o meu pensamento, um acréscimo de 50%, que verificou-se pelo exame comparativo de toda a tarifa, a que eu tinha mandado proceder.

O sr. Ferraz fez essas retificações por aviso, mas eu julguei necessário um decreto. Como, porém, o caso é urgente, pressupus o decreto, e por aviso recomendo ao inspetor da alfândega da corte que assim proceda de julho em diante. O mesmo farei na primeira ocasião para as alfândegas das províncias, onde se restituirá a diferença, se tiver havido algum despacho compreendido nas alterações.

Estas são no sentido das idéias de Vossa Majestade, e não as teria eu de fazer agora, se tivesse podido examinar artigo por artigo, o que só o exame comparativo manifestou.

A respeito da banha, o ministro dos Estados Unidos tinha chamado a minha atenção para a diferença, que ora se corrige.

Desejando publicar quanto antes o decreto, rogo a Vossa Majestade que se digne dar-me suas ordens com a brevidade possível.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 28 de junho de 1874.

Senhor.

Os telegramas de ontem não foram publicados hoje, porque disse-me um oficial do meu gabinete que não sairia hoje o *Diário Oficial*.

Com muita reserva (porque não querem que outros mandem a notícia para o Rio da Prata) foi-me comunicado este telegrama:

“Madri, 29 de junho, 10 h. da m.

“O exército liberal foi derrotado no assalto à Praça de Estella.

“Dizem ter falecido em combate Concha, seu general-em-chefe”.

As notícias comerciais para os nossos fundos e gêneros são boas.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 29 de junho de 1874.

Senhor.

Hoje recebeu-se uma notícia de alguma gravidade, por telegrama do Rio Grande do Sul, mas não é a primeira vez que da fronteira do Uruguai nos vêm notícias inexatas ou exageradas. Todavia, o telegrama ao presidente da província foi-lhe dirigido pelo juiz de direito da comarca.

Junto aqui os telegramas, e a providência que pelo mesmo conduto expedimos. Não houve tempo para receber as ordens de Vossa Majestade, e a discussão do Senado nos teve presos, pelo que só agora tenho a honra de escrever a Vossa Majestade.

O sr. ministro da Marinha fará seguir amanhã um transporte, levando a demissão do comandante da flotilha, e lembrou-se do capitão-de-fragata Balduino para substituí-lo. Andamos depressa, pelo receio de que o governo argentino cometa alguma imprudência, ou venha exigindo o que cumpre que se faça espontaneamente.

O fato é injustificável. O comandante da flotilha não podia requisitar a extradição, e menos bombardear sem ordem superior. É caso inaudito entre nós: por isso, quase duvido da notícia. A agência dos telégrafos recebeu a notícia, mas inexatamente e, a pedido meu, não a divulgou. A reserva tem por fim apurar a verdade e evitar os comentários que podem assustar o comércio.

Tenho a honra de apresentar a Vossa Majestade o projeto de regulamento para o imposto de profissões e indústrias. É urgente.

Na coleção de leis está o regulamento de 1869, que ali é citado, e que hoje vigora.

Vossa Majestade Imperial verá que se faz uma redução notável nas taxas, e que o sistema tornou-se bem claro. O índice final é uma inovação lembrada por mim.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 30 de junho de 1874.

Senhor.

Tenho a honra de apresentar a Vossa Majestade Imperial a proposta que tenciono levar à Câmara, e para a qual pedirei dia e hora, logo que receber as ordens de Vossa Majestade Imperial.

Receberam-se, pelo ministério da Marinha, comunicações do comandante da flotilha do Uruguai. Não pude ainda ler.

Sei que os tiros foram disparados para intimidar, feitos por elevação. Isto, porém, não tira ao fato a sua gravidade.

Pude ontem evitar que a correspondência de Montevideú aconselhasse a guerra, como meio de evitar tais conflitos.

De

Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 6 de julho de 1874.

Senhor.

Tive a honra de receber a carta de Vossa Majestade Imperial quando saía para o Senado, e por isso não respondi logo.

A discussão de ontem correu como eu esperava. Censurou-se a despesa ilegal, e que o governo tomasse a responsabilidade do seu agente não autorizado, o qual, pretendeu-se, fizera o empréstimo em seu nome.

Censurou-se que, aceitando o governo esse fato, desvendasse o príncipe perante os tribunais ingleses: viu-se nisto contradição, e desar para a Coroa e a nação, que por tão pouco não devia dar esse espetáculo. Apoiou-se esta censura na sentença do tribunal, como a deu o autor do folheto, que creio ser o português Mardel, de que fala um dos ofícios da legação, o qual apareceu como credor à última hora e antecipou-se a outros: creio que foi esse sujeito que remeteu a SS. AA. alguns caixões com móveis de seu uso.

Respondi que o governo não teria autorizado o que fez o sr. Andrada, mas que era fato consumado, e que o rigor para

com o agente diplomático não era bem aconselhado, atentas as razões que o moveram e a garantia que tem a dívida do Brasil.

Que o procedimento judicial não teria lugar, se fôssemos o único credor, mas havendo outros, que iam penhorar os bens dos príncipes e levar esses valores à praça, cumpria que não deixássemos correr a causa à revelia, mas alegar também o nosso direito, no interesse do Tesouro e dos príncipes, cuja propriedade pessoal podia ser salva por esse modo.

O de cairmos da ação, promovida segundo os pareceres de advogados ingleses, não ficava mal ao Império, nem ao seu governo. Declarei que o príncipe fora mal aconselhado nos embaraços que pôs a legação.

Quanto ao silêncio do governo, que fora muito estranhado, ponderei que o fato era público em Londres, e, portanto, não houve senão o intento de evitar uma discussão pública entre nós sobre assunto tão delicado em relação às augustas pessoas de SS. AA. Que, tratando-se de acautelar o pagamento e esperando-se que a dívida fosse anulada, antes do encerramento do balanço do exercício 1872-73, não era indispensável submeter logo o fato ao conhecimento das Câmaras.

Que, se o pagamento não se efetuar durante esse período, a despesa, não classificada ainda, o será na verba – Despesas Extraordinárias no Exterior – do Ministério dos Negócios Estrangeiros ou na verba – Eventuais da Fazenda. Tudo mais foram episódios do costume.

O deputado Diogo de Vasconcelos, que é muito exaltado, declamou sobre o caso, notando que houvesse indulgência para com o Andrada, e processo e cadeia para os bispos.

Eu não quis reprimir, porque muita despesa se tem feito sem lei e sem publicidade em épocas insuspeitas para os censores.

Devolvo o telegrama de Vossa Majestade, depois de ter sido traduzido para a imprensa.

No regulamento do imposto sobre profissões e indústrias farei algumas emendas no sentido das observações de Vossa Majestade.

Resolvi uma questão, que estava pedindo providência legislativa, e que cabe na faculdade que ora tem o governo: fica estabelecido que as sociedades com juro garantido pelo Estado

ou pelas províncias pagarão o imposto (1,5 %) sobre o rendimento líquido excedente ao garantido. Era a questão das estradas de ferro.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 11 de julho de 1874.

Senhor.

Tive a honra de receber a carta de Vossa Majestade Imperial, quando me achava no Senado.

Dou os parabéns a Vossa Majestade pelas melhoras progressivas de Sua Alteza Imperial.

O visconde de Caravelas ficou prevenido quanto à recepção do corpo diplomático no sábado próximo. O *Diário Oficial* avisará que a audiência geral é no Paço da Cidade, 4ª feira, à hora do costume.

O artigo do *Jornal do Comércio* é manejo da pequena política, que, infelizmente, é a esperança e o trabalho de muitos.

Não são verdadeiros os fatos que aí se referem, nem há a suposta discórdia, conquanto de vez em quando tenha havido desgostos recíprocos.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 3 de agosto de 1874.

Senhor.

O boletim de hoje no *Diário Oficial* não concorda com o dos outros jornais. Além de um notável erro tipográfico, pelo qual vou repreender os revisores, e talvez despedir o culpado, há diferença proveniente de emenda que fiz na minuta que mandou-se-me.

O erro é: “felizmente” em lugar de “infelizmente”.

A diferença consiste na supressão das palavras – propícias às eventualidades futuras. Estava eu em conferência com meus colegas, e julgamos que convinha omitir aquelas palavras, cujo sentido é, pelo menos, equívoco.

A palavra “luta” pareceu-nos também imprópria.

Eu supunha que os outros jornais receberiam o boletim como lho mandasse em prova o *Diário Oficial*; e por cautela escrevi à redação do *Diário Oficial*, digo, do *Jornal do Comércio*, para que publicasse o que lhe fosse remetido pela Tipografia Nacional.

Hoje vi que do paço remeteram diretamente aos outros jornais, e daí a diferença.

Tomei um arbítrio de que me arrependo, mas julguei-me autorizado pela bondade e confiança dos médicos assistentes, em ponto de mera redação.

O remédio agora é: publicar amanhã no *Diário Oficial* o boletim como o deram os outros, ou deixar o fato sem explicação alguma, atribuindo-o a erro dos copistas.

Em todo o caso farei reproduzir o boletim no *D. Oficial*, por causa do “felizmente”.

Peço desculpa a Vossa Majestade, e suas ordens a esse respeito. Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Em 4 de agosto de 1874.

Senhor.

Acabo de receber a carta de Vossa Majestade Imperial, e cumpro igualmente o dever de acusar a recepção da que acompanhou os telegramas publicados no *Diário Oficial* de hoje.

Não vi ainda o telegrama que se diz ter sido expedido pelo presidente Ellauri.

Já respondi aos srs. Lamas. Creio que os telegramas de Vossa Majestade dispensam resposta aos que venham dos presidentes.

Não avistei-me com o sr. ministro da Agricultura, mas estou certo de que ele expediu ontem os telegramas de Vossa Majestade. Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 7 de agosto de 1874.

Senhor.

Tenho a honra de remeter a V. M. I. três decretos, cuja expedição têm alguma urgência.

Hoje não houve sessão nas duas Câmaras. No Senado, por demora de minutos em que eu e o senador Cândido Mendes teríamos completado os 30, se a Mesa não andasse tão depressa. Na Câmara dos Deputados faltou toda a oposição.

Espero que no primeiro dia se vote o projeto do recrutamento. Concordamos com a oposição em adotar a idade de 19 anos e acabar com a exceção dos colégios, que deixa de ser necessária. Isso contentou aos divergentes.

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 14 de agosto de 1874.

Senhor.

Só tarde soube do resultado da sessão de hoje na Câmara dos Deputados. Vim saber na conferência de ministros.

Passou a redação do projeto de recrutamento.

Discutiu-se a denúncia dada pelo deputado Leandro Bezerra. Falaram e nesta ordem: Ferreira Vianna, Araripe e Leandro Bezerra. A Câmara conservou-se plena até às 4 ½ horas

da tarde. Caiu a denúncia por unanimidade. Não votou o denunciante, nem o ministro do Império.

Tenho a honra de ser, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 4 de setembro de 1874.

Senhor.

Não há comunicação oficial, nem particular, a respeito dos fatos de Macapá.

Deve-se dar algum desconto às frases do telegrama, mas o sr. ministro da Justiça já telegrafou, exigindo informação, e recomendando energia a bem da tranquilidade pública e segurança individual.

De Londres não veio ainda telegrama para mim.

O Banco Alemão recebeu confirmação da proposta, com a condição, porém, de serem os contratadores incumbidos do pagamento dos dividendos. O contrato com Rothschild permite isso. Eu não o desejo, todavia, por contemplação com aqueles agentes. Exigi que desistissem da condição ou se comprometessem por toda a soma do empréstimo e não somente por metade, sendo a comissão dos dividendos $\frac{1}{2}$ % no que haverá economia de $\frac{1}{4}$ %. O outro quanto perceberão os Rothchilds, como fornecedores dos fundos, na forma do contrato.

Rogo a Vossa Majestade Imperial a devolução dos papéis que lhe entreguei outro dia, mas não é indispensável que eu os receba antes de 3^a feira, quando Vossa Majestade regressa de Petrópolis.

Tenho a honra de ser, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 26 de setembro de 1874.

Senhor.

Chego neste momento da conferência de ministros. O sr. ministro da Justiça recebeu um telegrama do presidente do Pará, que diz o seguinte: “Nada oficialmente; assassinatos para roubar; consta que dois dos criminosos estão presos”.

Nenhum outro telegrama foi recebido.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 29 de setembro de 1874.

Senhor.

O visconde de Mauá comunica-me que viu telegrama de Buenos Aires (ainda não publicado) anunciando revolução em Buenos Aires e outras províncias da República Argentina. A ser certo, deve ser movimento do partido de Mitre, que andou querendo comprar-nos armamento.

Isso impedirá a vinda do Tejedor.

De

Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 30 de setembro de 1874.

Senhor.

O conselheiro Taques está avisado, e eu estarei lá para receber a Vossa Majestade Imperial. Pedi ao visconde de Mauá que convidasse logo o engenheiro Hawkshaw.

Como o visconde pode não chegar a tempo, vou providenciar de outro modo.

De

Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 3 de outubro de 1874.

Senhor.

Tenho a honra de remeter a Vossa Majestade Imperial a correspondência que recebemos hoje do Rio da Prata e do Paraguai.

O Tejedor não vem e oculta o verdadeiro motivo.

Minhas cartas dizem que a guerra civil na República Argentina ameaça ser longa.

O plano era para 12 de outubro, e antecipou-se, diz o meu informante, porque os revolucionários temeram a declaração do estado de sítio. Consta que Ivanowski fora assassinado: se é certo, o que dirão os amigos de Lopez Jordan, contra os que justamente amaldiçoaram o assassinato de Urquiza?!

Amanhã terei a honra de enviar a Vossa Majestade Imperial o decreto que me deve autorizar a celebrar o contrato de empréstimos.

De

Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 3 de outubro de 1874.

Senhor.

Tenho a honra de submeter à assinatura de Vossa Majestade Imperial o decreto que autoriza o contrato de empréstimo, concluído hoje.

Junto, para conhecimento de Vossa Majestade, o autógrafo do contrato, de que devo preparar amanhã uma cópia, bem como outra do decreto, para remeter no pacote de 6 ao barão do Penedo.

Junto também o ofício do barão, e os avisos que acompanham as cópias daqueles atos.

Basta que Vossa Majestade me devolva amanhã pela manhã, se for possível, esses papéis, com suas últimas ordens.

Não há telegrama do Pará, o que prova não ter havido maior novidade.

Vamos providenciar para que se observe por nossa parte estrita neutralidade na luta intestina dos argentinos.

De
Vossa Majestade Imperial.
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 4 de outubro de 1874.

Senhor.

Estão feitas todas as recomendações necessárias às legações e à presidência do Rio Grande do Sul, para que se observe estrita neutralidade na questão interna da República Argentina, e se protejam as pessoas e interesses legislativos dos brasileiros.

A compra de vapores, se a tentarem por meio de particulares, é negócio comercial, em que não deve o governo intervir, salvo reclamação fundada.

Não veio outro telegrama do Pará, e o sr. ministro da Justiça o exigiu. O laconismo do presidente, e o não pedir este mais força, prova que o caso não é tão grave. Todavia, irá a *Vital de Oliveira*.

Consta-me, pelo sr. ministro da Agricultura, que o engenheiro Hawkshaw voltou à Alfândega. O mesmo engenheiro segue amanhã para o Rio Grande do Sul.

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Em 6 de outubro de 1874.

Senhor.

Tenho a honra de transmitir a Vossa Majestade Imperial o ofício junto, que recebi do sr. visconde de Caravelas. Dá notícia dos manifestos de Mitre e Sarmiento.

Nada mais sei, senão que, com data de 11, e pelo telégrafo, o sr. Tejedor pediu a detenção da canhoneira *Paraná*, e

que esta fosse entregue aos navios que iriam recebê-la. O telegrama chegou ontem à noite. Ao mesmo tempo, e pelo mesmo meio, o sr. Fleury perguntara a atitude que tomava o governo imperial e pedia instruções.

Aconselhei que se perguntasse para Porto Alegre o estado das coisas quanto à canhoneira.

Que se respondesse ao sr. Tejedor que a legação lhe daria a resposta que esperava. Que ao sr. Fleury se dissesse: o governo observará estrita neutralidade. A canhoneira deve sair do nosso porto no prazo marcado pelo presidente da província. Ao mesmo os navios que a perseguirem se estiverem à vista devem afastar-se dos mares territoriais do Brasil.

Não tive comunicação ulterior do meu colega.

De

Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 15 de outubro de 1874.

Senhor.

Peço mil desculpas a Vossa Majestade Imperial por não ir cumprimentá-lo no aniversário religioso de hoje. Voltei tarde e fatigado do Tesouro.

As últimas notícias de Montevideu e de Buenos Aires são as que tenho a honra de transmitir nos ofícios aqui juntos.

Nada adiantam.

Há também um telegrama do Rio Grande do Sul.

De

Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 19 de outubro de 1874.

Senhor.

Não tenho outra notícia do Pará além do telegrama, que creio exagerado. O sr. ministro da Justiça há de telegrafar por notícias mais precisas. Escrevo ao sr. ministro da Marinha sobre a conveniência da partida de outro navio.

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 23 de outubro de 1874.

Senhor.

Tenho a honra de remeter a correspondência recebida do sr. Fleury.

Se as notícias do governo são exatas, Rivas foi derrotado por Campos, o que deve ser um golpe mortal na revolução.

Diz-se que Mitre regressara para o Estado Oriental.

Não se pode crer em nada, mas parece que o governo está de cima.

De
Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Rio, 31 de outubro de 1874.

Senhor.

Tive a honra de receber a comunicação de Vossa Majestade Imperial, escrita hoje.

Não há novidade, que eu saiba.

Os homens do empréstimo não ratificaram ainda o contrato, querendo modificação quanto à forma do pagamento. Dizem que o Ricke foi nesse ponto além de suas instruções.

Não gostei do laconismo com que o barão do Penedo anunciou-me a dificuldade, sem precisar o ponto em questão –

dizendo somente – recusam ratificar e julgam o contrato irrealizável. Acrescentou: “Escreverei pelo pacote de Southampton”.

Soube da dificuldade por telegrama dos próprios Erlanger e Raphael.

Neste momento recebo outro telegrama do Penedo, que não decifrei ainda. Trato de estudar a questão, e já disse para Londres que não estou em apuros.

Junto aqui a informação relativa aos dias de exame da Escola Politécnica.

Esquecia-me comunicar que recebi o ofício do bispo de Olinda, publicado no *Jornal do Comércio*, e outro do bispo do Pará, também cortês, e mais resumido do que do seu colega.

O primeiro recebido, quase às 7 horas da noite de sábado, foi o do bispo do Pará; o segundo veio poucos minutos depois.

Examino a questão, parecendo *a priori* que a execução das leis do Império não precisam que os prelados facultem isso aos seus delegados.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 9 de novembro de 1874.

Senhor.

Ontem à noite recebi telegrama do presidente do Pará, a que respondi com urgência, como ele pedia. Não comuniquei a Vossa Majestade Imperial imediatamente, porque aguardava a devolução do telegrama, que passei ao sr. ministro da Justiça, de quem não o recebi ainda.

Dizia o telegrama que as circunstâncias da tribuna se agravavam seriamente, e que eu lhe desse carta branca para acabar com isso, confiando na sua prudência. Respondi que confiava muito no seu tino e prudência, mas não podia autorizar o que não previa. Que procedem dentro das leis e com segurança de bom êxito, mantendo a ordem pública e garantindo a segurança individual. Quem me comunicasse por cifra (o sr. Caravelas

disse-me que os presidentes já têm uma cifra para o seu ministério) o que pretendia fazer e eu responderia.

O visconde de Mauá veio mostrar-me um telegrama do Pimenta Bueno em que se dizia o mesmo que no do presidente, acrescentando: que o comandante da *Sagres* tomara satisfação à redação da *Tribuna*; que podia haver perda de vidas, e aconselhava autorização ampla ao presidente.

O sr. João Alfredo comunicou-me pelo telégrafo que viria nos primeiros dias de dezembro, que não perdia tempo relativamente à questão dos intendidos.

O navio de guerra para o Pará já deve ter partido, e de novo o lembro ao sr. ministro da Marinha.

Escrevo ao sr. Caravelas, para que o sr. Mathias de Carvalho recomende moderação ao comandante da corveta portuguesa.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 22 de novembro de 1874.

Senhor.

Parece que um pressentimento me fez não assistir a toda a conferência. Vim achar telegramas dos presidentes de Pernambuco e da Bahia. Apareceu um movimento sedicioso na Paraíba. A capital era ameaçada por mil sediciosos que vinham de Campina Grande e Ingá. O presidente requisitou força ao de Pernambuco. Quis este mandar o *Recife*: estava em conserto.

Fretou um navio mercante e enviou 100 praças de imperiais marinheiros, artífices do arsenal de Guerra e de um dos 2 batalhões de linha. Foi o que pôde arranjar.

O presidente da Bahia faz seguir amanhã a corveta *Paraense* com uma ala do 18^o.

Em Pernambuco apareceu agitação do mesmo caráter em Bom Jardim.

O Ibiapina parece ser o agitador, andava proclamando. O pretexto é o recrutamento, os novos pesos e medidas e a questão religiosa.

Já convoquei os srs. ministros da Justiça e da Guerra e da Marinha, para conferenciarmos e preparar os elementos de forja que devem ser enviados sem demora.

Logo remeterei a V. M. os telegramas com o que tivermos resolvido, e amanhã cedo irei receber suas ordens, se não as receber antes.

Isto mostrará à Santa Sé e aos bispos a sua imprudência.

O meu filho é o portador desta carta, porque devo esperar os ministros, e estou sem ordenanças.

Quero ver se posso expedir um telegrama de animação e de aviso hoje mesmo. Não sei se o conseguirei, porque a estação T. fecha-se.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 25 de novembro de 1874.

Telegrama para Bm sobre sedição.

Que tropa há nas províncias da Paraíba e Pernambuco?

Que oficiais?

Há tempo falava-se da marcha de gente do interior da Paraíba sobre a capital.

Recrutamento? *Pesos e medidas!*

Senhor.

A carta junta do sr. ministro da Guerra e o telegrama do presidente de Pernambuco dizem o que há de novo. Essa chamada conflagração deve ser a presença de grupos dos agitadores naqueles lugares imediatos, onde não encontram força. O grito – Morra aos maçons – mostra que é a questão religiosa.

Recomendei de novo ao sr. ministro da Guerra que veja como mandar elementos para uma força de cavalaria: pelo menos armamentos e uns 2 oficiais, para montar – a alguns esquadrões da G. N., autorizando a compra de cavalos.

Recomendei que tenha aqui em Bm pronto – e telegrafe para Porto Alegre, para que outro esteja lá à primeira voz.

Concordei em fretar os 2 vapores, para não demorar a expedição; e passo a cativar os preparos da Marinha, escrevendo ao sr. ministro respectivo, que faça trabalhar de noite.

O Pedra irá, e se expedirá ordem para que siga antes da chegada do transporte, se tiver antes condução pronta e segura.

Por ora não creio que a coisa seja tão grave como figura o presidente da Paraíba, que carecia de prontos auxílios, e não os pediria com eficácia de outro modo.

Como os homens gritam contra os maçons, conquanto a consciência e minha previsão me digam que o ministério pode vencer as dificuldades, e que não convém ceder em tais circunstâncias, todavia, eu deixo esta questão à iniciativa de Vossa Majestade Imperial, se eu não for adiante do pensamento que os sucessos possam trazer ao esclarecido e imparcial juízo de Vossa Majestade Imperial.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 26 de novembro de 1874.

Senhor.

Do Pará recebeu-se esta manhã telegrama do presidente respondendo que nada havia que comunicar. Entretanto o sr. ministro de Portugal não cessa de procurar o sr. Caravelas, e quer por força que se ponha um termo aos excessos da *Tribuna*. Recebeu telegrama do comandante da *Sagres*, dizendo: “As coisas não podem continuar assim em relação à *Tribuna*. Supõe que o presidente não obra, porque julga-se demitido. Dirijo agora um extenso telegrama ao presidente, referindo essas apreensões, recomendando que pode e deve obrar com inteira confiança no governo, pelos meios legais e como julgar acertado”.

De Pernambuco recebi o telegrama junto.

Veio igual para o sr. ministro da Justiça.

Ativo todos os nossos preparativos para que a repressão seja eficaz e pronta como convém. Já telegrafei ao presidente de Pernambuco dizendo que a intervenção dos Capuchinhos

pode ser útil e deve ser empregada, *mas estando a força à vista ou perto para obrar*, se for preciso. Não convém confiar muito nesse meio.

A política entrou e procura entrar mais nesse negócio. Sou induzido neste juízo pelos imprudentes artigos da reforma, e porque revelou-me o dr. Rocha (como órgão da agência americana) que recusaram expedir telegrama para o sul e para o Pará, figurando uma vasta revolução.

Eu já tinha prevenido contra tais manobras os presidentes, e o fiz de novo hoje, e continuarei neste trabalho.

O sr. ministro da Guerra teve notícia de que o general Pedra talvez não pudesse seguir por doente. Ficou de perguntar amanhã se continuava o impedimento, para ir outro chefe no transporte da Marinha. O Caxias lembrou-me ontem o Severiano ou Valporto. Creio que pode ser um destes, mas eu prefiro o 1º.

Junto duas cartas, uma do sr. ministro da Guerra, outra do sr. ministro da Marinha.

Das 7 ½ da noite até às 10 (provavelmente) estarei em conferência com meus colegas na secretaria da Guerra porque é hoje dia de nossa reunião ordinária.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 27 de novembro de 1874.

Senhor.

Recebi ontem à noite o telegrama junto do presidente de Pernambuco.

Por esta comunicação parece que o caso não é tão grave como figuram os telegramas particulares. Todavia, não há que fiar: é preciso circunscrever e abafar o incêndio.

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

P. S. Senhor, já tinha esta carta pronta, quando tive a honra de receber a de Vossa Majestade. O presidente de Pernambuco tem a mesma idéia, que pode ser útil para os de boa-fé.
Corte, 27 de novembro de 1874.

Senhor.

Junto aqui o único telegrama que hoje recebemos de Pernambuco, e as cartas do sr. ministro da Guerra, que referem o que tem ocorrido quanto a preparativos.

O *Leopoldina* sairá amanhã, porque assim acordaram os dois ministros. Não leva tropa, leva material, e o coronel Severiano e mais uma ou outra praça entre as quais o capelão do 14.

Eu não perguntei pelo telégrafo ao presidente de Pernambuco quais as causas atribuídas à sedição, porque ele disse o que lhe constara, e ao certo nem o presidente da Paraíba talvez saiba a esta hora. A este foi aviso, de que se remeteu cópia ao de Pernambuco, exigindo o sr. ministro da Justiça todos os esclarecimentos. Para mim é evidente que a causa primordial é o manejo dos ultramontanos; o mais serve para excitar os que não compreendam a questão religiosa ou para acender-lhes a dedicação. A oposição fala em impostos e prepotências: mas então a gente das capitais e povoações próximas estavam quietos e continuam sossegadas? Essa questão dos impostos já foi muito discutida.

Quem pacificou Bom Jardim, se houve na verdade aí agitação? Um capuchinho.

Isto caracteriza o movimento.

Entretanto, como Vossa Majestade Imperial deseja que se pergunte o que consta, vou dirigir telegrama nesse sentido.

O artigo da *Nação* é do dr. Gusmão Lobo, que temeu ser inconveniente, anunciando essas idéias por conta da folha.

Também me pareceu concludente. Eu não sei quais os nossos canonistas, a não serem os do conselho de Estado. Talvez ponha a Vossa Majestade uma consulta, para ser feita a esses.

O sr. Caravelas insta porque se ouça o conselho de Estado pleno sobre o procedimento da *Tribuna* do Pará. Diz que é

preciso, sim ou não, autorizar mais a nossa decisão e repartir a responsabilidade. Se V. M. permite, digne-se marcar o dia, que deverá ser próximo. Para o estudo dessa questão de direito criminal bastarão três dias livres.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 28 de novembro de 1874.

Senhor.

Ontem, à hora muito avançada da noite, recebi de Pernambuco o telegrama extenso, que ora envio a Vossa Majestade Imperial; e às 10 horas, antes daquele, o outro que anuncia a morte natural do sogro do conselheiro João Alfredo, notícia esta que contristou-me.

Pelo que Vossa Majestade lerá, Bom Jardim foi de novo perturbada.

O presidente responde às perguntas que lhe fiz sobre o estado das coisas, e as causas e chefes ou influentes do movimento. Custa-me a crer que em Pernambuco os sediciosos não falem também na questão religiosa. Aquilo deve ser informação do capuchinho.

Não me parece conveniente reunir agora o conselho de Estado.

A praça do Rio de Janeiro tem-se ressentido dos primeiros telegramas. A renda de sábado desceu a menos de 60 contos, em parte por essa causa. Deviam logo os conselheiros que a sedição tornou-se mais grave.

A consulta a respeito da *Tribuna* pode ser adiada, ao menos por alguns dias. A questão dos governadores naturalmente não tem tido andamento em Pernambuco pelo estado anormal do sertão.

Pode também ser adiada essa consulta.

Amanhã é dia de conferência, e então discutirei essa oportunidade com meus colegas. Não iremos por isso à festa do Cruzeiro.
Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 29 de novembro de 1874.

Senhor.

Não recebi telegrama ontem, nem do Pará, nem de Pernambuco. Creio, pois, que nada constava a respeito da Paraíba, e nada tinha ocorrido de novo nas outras províncias.

A conferência dos ministros, hoje, é em minha casa.
Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 1º de dezembro de 1874.

Senhor.

Acabamos de receber o telegrama junto, do presidente de Pernambuco. Parece-nos que o caso não é para tanto escarcéu, mormente como se explica. O juiz de direito de Itambé é o bacharel João Francisco da Silva Braga (liberal, moderado).

Não convém mandar mais 1 batalhão, ao menos por ora. Cumpre aguardar novas notícias. A *Ypiranga* e a *Vital de Oliveira* não tardarão a chegar, e levam força de desembarque, para tranqüilizar a capital. O *Calderon* passará por ali no dia 3. Assim o digo ao presidente, e recomendo-lhe que movam os cidadãos presentes e corajosos do interior.



D. Pedro II, numa estampa colorida de Pinçon (Museu Imperial).

A força pública não está sujeita, em tais casos, aos juízes de direito: ou o próprio presidente o fez, ou faltou direção.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 1º de dezembro de 1874.

P. S. Lembro que convém organizar a perseguição contra esses bandos, e que para isso é mister preparar alguma força de cavalaria.

Senhor.

O sr. ministro da Justiça e eu recebemos outros telegramas de Pernambuco, que ambos dizem a mesma coisa, e mostrar que os homens notáveis da província começavam a auxiliar o governo.

O meu dito colega recebeu ofícios que dão alguma luz sobre os sucessos da Paraíba, e os da outra província.

Envio tudo aqui junto.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
V. do Rio Branco

Em 1º de dezembro de 1874.

Senhor.

Recebi hoje à tarde os dois telegramas juntos, do presidente de Pernambuco.

Procurei entender-me com o sr. ministro da Justiça, e o parecer dele é o que se lê na sua resposta. Refiro-me ao caso

dos jesuítas, que são indiciados como agentes ou motores do movimento sedicioso.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 3 de dezembro de 1874.

Senhor.

Reuni-me com meus colegas, e o resultado do nosso acordo é o telegrama junto, que será expedido, se Vossa Majestade Imperial me o devolver com a sua aprovação.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 4 de dezembro de 1874.

Senhor.

Boas notícias promete o telegrama que acabo de receber do presidente Lucena, com referência à Paraíba.

O sr. ministro da Justiça remeteu-me os ofícios juntos, recebidos hoje de Pernambuco, que podem conter algumas particularidades, mas são atrasados.

Penso que as coisas seguiam bem.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 5 de dezembro de 1874.

Senhor.

Ontem não veio telegrama do norte, senão muito tarde. Não o envio a Vossa Majestade, porque está com o sr. ministro da Justiça.

Diz o seguinte: “Ontem foi assaltada a Lagoa Seca. O coronel Luiz Maranhão, em 4 dias, levantou 350 homens e à frente deles marchou para Nazareth, Timbaúba e outros pontos. Está no correio correspondência do *delegado da Santa Sé* para o secretário do bispo: suspeita-se que se refira à questão religiosa. Posso abri-la? Aguardo ordens.

Neste momento chega o telegrama devolvido e aqui o junto. É mais expressivo quanto à dita correspondência. Vamos considerar o caso amanhã. Inclino-me a respeitar a inviolabilidade da correspondência, posto que me recorde ter-se feito exceção nos pareceres de uma consulta do conselho de Estado pleno.

Sendo preciso, talvez se possa chegar ao mesmo resultado, entregando a correspondência, e dando busca logo depois na casa do destinatário. Não respondo ainda ao presidente sobre este ponto, e estímulo a ação da autoridade para que se faça sentir contra os desordeiros do sertão. Peço notícias sobre as forças e da Paraíba.

Do Pará, nada. Telegrafo ao presidente.

Aqui não há novidade.

Não se pode formar juízo sobre a verdade dos sucessos no Rio da Prata, como Vossa Majestade verá dos jornais de hoje. Creio que Mitre não sofreu derrota, mas que Arias lhe resistia fortemente, e que o primeiro, por falta de munições, lhe pôs um cerco: que o governo reunia forças sobre aquele ponto, para salvar o seu chefe, e ver se batia a Mitre. Entretanto, cantavam antecipadamente a vitória que esperavam, e ocultaram a posição crítica de Arias. Pelo menos, já era tempo de aparecerem as provas materiais de tão decisiva vitória. O fato é anterior a 25, e até 2 do corrente, data da correspondência de Montevideú, tudo era posto em dúvida. O movimento do Estado Oriental passa por ser obra do governo argentino, e esperava-se que fosse sufocado.

Os boletins de Buenos Aires podem ter por fim retardar Arredondo, desacoroçoar os mitristas de Corrientes, e evitar a

invasão de Lopez Jordan, que ameaçava de Paysandu. Se, com efeito, é mentira, nunca se mentia assim oficialmente, nem mesmo no Rio da Prata.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 8 de dezembro de 1874.

Senhor.

Anteontem à noite e ontem à tarde chegaram novos telegramas. Os de ontem são satisfatórios em relação a Pernambuco e à Paraíba. Há um do Pará, em resposta à pergunta que fiz, e nesse o presidente diz que tudo ia bem. A *Nação* de ontem publicou os ditos telegramas com as supressões convenientes.

Apuradíssimo pelo sr. conselheiro José Bento, foi-me preciso expedir por aviso as instruções provisórias para os exames de preparatórios na corte.

Sou com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 10 de dezembro de 1874.

Senhor.

Recebo neste momento o telegrama junto.

As notícias são boas, mas vê-se que a tal demonstração de pesos e medidas faz-se sistematicamente nos lugares do interior onde não há força, nem população importante. Esses fatos parecem descobrir o dedo dos jesuítas.

O sr. João Alfredo trouxe correspondência do presidente de Pernambuco, que refere à busca dada na casa dos padres. O

sr. ministro da Justiça me transmitiu, mas eu não pude ainda lê-la, e por isso não a levo já ao conhecimento de Vossa Majestade.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 11 de dezembro de 1874.

Senhor.

Acabo de receber o telegrama junto, que felizmente desmente as invenções do boletim do *Globo*, que parece sofrer da moléstia dos desesperados. Já extratei para a *Nação*, e redigi uma notícia para o *Diário Oficial*, porque o mês é de pressão na praça e essas notícias, exageradas de adrede, podem fazer mal.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 12 de dezembro de 1874.

Senhor.

Voltei tarde da conferência. Esta circunstância e o péssimo tempo me inibiram de ir à sessão do Instituto, e me fazem pedir dispensa a Vossa Majestade de expor-lhe verbalmente o que passo a comunicar por este meio.

Recebi ontem à noite o telegrama junto, do presidente de Pernambuco, e relativo a uma das tais cenas em Goianinha do Rio Grande do Norte. Respondi logo com as recomendações convenientes. Há por lá como auxiliar essa província, se for preciso; e brevemente irão para Pernambuco mais 100 praças vindas de Santa Catarina.

Até este momento nada recebi hoje.

Remeto a Vossa Majestade a correspondência que tem vindo de Pernambuco e da Paraíba. Rogo a v. ex.^a que me a devolva antes de sábado, se for possível, porque convém dar um extrato no *Diário Oficial*, do que não pode prejudicar as investigações da polícia. Convém que o público conheça oficialmente o que têm feito os desordeiros.

Pareceu-me, como ao sr. ministro da Justiça, que há indícios veementes, mas não prova suficiente da culpabilidade dos padres jesuítas.

Discutida hoje a deportação destes, opinaram pela afirmativa os srs. ministros do Império, dos Negócios Estrangeiros, da Marinha e da Agricultura.

O sr. Duarte aderiu à minha opinião, e também o sr. Junqueira, indo este mais longe no seu escrúpulo.

Em poucas palavras, direi a Vossa Majestade o meu parecer. Ou os padres são cabeças da sedição, o que deve saber-se, pelos meios judiciais ou não. No primeiro caso, tratando-se de instaurar processo, fora dificultar o conhecimento da verdade e subtrai-los à ação da lei penal. Com que direito então puniríamos a outros, entre os quais o padre Ibiapina, que talvez se reconheça ser culpado? No 2º caso, não sendo eles pronunciados, por falta de provas, poder-se-á então usar daquele meio, pela fundada presunção ou certeza de que eles auxiliam a resistência dos bispos e são, portanto, estrangeiros perigosos.

A minha questão é de oportunidade. Agora não se pode alegar perigo iminente, porque o movimento vai sendo sufocado. O sr. Junqueira não vota pela deposição sem prova cabal da culpabilidade dos acusados.

Tratou-se da convocação extraordinária. Todos auguram mal do resultado, mas, atentas as instâncias de Vossa Majestade, conveio-se na convocação para 15 de março. O ato não deve ser publicado senão no 1º de janeiro, prevenindo-se entretanto os presidentes e alguns amigos do gabinete. Esse intervalo é de prudência para ter certeza do êxito das providências tomadas contra os sediciosos.

No próximo despacho terei a honra de apresentar a Vossa Majestade essas duas soluções. Assentou-se em preparar algumas providências relativas à questão religiosa, para que o governo não seja tomado de improviso pelos acontecimentos ou exi-

gências parlamentares. Há imenso que fazer até 15 de março. Deus nos ajude.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 15 de dezembro de 1874.

P. S. Vai novo telegrama. A providência do rio Formoso foi-me indicada pelo conselheiro João Alfredo, para conter a gente de Porto Calvo, ficando tropa ali para acudir, se for preciso.

Senhor.

Ontem recebi à tarde um telegrama, que os meus colegas não devolveram ainda, noticiando o seguinte: o movimento sedicioso manifesta-se no sul (noroeste). Em Caruaru, Bezerros e Bonito quiseram, digo, quebraram os pesos e medidas, e queimaram os arquivos das Coletorias e Câmaras Municipais. Não havia ali senão 9 praças de guarda às cadeias (em cada localidade). Mando forças. Os liberais puseram-se à frente dos desordeiros no Bonito. Têm-se feito algumas prisões. No Bom Jardim o chefe foi um alferes reformado (liberal), e este já está preso.

O *Werneck* deve sair hoje com duzentas, digo, cem praças vindas de Sta. Catarina, e algum armamento para Pernambuco. Servirá também para qualquer transporte e comunicação urgente entre os pontos da agitação.

À noite recebi o telegrama junto, sobre o qual conferenciarei hoje à noite com os meus colegas. Espero que se resolverá a deportação dos jesuítas, visto que continua o movimento, e o presidente insiste por essa providência.

Quanto ao mais, já respondi, fazendo algumas recomendações para Pernambuco e as províncias limítrofes e despertando zelo e energia de todos.

À noite veio ter comigo o barão de Cabo Frio, por encargo do sr. Caravelas, para dar-me conhecimento de um telegrama cifrado da legação imperial em Montevidéu, e perguntar o que eu pensava a esse respeito. O governo oriental receia

uma revolução dos blancos promovida pelo governo argentino. Eu digo dos *blancos*, porque são esses os amigos do partido dominante em B. Aires. Pede que lhe emprestemos mil armas e certa quantidade de cartuchos. Opinei que se prestasse esse serviço com o armamento disponível que tem o sr. ministro da Guerra, e que não quer para o nosso Exército: Chassepot ou mesmo Remingtons, dos que vieram antes de adotar-se a Comblain, ou pelo receio de que este não chegasse a tempo em quantidade suficiente. Naturalmente o governo oriental quer armamento igual ao dos argentinos. A paz interessa a todos. Quem pede o auxílio é um governo amigo e aliado. Não há ainda luta, em que devamos guardar neutralidade até esse ponto. Não é mesmo possível que se levante hoje uma poderosa revolução no Estado Oriental, a não ser por auxílio estranho.

Portanto, é um serviço e uma prova de benevolência que prestamos àquele governo, sem dar justo motivo de guerra a quem quer que seja. Mais nos custaria guardar as fronteiras. E não é empréstimo gratuito: pagar-nos-ão o armamento. Se os meus colegas concordarem, e não houver outro meio mais pronto, irá o transporte *Madeira* levar o dito armamento. Talvez possa ir no *Minho*.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 17 de dezembro de 1874.

Senhor.

Acabo de receber as duas cartas de Vossa Majestade. Creio que o auxílio pedido pelo governo oriental não poderia ser recusado sem dar-lhe justo motivo de queixa. Cedemos aquilo de que não precisamos e, como dinheiro, é dívida insignificante. Não se fez ainda remessa, porque não havia logo transporte, e era preciso saber se querem Chassepot ou Robert, únicas armas de que podemos ceder a 1000. Acresce que de Chassepot não há o número de cartuchos pedido. Havia aqui quem propusesse a compra desse armamento para revender, e o Ministé-

rio da Guerra não aceitou a proposta do que julga inútil para o nosso Exército, pelo receio de que fosse para revolucionários.

Quanto aos jesuítas estrangeiros, resolvemos em conferência de ontem à noite que saiam de Pernambuco e da Paraíba para fora do Império, no primeiro paquete que seguir para Europa. Recomendou-se a maior cautela a respeito do padre Ibiapina, que só deve ser preso em caso de manifesta criminalidade e com certas precauções, que os telegramas mostraram a Vossa Majestade, nas minutas que lhe serão presentes amanhã. O caso é urgente.

Ontem recebi os 2 telegramas que junto aqui.

Não há outra novidade. Temos tido o cuidado de não acusar o partido liberal, mas há liberais metidos no movimento, e não convém ocultar esse fato, quando as notícias o mencionarem por modo positivo.

Por ora não são notícias oficiais.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 18 de dezembro de 1874.

Senhor.

Junto os telegramas ontem recebidos. Está evidente que o plano é jesuítico, com algum auxílio de políticos desabusados. Como a repressão toma cada vez mais vigor, e alguns vão sendo escarmentados, brevemente veremos, espero eu, essa comoção sufocada. Tenho cartas do presidente do Rio Grande do Norte até 7 do corrente: são completamente satisfatórias. Não as envio já a Vossa Majestade, porque desejo mostrá-las logo aos meus colegas. Da Paraíba não há notícia recente; estando lá o *Ypiranga*, e sendo curta a distância, o silêncio indica que as coisas não iam mal.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 22 de dezembro de 1874.

Senhor.

As notícias ontem recebidas são satisfatórias. Do Rio Grande do Norte sabe-se que manifestou-se o movimento em alguns pontos do sul, mas sem maior gravidade, que a morte de um negociante português em Macaíba. Foi morto pelos sediciosos, e esse fato mostra que os padres e seus adeptos têm explorado o preconceito de nacionalidade e do comércio a retalho. O presidente tinha providenciado e mostrava-se sereno.

Da Paraíba sabe-se que tinham desaparecido todos os grupos, e que as forças iam, sem efusão de sangue, tranquilizando o interior. O chefe de polícia preparava os elementos para punição dos cabeças e averiguação dos fatos.

De Pernambuco não há novidade. Receava-se alguma coisa na feira do Natal, mas a força de linha e a de polícia andavam quase toda pelo interior, e três destacamentos volantes se auxiliavam reciprocamente.

Dois dos jesuítas já estavam a bordo da *Vital de Oliveira*. Ontem eram esperados mais 2 que andavam pelo Jaboaão e outro ponto. Só restariam em Pernambuco 2 que andavam pelo Caruaru ou Lei, a 110 léguas da capital.

Estas notícias constam de 1 telegrama que juntarei aqui, se meus colegas me o devolverem a tempo, como lhes pedi.

Outro telegrama, que vai junto, informa sobre as pessoas que nas diferentes localidades devem auxiliar a repressão. Responde a uma indicação, que eu fiz por conselho do sr. João Alfredo, declarando, porém, que o presidente fizesse o que julgasse melhor, porque a responsabilidade da escolha é dele.

Acabo de receber a carta de Vossa Majestade, escrita ontem. O Lucena refere-se ao aviso que lhe dei de ter o *Jornal do Comercio* publicado a ordem contra os jesuítas.

Chegou correspondência oficial das 3 províncias, que vai ser extratada para o *Diário Oficial*.

Junto 2 cartas do presidente do Rio Grande do Norte.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 23 de dezembro de 1874.

Senhor.

As novidades são as que referem os telegramas juntos, recebidos ontem à noite. Houve em Bom Conselho mais um fato de luta material. É de esperar que as providências da autoridade, e a atitude, cada vez mais pronunciada da gente sensata, contenham os desordeiros. É bonito o pronunciamento da Escada.

Vai em original o telegrama de que ontem dei notícia.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 24 de dezembro de 1874.

Senhor.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Majestade Imperial a correspondência que recebi e a do Ministério da Justiça, extratada hoje no *Diário Oficial*.

A minha correspondência oferece algumas repetições da outra. A carta do presidente do Pará refere-se à outra, que não remeto agora, porque não me foi ainda devolvida pelo sr. ministro do Império.

Este me tem demorado a nomeação do presidente para o Rio Grande do Sul, por certas hesitações a respeito da escolha por mim indicada, do dr. Pedro Vicente de Azevedo, que para mim recomenda-se muito pelos seus últimos atos e apreciações imparciais. Como levo esses moços com muita prudência porque já estou velho no ministério, cedi ao pedido que o sr. João Alfredo me fez de ouvi-lo fora de conferência a esse respeito.

Muito convém firmar o princípio de que as presidências de província devem, providas por iniciativa dos presidentes de conselhos, ou, por outros termos, dar a estes, em caso de divergência, voto preponderante. Os presidentes não são delegados de um ministério, mas de todos, e são a expressão ativa da política dos ministérios nas províncias. Ora, a unidade da política

ministerial reside no presidente do conselho. Desculpe-me Vossa Majestade esta digressão, que tem de prevenir o futuro.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 24 de dezembro de 1874.

Senhor.

Acabo de conferenciar com os srs. ministros da Guerra, da Marinha e da Justiça.

Junto aqui os telegramas, a que me referi.

Combinou-se:

Que sairá amanhã mesmo, se for possível, o transporte *Werneck* ou o *Leopoldina*, o primeiro que ficar pronto; levando o Bm. 14.

Que no mesmo transporte irão 3 bocas de fogo de campanha, com as suas munições, e a guarnição precisa, comandada por 2 oficiais de artilharia.

Tudo com destino à Paraíba.

Que o general Pedra receberá ordem, sendo avisado pelo telégrafo, para ir comandar as forças da Paraíba.

Que sairá também com destino à Paraíba a corveta *Ypiranga*, bem guarnecida.

Que o chefe-de-divisão Mamede receberá ordem, sendo avisado pelo telégrafo, para ir comandar a força naval que se destina à Paraíba.

Que o transporte levará, pelo menos, 500 armas à Minié com as suas munições para armamento da Guarda Nacional da Paraíba.

Que serão autorizados os presidentes da Bahia, de Pernambuco e da Paraíba, para chamarem a serviço a Guarda Nacional que for precisa.

Em Pernambuco há armamento suficiente, informa o sr. ministro da Guerra, e não receamos aí movimento que possa arrostar os meios de ação da autoridade.

Que se obterá da companhia telegráfica que suas estações do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Pará trabalharão à noite, a qualquer hora, enquanto durarem esses movimentos sediciosos.

Os srs. ministros da Guerra e da Marinha irão amanhã às suas secretarias para ordenar e ativar aquelas providências.

Eu os reunirei a todos, se for preciso, segundo as notícias que nos transmita o telégrafo.

Recomendei que tudo se fizesse com atividade, mas sem estrépito, para que se não exagerasse o acontecimento dentro e fora do país.

Hei de telegrafar para o Rio Grande, para o Pará e para Londres, por cifra, no sentido de prevenir notícias exageradas.

Amanhã às 10 horas da manhã irei à presença de Vossa Majestade Imperial.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito

Visconde do Rio Branco

Corte, 25 de dezembro de 1874, às 11 horas da noite.

Senhor.

Ontem à tarde recebi mais 1 telegrama, de que enviei pelo telégrafo (não estaria interrompido?) o transunto a Vossa Majestade Imperial. Contém boas notícias. Junto-o aqui. Perguntei pelos fatos do Gravatá e S. Bento referidos pelo *Globo*: ontem mesmo respondeu-me o presidente Lucena – não é exato. Junto também este telegrama.

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito

Visconde do Rio Branco

Corte, 29 de dezembro de 1874.

Senhor.

Recebi ontem o telegrama junto. As 3 primeiras províncias ficavam tranqüilas, mas a ressaca tinha chegado às Alagoas, onde espero se extinguia prontamente.

Talvez amanhã o *Diário Oficial* dê a continuação dos extratos da correspondência oficial. Li os ofícios ontem recebidos, papel por papel. Minha convicção é que os impostos e os pesos farão pretextos habilmente escolhidos, mas que o movimento foi preparado pelos padres.

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súbdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 31 de dezembro de 1874.

Senhor.

Acabo de receber o telegrama junto. A princípio pareceu-me que o final queria dizer: em Jaguaribe há armamento e munições. Recorrendo ao mapa, ocorreu-me que fala-se de *Jaguaribe* (vapor) e que nesse navio seguiu a força com armamento e munições.

A *Magé* saiu, mas só com a sua guarnição, porque o sr. ministro da Guerra não pode mandar 30 praças e 1 oficial, que anunciara ao da Marinha. Sempre é um auxílio para a capital ou algum lugar próximo. Sendo preciso, irá daqui força.

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súbdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 2 de janeiro de 1875.

Telegrama para Pernambuco. Em 6 de janeiro de 1875.

Ao presidente da província. “Respondo ao telegrama de hoje. A autoridade não deve recuar. Os jesuítas de Triunfo são

os mais perigosos; prepararam o movimento da Paraíba e de Pernambuco, de inteligência com Ibiapina e outros missionários. Parece que ali está o foco principal da sedição. Proceda com prudência mas com energia, dispondo para esse fim elementos eficazes. Aumente-se a força de linha. Vá o chefe de polícia, Luiz Maranhão, Buique e outros cidadãos que concorram. Combine-se a operação com as forças da Paraíba que marcharão para aquele lado. Força das Alagoas, que fosse pelo rio até certo ponto, procurando Tacaratu, poderia entrar nessa operação. Se não há aí, nem em Maceió vapor para subir o rio, requirite ao presidente da Bahia um vapor da companhia baiana. São indicações que deixo ao competente arbítrio de v. ex.^a que pode melhor julgar. O essencial é não arriscar um revés da autoridade, fazer cumprir a ordem, apresentando no lugar, por uma ação pronta, hábil, enérgica e sem estrépi-to, os meios eficazes de impor respeito, e vencer pela força, se for indispensável. Vá o Capuchinho, se o há que se preste e mereça confiança, para tomar conta das obras. Prometa-se (não como transação) que as igrejas serão concluídas, mas prendam-se e saiam os jesuítas. Fraquear neste caso é animar novas resistências, é perder tudo”. – *Visconde do Rio Branco*.

Senhor.

Ontem recebi telegrama anunciando que o povo do Triunfo quase todo se mostrava fanatizado pelos jesuítas, e até a Câmara Municipal pedia por eles, nos termos que Vossa Majestade lerá. Ali está o centro de que partiu todo o movimento dos sertões. Respon-di, depois de ouvir o sr. conselheiro João Alfredo, que melhor conhece a sua província, no sentido da cópia junta, que é o telegrama textual por mim expedido. Esta manhã muito cedo recebi resposta do presidente Lucena, que me tranqüiliza. Guardo reserva sobre estas notícias, porque assim convém.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 7 de janeiro de 1875.

Senhor.

Tive a honra de receber a carta de Vossa Majestade. O telegrama de ontem à noite, que junto aqui, indica que as notícias do Triunfo eram exageradas.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 8 de janeiro de 1875.

Senhor.

Depois de escrita outra carta que nesta ocasião dirijo a Vossa Majestade, recebeu o ministro do Império um telegrama do presidente de Santa Catarina. O jesuíta João Maria Cybeo andava pelo interior daquela província pregando contra o governo e as instituições do país, isto com a exortação de obediência somente ao Papa. O povo de Lages expeliu o jesuíta, e a ordem pública teria sido perturbada, se o delegado de polícia não interviesse, obrigando o missionário a ceder ao povo. Acha-se esse padre na colônia militar de Santa Teresa, tendo sido a sua pessoa protegida. O presidente tencionava fazê-lo vir para a capital, e conservá-lo aí sob as vistas da polícia. Se é estrangeiro, entendo que deve sair do país. Quanto aos nacionais, trataremos de examinar a questão de terem ou não perdido a nacionalidade.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 14 de janeiro de 1875.

Senhor.

Não tive ontem telegrama do norte. As correspondências liberais, como é natural, já começam a queixar-se de que

os quebra-quilos sejam processados ou mandados para o Exército. Devíamos deixa-los com disposição e liberdade para repetirem suas cenas. É a história de todas as revoluções. Todavia, telegrafei chamando a atenção dos presidentes de Pernambuco e da Paraíba para essas queixas, e recomendando prudência sem prejuízo da necessária repressão legal.

O empréstimo ficou ajustado definitivamente, como Vossa Majestade Imperial verá do telegrama junto. Rothschild cedeu de exigir que a despesa do selo fosse paga pelo Tesouro, contentando-se com a antiga comissão de 2 ¼, que só nos últimos contratos, a partir de 1865, subira a 2 ½. Promete bom êxito, o que é garantia. Pareceu-me que Vossa Majestade achava pouco, mas eu peço licença para manifestar, sem vaidade, que em minha consciência fiz uma boa operação, mais vantajosa do que as anteriores.

Ontem telegrafou-me o sr. Penedo dizendo que os jornais deram notícia de próxima emissão de empréstimo brasileiro, mas que nem ele nem pessoa de sua confiança o autorizou. É a mesma notícia que reproduzem os desta cidade.

Convém guardar reserva até que o fato seja consumado pelo Rothschild com a sua emissão.

Amanhã terei a honra de apresentar a Vossa Majestade Imperial o decreto que pede o barão do Penedo, conquanto os meus telegramas à legação e ao contratador possam autorizar a emissão imediata, se assim convier, como já proceder com a Rússia o mesmo Rothschild, pelo crédito que esta casa goza, além da confirmação do ministro do Brasil.

O estado das nossas praças não é o que dizem pessimistas, mas não é bom, por falta de capital monetário, que em grande parte está empregado em apólices, e também porque as importantes transações do Brasil não podem passar muito tempo sem bancos de circulação. O empréstimo será de efeito muito salutar. O *Diário* e a *Reforma* declamam; não me arrependo de ter concorrido para dar mais algum armamento ao Exército e à Armada, impondo assim respeito e prudência ao vizinho que se armava a todo o custo. É, porém, certo que as despesas dos últimos exercícios avultaram, e que releva diminuir os encargos do Tesouro, para darmos auxílio à lavoura e reduzir os di-

reitos de exportação. Peço o auxílio de Vossa Majestade neste empenho.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.
Visconde do Rio Branco

Corte, 15 de janeiro de 1875.

P. S. No mesmo telegrama de ontem, referindo-se ao sr. Araguaia, diz o Penedo que é falsa a noticia do cardinalato de d. frei Vital.

Senhor.

Não há novidade. Notícias do Rio da Prata são as que dão os jornais, que cartas particulares confirmam. Não creio que o movimento de Montevideú tenha mais conseqüências, além de algumas mortes e ferimentos, do que a mudança de ministério, que nada fazia na questão financeira.

Já escrevi ao sr. conselheiro Costa Pereira para que não ceda a casa ao Ministério do Império. Os próprios nacionais, como o nome diz, pertencem ao Estado; só ficam sujeitos a outro ministério que não o da Fazenda, guarda de todos, quando necessários e destinados a certo serviço. O sr. ministro do Império podia reclamar aquele prédio em nome de um direito, se fosse para demolir e construir o teatro; não para escola. Uma escola muda-se facilmente; a estação telegráfica, colocada em casa particular, ficaria exposta a que o proprietário lhe exigisse a casa ou maior aluguel.

Indiquei também o engenheiro Calaça para os trabalhos preliminares da estrada de Mato Grosso; e hoje conversarei com o meu colega sobre isso na conferência.

Quanto ao engenheiro Ribeiro, digo, Queiroz não sabia que ele queria emprego, pois só me falava na empresa de Sapucaí a Santos. O sr. Costa Pereira tem alguma prevenção contra ele, ao que parece-me, mas hei de ver se o aproveita.

Vai junto uma carta que recebi ontem.

O empréstimo será lançado hoje na praça de Londres. Telegrama do Penedo trouxe ontem essa notícia, acrescentando

– não se tem perdido tempo. Nossos fundos estavam ontem a 99 1/2. A diferença, que podia ser maior, se não fosse o interesse do contratador, fala a favor do nosso crédito, se não também do modo como o negócio foi conduzido desde aqui.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.
Visconde do Rio Branco

Corte, 19 de janeiro de 1875.

Senhor.

Sendo urgente ouvir o Conselho de Estado pleno sobre a questão do reconhecimento dos substitutos dos governadores dos bispados, tomamos a liberdade de convocá-lo para sábado às 7 horas da noite. O despacho será depois, se assim aprover à Vossa Majestade, limitado ao que for simples ou indispensável.

Os avisos serão expedidos amanhã, e têm por fim saber se o governo pode retirar o seu reconhecimento ou *placet*, vista a restrição que se declarou por parte deles; se o Cabido deve receber insinuação de pessoa idônea para vigário capitular e, no caso de desobediência, qual o meio compulsivo.

Espero que Vossa Majestade se dignará aprovar a nossa deliberação. Não há novidade. Do Rio da Prata teremos notícias amanhã pelo *Boyne*.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.
Visconde do Rio Branco

Corte, 19 de janeiro de 1875.

Senhor.

As notícias do Rio da Prata são hoje muito bem expostas pelo *Globo* em dois artigos. Nova revolução e novo governo. Deus queira que para melhor. A gente é da mais afeiçoada ao Brasil. O Bustamante (José Cândido), que é a alma da nova si-

tuação, telegrafou para meu filho, saudando-o em seu nome e no do governador provisório (Pedro Varella), pedindo-lhe que transmitisse igual saudação a Vossa Majestade. Este telegrama é de 20.

Penedo e Rothschild comunicaram-me ontem que a operação do empréstimo teve completo êxito, pelo que me congratularam. Não sei se me engano: creio que essa operação vai ser muito benéfica ao Império; assim tenhamos mais cuidado em certas despesas.

O relojoeiro Gondolo veio procurar-me com a carta junta. Ele vai hoje a Petrópolis, porque parte amanhã para Europa, digo, depois de amanhã. Eu não o conhecia. Contou-me que em sua ausência o seu ato de respeito e gratidão não fora bem apresentado a Vossa Majestade, e deseja falar sobre isso a Vossa Majestade.

Não há mais novidade. Ontem tive a honra de escrever a Vossa Majestade sobre a convocação do Conselho de Estado para sábado às 7 horas da noite, a fim de consultar sobre o reconhecimento dos substitutos dos governadores dos dois bispados.

Sendo urgente, declarei aos presidentes de Pernambuco e do Pará que o governo entende que os governadores devem ser julgados pelos juizes de direito. É a opinião que aceitamos como mais fundada, sendo ao mesmo tempo a mais conveniente.

Tenho a honra de ser

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.
Visconde do Rio Branco

Corte, 21 de janeiro de 1875.

Telegrama, em resposta ao sr. dr. José Pedro Bustamante.

“Recebi o telegrama de v. ex.^a e agradeço a saudação feita em seu nome e no de s. ex.^a o sr. d. Pedro Varella. Darei notícia a S. M. o Imperador do mesmo telegrama. Faço votos pela consolidação da ordem e paz da República.

– 21 de janeiro –

Montevidéu

4.30

19

S. E. el Consejero

José Maria da Silva Paranhos

Río

Saluda a U. en su nombre y en el del señor gobernador, sírvase U. transmitir igual saludo a S. M. el Imperador.

José P. Bustamante

ministro de Relaciones Exteriores
y de Hacienda

Senhor.

Ontem enganei-me, quando disse a Vossa Majestade que o telegrama do sr. Bustamante era dirigido a meu filho. Junto aqui o dito telegrama e a minha resposta.

O empréstimo teve brilhante resultado. Do prêmio de 1 ½, que já obtinha, quererão alguns deduzir que o preço da emissão podia ser a 98; mas cumpre notar que o resultado podia ser outro se os especuladores não achassem aquela pequena margem. Os que hoje oferecem prêmio serão poucos, pessoas que procuram os títulos para colocação permanente. Prêmio oferecido por limitadas somas daquela origem não é o mesmo que preço maior para cinco milhões de libras. A impressão geral sei que é muito lisonjeira e justa para com o nosso crédito, que Deus há de permitir que fortaleçamos cada vez mais.

De

V. M. Imperial

muito obediente e dedicado súdito

Visconde do Rio Branco

Corte, 22 de janeiro de 1875.

Senhor.

Recebi hoje, depois de ter escrito a Vossa Majestade, o telegrama junto de Paris.

Também chegou-me hoje, quando já não podia expedir, as minutas de despachos e a correspondência do Rio da Prata. Se fosse possível, estimaríamos que Vossa Majestade nos devolvesse pelo correio de 29 as ditas minutas, com indicação de suas ordens. A correspondência não é precisa com a mesma brevidade.

Vão também ofícios de Roma. O Santo Padre não forma idéia do estado das coisas, e o sr. Araguaia não é bastante forte contra a diplomacia do Vaticano. A alocução elogia os bispos implicitamente.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 27 de janeiro de 1875.

Senhor.

De hoje para amanhã será expedido o aviso de consulta ao Conselho de Estado pleno.

Vossa Majestade e Sua Alteza o sr. conde d'Eu receberam hoje um exemplar do livro do conselheiro João Cardoso de Sousa e Menezes.

Apresento a Vossa Majestade Imperial o projeto do novo regulamento para os terrenos diamantinos. É trabalho muito estudado, e pela maior parte consolidação do que já vigorava. É a última das autorizações que me foram conferidas.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 2 de março de 1875.

Ministério dos Negócios da Fazenda

Rio de Janeiro, 2 de março de 1875.

Sereníssimo Senhor.

Correm impressas as informações coligidas sobre o estado da lavoura em diferentes províncias do Império. Essas informa-



José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco

ções a descrevem em circunstâncias difíceis e precárias, principalmente ao norte do Império, cujos trabalhadores escravos vão

sendo transportados para o sul, e cujos produtos encontram a forte concorrência dos similares estrangeiros.

Para prover de remédio a nossa primeira indústria, entre outras providências, sugerem-se como necessárias e urgentes a redução dos direitos de exportação e a criação de bancos, que possam emprestar seus capitais a prazo longo e juro módico. Há falta absoluta destes estabelecimentos de crédito nas províncias em que a lavoura mais sofre pelas causas acima apontadas e pela imperfeição de seus processos e instrumentos de trabalho.

O último relatório do Ministério da Fazenda propôs uma redução gradual dos direitos de exportação em favor dos gêneros menos procurados nos mercados estrangeiros, e isenção absoluta para outros que apenas exportamos em muito pequena escala.

A redução proposta, enquanto não for compensada por maior produção no interior e procura no exterior, trará uma diminuição de renda de 2.000 contos, pouco mais ou menos. Maior favor sobre essa base, além de aumentar o desfalque da renda, parece que mais aproveitará aos ricos do que aos lavradores necessitados, e não preencherá o fim de proporcionar capitais suficientes aos proprietários que estão sob o peso de onerosa dívida e não podem por isso melhorar e estender suas lavouras.

Atendendo ao reclamo de tão vitais interesses, o governo apresentou na última sessão legislativa a proposta que v. ex.^a encontrará no impresso junto, tendo por objeto auxiliar a criação de bancos destinados à lavoura. Este auxílio foi considerado ineficaz por alguns órgãos das classes agrícola e comercial, como se vê de representações e artigos publicados nas gazetas do Império. Bem que a Assembléia Geral não tivesse ocasião de resolver sobre essa proposta do Poder Executivo, opiniões individuais se manifestaram naquele sentido os representantes da nação.

Em trabalho que lhe foi cometido pelo Ministério da Agricultura, e que acaba de ser dado à luz, o sr. conselheiro João Cardoso de Menezes e Souza adotou a idéia da iniciativa do governo, e propõe, no projeto também junto, que o juro adicional garantido pelo Tesouro seja de 4 por cento, e a anuidade dos empréstimos agrícolas não exceda de 7 por cento, sendo 4% de juro e 3% de amortização. Garantido esse favor sobre o capital de cem mil contos de réis, máximo, o sacrifício anual do

Estado seria de 4.000 contos de réis ou de 2.400 contos, limitado o capital, como na proposta do governo, a 60.000 contos.

Entretanto, ocorreu outra idéia ao governo, que seria por certo de mais valioso auxílio. Em vez de um juro adicional de 2% ou 4%, poderia o Estado oferecer uma subvenção anual de 2.000 contos, correspondente ao juro de 5 por cento sobre o capital de 40.000 contos, para ser este levantado por empréstimo no exterior por uma forte associação que se constituísse com o capital duplo daquela soma, ou 80.000 contos.

A associação realizaria a metade do seu capital por subscrição pública de ações, aberta dentro e fora do Império; e para estender suas operações a todas as províncias tendo sua sede na capital do Império estabeleceria quatro grandes filiais ou agências.

Fornecendo-lhe o Estado indiretamente, com a subvenção anual de 2.000 contos, metade do capital que ela levantaria por empréstimo nas praças estrangeiras, poderia exigir condições mais favoráveis nos empréstimos à lavoura.

O juro de 4% nos primeiros 30 anos, que corresponderia a 9% do capital das ações, pois a outra metade de fundo social seria fornecido por empréstimo mediante a subvenção do juro pago pelo Estado, pode atrair os capitais estrangeiros e nacionais. A amortização anual dos empréstimos hipotecários a longo prazo não deveria exceder, salvo a vontade do mutuário, de 1 ½ por cento. A anuidade, portanto de cada empréstimo seria, no máximo, de 6%.

À vista da importância do problema econômico de que se trata, e considerada a urgência de responder à expectação dos proprietários agrícolas. Há Sua Majestade o Imperador por bem ouvir a ilustrada opinião do seu Conselho de Estado sobre as providências acima sugeridas ou quaisquer outros alvitre que ocorram à sabedoria e experiência dos dignos membros do dito conselho. Para sua reunião plena designou o mesmo augusto senhor o dia 13 do corrente, no Paço de S. Cristóvão, às 7 horas da noite.

Deus guarde a Vossa Alteza Real
Visconde do Rio Branco

À Sua Alteza Real
O senhor conde d'Eu

Senhor.

Peço dispensa a Vossa Majestade Imperial da audiência que se dignou conceder-me hoje às 8 horas da noite. Eu irei a Petrópolis na 4ª feira próxima.

Vossa Majestade Imperial estará fatigado, a julgar por mim do despacho de hoje; e eu preciso pensar sobre as reflexões de Vossa Majestade Imperial.

Rogo a Vossa Majestade que se digne de assinar os decretos relativos à curadoria das Heranças Jacentes, porque é urgente.

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.

Visconde do Rio Branco

Corte, 5 de março de 1875.

Senhor.

Fiz duas emendas na fala do trono, para as quais peço a aprovação de Vossa Majestade Imperial. Para evitar a repetição – ano pretérito (1º período), e ano anterior (período relativo ao estado sanitário), pareceu-me melhor: no 1º lugar, último período legislativo; e no 2º, ano passado.

Nos §§ das relações exteriores havia repetição da palavra – Império – No 1º fiz esta mudança: Nossas relações internacionais permanecem inalteradas.

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.

Visconde do Rio Branco

Corte, 15 de março de 1875.

Senhor.

Não respondi ontem a carta com que Vossa Majestade me honrou, porque esperava notícias do Rio da Prata. O mais impor-

tante é o que consta dos jornais. A questão Mauá não estava decidida, mas esperava-se que o fosse favoravelmente até ao dia 15, apesar da má vontade do governo, que nos seis apuros queria apoderar-se do ouro e mais valores de fácil realização daquele importante estabelecimento brasileiro.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.

Visconde do Rio Branco

P. S. – M. Guignet vem no *Orenoque*.

Corte, 17 de março de 1875.

Senhor.

Tive a honra de receber duas cartas de Vossa Majestade Imperial. A segunda refere-se ao artigo da reforma e à reunião dos conservadores, presidida por mim. A questão do projeto eleitoral não tem mais complicação do que o tem o sr. ministro do Império manifestado a seis amigos que a eleição por distritos era para ele, hoje, questão de gabinete. Sei que Vossa Majestade inclina-se a esta opinião; mas peço licença para recordar que já manifestei a Vossa Majestade que minha opinião é pelo sistema do projeto primitivo, que tem por si os votos de muitas pessoas das mais competentes. Eu não posso ser vencido pela opinião do sr. ministro do Império, assim apresentada, continuando a ser ministro. Creio, e hei de verificá-lo amanhã, que a maioria do ministério prefere a província ao distrito. Os distritos, com o aumento de deputações, exigem que o governo tenha arbítrio para alterá-los nas vésperas de uma eleição, em que se deve evitar a ingerência do governo.

Conversei ontem com alguns amigos do Senado. Eles acham-me razão; prometeram trabalhar para ver se o sr. conselheiro João Alfredo desiste dos seus propósitos, e aconselharam-me o que as circunstâncias possam exigir. Se houver crise, eu me apresarei a sujeitar o caso à decisão de Vossa Majestade Im-

perial, se antes Vossa Majestade não quiser tomar alguma deliberação. Sabe Vossa Majestade que eu desejo entregar o meu posto a quem melhor o possa ocupar. Se não confessei ainda em público, não é duvidoso que eu estou cansado.

Tenho a honra de ser, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.
Visconde do Rio Branco

Rio, 4 de maio de 1875.

Senhor.

Peço a Vossa Majestade Imperial que se digne marcar-me uma hora com antecipação à audiência e despacho de hoje, para que eu possa expor a Vossa Majestade o que me parece urgente e de importância.

Tenho a honra de ser, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.
Visconde do Rio Branco

Corte, 8 de maio de 1875.

Senhor.

Ontem à noite tivemos a 3ª conferência com o sr. Tejedor. Ele apresentou as bases que juntarei aqui em cópia, se esta chegar-me a tempo. Foi uma surpresa, assim o desconhecido da proposta, como a fraqueza, se não traição do plenipotenciário paraguaio.

A proposta tem duas soluções: 1º, Pilcomayo pelo braço que fica em frente à Assunção; cessão da Vila Ocidental, que é descrita como um território que se estende 4 léguas ao norte do Confuso, 2 léguas ao sul e 4 para oeste, a título de inden-

zação dos gastos de guerra; desocupação imediata; 2ª solução, arbitramento sobre aquele território denominado Vila Ocidental (creio que sempre com certa extensão à margem do Confuso para a República Argentina); indenização imediata do que tem gasto o governo argentino com melhoramentos daquela vila; manutenção das propriedades particulares atuais; direito destes à indenização, se quiserem mudar de domicílio; desocupação e entrega da ilha do Atajo; as forças brasileiras na Assunção igualadas em numero às que conservará o governo argentino na Vila Ocidental até a sentença dos árbitros.

O sr. Tejedor disse que era sua última palavra, salvo o que não fosse capital, e pedia logo uma decisão. Entendi que, além de uma resposta a certas considerações gerais com que ele apoiou a sua proposta, inculcando que estava tudo conforme, em sua essência às declarações do seu governo, não devíamos dar juízo sem ouvir o plenipotenciário paraguaio. Este declarou que preferia a 1ª solução, sendo a divisa pelo braço sul do Pilcomayo, que sai em frente a Vileta; que a cessão da V. Oc. por indenização não fora caso previsto em suas instruções, mas que em sua opinião individual era transação aceitável, porque ficava o Paraguai livre de uma dívida considerável; que, a aceitar, seria sem compromisso para o seu governo (*ad referendum* disse o sr. Tejedor). Aceitaria em 2º caso o arbitramento, objetando contra a indenização. Tudo isto o sr. Sousa disse com pouca habilidade, sem as inspirações da dignidade, parecendo não ter consciência do seu importante dever. Não demos ainda juízo formal sobre a proposta do sr. Tejedor, que mostra-se impaciente. Observei-lhe que a decisão definitiva é preferível: que a cessão territorial é ponto grave e que requeria muita reflexão, parecendo-me encontrar com as disposições do tratado de aliança e os atos posteriores, os quais prescrevem a mais perfeita igualdade na forma e condições do pagamento entre os aliados. Que estes teriam também o direito de pagar-se por meio análogo. Esta consideração fez peso no espírito do sr. Tejedor, que o confessou, mas teve a sem cerimônia de sugerir que o Paraguai podia ceder a V. Oc. sem essa cláusula, e por outro ato posterior ceder a República do pagamento de gastos de guerra!

Quinta-feira temos de pronunciarmos. Aquela indenização nos parece inadmissível, salvo se nós, que despendemos muito mais, e até emprestamos durante a última fase da Guerra do

Paraguai, que desistimos da linha do Igurey, pudermos usar do igual direito; e bem assim o 3º aliado.

As indenizações de benfeitorias, na 2ª hipótese de solução (arbitramento), não são justas, ou devem entrar nas indenizações de guerra, como os prejuízos que sofremos em Corumbá: a igualdade de forças não é aceitável; ou retirem ambos suas forças, nós da Assunção, eles da V. O., ou tenha cada um a força que julgar necessária à segurança de seus direitos e à dignidade de sua bandeira. A ilha pode ser desocupada, não imediatamente, mas depois de ratificado o ajuste. Há que dizer sobre os termos do arbitramento, que parece muito confuso, mas não deve ser questão principal para nós. Pedimos o pensamento e as ordens de Vossa Majestade Imperial.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.
Visconde do Rio Branco

Corte, 11 de maio de 1875.

Senhor.

Tive a honra de receber a carta de Vossa Majestade Imperial, em que me fala dos relatórios e pergunta o que tem ocorrido depois de sábado.

Ontem escrevi a Vossa Majestade a respeito da missão Tejedor. Remeti em separado da minha carta o teor da proposta do dito ministro argentino.

Quanto ao ministério, não há novidade. Somente noto alguma falta de ação da parte dos srs. ministros do Império e da Justiça. Apresso, porém, os negócios mais urgentes – Orçamento e reforma eleitoral – e espero que eles (os meus ditos colegas) libertar-se-ão da impressão dos incidentes que Vossa Majestade conhece. Se não fossem as circunstâncias, outro seria o meu procedimento. A crise da praça não tem melhorado, e talvez se agrave de hoje para amanhã, se o Banco Nacional suspender seus pagamentos, como parece inevitável, porque o Banco do Brasil, apesar de minhas recomendações que não podiam ser senão em forma de conselho com restrições, entendeu que não

devia aceder ao pedido daquele estabelecimento de crédito. O sr. Sinimbu deu-me notícia da emergência, mas eu não podia ir além do que fiz. Se der-se o fato, suas conseqüências podem ser as de um pânico.

Anteontem à noite foi-me entregue o telegrama junto, que abri supondo que era para mim, do que peço desculpa a Vossa Majestade.

Sou com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.

Visconde do Rio Branco

Corte, 12 de maio de 1875.

Senhor.

O estado da praça agravou-se com a suspensão de pagamentos do Banco Nacional, presidido pelo sr. Sinimbu. O estabelecimento está perfeitamente solvável, mas não achou recursos no Banco do Brasil para fazer face a cerca de três mil contos de depósitos, que lhe podiam ser exigidos em curto prazo.

Todos esperam providências iniciadas pelo governo, e o *Globo* as solicita em termos muito razoáveis. Apela para o que disse em meus discursos. Julgo indispensável apresentar amanhã a proposta, de que junto aqui uma cópia. Meus colegas concordam nessas idéias. Se a emissão de moeda corrente encontrar decidida oposição, conquanto me pareça a única medida eficaz, contentar-me-ei com o outro meio, correndo as conseqüências por conta dos que negarem a providência que é de efeito seguro.

Rogo a Vossa Majestade Imperial que, pelo telégrafo, na forma que creia mais conveniente, antecipe o seu consentimento para a apresentação da proposta. Um simples projeto não tem a mesma importância, e tem mais discussão. Se os sucessos de hoje tornarem mais graves as circunstâncias, eu não poderei deixar de oferecer algum projeto amanhã, e de fazê-lo constar. Fá-lo-ei como ato dos ministros, sujeitando-me à sua responsabilidade. A pressão é muito forte, e a inação desacredita o gabinete.

Eu temia o recurso às Câmaras, mas desde que os outros meios são ineficazes, no ponto a que chegaram as coisas, é preciso lançar sobre os procrastinadores a responsabilidade, se quiserem fazer perder tempo. Falarei pouco e pedirei que deliberem com urgência.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.
Visconde do Rio Branco

Corte, 13 de maio de 1875.

Senhor.

A proposta do governo passou hoje na Câmara dos Deputados. O Silveira Martins esteve tribuno, mas atacou-me na questão Mauá sem ofender-me pessoalmente.

Reúno agora os meus colegas para deliberar se devemos, como creio, propor a V. M. um decreto autorizando a emissão de moeda corrente e dos bilhetes, sem esperar a decisão do Senado, que virá tarde. Obrar agora, ou aceitar as conseqüências da crise; mas o Tesouro já deu auxílios que requerem aquele meio.

Amanhã às 10 horas terei a honra de ir à presença de Vossa Majestade, ou antes, se Vossa Majestade o ordenar.

Os membros da Caixa de Amortização aceitam a responsabilidade, só faltando falar ao Itamarati, que se acha doente.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.
Visconde do Rio Branco

Corte, 19 de maio de 1875.

Senhor.

Tenho a honra de apresentar a Vossa Majestade Imperial o decreto que sujeitei hoje à sua aprovação, e que será referendado por todos os ministros.

O visconde de Itambi, digo, de Itamarati hesitou, mas prestou o seu assentimento. Sobre o voto do Itambi não há duvida, ainda há pouco assegurou-me o barão de Mesquita.

Beijo as mãos de Vossa Majestade Imperial por tanta confiança.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito reverente e dedicado súdito.
Visconde do Rio Branco

Corte, 20 de maio de 1875.

Senhor.

O sr. Caravelas e eu tencionávamos ir hoje, das 6 às 7 da noite, expor a Vossa Majestade o estado da negociação Tejedor e receber suas ordens. Como Vossa Majestade, pelo seu telegrama de ontem, diz-me que sairá às 7 horas, iremos às 6, porque há tempo para a audiência que pedimos.

Não há maior novidade. Os jornais dizem o que ontem ocorreu. Do Pará pediu o presidente autorização para a tesouraria dar ao Banco Comercial, que suspendeu os descontos, por falta de numerário, 400 contos sobre garantia de fundos brasileiros em Londres, ou da firma do sr. Figueiredo Júnior. Respondi que sobre apólices gerais podia-o fazer; e que, se o sr. Figueiredo desse aqui igual garantia, eu expediria novo telegrama. O sr. Figueiredo não me deu ainda sua resposta definitiva.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.
Visconde do Rio Branco

Em 26 de maio de 1875.

Senhor.

Já expedi aviso, antes das 11 horas da manhã, ao sr. Tejedor, para a visita que ele e sua sra. desejam fazer a Vossa Majestade e a Sua Majestade a Imperatriz. Eu não pude an-

tes avistar-me com aquele sr., e o visconde de Caravelas não teve ocasião de insinuar-lhe o preenchimento daquele ato de rigorosa etiqueta.

Peço por isso desculpa a Vossa Majestade. Passou hoje a proposta do governo sobre auxílios aos Bancos. Rogo a Vossa Majestade Imperial que se digne designar o dia, hora e lugar em que receberá a deputação do Senado, hoje nomeada, para apresentar a dita proposta.

O sr. ministro do Império, por conselho dos médicos, foi passar alguns dias em Piraí, aproveitando o dia santo de ontem e o domingo; 2^a feira estará de volta e irá à Câmara para a discussão da reforma eleitoral. Esqueci-me de comunicar o outro dia à Vossa Majestade aquela intenção do meu colega. Eu responderei ao ofício do Senado.

O sr. Tejedor não desiste de partir no dia 2. Mandou-me dizer que não pode retardar sua partida, e que tudo podemos arranjar nesse curto intervalo.

Eu pediria à Vossa Majestade que o despacho de sábado ficasse para quarta-feira, a fim de que eu possa entender-me amanhã com o dito ministro, e ver se evitamos que ele vá, deixando tudo no ar, o que aliás será preferível ao que não podemos aceitar. Consagrar-me-ei de amanhã até 4^a feira exclusivamente à negociação argentina.

O sr. Caravelas está doente e inibido de sair.

Recebi o telegrama junto, e a carta também junta; sendo-me esta remetida pelo mesmo sr. visconde.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.
Visconde do Rio Branco

Em 28 de maio de 1875.

Senhor.

Terei a honra de comparecer à presença de Vossa Majestade Imperial no Paço da Cidade à hora da deputação do Senado.

Minha entrevista com o sr. Tejedor será às 2 horas da tarde.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.
Visconde do Rio Branco

Corte, 29 de maio de 1875.

Senhor.

Rogo a Vossa Majestade Imperial que se digne assinar o ato de promulgação da lei hoje sancionada.

Estive com o sr. Tejedor. Mostrou-se renitente em não ceder do tratado feito com o plenipotenciário paraguaio. Não duvidaria retirar-se sem os últimos protocolos, ou com eles, contendo estes a declaração de não assentimento por parte do Brasil e protesto contra a transação pecuniária. Discutimos largamente. Reconheceu que essa solução é mais uma causa de apreensões e dificuldades, mas aceitando as conseqüências. Por fim pareceu-me que saiu disposto a refletir, como lhe pedi, sobre o arbitramento. Falou-me sempre em que a desocupação prévia (logo que se assinasse aqui o acordo) da ilha do Cerrito era condição essencial, e que nós a rejeitamos. Mostrei-lhe que não haveria oposição nesse ponto, depois de consumado os ajustes.

É possível que o homem ceda, mas é teimoso, e ainda não desistiu da sua apressada partida, circunstância esta que não pode influir na decisão de negócio tão importante, como lhe ponderei. Vou tratar do 3º protocolo, e veremos se ele cede. De outro modo, o 4º protocolo será o do nosso não assentimento e protesto.

Vão alguns papéis do Império, que Vossa Majestade poderá assinar quando lhe aprouver.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.
Visconde do Rio Branco

Corte, 29 de maio de 1875.

Senhor.

Remeterei ao presidente da província do Rio Grande do Sul as duas cartas que Vossa Majestade Imperial enviou-me ontem.

Ontem não avistei-me com o sr. Tejedor. Ele veio aqui com a sra. pagar-nos uma visita, mas não foi recebido, porque minha família tinha ido para casa de uma de minhas filhas casadas, e eu encerrei-me para concluir o 3º protocolo. Deixaram-nos seus bilhetes de visita. Pelo tom e direção que o sr. Tejedor deu àquele protocolo, suspeito que ele tinha, se não tem ainda, a intenção de retirar-se com esse documento e o seu tratado de limites. Ontem constou-me, pelo sr. Mauá, que o secretário do sr. Tejedor, ou o adido, ia a B. Aires por 15 dias. O fato indica ou que o sr. Tejedor consulta ao seu governo com urgência, ou que manda adiante a notícia, para que tratem de consumir o ato na Assunção antes que se faça ali sentir alguma ação do Brasil. De tudo preveni o dr. Caravelas, e ele expede comunicações sem demora para Montevideú, Buenos Aires e Assunção, no intuito de que não sejamos surpreendidos, e possam esses agentes brasileiros proceder com ciência do ocorrido aqui.

O sr. João Alfredo ficou de vir a tempo de assistir à sessão de hoje na Câmara dos Deputados.

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.

Visconde do Rio Branco

Corte, 31 de maio de 1875.

Senhor.

O sr. visconde de Caravelas pediu-me que levasse conhecimento de Vossa Majestade Imperial o ofício junto do visconde de Araguaia. É o resultado da carta de Vossa Majestade ao Santo Padre. Troca-se uma condição impossível por outra que não me parece possível. É a política temporizadora. O

cônsul geral da Holanda, Van Deventer, deseja apresentar-se a Vossa Majestade.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 31 de maio de 1875.

Senhor.

O meu discurso não tem argumentos que Vossa Majestade não conheça; somente mostrará que minhas convicções são reais. Poderei estar em erro. Já percorri as indicações de Vossa Majestade, e creio que já foram atendidas as de redação e algumas de doutrina. Sobre outros pontos não se pode voltar atrás, sem comprometer tudo.

Do sr. Tejedor nada mais sei. Provavelmente não respondeu, ou está preparando alguma resposta longa, para deixá-la como despedida. Do sr. Caravelas recebi os dois bilhetes juntos. Um deles refere-se a telegrama de B. Aires, cuja data parece indicar que a negociação daquele ministro Sosa (?) era caso anterior às conferências finais.

O estado da praça é o que ontem expus a Vossa Majestade. Há receio de alguma recrudescência depois que chegue notícia de recâmbios.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.
Visconde do Rio Branco

Corte, 1 de junho de 1875.

Senhor.

Respeito muito as opiniões de Vossa Majestade Imperial sobre o assunto da reforma eleitoral: Vossa Majestade não é só o chefe constitucional do Brasil, é também uma alta autoridade intelectual. Não obstante, minha razão me não convence

de erro no que eu disse perante à Câmara. Vossa Majestade reconhecerá a boa-fé e a boa vontade com que ando nessas questões.

Do sr. Tejedor não sei senão que até ontem à noite parecia ele ter-se contentado com as notas do sr. Caravelas, e ocupava-se com o 3º protocolo, que ficaria assinado esta manhã muito cedo. Para isso vieram aqui o Reating e o adido Fuentes, com quem não faltei, porque a hora não era própria.

Creio que o sr. Tejedor terá partido com a sua precipitação e sem cerimônia previstas desde a sua nota de ontem, digo, anteontem.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito.
Visconde do Rio Branco

Corte, 2 de junho de 1875.

Senhor.

Preparei um memorando, que expõe os fatos da negociação Tejedor. Esse escrito foi hoje entregue por mim ao visconde de Caravelas, para que o examine. Julgamos conveniente ouvir o Conselho de Estado pleno sobre os seguintes quesitos:

1º. Devemos protestar contra a cláusula da transação pecuniária, esteja incluída no ajuste de limites ou separada?

2º. O procedimento do ministro Tejedor importa ofensa à dignidade nacional?

3º. No caso afirmativo, qual a satisfação que se deve exigir?

Não é a redação, mas o pensamento dos quesitos.

O sr. Caravelas pede-me na carta junta que obtenha de Vossa Majestade seu consentimento para aquela consulta, e a designação do dia, hora e lugar. Sei que Vossa Majestade tenciona

partir para Macaé no dia 12: a reunião poderia verificar-se no dia 11. Haverá 3 dias para a reflexão dos conselheiros de Estado.

Tenho a honra de ser

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 5 de junho de 1875.

Senhor.

Irei ao Paço da Cidade antes de meia hora depois do meio-dia, como Vossa Majestade Imperial ordena.

A reunião do Conselho de Estado é conveniente. O governo disse que protestaria, mas disse-o verbalmente, ou o dirá assim ao governo paraguaio, sem fazer pressão sobre este. Os termos do protesto e o alcance que se lhe deva dar, aconselham aquela consulta. A questão de dignidade, que suscita o modo como o ministro argentino interrompeu a negociação e retirou-se, é o que mais me preocupa, e está impressionando o público. Convém ouvir o sentimento dos conselheiros de Estado em ponto tão melindroso. A consulta anterior não foi tão solene, nem com esclarecimentos tão precisos sobre a questão de direito. O caso mudou de face. Deve ser convidado S. A. o sr. conde d'Eu? Vossa Majestade talvez queira nesse caso preveni-lo, para que Sua Alteza tenha tempo para pensar sobre o assunto, que é grave.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 6 de junho de 1875.

Senhor.

Hoje espalharam notícias, que creio de pura imaginação: que Tejedor fora recebido com ovações, e gritos de guerra ao

Brasil; que a legação de Montevidéu fora desacatada, invadindo-se a sua casa. Esta última notícia só agora me consta por pedido de informações de meu filho, que se refere aos boatos. Não recebi telegrama, e o sr. Caravelas também nada tinha recebido quando já circulavam os tais boatos.

Os papéis para a consulta ao Conselho de Estado foram hoje expedidos. Já comuniquei desde anteontem ou ontem ao sr. Caravelas o que Vossa Majestade recomenda para si e o sr. conde d'Eu.

Escrevo de novo ao visconde.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 8 de junho de 1875.

Senhor.

O sr. visconde de Caravelas recebeu hoje um telegrama do sr. Andrada expedido ontem às 9 horas da manhã, dizendo que não havia novidade em Montevidéu. Esse telegrama responde ao que o mesmo sr. visconde dirigiu sobre as relações do nosso ministro com o sr. Bustamante.

Esta notícia confirma que a de ontem não tinha fundamento, e partiu de origem que se ocultou.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 9 de junho de 1875.

Senhor.

Tenho a honra de rogar a Vossa Majestade Imperial que assinhe os dois atos de promulgação, que ora envio. Um é relativo à lei de meio soldo, e o outro diz respeito à do subsídio. As duas sanções têm a data de ontem, e a promulgação terá a de hoje.

Logo irei receber as ordens de Vossa Majestade no arsenal de Marinha.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 12 de junho de 1875.

Senhor.

Darei aviso ao colombiano Reyes.

O barão de Cotegipe esteve hoje pela manhã aqui, de volta de sua nova entrevista com o duque. Esperam até amanhã levar a Vossa Majestade a sua proposta de organização ministerial. Estavam concordes no seguinte: Duque, Guerra; Cotegipe, Estrangeiros e interino da Fazenda; senador José Bento, Império; Diogo Velho e Gomes de Castro ou Pereira Franco e Thomaz Coelho. Não tinham ainda assentado sobre os três últimos, por não terem falado ainda ao Gomes de Castro.

Pode Vossa Majestade contar com a resolução do Duque e do Cotegipe.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 24 de junho de 1875.

Senhor.

Agradeço à Vossa Majestade Imperial a devolução do decreto relativo ao serviço das capatazias.

O art. 4º notado continha um erro: a última parte falava de 2 horas, quando a primeira marcava até às 3 horas, para o serviço das descargas na Alfândega. Esse erro emenda-se. Eu mudei a primeira parte, estendendo o prazo às 3 horas, e não se harmonizou a 2ª parte com essa emenda.

Quanto às bagagens, o art. 16 incumbe ao guarda-mor o desembaraçar o que não seja preciso ir à alfândega: a esta só vai o que tiver de pagar direitos.

Quanto às taxas, são menores as de armazenagem, que possam ser cobradas pelo peso como antes da companhia. Desta só se conservam as taxas de carga e descarga, chamadas de lingagem, porque é preciso melhorar o material e pessoal desse serviço.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 30 de junho.

Senhor.

Obedeço à ordem de Vossa Alteza Real, retirando o pedido que fiz à s. ex.^a o sr. ministro da Guerra para exonerar-me da comissão de exame das leis do Exército.

Rogo a Vossa Alteza que me desculpe as faltas que hei de cometer, principalmente agora, época de exames da Escola Politécnica, que exige a minha presença às horas em que costuma trabalhar aquela comissão.

Tenho a honra de ser, com profundo respeito e admiração,

De

Vossa Alteza Real,
muito obediente servo e dedicado amigo
Visconde do Rio Branco

Corte, 19 de novembro de 1875.

Senhor.

Já expedi o telegrama que Vossa Majestade Imperial aprovou. Acabo de receber 2 muito interessantes de Pernambuco. Aqui os junto.

Creio que a retirada dos padres jesuítas será indispensável.

Amanhã recomendarei (o que, aliás, está subentendido) que transmita as mesmas instruções ao presidente da Paraíba.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 4 de dezembro.

Senhor.

Peço a Vossa Alteza Real e a Sua Alteza Imperial desculpa de não comparecer hoje à sua partida, para a qual se dignaram convidar-me e a minha família. Estamos de luto pesado pela morte de minha irmã, que era freira do convento da Lapa na Bahia. Só um motivo desta ordem me impediria de tamanha honra e prazer.

Sou, com profundo respeito,

De
Vossa Alteza Real,
muito dedicado amigo e obediente servo
Visconde do Rio Branco

Corte, 6 de julho de 1876.

Senhor.

À Sua Alteza Real o senhor conde d'Eu.

O dr. Caminha, delegado de polícia da corte, natural do Ceará, unido ao conselheiro José Feliciano de Castilho, ao comendador Costa Ferreira, tesoureiro da Caixa de Amortização e ao dr. Silveira, português e médico do Hospital da Sociedade de Beneficência Portuguesa, convidaram-me e ao barão de Mesquita para promovermos um espetáculo a favor das vítimas da seca no Ceará.

O espetáculo é lírico-dramático, executado somente por curiosos (inclusivamente os da orquestra) e terá lugar no Teatro de S. Luiz.

No dia 30 devia eu ir convidar a Sua Alteza Imperial e a Vossa Alteza para honrarem o ato com a sua presença, quando soube do acidente sobrevindo à mesma augusta senhora.

Sendo o nosso caso urgente, não só pela natureza da coisa, como pela necessidade do teatro, de que não podíamos dispor em qualquer dia, e pela concorrência de funções destinadas ao mesmo fim, os diretores do espetáculo julgaram indispensável marcar o dia 8 do corrente.

Venho, pois, comunicar o ocorrido a Vossa Alteza, e rogar-lhe que, se for possível que naquele dia recebamos a honra que desejávamos, se digne avisar-me, para que os últimos anúncios do espetáculo assim o declarem.

Pedindo desculpa da liberdade que tomo por esta comunicação, peço a Vossa Alteza Real que tenha a bondade de aceitar os protestos do profundo respeito com que me prezo de ser

De
Vossa Alteza Real,
muito obediente servo e dedicado amigo
Visconde do Rio Branco

Corte, 2 de junho de 1877.

Senhor.

Permita Vossa Majestade Imperial que eu me sirva deste meio para entregar-lhe a carta junta, do presidente do Congresso dos Americanistas, que a enviou pelo intermédio do cônsul do Brasil em Liverpool. Os exemplares a que se refere a carta, não chegaram ainda. Meu filho lamenta que só Vossa Majestade, e ele, sejam assinantes dessa útil publicação. Para encobrir a lacuna, ele comprou à sua custa vários exemplares, que remete a pessoas distintas da corte. Das sementes que o dito cônsul remetera antes ao visconde de Bom Retiro, algumas eram oferecidas a Vossa Majestade.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito reverente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 27 de abril de 1878.

Senhor.

Recebi pelo correio o papel junto, que é dirigido a Vossa Majestade Imperial. Vai com o sobrescrito com que me veio às mãos. Nos tempos de desvarios como estes que atravessamos, receio que me fizessem intermediário de alguma grosseria, mas eu não podia proceder de outro modo.

Estou presumindo que seja alguma queixa do Costa e Sá.
Tenho a honra de ser

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1878.

Senhor.

Tenho a honra de reiterar os respeitosos cumprimentos que eu e meu filho dirigimos, pelo telégrafo, a Vossa Majestade Imperial, por ocasião do seu feliz aniversário de 2 de dezembro próximo passado. Digne-se V. M. de aceitar a expressão sincera dos votos que fazemos pela sua felicidade pessoal e pela continuação, cada vez mais próspera, do seu reinado.

V. M. I. autorizou-me para escrever-lhe a respeito do movimento científico da Europa. Pouco tenho que ponderar-lhe sobre este assunto, e nada poderei dizer de novo, porque V. M. viu muito mais do que eu tenho visto até hoje, quando por aqui viajou. Das suas visitas aos estabelecimentos públicos e particulares de maior valia, estou encontrando por toda parte vivas e simpáticas tradições, que dispensam qualquer outra recomendação ao viajante brasileiro. Creio mesmo que não há novidade, propriamente dita, neste mundo científico.

Em tais circunstâncias eu me aproveitarei da honra concedida para abrir com franqueza meu coração de brasileiro a outro que é do mais puro e ardente patriotismo.

Primeiro que tudo tenho notado, desde Portugal, o cuidado que a higiene pública, e até os lugares de recreio popular merecem aos governos europeus. Renova-se a face das cidades, reconstruindo quarteirões inteiros, alargando ruas, abrindo novas

praças e por aí levantando majestosos chafarizes, plantando árvores, estabelecendo lindos e extensos parques. As habitações das classes pobres entram por muito no plano desses melhoramentos, já pelo interesse da saúde pública, já como medida econômica e política.

Entre nós, aquela grande necessidade social não há sido esquecida, mas está ainda muito longe de ser satisfeita, tanto quanto comum e desde já podemos ir realizando.

É, porém, um interesse supremo para o Brasil, como quer que consideremos, o melhoramento sanitário da sua capital e das suas principais cidades marítimas, isto é, daquelas que estão mais sujeitas ao flagelo da febre amarela.

O maior inimigo do nosso país presentemente é a sua fama de terra epidêmica. Não há muito, aliás, que sofreu uma triste impressão na Tipografia Nacional de Paris. O chefe da litografia, ao dizer-se-lhe quem eu era, foi tomado de profunda comoção e, mal contendo as lágrimas, disse-me que acabava de perder um filho no Rio de Janeiro, vítima da febre amarela apenas ali chegara. Esse pai consternado chama-se F. Kohler, e conserva respeitosa e grata recordação da visita de V. M. àquele estabelecimento.

Sim, não pensemos seriamente em atrair migração espontânea para o Brasil, enquanto não destruímos os focos das epidemias que com tanta freqüência assolam as povoações do litoral.

É mister fazer propaganda, e propaganda incessante, a favor de tudo quanto possa contribuir para aquele grande e humaníssimo resultado. Governo, Câmaras e povo dos Estados Unidos lá estão já estudando os meios de prevenir a reaparição da febre amarela nas margens do Mississippi.

De par com a higiene pública, preocupa a estes governos do velho mundo a educação e instrução popular, todos os meios de preparar o povo para a liberdade pacífica e de favorecer a sorte das classes pobres, dentre as quais estão saindo essas feras humanas que se denominam internacionalistas, fenianos, comunistas, niilistas.

Os remédios concernentes a este grande mal, de que, graças a Deus, o Brasil ainda está livre, são complexos. Eu, porém, os resumo nestes quatro títulos: redução dos grandes e despendiosíssimos armamentos de guerra; educação e instrução pública;

estabelecimentos de bem entendida caridade; instituição de previdência.

Destas instituições de socorro mútuo já temos alguns exemplos entre nós, mas, cumpre confessar, não têm elas merecido particular atenção aos nossos administradores e às nossas Câmaras. Não se lhes há dado a sua verdadeira importância econômica e moral.

A instrução pública está em moda no Brasil, pode-se assim dizer, mas deixa ainda muito a desejar, e até carece de elementos essenciais.

Não nos envergonhe esta franca confissão.

Mesmo na cultíssima Europa, em alguns dos seus principais Estados, se nota e se reconhece atraso relativo neste importante ramo da pública administração, e procura-se melhorá-lo progressivamente.

Não por vaidade, mas porque devo falar com liberdade e espero ser acreditado por V. M., aqui, em matéria de instrução pública, não tenho senão confirmado as idéias gerais que aí, nas cogitações do meu modesto gabinete, eu já tinha adquirido. Não cuidemos de reformar o ensino, sem que ao mesmo tempo tratemos de formar bons professores. Para a instrução elementar e secundária precisamos de escolas normais, e para a instrução pública em todos os graus, – de mestres habilitados, de um plano geral, de livros seletos, de métodos aperfeiçoados, de casas apropriadas, de instrumentos, aparelhos, cartas e modelos, sem as quais o ensino é incompleto, e a instrução parece atrativa e pouco eficaz.

O traço característico das reformas modernas é tornar a instrução o mais prática que for possível, para assim dizer, tangível.

A França, que não é das menos adiantadas, mandou, não há muito, um de seus mais distintos professores, M. Wrtz, estudar os laboratórios (!) das universidades estrangeiras; e o arquiteto, notável também na sua especialidade, Mr. Ginain, para visitar os estabelecimentos científicos mais célebres. Lançando a primeira pedra da futura Escola de Medicina em Paris, o sr. Bardoux, ministro da Instrução Pública, não duvidou dizer em alta voz que estavam atrasados e que foram aprender em outros países antes de empreender o novo edifício.

Já visitei alguns colégios e liceus da Europa; e não há muitos dias que assisti a um espetáculo que causou-me inveja. Vi meninos de 8 a 10 anos porfiando entre si qual responderia melhor sobre pontos de gramática francesa e de noções elementares de história natural, sendo argüidos, não por um professor pretensioso, mas por uma professora modesta, professora que lhes fazia às vezes de mãe espiritual. E as lições dessa professora podiam ser auxiliadas com os desenhos e espécimes de plantas e animais, que estavam à vista dos discípulos nas paredes e nas vitrinas dessa e de outras salas de estudo do mesmo Colégio Monge.

Vem aqui a pelo manifestar a impressão que tenho experimentado ao ver o papel que no ensino público e particular, bem como nos diversos misteres do trabalho diário, representam por estas regiões as mulheres. Pois as brasileiras, tenho eu perguntado muitas vezes a mim mesmo, só terão préstimo para o serviço doméstico, ou, quando muito, para serem medíocres professoras de primeiras letras?

Uma reforma de condições e costumes sociais naquele sentido, será de efeitos econômicos e morais incalculáveis. Penso que devemos olhar muito para a educação da mulher entre nós.

A nossa Escola Politécnica é uma das mais adiantadas entre as suas irmãs, mas vim reconhecer com os meus próprios olhos que em França e Londres, já não falando nas escolas de igual categoria, há liceus melhor de todos quanto aos meios de instrução prática ou experimental. O laboratório, por exemplo, da École Municipale Tungot, em Paris, é melhor do que o do professor Guignet no Rio de Janeiro. O seu gabinete de física possui instrumentos modernos que nos faltam, e a casa oferece cômodos mais vastos.

Parece-me que o governo imperial faria muito bem em prover os nossos estabelecimentos científicos e literários dos livros, cartas, modelos e instrumentos mais aperfeiçoados que a Exposição Internacional de Paris apresentou aos olhos do mundo civilizado. Todos os governos da Europa e da América procurarão aí aprender e adquirir alguma coisa.

Todos, disse eu; agora devo acrescentar – menos o do Brasil, que desdenhou essa ocasião de fazer-nos mais conhecidos (do que aliás tanto precisamos!), ou julgou preferível economizar nisto algumas dezenas de contos de réis. Não entrei uma

só vez nas galerias e salas do *Trocadero* e do *Champ de Mars* que não lamentasse a nossa ausência. Foi um grande erro que cometemos, é minha convicção.

E já que o mal está feito, porque não havemos de atenuar os seus efeitos, pondo sob os olhos dos homens estudiosos em nossas escolas superiores e em nossas bibliotecas os livros, mapas, quadros e modelos que mostrem alguma coisa do que ali se viu e se estudou durante oito meses de uma concorrência espantosa e incessante?

Fecharei este círculo de idéias, que V. M. I. saberá alargar até onde não descobre ainda minha observação, e talvez mesmo nunca eu possa alcançar, dado que consiga completar toda a minha projetada excursão; terminarei aqui esta minha narração de viajante, manifestando, antes de passar a outro assunto, que, se o meu amor pelo Brasil se resente muito do nosso atraso relativo, e meu orgulho nacional se reanima quando considero que possuímos matéria-prima da melhor qualidade, na ordem física e na ordem moral, para sermos um dia grandes e verdadeiramente prósperos.

O que há de mais natural na Europa, não é totalmente desconhecido em nossa pátria. Temos de tudo algum princípio, e a certos respeito, até um bom desenvolvimento. A civilização intelectual, se não está assaz generalizada entre nós, conta todavia entre os nossos homens de letras e de ciências não poucos legítimos representantes, que poderiam falar sem vexame ante os congressos europeus.

Eu não tenho licença de V. M. I. para escrever-lhe sobre assunto de nossa política interna, e longe de mim qualquer ato ou palavra que tenda a ofender o respeito devido às suas reservas de rei constitucional. Mas sou brasileiro e conselheiro de Estado, e nesta dupla qualidade não posso nem devo ocultar a V. M. um pensamento que trabalha o meu espírito com relação à pretendida reforma constitucional, de que provavelmente se tratará na próxima reunião do nosso parlamento.

A reforma constitucional não depende do concurso do Senado e do poder moderador?

O fato de 1834 responde negativamente a esta questão, e bem compreendo que não será fácil voltar à opinião vencida, ainda que tenha ela bons fundamentos, mas releva examinar atentamente este ponto do nosso direito público.

A letra da Constituição, ou é clara em sentido contrário, ao precedente do ato adicional, ou admite duas interpretações, mas ambas discordantes do mencionado aresto.

Na verdade, a quem compete fazer a reforma, segundo o artigo 177 da Constituição? Compete, diz aquele artigo, à “seguinte legislatura”. Ora, quem diz legislatura, não designa a Câmara dos Deputados, designa a Assembléia Geral com a sanção do poder moderador.

Se da letra quisermos apelar para o espírito do preceito constitucional, a interpretação não será menos oposta ao voto que prevaleceu em 1834.

A Constituição criou um sistema de equilíbrio estável, que poderia ser destruído completamente, se aos três agentes do poder legislativo substituíssemos o de uma só Câmara para as leis de maior alcance, quais são as que tiverem por fim alterar os princípios constitucionais.

Não se diga que essa trindade legislativa é que julga e decide sobre a necessidade da reforma. De duas coisas uma: ou se há de admitir que a lei que autorizar a reforma deve assentar as bases desta, ainda que com certa latitude, de modo que suas conseqüências possam ser previstas; ou se convirá forçosamente em que a reforma depende da ação conjunta dos três ramos do poder legislativo.

Se assim não for, o Senado e o poder moderador darão o seu assentimento a uma tese vaga, susceptível de diferentes desenvolvimentos; por outros termos, aqueles dois ramos do poder legislativo autorizavam o que porventura esteja muito fora de suas intenções. Nesse caso, todas as cautelas de prudência com que o legislador constituinte procurou rodear o pacto fundamental da nação brasileira, tornar-se-iam vãs, e Câmara, Senado e poder moderador estariam expostos a uma empresa em negócio da maior monta.

A interpretação, porém, que sujeita o projeto de reforma constitucional à cooperação do Senado e à sanção imperial, não induz em tais contradições, e mantém as garantias tutelares do nosso poder legislativo, sem tirar à nova Câmara a liberdade de iniciativa que lhe deve competir.

É a interpretação que me parece mais lógica e salutar.

A não seguir-se esta opinião, e nem também admitir que a autorização para a reforma leve em si bem definidos assim o

sentido da reforma com os limites do censo eleitoral, então estabeleça-se (o que talvez convenha em todo caso) que as legislaturas ordinárias serão competentes para alterar o censo e a forma da eleição segundo o aconselharem as circunstâncias do país.

Destarte, o mal que uma Câmara onipotente, e mal inspirada (falo em tese) possa fazer sobre matéria tão vital para as instituições nacionais, encontrará remédio fácil a todo tempo, sem que seja preciso tocar de novo em nossa lei fundamental, nem perturbar o curso regular de nossa vida parlamentar. É o que se pratica em quase todos os Estados de instituições parlamentares.

Agora V. M. me permitirá que eu encerre a presente carta com duas notícias que me parecem dignas de uma sucinta menção.

A primeira destas notícias é o discurso há poucos dias proferido pelo professor Franck ao começar o seu curso anual de direito internacional no Colégio de França. O eminente catedrático condena em termos judiciosos e brilhantes a política egoísta e belicosa dos governos da Europa. Junto aqui esse memorável discurso, separado de uma das gazetas de Paris.

A outra notícia é uma recente invenção do inesgotável Edison. O ilustre físico, antes de completar a sua descoberta do fonógrafo, guiado pelo mesmo princípio deste, pretende achar o meio de aproveitar as vibrações das cordas vocais como força motriz, pela intervenção de um aparelho que denomina fonômetro.

Se tal invento vier a ser uma coisa prática, que nação poderá dispor de força pulmonar tão intensa e sonora como a dos parlamentares do Brasil? Os nossos longos discursos políticos, quando não nos derem em resultado boas leis, servirão ao menos para mover alguma máquina da grande ou pequena indústria urbana.

Uma notícia menos perfunctória do que esta, da referida invenção, Edison, se encontrará no *Journal des Debats* de 28 de novembro último.

Peço a Vossa Majestade Imperial que me releve a pressa com que foi escrita a presente carta por mão quase enregelada, e bem as suas demasias ou incorreções. Meu único intuito era render homenagem de profundo respeito e constante reconheci-

mento a Vossa Majestade Imperial cuja dedicação ao bem de nossa pátria estimula as minhas débeis e já cansadas forças.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito reverente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Paris, 9 de dezembro de 1878.

Londres, 21 de junho de 1879.

À Sua Alteza Real, marechal do Exército, conde d'Eu
Senhor.

Tive a honra de receber a carta que Vossa Alteza se dignou-se escrever-me de Aix-les-Bains em 12 do corrente.

Agradeço com profundo reconhecimento as expressões benévolas com que Vossa Alteza honrou-me.

Antecipo o meu regresso ao Brasil, que de outro modo seria em agosto, por se ter agravado uma moléstia de olhos de minha mulher, que há um ano sofria com esperanças de completo restabelecimento. Um dos órgãos estava perfeito, mas receava-se que pudesse ser atacado, e os doutores divergiam quanto à necessidade de imediata operação, em ambos ou só no órgão cuja vista está quase perdida.

Quisera descansar um pouco depois de tão longa e apressada excursão (vi tudo, até a Suíça e os Países Baixos), e mais do que isso, quisera não envolver-me nos últimos debates de uma sessão legislativa ou parlamentar das mais incandescentes. Mas Deus não o quis.

Partirei no dia 9 de julho por Southampton, no vapor *Elbe*; e teria partido antes se tivesse vapor igual.

Estimarei muito que Vossa Alteza Imperial consiga plenamente o fim da sua viagem a essa cidade.

Tomei nota da recomendação de Vossa Alteza a favor do sr. Caminhoá. A Escola Politécnica creio que entrou em novas condições, pela *grande e legalíssima* reforma há pouco publicada no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que os parlamentos

da Europa se ocupam com essas *questiúnculas*. Não sei, portanto, o que poderei fazer pelo recomendado de Vossa Alteza. Presumo mesmo que já acharei a posição dele definida. Asseguro a Vossa Alteza a melhor vontade para tudo o que lhe possa ser agradável.

E a tristíssima morte do filho de Napoleão III? Será um decreto da Providência a favor da França, e da influência que ela exerce por todo o mundo? Fundir-se-ão os partidos monárquicos? Breve o saberemos.

De
Vossa Alteza Real,
muito obediente servo e dedicado amigo
Visconde do Rio Branco

Senhor.

Venho por este meio apresentar a Vossa Majestade Imperial, e a Sua Majestade a Imperatriz, os meus respeitosos cumprimentos pelo dia de hoje.

Peço mil desculpas a Vossas Majestades, por não ter ido ainda beijar suas augustas mãos, como homenagem de meu reconhecimento pela honra que me concederam, mandando saber do estado da saúde de minha mulher que, graças a Deus, foi feliz na sua operação.

Não fui ainda cumprir esse dever, e não irei hoje, pela razão principal de que os espíritos prevenidos podem atribuir à influência de Vossa Majestade sobre mim o procedimento que me tenho traçado na magna questão da reforma eleitoral.

Espero que Vossa Majestade Imperial me relevará dessas faltas, atendendo a que sou

De
Vossa Majestade Imperial,
muito reverente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 15 de outubro de 1879.

Senhor.

Junto aqui o telegrama do presidente de Pernambuco, que creio explicar bem a origem do telegrama que Vossa Majestade recebeu esta manhã.

Não havia novidade.

De

Vossa Majestade Imperial,
muito dedicado e obediente súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 3 de janeiro de 1873.

Senhor.

Os autógrafos da resolução prerrogativa do orçamento subiram ontem para a sanção imperial. Como releva a maior celebridade por parte do governo, tenho a honra de apresentar a Vossa Majestade Imperial os ditos autógrafos e o ato da promulgação, que desejo se faça amanhã.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 11 de janeiro de 1873.

Senhor.

Verificou-se a combinação que teve prévio e expresse assentimento de Vossa Majestade Imperial.

O visconde de Caravelas, ainda que lhe custe, aceitou a pasta dos Estrangeiros. O Costa Pereira ficará com a da Agricultura.

O sr. Correia retira-se, alegando motivo de moléstia, antes manifestado, e prometendo-nos o seu apoio.

Vão os decretos, e rogo a Vossa Majestade Imperial que se digne assiná-los e devolver-mos pela barca de amanhã.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 27 de janeiro de 1873.

Senhor.

Tenho a honra de remeter a V. M. Imperial cartas que vieram de Porto Alegre.

Ontem recebeu-se notícia dos graves acontecimentos da Espanha. O rei abdicou, e lá ficava instalada a República.

Tanto bastou para que os republicanos da rua do Ouvidor exultassem, e pretendessem fazer estrondosas demonstrações. Fui procurado no Senado pelo chefe de polícia, que não encontrara o sr. ministro da Justiça, para saber o que devia fazer.

A companhia do gás avisava que se queria iluminar o quarteirão da *República*: concordei em que se não proibisse a iluminação da casa da tipografia, mas somente a de outras casas. Isso por meio de recomendação à companhia; não eram os outros particulares que queriam iluminar suas casas, era a gente demagógica que pretendia tomar a si essa despesa.

Verificou-se depois que a *República* não tinha aparelhos de iluminação a gás na frente, e por isso serviram-se dos meios ordinários.

Pediam eles licença à polícia para saírem às ruas com banda de música. Foi recusado, sob o fundamento de que isso podia provocar demonstrações em sentido contrário, e daí conflitos.

Queriam embandeirar a casa: foi-lhes permitido. À noite ajuntou-se lá muita gente, e de dentro mostravam-se eles estrepitosos. Entre as bandeiras estava uma bicolor, que diziam ser a da República – Cunha, Bocaiúva e Caimari.

A polícia conservou-se vigilante, e conservou no Largo de S. Francisco de Paula um piquete de cavalaria, para destroçar quaisquer ajuntamentos perigosos.

Tarde veio o chefe de polícia dizer-me que gente do povo, indignada por aquele espetáculo e vivas à República, foram exigir que os republicanos arriassem a sua bandeira: estes recusaram, e atiraram fundos de garrafa. O povo rompeu em pedradas para a casa da *República*, destruindo o seu transparente com o retrato de Castellar e outros ornatos, dando vivas à monarquia e à Vossa Majestade.

Asseguro a V. M. que não tenho motivo para crer que essa demonstração monárquica não fosse espontânea. Havia grande irritação contra tanta audácia. Os republicanos fecharam-se bem, e daí não veio consequência maior.

Esta manhã apareceu o barão de Itapagipe, irritado contra a demonstração republicana, para prevenir-me que continua o embandeiramento da casa da *República*. A polícia está vigilante, e não convém, ao menos por ora, proibir que eles em sua casa festejem as suas paixões. Fora dar-lhes muita importância, e levantar clamores, que lhes dessem simpatias.

O brigadeiro Fontes mostrou-se-me muito queixoso do modo como V. M. Imperial o recebera na audiência de pêsames, não lhe dando a tempo de falar por si e em nome da Guarda Nacional, e levando-o para uma janela para reprovar-lhe a carta ao comandante Silva. Ele fala em deixar o serviço.

Tranqüilizei-o, observando-lhe que isso não significava senão confiança, porque, a não ser a estima em que V. M. Imperial o tem, aquela censura lhe seria feita pelo intermédio dos ministros. O brigadeiro anda doente, e o seu estado físico aumentou-lhe a impressão. Creio que minhas palavras o consolaram.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 28 de fevereiro de 1873.

Senhor.

Tive a honra de receber a carta com que Vossa Majestade Imperial honrou-me ontem.

Se houve ainda gente reunida em frente à *República* anteontem, foi reunião de curiosos, que nada fizeram, e que se não pode proibir por mera prevenção.

A polícia não consentirá desacatos nem desordens.

Do *Jornal do Comércio* de hoje Vossa Majestade verá o que disse o S. Silveira Lobo em desforço dos republicanos, e o que lhe respondi com aprovação da maioria conservadora.

É preciso não ser severo com o povo, porque este se mostrou adeso às instituições juradas em presença de uma demonstração não só provocadora, mas criminosa. Os processos em tais casos são de mau efeito e sem vantagem. A provocação material partiu dos republicanos, diz a autoridade policial; eles afirmam o contrário, e não merecem mais crédito. Não houve ferimento nem ofensa física de espécie alguma, a não serem os projétis lançados sobre a frente do edifício, depois da relutância a retirar a bandeira republicana. A haver processo, processados deviam ser também os autores daquela demonstração, que não foi autorizada por tal modo. Isto digo a Vossa Majestade, para o vulgo recomendo indiferença contra as bravatas republicanas.

Convenho com Vossa Majestade Imperial em que os artigos de defesa das autoridades devem ser muito moderados, mas quem pode impedir a expansão dos que escrevem sem dependência do governo?

As patrulhas, que percorreram a princípio a rua do Ouvidor, tinham por fim impedir o ajuntamento. Da própria *República* pediram que cessassem, porque esperavam que o ajuntamento lhes fosse simpático, creio eu.

Ontem censurou-se que as patrulhas não aparecessem a tempo de dispersar o povo.

A senhora do ministro da Agricultura piorou ontem e creio que não escapará.

O deputado João Mendes de Almeida perdeu dois filhos e está com outro em perigo de vida. Com o calor tem havido maior número casos de febre amarela. Às tardes há esperança de chuva, mas só anteontem caiu alguma, que apenas abateu o pó.

Não há outra novidade.
Sou com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 4 de março de 1873.

Senhor.

Não podendo ir pessoalmente, peço licença para apresentar a Vossa Majestade Imperial e a Sua Majestade a Imperatriz, por mim e por meus colegas, nossos respeitosos cumprimentos pelo feliz aniversário de 14 de março.

Não há novidade. A ausência de vários deputados, além de pouco zelo em alguns, tem concorrido para a perda de muitos dias de sessão. O tempo tem melhorado sensivelmente, sentindo-se de anteontem para hoje temperatura de inverno, sem muita chuva.

Ontem o chefe de polícia e eu recebemos uma denúncia de tentativa revolucionária por parte dos republicanos: a denúncia parte de dois que lá conviveram, e que não merecem fé, conquanto não se deva desprezar o aviso.

De viva-voz exporei a Vossa Majestade o que nos referiram, e o mais que procuro colher.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 14 de março de 1873.

Senhor.

Não ocorreu novidade depois que ontem escrevi a Vossa Majestade Imperial.

Acabo de receber a carta em que V. M. respondeu-me.

Ainda ontem ponderei ao sr. ministro do Império que convém resolver sobre a questão Pernambuco. Ele parecia-me disposto a deixar o negócio sem palavra oficial do governo, confiando nas últimas notícias do presidente Lucena, que dá a questão por morta. Mas há nisso engano: o silêncio exprime confiança na decisão que se espera do governo.

Um correspondente do *Diário do Rio* já começou hoje a intrigar.

Reiterei as minhas recomendações ao sr. conselheiro João Alfredo, que viu a carta de Vossa Majestade. Já se recolheram todos os pareceres do Conselho de Estado, e espero que irão a V. Majestade com a decisão do governo formulada.

Nesta ocasião, remeto vários decretos da Fazenda e da Guerra, e plenos poderes para o barão de Penedo tratar com o sr. Mathew: sobre isto o sr. visconde de Caravelas terá falado ou falará a Vossa Majestade.

A respeito da denúncia, só hoje à noite, quando devo ouvir ao principal informante, poderei saber mais alguma coisa. Os denunciantes são o Climaco e o Ribeiro, este principalmente. Fazem muito mistério, mas Climaco falou ao chefe de polícia, remetendo-o para Ribeiro e a meu filho, a quem pediu uma entrevista comigo na 5^a feira à noite. Ribeiro promete dizer tudo, mas não merece-me fé, porque disse ontem a meu filho que ainda tem que dar dez contos para a *República* e que o fazia para não ser vítima. Não creio, mas não desprezo.

Dizem que se conta com alguns batalhões: deu-se entender que o de artilharia, cujo comandante Fonseca, eu o julgo incapaz de traição. Que oficiais de Marinha (2) e do Exército (2) estão encarregados de aliciar tropa. Que esconderiam as armas, para que no momento o corpo ou corpos se não pudessem mover, o que é insensato.

Que o plano é tentarem contra a vida de Vossa Majestade, a rainha e a do ministro da Justiça, o que tudo me parece um desatino inacreditável. Que um Moreira Pinto, professor da Escola Militar, entra nisso e procura mover os estudantes dessa escola. Que Ferro vai à Europa entender-se com a Internacional: já ouvi que esse sr. tem em seu poder dinheiros dos artistas, de cujas contas se teme, e por isso se ausentará.

É preciso não desprezar, mas não temer, tanto quanto transparece este intento da parte dos denunciantes ou de quem os dirige.

Hoje ouvirei ao sr. Ribeiro, que só a mim quer revelar o maior *segredo*.

O chefe de polícia ouviu que se pretendia aproveitar a confusão da noite de 5ª feira Santa para o atentado; cumpre ao governo não facilitar o que pode ser obra de qualquer malvado.

Estamos muito atentos e não receio que haja intento real de uma conspiração.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 15 de março de 1873.

Senhor.

Estimarei que Vossa Majestade Imperial tenha passado melhor. O sr. Nicolau Ribeiro da Silva, um moço gordo, filho do falecido proprietário do primeiro sobrado do Catete, passando a secretaria dos Estrangeiros e do mesmo lado, veio ontem falar-me. A hora por ele escolhida (6 ½ da noite) e o lugar (a minha casa) preveniram-me contra o seu mistério, além do mais. Pareceu-me um moço adamado e que não vinha advertido por um projeto repugnante à sua consciência, mas para seu interesse e talvez dos seus.

Ele se ofereceu para fazer-me revelações: eu não o conhecia, nem o procurei. Entretanto mostrou-se receoso de preencher o seu fim, ponderando que o governo teria de tomar providências prontas, e sua vida correria perigo. Tem 14 contos na *República*, e vai dar mais 10, para salvar tudo: “se eu lhe pudesse pôr fora daqui, ele iria com sua mulher e dois filhos, e então não receava revelar tudo.” Isto indicou-me que ele queria ir para a Europa à custa do Estado. Ponderei-lhe que haveria toda discricção da parte do governo, que era ato de bom cidadão impedir tentativas loucas e atrozés, mas que ele não podia sair do Clube da reforma, digo, da *República*, para um emprego. Girou sempre no mesmo círculo, cuja geratriz era sair daqui, o que ele faria, “se pudesse haver os 14 contos que meteu na *República*.”

Respeitei os seus escrúpulos, disse-lhe que o governo não estava de todo alheio ao que se passava entre os republicanos, que eu pensaria sobre o que ele me dizia, e ele também pensasse. Assim o despedi.

Durante a nossa entrevista só lhe ouvi que se falara em assassinato, idéia repelida por ele. Que o governo não pode contar com toda a tropa, porque há militares filiados.

Tarde voltou à minha casa o sr. chefe de polícia com os apontamentos juntos, que tomou à pressa do que lhe foi referindo o mesmo Ribeiro. Saindo este da minha casa, foi ter com o dr. Ludgero, e notando-lhe que eu me concentrara no fim da nossa entrevista, quis assim mostrar-me “que ele não era um especulador”. No que ele referiu, e consta dos apontamentos, cuja devolução rogo a Vossa Majestade, porque não posso agora tirar cópia, não acredito senão em plano de propaganda, com projeto de revolução, se o puderem fazer. A gente não pode ser mais desacreditada, nem mais fraca.

Estaremos alerta. A Vossa Majestade Imperial peço algumas precauções, porque sempre as julguei precisas. Dizem que a *República* vai aparecer em formato maior: não durará muito. São meios artificiais para se conseguir uma mudança de situação política.

Que alguns oficiais esposam essas idéias exaltadas, eu o creio; mas no que entrem nisso os chefes nem que eles possam abalar a fidelidade da tropa, sempre provada.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 16 de março de 1873.

Senhor.

Ontem escrevi uma carta a Vossa Majestade Imperial, que não pôde seguir, porque a banca parte muito cedo aos do-

mingos, do que me não lembrava. Vai agora tal qual, nada ocorrendo para acrescentar.

O sr. ministro do Império remete a Vossa Majestade a pastoral do bispo, que causou-me grande pesar pelo que tem de injusta e ultra teocrática, e os pareceres do Conselho de Estado.

Concordo em que a decisão do governo seja dada por via de recurso, mas parece-me conveniente não cansar a expectativa dos interessados, que podem desesperar com silêncio absoluto do governo.

Negócio tão grave tem sido todo tratado em correspondência particular.

Julgo conveniente que um aviso do Império ative a remessa do recurso e declare que por esse meio o governo dará a decisão que o caso reclame e couber em sua jurisdição.

Sou com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 17 de março de 1873.

Senhor.

Não há novidade. O estado sanitário não é ainda tranquilizador, segundo os médicos, posto que a temperatura tenha baixado. Consta-me que o dr. Pereira Rego augura uma epidemia de angina para o inverno ou a recrudescência da bexiga.

Deus disponha melhor. O que creio é que urge cuidar da higiene da cidade seriamente.

Vão algumas cartas de presidentes e a do dr. Faria, para que Vossa Majestade Imperial se digne inutilizar.

Faço votos pelo restabelecimento de Vossa Majestade Imperial.

Se Vossa Majestade não vier no sábado, irá a Petrópolis um dos ministros. Eu não poderei ir, porque estou preso à discussão do orçamento da receita.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Rio, 20 de março de 1873.

Senhor.

Tenho a honra de remeter à Vossa Majestade Imperial um novo decreto para execução da lei, que aumentou os vencimentos dos empregados do Tesouro e das tesourarias. Tinha sido omitido no anterior o que vai como § 3º do art. 12: autorização para que o diretor geral da contabilidade satisfaça as requisições de pagamento, que são feitas por chefes de diferentes repartições, já para isso autorizados, ou pelos ministros, quando não haja dúvida. É dispensar nesses casos o “Cumpra-se” do ministro da Fazenda, cuja falta retarda às vezes o expediente, e que perde muito tempo com essas assinaturas.

Junto o decreto assinado para que V. M. Imperial se digne inutilizar a sua assinatura.

A tabela dos vencimentos ficou organizada definitivamente como vai. V. M. Imperial encontrará uma demonstração da notável economia que se faz, e que assaz compensa a gratificação que por algum tempo se abonará aos chefes de seção, cuja classe é extinta.

Não posso publicar esse decreto, do qual depende o abono dos vencimentos aumentados, a que têm direito os empregados desde 8 de janeiro, sem que se resolva sobre as aposentadorias dos que não devem continuar no serviço. Haveria prejuízo em aposentá-los depois do aumento de ordenado.

Remeto, portanto, uma proposta motivada, e com as informações juntas, para as aposentadorias e as novas nomeações que daí e da supressão de classes resultam.

Já conferenciei com os meus colegas, e antecipo a apresentação, porque o negócio tem alguma urgência.

Vossa Majestade Imperial verá, por uma nota junta, que a reforma de 1868 determinou maior número de aposentadorias.

É necessário eliminar os inúteis e dar novo impulso a essas importantes repartições.

As aposentadorias e acessos são proposta do diretor geral da contabilidade, com a qual me conformei.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Rio, 4 de abril de 1873.

Senhor.

Tenho a honra de apresentar a V. M. Imperial os decretos de nomeação para o Tesouro e as tesourarias.

V. M. Imperial verá que o 3º escriturário Schmidt, que parecia competir com o Fragoso, tem a nota de “ótimo” quanto ao comportamento, sendo no mais inferior.

Abriu-se mais uma vaga, e em lugar daquele 3º escriturário vai proposto um Miranda, que lhe é notavelmente superior, segundo as informações dos srs. Galvão e Novaes.

Quanto ao 3º escriturário de Pernambuco, Sampaio, só tem mais 4 meses de classe, porém tem muito menos tempo de serviço do que o Ciriaco, como se vê da informação.

A vaga que cresceu, de 2º escriturário, proveio da morte de José Joaquim Machado, 1º escriturário. Para o lugar deste é proposto o Kelly, que já serviu de inspetor da tesouraria de Mato Grosso, e ultimamente tinha sido designado para a de Santa Catarina.

No decreto de reforma acrescentei, na 1ª página, onde se diz que os novos vencimentos serão abonados desde 8 de janeiro, data da lei, o seguinte: “aos que continuarem no

serviço”. O fim é evitar dúvida a respeito dos que ora se aposentam.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

P. S. Peço perdão de um engano. O novo proposto para 2º escriturário é o bacharel Mamede, oficial maior de Pernambuco, lugar suprimido. O Miranda já estava contemplado.

Corte, 7 de abril de 1873.

Senhor.

A presente sessão da Assembléia Geral finda no dia 21, e ainda não passaram na Câmara a lei de forças de terra e a do Orçamento. A prorrogação é necessária para aquele fim, ainda que o não consigamos. Não se dirá que o governo deixou de fazer quanto estava da sua parte. De outro modo se dispersariam os deputados, talvez não viessem muitos a tempo para a abertura no dia 3 de maio, e se tirasse daí argumento para novas ajudas de custo.

Submeto, portanto, à assinatura de Vossa Majestade Imperial o decreto de prorrogação, em que seguiu-se o precedente de 1864. Neste ano abriu-se a 2ª sessão e encerrou-se a 1ª ao mesmo tempo.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 15 de abril de 1873.

P. S. O visconde de Abaeté já queria nomear amanhã a comissão que devia pedir o dia do encerramento, na forma dos estilos. É urgente resolver o caso.

Saiu no *Diário Oficial* de hoje, sem autorização do sr. ministro do Império, um anúncio de que Vossa Majestade assistirá à missa do dia 17. O meu colega roga as ordens de Vossa Majestade a esse respeito, para manter ou retirar o dito anúncio.

Senhor.

Só à noite, depois que voltei do palácio de Suas Altezas, é que recebi ontem a carta de V. M. Imperial. Por engano do portador, consta-me que andou pela secretaria dos Negócios Estrangeiros. Tarde procurei remediar, fazendo que o *Diário Oficial* anunciasse que a missa fora celebrada no dia anterior. Não supus que os outros jornais repetissem o 1º anúncio, e escapou ao administrador da tipografia, que podia prever essa necessidade, o desavisar os ditos jornais.

Hoje encerrou-se e foi votado na Câmara o orçamento da receita com os aditivos. Estes foram em grande parte rejeitados, mais será preciso que a comissão joeire outros.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 17 de abril de 1873.

Senhor.

As notícias que recebi do Paraguai são as que ora remeto. Parece certo que Barreiro e Caballero foram movidos por mão estranha, ou auxiliados na sua empresa. Não tenho esperança de que a reforma da gente do Paraguai se opere sem que eles se corrijam uns aos outros, ainda que brutalmente.

Não há novidade por aqui.

Faço votos para que Vossa Majestade Imperial tenha melhorado em sua preciosa saúde.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 22 de abril de 1873.

Senhor.

Não se podendo concluir ontem a cópia do projeto eleitoral, o sr. ministro do Império trouxe-me o impresso junto com as emendas que fizemos ao primeiro trabalho nas últimas conferências.

Desejamos apresentá-lo depois de amanhã, se não for possível amanhã. Prometemos isso da tribuna e a Câmara o espera com ansiedade.

A grã-cruz para o senhor duque de Alençon será concedida por decreto com a data de hoje, mas não sei se poderá ser hoje mesmo remetido a V. M. Imperial, porque ocorreu dúvida quanto à secretaria que o deve expedir.

Não há novidade alguma.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 28 de abril de 1873.

Senhor.

Acabo de receber a carta de V. M. Imperial que acompanha o projeto eleitoral. Considerarei hoje com os meus colegas as indicações que V. M. Imperial se dignou fazer-nos.

Foi engano não incluir-se a emenda que entrega o conhecimento de validade das eleições de vereadores e juizes de paz ao poder judiciário.

Vai o diploma do sr. duque de Alençon.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 29 de abril de 1873.

Senhor.

Tive a honra de receber a carta de V. M. Imperial.

No período financeiro, substituiu-se as palavras “aumento progressivo” pela palavra “crescimento”.

No período da educação popular, em lugar de “providências legislativas” – “novas disposições legislativas”.

No período dos interesses econômicos, em lugar de “Na aplicação eficaz destes meios” – “Na aplicação combinada destas providências”.

Em lugar de “pareceram conveniente para afiançar” – “que prometem a execução”.

No ultimo período escaparam dois “sempre” substituímos assim: “cujos deveres procuro desempenhar com todo o amor que voto etc”.

Pareceu-nos que – “Na eficácia destes benefícios” não se exprimia bem o pensamento, porque era a suposição dubitativa do efeito desejado.

“Próprias a afiançar” – pareceu-nos frase contestável. Este juízo é meu e dos srs. ministros do Império e da Guerra.

Desculpe V. M. Imperial a pressa com que escrevo.

De
V. M. I.
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 2 de maio de 1873.

Senhor.

Revendo a minuta do projeto de fala do trono, notei que no período da tranqüilidade pública, omitiu-se o seguinte, que completa o dito período: “o remédio radical para esse estado de coisas depende de meios de comunicação mais rápidos, e de outras providências tendentes a civilizar aquelas regiões”.

Não é obra de um dia, mas releva que prossigamos neste empenho com a possível celeridade.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 2 de maio de 1873.

Senhor

Em conferência com os srs. ministros do Império e da Guerra, fiz ontem algumas emendas de forma, além das que comuniquei ontem a V. M. Imperial, para evitar repetições e corrigir ligeiros descuidos. Creio que agradarão a V. M.

Por exemplo, usando-se das palavras “recentes disposições legislativas” no período relativo ao aumento de soldos e vencimentos civis, havia repetição das mesmas palavras quando se tratava da instrução pública.

Ficou “carecem de um plano mais amplo e aperfeiçoado, que nos será proposto”. Assim, fomos adiante do nosso pensamento, que era menos positivo do que o de Vossa Majestade.

Hoje pela manhã surgiu uma nova dúvida, que é urgente resolver:

Deve-se falar no triste acontecimento da morte de S. M. a Imperatriz viúva, augusta madrastra de V. M. Imperial?

A notícia chegou quando as Câmaras estavam reunidas, estas ofereceram a expressão da sua dor, e V. M. I. agradeceu. Estes fatos já estão registrados.

Creio que não seria demais acrescentar, como *1º período*:

Mais uma vez agradeço com profundo reconhecimento a demonstração de vosso pesar, que me foi de tanto lenitivo, pela perda de minha muito prezada madrastra, S. M. a Imperatriz viúva, duquesa de Bragança, que deu sua alma a Deus no dia 26 de janeiro deste ano.

Rogo a V. M. Imperial que sobre este ponto, me expeça com a maior urgência suas ordens.

A fala se está imprimindo com e sem esse aditamento, para não perder tempo.

De
V. M. Imperial
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 3 de maio de 1873.

Senhor.

Tive a honra de receber a carta de Vossa Majestade Imperial, cujas ordens foram cumpridas. Avisei o sr. Caravelas.

Ele terá dado ou dará conhecimento a Vossa Majestade de uma denúncia que o Andrade recebeu em Londres de virem ou já terem vindo para o Brasil alguns membros da Internacional, munidos de uma matéria explosiva mediante certa aplicação de petropóleo: veio uma amostra, que na aparência é carvão vegetal ou de pedra. O sr. Andrade não conhece o denunciante, que só pede prêmio depois de averiguações que confirmem a sua denúncia. Tomam-se as providências convenientes, conquanto tudo isso me pareça invenções próprias da quadra na Europa e aqui.

Por muito ocupado não irei, salvo ordem de Vossa Majestade Imperial em contrário, a S. Cristóvão.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 6 de maio de 1873.

Senhor.

Tive a honra de receber a carta com que V. M. Imperial honrou-me ontem.

O sucesso de Pernambuco é lamentável, e devido à suspensão do Leão Faria, que excitou o partido liberal.

Não há indício de que o mesmo se tente aqui, mas o sr. ministro da Justiça ficou de prevenir o chefe de polícia.

O recurso da confraria do Recife tem sido, com efeito, demorado, e eu não cesso de lembrá-lo. Espero que hoje possa ser presente a consulta na conferência de ministros, para ser levada amanhã ao despacho, quando V. M. Imperial se dignará fixar dia para o Conselho de Estado pleno.

Sinto muito que o incômodo de V. M. Imperial não desaparecesse de todo, e faço votos para que cesse inteiramente.

As notícias do Rio da Prata são as que constam dos jornais.

O barão do Jaguarão diz que tinha por certo o auxílio dos argentinos aos revolucionários. Não diz, porém, que Caballero estivesse próximo à Assunção, nem a força que o acompanha.

Do governo saíram uns 800 homens para batê-lo.

Chegou a Montevideu dinheiro para o sr. Jovellanos, mas não sabemos se obterá a tempo os elementos materiais que lhe faltavam.

Damos instruções no sentido das anteriores, e insinuamos que convém chamar a atenção do general Mitre para os boatos que acusam a sua nação de proteger os revolucionários.

O mesmo general estava em boas relações com o sr. Araguaia, e dele recebeu a carta junta. Sua missão parecia esperar o resultado da revolução, e disposta a não ceder da linha do Pilcomayo, nada admitindo quanto à ilha do Atajo, o que embaraçava o acordo.

O sr. ministro dos Negócios Estrangeiros tencionava remeter hoje a V. M. as comunicações que recebeu.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 23 de maio de 1873.

P. S. Não estou satisfeito com os srs. da comissão do orçamento do Senado: refiro-me especialmente aos srs. S. Vicente, Cotegipe e Inhomirim.

Senhor.

O visconde de Caravelas não escreve, porque o trabalho de sábado o pôs doente, e procura restabelecer-se por toda esta semana, para assistir à discussão do seu orçamento.

Ontem recebeu ele uma carta do A. Sérgio Teixeira de Macedo, que estava em B. Aires. Comunica este que, tendo o agente do governo paraguaio comprado aprestos bélicos, quando requereu licença para expedi-los, o ministro da Guerra obistou a remessa, com o fundamento de que podia ir para Entre Rios. Oferece-se fiança idônea ou caução, e o mesmo ministro, em vez de anuir logo, adiou para outro dia a solução, sem atender a que nesse dia partia o vapor que devia levar os armamentos. Conseguiu o agente paraguaio que a companhia transferisse a saída do vapor, mas era incerto se essa dilação seria suficiente, porque não podia exceder de 24 horas. As comunicações com o Paraguai não são hoje fáceis.

Este fato confirma a desconfiança de que o governo argentino favorece a revolução do Paraguai.

Entendemos o sr. Caravelas e eu que convinha expedir novo despacho ao b. do Araguaia, dando notícia dessa comunicação, e à vista dela reiterando as autorizações anteriores.

Como não há vapor mercante, irá um de guerra levar aquele e os outros despachos, que estarão à espera de navio.

Parece-nos mais que é urgente acreditar o sr. Teixeira de Macedo como encarregado de Negócios interino em B. Aires,

adindo-o só para esse fim à legação, durante a ausência do sr. b. de Araguaia. O cônsul geral tem outras ocupações, e não tem a habilitação profissional de um secretário. É assim que poderá a nossa legação fazer observações ao governo argentino contra fatos da natureza do que ultimamente ocorreu, a fim de que não passemos por cegos ou cúmplices, quando devemos lealdade ao governo paraguaio, e fomos à Assunção para prestar nosso concurso moral à República Argentina.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,

Visconde do Rio Branco

Corte, 27 de maio de 1873.

Senhor.

Receberam-se ontem comunicações oficiais de Pernambuco. Não remeto a confidencial do presidente, instruída com documentos, porque tenciono lê-la hoje no Senado, onde fui anteontem interpelado sobre a notícia do telegrama.

Foi um grande excesso, com vistas políticas, para aterrar e inculcar fraqueza da autoridade, o que praticou o partido liberal a pretexto da suspensão do Leão Faria.

O artigo do *Diário de Pernambuco*, transcrito em a *Nação* de ontem, dá idéia exata do caráter e impressão dos sucessos.

A maçonaria não foi parte, diz o presidente.

O bispo portou-se com serenidade. O presidente houve-se com prudência e energia.

Ele, o presidente, estava vigilante, contava com a força pública e a grande maioria da população.

Por cautela, vai ordem para que o comandante da estação naval do 7º distrito siga no *Paraense* para o porto de Pernambuco, porque assim levará um reforço de tropa, sem aparato.

Como os srs. ministros da Justiça e do Império receberam iguais comunicações, escrevo para que um deles envie esse documento a V. M. Imperial.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 31 de maio de 1873.

Senhor.

Não estava em casa quando chegou a carta de V. M. Imperial. Hoje muito cedo escrevi ao sr. Caravelas, e ele responderá sobre o que V. M. quer saber.

Anteontem tivemos conferência de ministros, e resolveu-se dar provimento ao recurso da Irmandade do Recife, na forma do decreto de 23 de março de 1857. Ontem devia o sr. ministro do Império entregar-me a minuta do seu aviso, que é a forma oficial prescrita pelo decreto; mas não o fez.

Espero que o fará até segunda-feira, atenta a urgência do caso.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 8 de junho de 1873.

Senhor.

Tenho a honra de remeter a V. M. imperial uma correspondência do Rio da Prata, que veio a mim, para que eu a lesse; e bem assim um decreto e a carta do sr. Caravelas que cobre os ditos papéis.

Rogo a V. M. Imperial se digne assinar o decreto de nomeação do porteiro da Tesouraria de Pernambuco, e outros para suprir a falta do lançador, que passa a servir como cônsul no Chile. O proposto é pessoa idônea.

O sr. ministro da Justiça não tem podido comparecer à Câmara, e não tenho notícias dele e do filho enfermo. Hoje escrevi-lhe por dever de amizade e para animá-lo.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 14 de junho de 1873.

Senhor.

Rogo a Vossa Majestade Imperial se digne sancionar a resolução prerrogativa do orçamento, e o decreto de promulgação. Muito convém que sejam publicados amanhã.

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 28 de junho de 1873.

Senhor.

Tenho a honra de cumprimentar a Vossa Majestade Imperial. As discussões do Senado prendem-me até depois das 5 horas da tarde, e roubam-me tempo necessário a muitos serviços.

Convém que no 1º de julho comece o serviço da doca e das capatazias a ser feito pela administração da Alfândega.

Só amanhã poderá ser assinado o termo da rescisão dos contratos feitos com a companhia atual.

Foi preciso combinar sobre as cláusulas, das quais as principais são as que se lêem na cópia junta.

É necessário promulgar um decreto reorganizando aquele serviço, que deixa de ser feito pela companhia.

Cometi este trabalho aos profissionais, e discuti com eles. Não pôde ser concluído antes. As disposições são as que antigamente vigoravam, as taxas menores em geral, do que as cobradas pela empresa da doca, e tomaram-se outras disposições meramente regulamentares, aconselhando-se pela experiência.

Ouso rogar a Vossa Majestade Imperial que se digne dar sua aprovação ao decreto até amanhã à tarde, para que não tenha a extinta companhia de continuar no serviço que prestava, ainda por dois ou três dias.

Eu conservo o que havia de melhor no pessoal da companhia; o ajudante do gerente, que passa a administrador das capatazias, Pinheiro de Campos, e os fiéis dos armazéns. São nomeações de aviso.

Recebi uma representação do comércio, que é em parte satisfeita com as providências que ora submeto à V. M. Imperial.

Não há novidade. Os negócios nas Câmaras, onde se nota cansaço da parte dos faladores, creio que correram melhor. O sr. ministro do Império anunciou-me, há dois dias, que ativa o parecer sobre a reforma eleitoral.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado servo,
Visconde do Rio Branco

Corte, 29 de junho de 1873.

Senhor.

Fui hoje à Câmara para falar em nome do gabinete sobre a questão da estrada de ferro do Rio Grande do Sul.

Procurei demonstrar que só razões ponderosas de interesse público nos têm movido e moverão nesse negócio.

O resultado foi muito favorável ao gabinete. A oposição conservadora recuou para uma emenda, que autorizava tudo, ex-

cluindo a idéia (me parece) da linha da cidade do Rio Grande, e a possibilidade de ser uma parte das linhas por empresa particular, sem atender a que há concessões feitas pela Assembléia Provincial, que poderiam embaraçar, se o governo devesse dispensá-las inteiramente.

O substitutivo assinado pelo deputado Paranhos passou, afinal, por 75 votos (entre os quais 6 liberais) contra 27.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 12 de julho de 1873.

Senhor.

O sr. visconde de Caravelas remeteu-me as últimas notícias do Paraguai e do Rio da Prata, para meu conhecimento e para transmiti-las a Vossa Majestade Imperial.

O general Mitre tinha mudado de atitude e esperava-se que chegasse a um acordo com o Paraguai.

Junto uma carta do barão do Penedo, relativa ao senhor conde de Áquila.

De
V. M. Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 21 de julho de 1873.

Senhor.

As notícias do Paraguai, que V. M. Imperial viu, são as mais modernas. As do *Diário do Rio* não têm data mais recente, e foi isso resultado de revelação indiscreta feita pelo Teixeira de Macedo a seu tio Diogo, e por este ao sr. marquês de S. Vi-

cente e a outras pessoas. Eu tinha previsto o inconveniente quando o marquês repetia com alegria e sem reboço o que ouvira.

Enquanto aos trabalhos da Câmara, temos feito o que é humanamente possível.

Há 6 meses e meio que trabalhamos incessantemente, mas não é possível remover todos os obstáculos, nem prescindir dos trâmites que marcam os regimentos das Câmaras.

O projeto de relações passou hoje em 2ª discussão, e nós o temos por uma medida de muito alcance.

A reforma da Guarda Nacional não tinha ainda chegado ao Senado. Consta-me que hoje à tarde é que foi remetida.

O projeto eleitoral depende do parecer, que a todo momento espero e não tardará, pelo que me consta.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
V. Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito
Visconde do Rio Branco

Corte, 22 de julho de 1873.

Senhor.

Recebi os papéis, que serão distribuídos.

O sr. ministro do Império disse-me que os conselheiros de Estado da sua seção opinaram pelo emprego das temporalidades. O Bom Retiro, com a condicional – se o governo as julga em vigor. Entendem que o processo será ineficaz e pode agravar a crise.

O ministério seguirá o que tinha antes resolvido: primeiro, o processo.

Interrogados sobre o art. do Código C. na hipótese do processo, o sr. Sousa Franco opinou pelo art. 86, e os outros dois pelo art. 96.

Passou no Senado (consta-me) o projeto das relações, e começou a discussão da nova província. Na Câmara perdeu-se o tempo em questões de ordem sobre o orçamento, e depois com a discussão de um requerimento do sr. Martinho de Campos, para

ir o projeto à comissão de Constituição, por causa do art. que prorroga a lei para o exercício de 1874-75.

Foi recurso protelatório da oposição dissidente e liberal.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito

Visconde do Rio Branco

Em 30 de julho de 1873.

Senhor.

Tive a honra de receber e agradeço a Vossa Majestade Imperial os trabalhos do engenheiro Belgrand, relativos à cidade de Buenos Aires.

Depois de os ler rapidamente, passei-os ao sr. ministro da Agricultura, que não me os devolveu ainda, como prometera.

Daí a minha falta. Escrevo-lhe nesta ocasião, e logo que os receba, cumprirei o meu dever para com Vossa Majestade.

De

V. M. Imperial
muito obediente e dedicado súdito

Visconde do Rio Branco

Corte, 16 de agosto de 1873.

Senhor.

Tenho a honra de devolver o impresso da breve notícia. Não há necessidade de alterar o algarismo da dívida flutuante, porque é o do período a que se refere o cálculo, e porque essa dívida é variável.

A palavra “recursos” pode ir para harmonizar a diferença dos algarismos da receita, que em certo lugar parece maior

do que em outro, o que não teria explicação, se fosse sempre o produto dos impostos.

Fiz algumas emendas de redação.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado servo,
Visconde do Rio Branco

Corte, 22 de agosto de 1873.

Senhor.

O ministro do Império referiu-me a conversação com que Vossa Majestade Imperial o honrou.

Com efeito, concordei ontem em que convém adiar para depois do encerramento das Câmaras o aviso ao procurador da Coroa. O ato do governo suscitaria logo discussão, talvez ardente nas Câmaras, e isso com prejuízo do resultado que se deseja. Além deste inconveniente, ponderamos o da perda de tempo para o que falta concluir durante o resto da sessão.

Desde que não foi logo publicado, essa demora de poucos dias será útil e não prejudicial. Quanto à nova forma do aviso, refletindo de ontem para hoje, escrevi ao sr. ministro do Império que, além das emendas que ontem fizemos, e que teriam sido feitas no impresso que ele hoje entregou a Vossa Majestade, convém suprimir aquela citação de “filhos pródigos” pelos comentários satíricos a que se prestam.

Vossa Majestade nota a falta de sessão na Câmara, mas é natural o cansaço e o receio de que a oposição aproveite-a de qualquer ensejo para discussões escandalosas.

Deus queira que a Câmara se reúna para aprovar as emendas que forem do Senado, sobre o projeto do banco. O Teixeira Júnior foi um pouco apaixonado contra o banco, e deu armas contra o seu próprio parecer. Há muita indisposição contra aquele estabelecimento, por esses ciúmes e mal entendidos antagonismos de norte e sul. O banco terá sido alguma vez muito receoso, mas em geral a sua procedência merece louvor, e a ela a deve o bom aspecto do mundo comercial (o do Brasil).

Vai uma nota do que se pode dizer sobre a receita e despesa ultimamente votadas. A reforma da Guarda Nacional passou hoje em 3^a discussão.

Sou, com o mais profundo respeito.

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 23 de agosto de 1873.

P. S. Sobe à sanção a proposta ou projeto de lei de orçamento.

Senhor.

Tenho a honra de apresentar a Vossa Majestade Imperial o decreto de promulgação da lei de orçamento.

Hoje houve sessão em ambas as Câmaras. No Senado discutiu-se o projeto relativo ao Banco do Brasil. Na Câmara, entre outros assuntos, o do arrasamento dos dois morros.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 25 de agosto de 1873.

Senhor.

Tenho a honra de devolver a prova da *Breve Notícia*, e uma demonstração da receita e despesa dos exercícios de 1870 a 1874, como pareceu-me que V. M. I. exigia.

O trabalho que remeto, se peca, é por ser minucioso.

Chego neste momento do Senado, e por isso não cumpri antes as ordens de V. M. I.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 26 de agosto de 1873.

Senhor.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. M. Imperial a correspondência recebida do Paraguai. O sr. Caravelas encarregou-me desse dever.

Junto também o discurso de apresentação do ministro oriental.

Quanto à prorrogação da sessão da Assembléia Geral, ainda não pude conferenciar com os meus colegas, e bastará resolver 2^a feira. Inclino-me a crer que será isso inútil.

De
V. M. Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 30 de agosto de 1873.

Senhor.

Tenho a honra de submeter à assinatura de Vossa Majestade Imperial três decretos, que são urgentes.

Aproveito também a ocasião para apresentar a Vossa Majestade duas medalhas, que o provedor da Casa da Moeda ofe-

rece a Vossa Majestade e a Sua Alteza Imperial. Comemoram a regência da mesma augusta senhora.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 27 de setembro de 1873.

Senhor.

Tive a honra de receber a carta que Vossa Majestade dignou-se escrever-me ontem. Monsenhor Pinto de Campos fica muito penhorado com as observações de Vossa Majestade.

O sr. ministro do Império, como dirá a Vossa Majestade quando for receber suas ordens, tenciona partir na 2^a ou 3^a feira para as águas de Baependi.

Parece-me conveniente, e é este o desejo do dito meu colega, que a substituição interina caiba ao sr. ministro da Justiça. De acordo com esta proposta, remeterei hoje ou amanhã os decretos a Vossa Majestade, se não ordenar-me outra coisa.

Rogo a Vossa Majestade Imperial me desculpe de não ir amanhã cumprimentá-lo. Sem refletir no dia, e há muito instado, combinei com o sr. ministro da Agricultura em fixarmos o dia de amanhã para um ensaio de inauguração da Vila Isabel, o que me rouba tempo de que carecia.

Sou com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 18 de outubro de 1873.

Confidencial

Il.^{mo} ex.^{mo} sr. conselheiro Manoel Antônio Duarte de Azevedo.

Tendo se resolvido que aos empregados da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, constantes da relação junta, sejam concedidas as condecorações notadas a lápis ao lado dos nomes dos mesmos empregados, rogo a v. ex.^a se sirva mandar passar-lhes os respectivos diplomas.

Sou, com a mais distinta consideração e estima,

De v. ex.^a
afetuoso amigo e atento colega,
Visconde do Rio Branco

Em 20 de novembro de 1873.

Senhor.

O visconde de Caravelas não mandou os papéis a Vossa Majestade Imperial, porque ficarão comigo; e eu não me apressei a enviá-los a Vossa Majestade, porque as comunicações oficiais não dizem mais do que eu ontem tive a honra de informar. Além disso há conferência de ministros esta manhã, e convém aí deliberar sobre a resposta, com a qual passo a ocupar-me.

Como, porém, tenho de memória o conteúdo das referidas comunicações, e tomo nota das datas, não é preciso que Vossa Majestade as devolva logo.

Sou, com o mais profundo respeito,

De
Vossa Majestade Imperial,
Muito obediente e dedicado servo,
Visconde do Rio Branco

Corte, 16 de dezembro de 1873.

Senhor.

Não tenho ainda notícia oficial, nem carta particular. Mas o *Jornal do Comércio* de hoje noticia que no dia 12 à tarde

fora desimpedido o Cuiabá, declarando o sr. Tejedor que o fazia por deferência ao Brasil, e não por dever. Pouco depois desse ato do governo argentino chegavam a Buenos Aires as nossas canhoneiras, cuja viagem constara antes.

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 20 de dezembro de 1873.

Senhor.

Vossa Majestade Imperial tenha a bondade de desculpar o papel: não tenho outro em Santa Teresa.

O Sr. Caravelas pediu-me que remetesse a Vossa Majestade a correspondência recebida ontem do Rio da Prata. O governo argentino cedeu, mas ressalvando o direito de repetir o mesmo fato.

Todavia, passou o conflito, que causou viva impressão em B. Aires. O Deschamps remeteu-me uma prova de publicação que ia aparecer, contando a batalha de Entre-Rios como esplêndido triunfo de Lopez Jordan! Custa a crer que o governo argentino levasse a dissimulação até ao ponto de fazer repicar os sinos.

Estimarei que Vossa Majestade e Sua Majestade a Imperatriz fizessem o passeio de Nova Friburgo sem nenhum desagrado.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 21 de dezembro de 1873.

Senhor.

Tenho a honra de apresentar a Vossa Majestade Imperial a exposição que acompanha o decreto relativo ao acordo com o Banco do Brasil. Creio que as inovações, adotadas em virtude da nova lei, estão ali suficientemente explicadas.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco.

Corte, 23 de dezembro de 1873.

Senhor.

Fico inteirado das ordens de Vossa Majestade Imperial a respeito do despacho de amanhã, do *Horper* e do mais que com este se liga.

Saúdo a Vossa Majestade por tão auspicioso sucesso.

Sinto que as coisas não estivessem melhor dispostas. A companhia guardou silêncio, e há três dias é que eu soube do plano da Copacabana, porque estranhei o silêncio e frieza.

Mas há de haver entusiasmo, e natural, porque o caso é de fazer época.

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 23 de dezembro de 1873.

Senhor.

Acabo de receber as cartas e atestado que Vossa Majestade Imperial remeteu-me, relativos a Sua Alteza a senhora condessa de Áquila.

O ministério pensou outro dia que é tempo de resolver essa questão, e esse o meio de legalizar o empréstimo que se fez em Londres, e que não evitou o escândalo da execução de que falaram ali os jornais.

Submeterei esses papéis ao exame da conferência de ministros. A insistência de Suas Altezas provocará nas Câmaras mui desagradável discussão.

Tenho a honra de ser, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Santa Teresa, 25 de dezembro de 1873.

Senhor.

Tenho a honra de transmitir a Vossa Majestade Imperial a correspondência do visconde de Araguaia, e um telegrama, que dá notícias inexatas e atrasadas sobre a revolução argentina, levadas ao Jaguarão pela diligência de Montevideú.

Aquela correspondência mostra que em Roma espera-se vencer com o tempo, e se acredita no que fazem constar, por vários condutos, os ultramontanos. Parece-me que o sr. Araguaia compreendia bem o estado das coisas.

Sou, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 13 de novembro de 1874.

Senhor.

Os despachos de condecorações para a alfândega não foram publicados ainda, porque faltavam os das tesourarias, que são repartições de superior categoria. Apresento agora estes.

Da secretaria do Tesouro ninguém fora contemplado. Seu chefe o conselheiro Rocha pediu-me pelos empregados Sá e Lyra, que são dos mais hábeis do Tesouro. O sr. Rocha é conselheiro e comendador: por isso não o contemplei.

Notei que ele dissimulava ressentimento, porque deu-se mais 1 comenda a diretores que já eram comendadores. Se Vossa Majestade Imperial entender que convém dar 1 comenda ao chefe da secretaria, que é realmente empregado muito digno, eu cumprirei a ordem com prazer.

O conselheiro Galvão, atendendo às queixas que se levantaram, propôs mais alguns despachos para o Tesouro, que recaíram sobre empregados dos melhores e estão dentro dos limites das graças já concedidas por Vossa Majestade.

O sr. de Bem também ponderou-me que só por esquecimento deixaram de ser contemplados, o 1º escriturário Luiz Peixoto da Fonseca Guimarães, que é antigo e tem muitas comissões e o dr. Trindade, contador, que já tem dirigido a repartição das Rendas.

O sr. Collin, meu oficial de gabinete, da maior confiança, e autor do utilíssimo *Manual da Fazenda*, por esquecimento não tinha sido incluído.

Um empregado de Santa Catarina acaba de apresentar um trabalho estatístico sobre os impostos municipais e provinciais, digno da remuneração que é proposta.

Tenho a honra de ser, com o mais profundo respeito,

De

Vossa Majestade Imperial,
muito obediente e dedicado súdito,
Visconde do Rio Branco

Corte, 12 de novembro de 1874.

DIÁRIO DO EXÉRCITO

Diário do Exército

(Campanha de 1851-1852)

Com a divulgação do presente documento, pertencente a seu arquivo, cumpre o Museu Imperial uma determinação estatutária, ao mesmo tempo que presta um serviço aos estudiosos.

Trata-se de uma parte do “Diário de campanha ou itinerário de marcha do Exército na campanha de 1851-1852”, feito que comemora o seu centenário neste ano de 1951. A parte inicial do documento acha-se recolhida ao Arquivo Nacional, onde conseguiu cópias autênticas o general Genserico de Vasconcelos, que as publicou em seu documentado livro *História Militar do Brasil*.

Nessa obra, como prefácio à reprodução desses originais, diz o autor: “Não me foi possível encontrar o restante do diário, isto é, o do Q. G. de Caxias desde 15 de dezembro até ao seu regresso ao Rio Grande; o da 3ª Divisão, durante a marcha de Jaguarão até sua incorporação ao Exército; e o relativo à *Divisão* de Marques de Sousa, desde seu embarque em Colônia até ao dia 1º de janeiro.

Pelas referências feitas pelo malogrado marechal Bormann em seu livro – *Rosas e o Exército Aliado* – depreende-se que o historiador das nossas três grandes campanhas compulsou, na íntegra, o *diário*. Onde o encontrou, não me foi possível descobrir, apesar de pesquisas pacientes nas bibliotecas e arquivos do Rio.

Apelo para quem possua o restante do *diário*, no sentido de oferecer cópia à 5ª Seção do Estado-Maior, que se encarrega da História Militar e da Geografia do Brasil.

É portanto, atendendo a esse apelo que o Museu Imperial tem a grata satisfação de publicar esta parte do procurado documento.

Veio ela para o arquivo do Museu Imperial integrando o precioso acervo doado pelo príncipe d. Pedro e que, desde o início da República, se encontrava no castelo d'Eu. Na classificação dos citados papéis tomou este documento o nº 5.828.

Como foi este papel parar nas mãos do imperador, não podemos responder.

Temos contudo a satisfação de corresponder ao pedido do general Genserico, dando publicidade a este *diário*.

1851, novembro 23 – No dia 23, pelas 6 horas da manhã, a 2ª e a 3ª divisões levantaram o acampamento junto ao Riachuelo, e depois de 2 léguas de marcha vieram acampar junto à margem esquerda do arroio Molino, pequeno afluente do Prata, ficando a 2ª Divisão do lado superior do passo e a 3ª do lado oposto não longe do Rio da Prata, que demora ao poente à distância de ½.

Neste mesmo dia de manhã s. ex.^a o sr. general conde de Caxias foi visitado pelo coronel Moreno, comandante militar da cidade da colônia, e seu respectivo departamento; e nessa ocasião s. ex.^a concertou com ele certas medidas que convinha tomar acerca da boa polícia da cidade, e serviço da guarnição.

25 – No dia 25, às 8 horas da manhã, chegou o brigade de guerra brasileiro *Capiberibe*, procedente de Montevidéu, conduzindo uma porção de fardamento para o Exército.

Durante este dia, e já no anterior, s. ex.^a ocupou-se em aprontar a correspondência que devia expedir para a corte.

Nesta data publicou-se a ordem do dia nº 28 que marca o tempo, durante o qual é permitido aos srs. diversos comandantes conservarem presos à sua ordem, limitando este a 15 dias aos srs. comandantes de divisões, a 10 aos srs. comandantes de brigadas, e a 6 aos srs. comandantes de corpos.

Outrossim determina que, atento à grande falta de oficiais, os 1^{os} cadetes substituam no serviço de conduzir a bandeira aos alferes mais modernos, a quem compete fazer este serviço.

26 – No dia 26, às 5 horas da tarde, chegou do Paraná o vapor de guerra nacional *Recife*, o qual recebe a correspondência destinada para a corte, devendo partir para Montevidéu na madrugada do dia seguinte.

28 – No dia 28, às 5 horas da manhã, aportou o vapor de guerra nacional *Golfinho*, conduzindo correspondência da corte, donde partira no dia 19.

Este vapor trouxe a seu bordo de Montevideú, onde tocara, a companhia de pontoneiros alemães, que ali se achava acampada junto ao Cerro.

Neste mesmo dia, pelas 6 horas da manhã, chegou de Montevideú o vapor de guerra nacional *Pedro II* conduzindo a seu bordo o 1º batalhão de artilharia a pé, armado a fuzil; o qual efetuou o seu desembarque às 11 horas do dia, indo aquartelar-se junto ao acampamento da força, logo à entrada da povoação; sendo o sr. coronel graduado Solidônio José Antônio Pereira do Lago, comandante deste batalhão, nomeado comandante da guarnição da praça.

Nesta data s. ex.^a deu ordem para que todos os dias fizessem exercícios de artilharia ao alvo, aos quais deveriam assistir os seus ajudantes-de-ordens pertencentes a essa arma, que não estivessem de serviço.

No dia 30 publicou-se a ordem do dia nº 29 que trata das formalidades que se devem observar no festejo do dia 2 de dezembro próximo futuro, faustíssimo aniversário natalício de Sua Majestade o Imperador.

Dezembro, 1º – No dia 1º de dezembro s. ex.^a o sr. general em chefe ordenou que todos os dias, logo depois do toque de alvorada, viria um dos batalhões da divisão acampada junto à cidade fazer exercício na praça, a que s. ex.^a iria assistir; e que à tarde passaria revista a um outro batalhão em ordem de marcha.

Nesta data publicou-se a ordem do dia nº 30, que em aditamento à 4ª tabela das instruções do comissariado, e ao disposto na ordem do dia nº 27, contém diversas disposições acerca do fornecimento do Exército.

2 – No dia 2, ao amanhecer, a artilharia salvou com 21 tiros, anunciando o faustíssimo aniversário do natalício de Sua Majestade o Imperador, que completa o vigésimo sexto ano de sua idade; às 8 horas da manhã toda a tropa acampada junto à cidade se achava formada em grande parada, ocupando os 6 batalhões de infantaria as 4 faces da praça e o 1º regimento de artilharia com o 1º de cavalaria uma posição paralela à frente da mesma, junto à entrada da povoação. Às 8 ½ horas principiou a parada com as salvas e descargas do estilo findas as quais, o sr. brigadeiro Manoel Marques de Souza, que comandava a parada, deu vivas alusivos ao dia, que foram entusiasticamente correspondidos por toda a tropa, tocando então todas as músicas simultaneamente o Hino Nacional. Em seguida a tropa marchou em ordinário, fazendo a devida continência à s. ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias, que se achava postado em uma das janelas do quartel-general, com todo o

seu estado-maior, assistindo à parada; depois os corpos retiraram-se a quartéis, vindo a oficialidade cumprimentar a s. ex.^a.

Às 11 horas, tendo chegado a oficialidade da 2^a e 3^a divisões dos seus respectivos acampamentos, onde também tiveram parada, s. ex.^a dirigiu-se à matriz, acompanhado do seu estado-maior e de toda a oficialidade das 3 divisões, onde teve lugar um brilhante Te-Déum, cantado por capelães do Exército, e acompanhado por músicas do 8^o batalhão, o qual terminou depois do meio-dia, sendo s. ex.^a então acompanhado por toda a oficialidade até o quartel-general, e por esta cumprimentado.

À noite todas as músicas da 1^a divisão vieram tocar no quartel-general o recolher, começando por tocar todas ao mesmo tempo o Hino Nacional, com o qual também fecharam o toque.

3 – No dia 3, às 5 horas da manhã, o 7^o Batalhão de Infantaria fez exercício, ao qual assistiu s. ex.^a o sr. general conde de Caxias, terminando depois das 7 horas.

Às 5 horas da tarde o 8^o batalhão também fez exercício.

A essa mesma hora chegou de Guauguachú o vapor de guerra nacional *Recife*, conduzindo a seu bordo o ex.^{mo} sr. conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro do Brasil, com o seu secretário; e bem assim o encarregado de Negócios de Entre Rios junto ao governo de Montevidéu o dr. Diógenes de Urquiza (filho do general d. Justo José de Urquiza), e o da República do Paraguai.

S. ex.^a o sr. conselheiro Honório desembarcou imediatamente com os demais srs., e dirigiu-se ao quartel-general, onde teve uma conferencia com s. ex.^a o sr. conde de Caxias; e às 7 ½ horas regressou para bordo do vapor que logo prosseguiu a sua viagem para Montevidéu, sendo acompanhado até o seu embarque por s. ex.^a o sr. general e seu estado-maior.

S. ex.^a teve do sr. conselheiro Honório uma relação detalhada de toda a força do exército de Rozas nas imediações de Buenos Aires, que montava a cerca de 20.000 homens, compreendendo os serenos e as levas forçadas de velhos e crianças, podendo por isso computar-se apenas em 12.000 homens a força realmente combatente.

Nesta data publicou-se a ordem do dia n^o 31, que transcreve diversos avisos, e resoluções relativas à reforma e classificação de várias praças do Exército; e que contém diversas disposições acerca da regularidade do serviço. Neste mesmo dia de manhã, chegou a infausta notícia de haver falecido em Montevidéu, no dia 1^o à uma hora da tarde, o

general Eugênio Garzon, em consequência de um aneurisma que sofria no coração.

Dezembro, 4 – No dia 4, às 5 horas da tarde, s. ex.^a dirigiu-se ao acampamento da 1^a divisão, onde passou revista ao 13^o batalhão de infantaria, com o qual depois trabalhou até às 7 horas e ½.

5 – No dia 5, às 5 horas da tarde, s. ex.^a foi ao acampamento da 1^a divisão, onde depois de passar revista ao 5^o batalhão de infantaria, com ele fez exercício de manobras até depois das 7 horas e ¼.

Nesta data saiu a ordem do dia nº 32, que dá publicidade ao resultado da inspeção de saúde porque passaram em presença de s. ex.^a o sr. general conde de Caxias, os diversos oficiais nela mencionados.

6 – No dia 6, às horas do costume, s. ex.^a foi ao acampamento da 1^a divisão, e aí passou revista ao 6^o batalhão de infantaria com o qual depois trabalhou, fazendo executar diversas manobras até perto das 7 ½ horas.

7 – No dia 7 de manhã S. Ex.^a foi à missa, acompanhado de seu estado-maior, a qual também assistiram os corpos da 1^a divisão; e à tarde s. ex.^a passou revista ao 1^o regimento de artilharia e 2^o de cavalaria de linha, que depois fizeram exercício até quase o anoitecer.

8 – No dia 8 de manhã s. ex.^a foi à missa, não tendo porém depois podido assistir à festa feita a N. S. da Conceição, padroeira do Império do Brasil, em consequência de ter de presidir a uma numerosa inspeção de saúde de vários oficiais e praças do Exército.

9 – No dia 9, às 4 horas da madrugada, chegou, conduzindo ofícios da corte, o vapor *Paquete do Sul*; o qual se supunha haver-se perdido, já pela sua longa demora, já pelo fortíssimo temporal que constava ter ele sofrido.

10 – No dia 10 de madrugada regressou para a corte o vapor *Paquete do Sul*, levando a correspondência.

A bordo deste vapor seguiu para Montevidéu o sr. coronel chefe do Estado-Maior Miguel de Frias e Vasconcelos, a fim de ali tratar de sua saúde; pois que de novo se exacerbava o seu incômodo do fígado.

Neste mesmo dia, à 1 hora da tarde, chegou de Montevidéu o vapor de guerra *D. Afonso*, que serve de capitânia, trazendo a seu bordo o sr. chefe-de-esquadra Grenfell, comandante das forças navais estacionadas no Rio da Prata; o qual desembarcou pelas 3 horas da tarde e foi acompanhado ao quartel-general por um dos ajudantes-de-ordens de dia, e aí teve uma conferência com s. ex.^a o sr. conde de Caxias, acerca do transporte da divisão brasi-

leira expedicionária, que deve desembarcar na margem esquerda do Paraná, e fazer parte do exército de Urquiza.

Às 6 horas da tarde o sr. chefe-de-esquadra Grenfell retirou-se para bordo do *Afonso*.

11 – No decurso do dia 11 chegaram os vapores de guerra *Recife*, *Pedro II* e *Golfinho*, bem como o vapor oriental *Rio Uruguai*; sendo estes, além de outros, os vapores que devem transportar ao Paraná a divisão brasileira, que tem de ir cooperar com o exército de Urquiza.

Neste mesmo dia à tarde veio ao quartel-general o sr. chefe-de-esquadra Grenfell.

12 – No dia 12, às 5 horas da tarde, chegou de Montevidéu o vapor *Imperador* conduzindo a correspondência vinda da corte a bordo do *Paraense*.

À tarde s. ex.^a o sr. Grenfell veio ao quartel-general.

Tendo o ministro da Guerra de Montevidéu Batlle, representado a s. ex.^a o sr. general conde de Caxias, que tinha graves apreensões de que Dionísio Coronel não efetuasse algum movimento por ocasião das novas eleições da República, e por isso solicitado a existência de alguma força no departamento de Cerro Largo; por este motivo s. ex.^a fez esta manhã marchar o sr. coronel barão de Jacuí com 500 homens de cavalaria, aos quais dever-se-ia reunir em Canelones a ala do 14º batalhão de infantaria; a fim de pairar nas imediações de Cerro Largo, e assim evitar qualquer movimento ou reunião de tropa, que por ventura se intente fazer.

Nesta data, s. ex.^a recebeu oficiais do sr. conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, comunicando que aproveitando-se da autorização que lhe dera de fazer quaisquer requisições de forças que fossem necessárias, mandara aproximar-se ao Cerrito a 4ª divisão ligeira, que se achava acampada junto ao arroio Canelones, de proteção aos hospitais militares estabelecidos nas povoações de Sta. Luzia e Canelones, em consequência de haver o governo de Montevidéu solicitado a aproximação daquela força, a fim de evitar qualquer movimento que pudesse aparecer por ocasião das eleições que iam ter lugar na capital, o que muito receava.

Todavia, s. ex.^a o sr. conde, vendo que a localidade do Cerrito não oferecia proporções, a fim de poder ali conservar-se uma força de cavalaria considerável, ordenou ao sr. coronel David Canabarro, comandante da divisão ligeira, que mudasse o acampamento da força para a fralda do Cerro, em cujo lugar a cavalaria poderia encontrar pasto.

13 – No dia 13 foi aprisionada pela corveta *Euterpe*, uma baleeira que conduzia 2 oficiais de marinha franceses, ao

serviço de Rozas; os quais se presume terem vindo observar os movimentos do exército, assim como as disposições das forças navais.

14 – No dia 14, às 4 horas da madrugada, veio embarcar a 1ª brigada da divisão expedicionária, que se compunha dos 3 batalhões de infantaria 7º, 8º e 13º e era comandada pelo sr. coronel Francisco Félix Pereira Pinto. À uma hora da tarde já toda a força se achava embarcada a bordo dos vapores *Afonso*, *Recife*, *Pedro II* e *Golfinho*, que uma hora depois seguiram viagem para o Paraná, com direção ao lugar denominado Ponta Gorda ou Diamante, sendo este momento dirigido pelo sr. chefe-de-esquadra Grenfell.

Nesta data s. ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias fez publicar a ordem do dia nº 33, em que se manifesta estar satisfeito com a conduta do exército; e declara que um novo campo de glória se lhe apresenta, onde a 1ª divisão vai ser a primeira a lançar-se, formando parte do Exército Aliado ao mando do general Urquiza.

15 – No dia 15 saiu a ordem do dia nº 34, que publica diversos avisos da repartição da guerra, sobre passagens e licenças que obtiveram várias praças do Exército; e bem assim a sentença do conselho de guerra, que se procedera a respeito do capitão da 3ª classe Vasco José da Silveira, pelo extravio de cavalos.

16 – No dia 16, ao amanhecer, dirigiu-se ao ponto de embarque o resto da divisão expedicionária, que se compunha dos 3 batalhões de infantaria 5º, 6º e 11º, formando a 2ª brigada ao mando do sr. coronel Feliciano Antônio Falcão bem como do 2º regimento de cavalaria de linha, e de uma bateria de 12 bocas de fogo do 1º regimento de artilharia a cavalo, e 4 estativas de foguetes a congréve.

Ao meio-dia toda a força já se achava embarcada a bordo dos vapores *Imperador*, *Paraense* e *Uruguai*, indo a bagagem em dois iates, que eram rebocados pelo *Paraense*.

Às 2 horas da tarde a divisão já seguia viagem para o lugar do seu destino, que devia ser a Enramada, ou a Ponta do Diamante, segundo as últimas notícias da posição em que se achasse o Exército Aliado.

O sr. brigadeiro Manoel Marques de Souza, comandante da divisão expedicionária, ia a bordo do *Imperador* com todo o seu estado-maior, do qual faziam parte 2 oficiais de engenheiros. No mesmo vapor foi a caixa militar da divisão, que continha 200 contos de réis.

Esta divisão composta de 2 brigadas, continha 4.022 homens das 3 armas, a saber: os 6 batalhões de infantaria 5º, 6º, 7º, 8º, 11º e 13º, com 3.064 praças; o 2º regimento de cavalaria de linha, com 576 praças, e uma bateria de 12

peças de calibre 6 e 4 estativas, com 325 praças do 1º regimento de artilharia a cavalo: além disso iam 6 cirurgiões, 3 empregados da pagadoria, 5 do comissariado, e 3 do fornecimento. (N.)

Esta divisão marchou bem fardada, bem armada, municuada e equipada; e na ocasião de seu embarque deu não equívocas demonstrações de que marchava animada do mais vivo entusiasmo e interesse pela glória da pátria.

Neste mesmo dia de manhã, toda a infantaria da 2ª e 3ª divisões veio acampar nas imediações da cidade, no lugar denominado Real, compondo-se ela dos batalhões de infantaria 2º, 3º, 4º, 12º e 15º e do 1º de artilharia a pé, armado a fuzil; cuja força ficou debaixo do comando do sr. brigadeiro José Fernandes dos Santos Pereira. Toda a força de cavalaria, tanto da 2ª como da 3ª divisão, ficou neste mesmo dia acampada junto ao Riachuelo, sob o mando do sr. brigadeiro João Frederico Caldwell.

17 – No dia 17, às 6 horas da tarde, partia em comissão para a corte, a bordo do vapor *Paquete do Sul*, o capitão engenheiro do exército, conduzindo ofícios para o governo, levando o itinerário das marchas e operações do Exército, e um mapa demonstrativo com o traço de toda a marcha por ele executada; e indo ao mesmo tempo encarregado de dar todos os esclarecimentos e explicações necessárias a tal respeito, e bem assim fazer diversas requisições para o Exército, informando o governo acerca do seu estado.

Com^{te} do 5º Bm Major Mel. Lopes Pecegueiro.

D.^{to} do 6º B.^m T.^e C.^{el} Luís José Ferreira.

D.^{to} do 7º B.^m T.^e C.^{el} do g. João Guilherme de Bruce.

D.^{to} do 8º B.^m Major Carlos Resein.

D.^{to} do 11º B.^m T.^e C.^{el} do g. F.^{co} Victor de Mello e Albuquerque.

D.^{to} do 13º B.^m T.^e C.^{el} Martinho Bap.^{ta} Fer.^a Tamarindo.

Com^{te} do 2º Reg.^{to} T.^e C.^{el} M. Luiz Ozório.

D.^{to} de Art.^a Major J.^m J. Glz. Fontes.

Engenheiros: cap.^m Ernesto A. Lassance Cunha e o 1º T.^e Frederico Augusto do Am.^a Sarm.^{to} Menna.

Deput.^{do} do Ajud.^e G.^{al} Cap.^m André Alz. d'Oliv.^a Bello.

Dep.^{do} 2.^{el} M.^e G.^{al} Cap.^m Augusto Frederico Pacheco.

22 – No dia 22 chegou à colônia a notícia de haver a 1ª brigada da divisão auxiliar subido o Paraná, tendo sofrido por espaço de 52 minutos um vivíssimo fogo nas barreiras do Azevedo, no lugar denominado Tonelero, onde existia uma bateria de 16 bocas de fogo guarnecida por um esquadrão

de artilharia, e protegido por um outro esquadrão de cavalaria e 2 batalhões.

Ao aproximar-se aquele ponto, o sr. chefe-de-esquadra Grenfell, que dirigia pessoalmente a expedição, fez rebocar as corvetas *D. Francisca* e *D. Januária*, e o brigue *Calíope* pelos vapores *Recife* e *Pedro II*; e colocando-se com o vapor *Afonso* na frente da linha, e fazendo descer para baixo da coberta toda a tropa não necessária, tentou a passagem daquela posição; o que conseguiu, respondendo ao fogo que o inimigo dali fazia sobre nossos navios, cuja guarnição, bem como a tropa que tomou parte no combate, se conduziram com suma coragem e sangue frio, tendo apenas havido um morto e dois feridos.

As corvetas e o brigue fundearam logo acima da bateria, e os vapores prosseguiram a sua viagem para a Ponta do Diamante.

É certamente admirável a pouca ou nenhuma vantagem que o inimigo soube tirar de sua excelente posição, onde bem como no Obligado e em outros muitos lugares, pois o Paraná oferece multiplicados Dardanellos, ele muito podia dificultar, senão interceptar a passagem da nossa expedição. E como a guerra sempre tira autoridade dos primeiros sucessos, tendo sido esta campanha iniciada debaixo de tão bons auspícios, é muito de presumir que ela terá um desenlace favorável às armas do Exército Aliado.

1852, janeiro 1º – No dia 1º de janeiro publicou-se a ordem do dia nº 35 que transcreve diversos avisos do ministério da Guerra à cerca de passagens de vários oficiais do Exército, etc.

2 – No dia 2 saiu a ordem do dia nº 36, que dá publicidade a diferentes disposições a respeito da organização da artilharia; e outrossim contém várias nomeações para a repartição do comissariado.

17 – No dia 17 publicou-se a ordem do dia nº 37, que trata de diversas nomeações para o serviço do Exército, e que declara haver obtido licença para retirar-se para a corte, a fim de tratar de sua saúde, o sr. coronel chefe do Estado-Maior Miguel de Frias e Vasconcelos, a quem s. ex.^a o sr. general em chefe manda agradecer a coadjuvação que lhe prestara, enquanto o seu estado de saúde o permitiu.

S. ex.^a o sr. general conde de Caxias, que na véspera às 8 horas da noite se havia dirigido a bordo do vapor *D. Afonso*, unicamente acompanhado de 2 ajudantes-de-ordens, tenentes João de Souza da Fonseca Costa e Carlos Betbeze de Oliveira Nery, ao amanhecer seguiu para o porto de Buenos Aires, em cujo litoral, de combinação com o sr. chefe-de-esquadra Grenfell, andou examinando o lugar mais

azado e conveniente para se operar um desembarque das tropas que se acham na colônia do Sacramento, e destarte apoiar o movimento que executasse o general Urquiza com o Exército Aliado, quando estivesse empenhado em fogo com o de Rozas, caindo inopinadamente sobre a retaguarda deste.

Nesta excursão, s. ex.^a percorreu toda a costa desde a ponta de Lara e Quilmes até Buenos Aires, onde o vapor *Afonso* aproximou-se tanto da corveta que serve de registro ao Porto, que esta lhe ficou à distância de meio tiro de pistola, e a força que a guarnecia ficou por tal modo desconcertada e estupefata com a audácia de um semelhante procedimento que cumprimentou a gente do mesmo vapor; o qual depois avizinhou-se o mais que pôde à terra, aonde o sr. Grenfell, a pedido de s. ex.^a o sr. conde de Caxias, mandou um escaler bem guarnecido, comandado por um guarda-marinha, a quem s. ex.^a o sr. conde deu uma porção das proclamações do general Urquiza, para espalhar pela margem do rio, afixando-as de distância em distância em postes, que para este fim levava.

19 – No dia 19, à tarde chegou à colônia o vapor *Afonso*, conduzindo s. ex.^a de volta de sua excursão à costa de Buenos Aires: às 7 horas s. ex.^a desembarcou, e dirigiu-se logo ao quartel-general.

22 – No dia 22 publicou-se a ordem do dia nº 38, contendo diversas disposições sobre a disciplina, e marcando a etapa de 440 réis para o próximo futuro semestre, incluindo o vinho.

23 – No dia 23 à tarde s. ex.^a o sr. general conde de Caxias, acompanhado de seu estado-maior, dirigiu-se ao acampamento da 3^a divisão, à qual passou uma minuciosa revista seguida de todas as formalidades do estilo.

Acompanhou a s. ex.^a nesta revista, o sr. chefe-de-esquadra Grenfell.

28 – No dia 28, à 1 hora da tarde, chegou da corte a bordo do mesmo vapor *Paquete do Sul*, o capitão engenheiro do Exército, conduzindo a correspondência do governo.

29 – Conforme o plano de operações concertado entre s. ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias e o sr. chefe-de-esquadra Grenfell, a nossa esquadra, depois de ter concluído o transporte da divisão auxiliar, e efetuado a passagem do Exército Aliado para a margem direita do Paraná, veio formar uma linha desde a colônia do Sacramento até a cidade de Buenos Aires, e daí à povoação de S. Pedro no Paraná; fechando assim as comunicações do exército de Rozas por este lado, ao mesmo tempo que estabelecia uma linha de comunicações não só com o exército, ao qual podia pres-

tar todo o auxílio, senão também com o Exército Imperial colocado na colônia, ao qual podia facilmente ministrar um desembarque nas costas de Buenos Aires; segundo as conveniências e eventualidades da campanha.

S. ex.^a de combinação com o sr. chefe-de-esquadra Grenfell, adaptou dois planos de sinais convencionais, um para se corresponderem e o outro para indicar as requisições que tivesse de fazer. Durante a noite os sinais deveriam ser feitos por meio de tigelinhas de gás.

S. ex.^a tomou todas as providências, e expediu as convenientes ordens, a fim de que toda a tropa acampada junto à colônia estivesse bem fardada, armada, municada e equipada; e bem assim pronta a executar qualquer movimento, que a marcha dos acontecimentos do outro lado do Prata pudesse exigir.

Fevereiro, 3 – No dia 3 de fevereiro, às 5 horas da tarde, chegou de Buenos Aires o vapor de guerra *Pedro II*, enviado pelo sr. chefe-de-esquadra Grenfell trazendo a notícia de ter havido um vivo fogo, tanto de artilharia como de fuzilaria, desde às 7 ½ horas da manhã até às 11; que depois calou o fogo, e viram-se entrar grandes massas de tropa, bem como de cavahada e boiada, parecendo assim que o exército de Rozas retirava-se para dentro da cidade a todo o trance.

Ao receber esta notícia, s. ex.^a o sr. conde expedía em continente ordem ao sr. brigadeiro comandante da 3^a divisão, a fim de que fizesse sem perda de tempo marchar para o porto os batalhões de infantaria 2^o, 3^o e 12^o, e o 1^o de artilharia com 4 peças, que deviam embarcar a bordo do vapor *Pedro II*, brigue *Eólo*, e patacho *Conceição*, devendo toda a gente ir bem armada, municada e leve.

Às 6 horas ½ da tarde já a tropa se dirigia ao porto, a fim de efetuar o seu embarque, que só no dia seguinte pôde terminar em consequência de estar o vento fresco, e a corrente do rio muito forte.

4 – No dia 4, às 6 ½ horas da manhã, estando então toda a tropa já embarcada, s. ex.^a o sr. general conde de Caxias dirigiu-se para bordo do *Pedro II*, acompanhado unicamente de 5 ajudantes-de-ordens, dos srs. ajudante general e quartel mestre general, e do engenheiro do exército: logo depois da chegada de s. ex.^a largou o vapor para Buenos Aires.

Às 7 horas, logo depois da partida do *Pedro II*, avistou-se o vapor *Paraense*, que vinha de Buenos Aires, e seguia viagem para Montevidéu, o qual fez o sinal convencional que Rozas havia caído do poder. Em consequência desta notícia, s. ex.^a o sr. conde mandou ordem para que a tropa

que se achava embarcada nos outros navios esperasse segundo ordem para seguir; e logo o *Pedro II* prosseguiu a sua viagem para Buenos Aires, levando a seu bordo o batalhão 12º e quase todo o 2º, cuja força montava a mais de 800 praças.

Antes de sua partida, s. ex.^a ordenou ao sr. brigadeiro comandante da 3ª divisão, que estivesse pronto a marchar com o resto da infantaria, que se compunha do batalhão 15º de prussianos, e do 2º de artilharia armada e fuzil; e determinou ao sr. brigadeiro comandante da 2ª divisão, que logo que a 3ª marchasse para o outro lado, ele se aproximasse com a sua força da colônia.

Às 11 ½ horas da manhã o *Pedro II* fundeu no porto de Buenos Aires, perto do *D. Afonso*, donde veio um escaler saber da parte do sr. Grenfell, se s. ex.^a o sr. conde vinha a bordo do *Pedro II*. S. Ex.^a embarcou no escaler, e dirigiu-se para bordo do vapor *Afonso*, sendo unicamente acompanhado por dois ajudantes-de-ordens.

Logo depois s. ex.^a mandou ordem ao sr. quartel mestre general, para que distribuísse proporcionalmente a tropa pelos navios que se achavam surtos naquele porto, que eram o mesmo vapor *Pedro II*, e as 4 corvetas *Baiana*, *Euterpe*, *Berenice* e *União*, além do vapor *Afonso*.

Logo depois de sua chegada, s. ex.^a foi informado que no dia anterior houvera uma renhida batalha nas imediações de Moron, cuja luta durou desde às 7 horas da manhã até 1 da tarde, tendo o Exército Aliado alcançado uma completa e assinalada vitória sobre o de Rozas, que antes do fim da ação fugiu, abandonando o campo da batalha, e foi disfarçado acolher-se a bordo do vapor inglês *Centauro*, onde se achava com a sua filha d. Manuelita Rozas.

5 – No dia 5, às 10 horas da manhã, s. ex.^a o sr. general conde de Caxias, acompanhado de 2 ajudantes-de-ordens, e indo em sua companhia o sr. chefe-de-esquadra Grenfell, foi para terra e desembarcou junto à Quinta de Palermo, onde se achava o general Urquiza. Junto ao desembarque estava postado um rico coche para conduzir a s. ex.^a, e um piquete de cavalaria para o acompanhar. S. ex.^a dirigiu-se logo a Palermo, onde felicitou o general Urquiza pelo seu triunfo. Urquiza agradeceu a s. ex.^a a sua prova de atenção e amizade, e ao mesmo tempo declarou a s. ex.^a que a divisão auxiliar brasileira se portara no dia da batalha com tal perícia, coragem e denodo, que a ela em grande parte devia ganho da ação, e a glória do memorável dia 3 de fevereiro.

Pelo meio-dia S. Ex.^a retirou-se de Palermo, e seguia para a cidade, onde fez sua visita de cumprimento e congratulação ao novo governo; finda a qual dirigiu-se ao lugar

do embarque; tendo sido, tanto no seu trajeto para a cidade, como na sua volta, cumprimentado por uma numerosa concorrência de gente de todas as classes que lhe dirigiam vivas; e das janelas e sotéas das casas por onde passava, lhe lançavam flores e perfumes; de sorte que s. ex.^a recebeu por toda a parte os maiores testemunhos de consideração e entusiasmo de quase toda a população da cidade, que lhe tributou uma completa ovação.

Às 10 horas da manhã, na ocasião em que s. ex.^a partia para Palermo, salvou a corveta *Berenice* com 19 tiros, em sinal de congratulação pela tão assinalada vitória alcançada no dia 3 pelo Exército Aliado sobre o ditador Rozas. Logo depois o forte da cidade salvou a s. ex.^a o sr. conde e, passado algum tempo, ao sr. chefe-de-esquadra Grenfell.

6 – No dia 6 à 1 hora da tarde, regressou para a colônia do Sacramento o vapor *Pedro II*, conduzindo toda a tropa que havia levado, tendo-a de manhã recebido dos navios porque havia sido distribuída. A bordo deste vapor também regressou para a colônia o sr. quartel mestre general, e dos ajudantes-de-ordens de s. ex.^a.

Pelas 4 horas da tarde partiu s. ex.^a de bordo do vapor *Afonso* para a cidade de Buenos Aires, sendo acompanhado pelo sr. chefe-de-esquadra Grenfell. Chegando à cidade, s. ex.^a dirigiu-se ao hotel de Provence, na rua de S. Martin, onde se hospedou, bem como os 4 ajudantes-de-ordens, o sr. ajudante general, e o engenheiro do exército.

À noite os músicos que percorriam as ruas da cidade, pararam junto à porta do hotel, onde s. ex.^a se achava alojado; e depois de haverem tocado, deram entusiásticos vivas a S. M. o Imperador do Brasil, a s. ex.^a e aos brasileiros, aparecendo ainda de mistura algum = muera el tirano Rozas!

7 – No dia 7 de manhã s. ex.^a foi cumprimentado pelo sr. brigadeiro Manoel Marques de Souza, comandante da divisão auxiliar; e bem assim pelos srs. comandantes de brigadas e corpos, que haviam vindo de Palermo, em cujas imediações se achava acampado o Exército Aliado.

Durante este dia, bem como nos subseqüentes, s. ex.^a foi visitado por diversas autoridades, e pessoas distintas da cidade.

No dia 8, pelas 5 ½ horas da manhã, s. ex.^a partiu da cidade em um coche com direção aos campos de Moron, a fim de ver com seus próprios olhos o lugar que servira de teatro à ação do dia 3. S. Ex.^a levava em sua companhia o sr. chefe-de-esquadra Grenfell, e o sr. capitão-de-mar-

e-guerra Parker, e era acompanhado por seus ajudantes-de-ordens, e pelo engenheiro do exército que devia fazer o reconhecimento do campo da batalha, e colher as precisas informações sobre as forças e disposições dos dois exércitos, a fim de organizar o plano dessa memorável batalha.

Ao passar em Palermo pelo acampamento da divisão brasileira, s. ex.^a recebeu no seu coche o sr. brigadeiro Marques, e seguiu para Moron, sendo então precedido pelo piquete que trouxe da cidade, e acompanhado por um esquadrão do 2º regimento, que já se achava postado no caminho à espera.

Às 8 horas e $\frac{1}{4}$ chegou à Igreja dos Santos Lugares, que dista $3\frac{1}{2}$ léguas da cidade, e $2\frac{1}{4}$ de Palermo: ali s. ex.^a parou por alguns instantes para mudar de animais, e prosseguindo a sua marcha, às 9 $\frac{1}{4}$ horas chegou às casas onde estivera o general Rozas no dia da ação, e que ocupava o centro da linha da batalha, cujo lugar dista 1 légua dos Santos Lugares, e $\frac{3}{4}$ da povoação de Moron.

S. ex.^a examinou as casas, fez uma digressão pelos arredores, e observou as posições que ocupavam os dois exércitos; e depois s. ex.^a retirou-se para os Santos Lugares, mandando então o engenheiro do exército fazer o devido reconhecimento do campo da ação, e obter todas as competentes informações acerca das disposições das forças dos dois exércitos beligerantes.

Neste reconhecimento, encontrou-se um considerável numero de cadáveres insepultos, que juncavam o campo da batalha, existindo só na casa onde o general Rozas estivera oitenta cadáveres, já no estado de putrefação, em grupos de 10 e 12. Todo o campo, desde os Santos Lugares até perto de Moron, isto é, no espaço de quase duas léguas, só apresentava destroços, e sinais de uma grande e mortífera luta, e desenvolvia aos olhos do observador um quadro melancólico, lúgubre, sangrento e horrível, qual costuma ser o aspecto de um campo de batalha.

O exército do general Rozas ocupava uma coxilha, que dominava todo o resto da campanha; tinha o seu centro dentro do valado da chácara de Simão Pereira, reforçado pela ala direita, e a ala esquerda do seu exército se estendia pela sumidade da coxilha até os Santos Lugares. O Exército Aliado, colocado em uma disposição quase paralela, ocupava a eminência de uma outra coxilha, tendo o seu centro apoiado no arroio Moron, a ala esquerda do lado oposto do arroio, e a direita estendida pela coxilha. As forças dos dois exércitos montavam a perto de 50.000 homens, sendo o de Rozas de 24.000 homens, contendo 1.000 de artilharia com 56 bocas

de fogo e 3 estativas, 8.000 de infantaria e 15.000 de cavalaria; e o de Urquiza de 26.000 homens, a saber: 1.000 de artilharia com 45 bocas de fogo e 4 estativas, 9.000 de infantaria, e 16.000 de cavalaria.

Rozas comandava o centro do seu Exército, a ala direita era comandada pelo general Maza, e a esquerda pelo general Echague. Urquiza comandava a ala direita do Exército Aliado, o sr. brigadeiro Manoel Marques de Souza o centro, e o general Virasoro a ala esquerda.

Pode-se calcular-se em 2.000 o número de mortes dos dois exércitos, sendo 1.400 do lado do inimigo; muito maior foi o número dos feridos, e 11.000 o dos prisioneiros.

Nos depósitos do acampamento dos Santos Lugares encontrou-se uma reserva de armamento e munição para um exército de 20.000 homens.

Rozas, às 11 horas $\frac{1}{2}$ do dia na ocasião em que a divisão brasileira atacava denodadamente o centro do seu exército, que era ao mesmo tempo flanqueado de ambos os lados pelas duas alas do Exército Aliado, fugiu do campo da ação, disfarçou-se, e foi procurar um abrigo no vapor *Centauro*, debaixo da proteção da bandeira inglesa*.

S. ex.^a o sr. conde almoçou junto aos Santos Lugares, e tendo daí partido às 2 $\frac{1}{2}$ horas da tarde, às 5 $\frac{1}{2}$ chegou à cidade, onde encontrou o sr. conselheiro Honório

*. A respeito da fuga do general Rozas constam com veracidade os seguintes pormenores:

Às 11 horas da manhã, no momento em que a divisão brasileira intrepidamente avançava com armas ao ombro para atacar o centro do exército inimigo, o coronel Maza voltou-se para Rozas e lhe disse: Sr., uma força que marcha com aquela ordem e coragem, está resolvida a perder a metade, mas a outra não pode deixar de vencer = Estas palavras produziram tal impressão no ânimo do ditador, que imediatamente veste-se com o poncho de um soldado, suja a cara de cinza, e assim disfarçado monta a cavalo, e simulando primeiro ir para a esquerda percorrer a linha, deita depois a correr a toda a brida para a cidade, onde chegou logo depois de meio-dia, tendo o dedo polegar da mão esquerda ferido em consequência de uma queda que dera o cavalo na rapidez de sua corrida. Rozas dirigiu-se logo à casa do ministro inglês Southern que então havia partido para Palermo, onde ele e os demais membros do corpo diplomático haviam ajustado irem pedir a Urquiza que poupasse a cidade de um ataque, e bem assim proporem, da parte de Mancilla, comandante militar de Buenos Aires, a capitulação da mesma cidade, supondo já então desfavorável o resultado da ação. O criado do ministro porém julgando que Rozas fosse algum soldado, não lhe quis consentir que subisse. Logo depois principiam a passar grupos dispersos do exército de Rozas, que se achava vencido, e posto em completa derrota. Rozas, amedrontado, e receando ser descoberto, então se denuncia ao criado, que logo o reconhece (pois que muitas vezes lhe fora faltar a Palermo da parte do seu amo), a o deixa subir. Rozas imediatamente se deita na cama do ministro à espera da sua chegada, afim de melhor evitar qualquer pesquisa. E no dia 4, às 3 horas da madrugada, o Onipotente ditador d. João Manoel de Rozas saiu da casa do ministro, e por ele acompanhado, e disfarçado em trajes de marinheiro inglês foi embarcar no porto da cidade em um escaler do vapor *Centauro*, que o conduziu para bordo, onde já se achava sua filha d. Manuelita Rozas desde o dia anterior!

Hermeto Carneiro Leão, que havia chegado pela manhã de Montevideú, a bordo do vapor *Rio de Janeiro*.

9 – No dia 9 de manhã s. ex.^a o sr. conde foi fazer os seus cumprimentos ao ex.^{mo} sr. conselheiro Honório, levando em sua companhia o sr. brigadeiro Marques. Neste dia seguiu para Inglaterra, a bordo do vapor *Conflict*, o general Rozas.

10 – No dia 10 s. ex.^a foi fazer sua visita de despedida às diversas autoridades, bem como às pessoas que o tinham ido cumprimentar.

A cidade de Buenos Aires está situada sobre a margem direita do Rio da Prata, e a 90 léguas de sua foz, achando-se colocada na latitude austral de 34°,46',28", e na longitude ocidental de Paris de 60°,40',30". Ela foi fundada a 2 de fevereiro de 1535 por d. Pedro de Mendonça, nomeado pela corte de Madri chefe do Rio da Prata. Em 1539, esta cidade foi despovoada, e de novo fundada em 1580, sobre suas próprias ruínas, por d. João de Garay, lugar tenente do governador daqueles domínios. Acha-se colocada sobre uma eminência pois a ribanceira do rio é bastante elevada, e o terreno para o interior continua na mesma altura, formando uma dilatada planície, apenas com ligeiras ondulações.

As ruas desta cidade são retas, quase todas calçadas, divididas em quadras, e com 50 a 60 palmos de largura. As casas são de sotéa, e pela maior parte térreas, contando-se em algumas ruas, aliás extensas, apenas meia dúzia de sobrados: esta circunstância faz com que esta cidade contenha uma população que se pode apenas computar em 100.000 almas, sendo ela todavia maior que a do Rio de Janeiro, cuja população já monta a 260.000 almas, pois é ela toda unida e cheia, e o seu corpo maior, e a do Rio de Janeiro mais derramada e ramificada, e o seu núcleo menor, conquanto o todo da cidade compreenda uma maior extensão.

A cidade de Buenos Aires é o centro do comércio de toda a Confederação Argentina, e mesmo do Paraguai; mas o seu porto é mau, pois sobre ser desabrigado, contém pouco fundo, pelo que os navios que demandam mais água são obrigados a surgir à distância de 1 ½ légua da cidade, e os pequenos vasos nunca podem aproximar-se muito à terra, em razão de ser o rio muito espraído, e sujeito a grandes vazantes quando sopram os ventos do oeste, e do norte, que deixam uma grande extensão de praia descoberta; circunstância esta que muito facilitará um desembarque de tropas, havendo apenas para defesa da cidade um forte no meio do seu litoral, o qual, pela sua posição e disposição do terreno, pouco obstáculo poderia oferecer a uma semelhante operação. Este forte é um quadrado com 60 braças aproximadamente

de base, tendo os seus ângulos abaluartados: o fosso existe aberto na face fronteira à cidade, mas obstruído nos outros lados contíguos.

Contém a cidade de Buenos Aires alguns edifícios notáveis, e a sua catedral, conquanto não esteja de todo terminada, é um templo verdadeiramente majestoso e suntuoso, e talvez o primeiro em magnitude e arquitetura de toda a América do Sul: ela tem 3 naves longitudinais, e uma transversal, com 400 palmos de comprimento, 200 de largura, e 80 de altura do pavimento à cimalha, sendo toda a sua construção sobre abóbadas e arcarias. Esta igreja não tem torres, mas somente uma bela e elevada cúpula, com mais de 50 palmos de diâmetro na sua base, e com mais de 100 de altura até a sua grimpia.

Do lado superior e ocidental da cidade, à distancia de 1 légua, e sobre a margem do rio, existe a Quinta de Palermo, onde residia o ditador d. João Manuel de Rozas, a qual compreende um grande espaço, e contém bonitas alamedas de diversas árvores, e um canal que borda longitudinalmente o caminho que conduz ao palácio. É esta uma grande casa térrea, de forma quadrangular, tendo em cada um de seus ângulos, à maneira de torreão, uma obra avançada com comunicações para o corpo do edifício.

Dentro da quinta, e ao lado dos fundos do palácio, existe um grande aquartelamento, composto de um crescido número de casas dispostas em linha, e formando diversas ruas paralelas; o qual mandara fazer o general Rozas para servir de quartéis à tropa que ali tinha acampada, podendo-se já nele acomodar um exército de 10.000 homens.

Pudera-se bem comparar, sem mistificação, a Quinta de Palermo ao jardim das Hispérides, onde um feroz dragão guardava, não o pomo de ouro, mas o poder; e onde ele, qual novo Minotauro, se cevava de sangue humano!

Na extremidade oposta da cidade existe também uma estrada bordada de um e outro lado de chácaras, que oferece um agradável e lindo passeio, cujo lugar se denomina “la Boca”.

Nas imediações da cidade de Buenos Aires, e dentro de um raio de 6 léguas, encontram-se freqüentes chácaras com arvoredo, e plantações de trigo, milho, etc.; mas além desta distância não encontra o viajante em toda a campanha do interior, no espaço de centenas de léguas, uma só árvore, um só arbusto, a cuja sombra se possa acolher; nem pode deparar com um só rio, arroio ou fonte, que lhe ministre água doce, com que possa matar a sede que o devora; pois sobre ser mui escassa a água em toda essa campanha, é

salobra a pouco que dificilmente se pode encontrar, e quase sempre impura e infeccionada pela prodigiosa quantidade de insetos mortos que contém; sendo assim o trajeto destas pampas talvez pior que o do grande deserto de Saara, onde ao menos o afadigado viajor encontra de longe em longe um benigno oásis com excelente água potável, onde possa abrigar-se dos ardores do sol, repousar de sua pesada fadiga e mitigar sua ardente sede.

11 – No dia 11, ao meio-dia s. ex.^a partiu da cidade de Buenos Aires, acompanhado de seu estado-maior, e embarcou no vapor *D. Pedro*, que o conduziu logo ao *D. Afonso*, no qual s. ex.^a seguiu algum tempo depois para a colônia do Sacramento, onde chegou às 6 horas da tarde, tendo sido recebido no seu desembarque pelo sr. brigadeiro comandante da 3^a divisão e por toda a sua oficialidade, que o acompanharam até o quartel-general.

14 – No dia 14 de madrugada, partiu para a corte o vapor *Pedro II*, levando o batalhão 12^o de infantaria, bem como 5 dos ajudantes-de-ordens do quartel-general de s. ex.^a, e o capitão Ernesto Antônio Lassance Cunha, que servira de engenheiro da divisão auxiliar, o qual ia encarregado de apresentar ao governo as participações oficiais sobre a batalha de Moron.

Com o vapor *Pedro II*, que devia tocar em Montevidéu, também seguiu para esse lugar o *Paraense*, conduzindo a seu bordo parte do batalhão 12^o.

Com data de 4, publicou-se a ordem do dia nº 39, que trata da demissão do emprego de deputado do quartel mestre general, do capitão do 2^o regimento de cavalaria de linha Francisco Eleutério da Fontoura Palmeiro, em razão de não poder continuar a merecer confiança pela irregularidade de sua conduta.

15 – No dia 15 à tarde chegou de Buenos Aires o vapor *Rio de Janeiro*, que para ali havia transportado uma porção de fardamento e armamento para a divisão auxiliar, conduzindo agora 150 doentes daquela divisão.

Com data de 5, s. ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias fez publicar a ordem do dia nº 40, em que muito louva a coragem, bravura e disciplina, com que se conduziu a divisão auxiliar na memorável batalha do dia 3, onde alcançara glória para si, e honra para a pátria; e na qual manda declarar os nomes dos oficiais e mais praças da divisão que mais se assinalaram na ação, e faz publicar a relação dos que foram por ele promovidos, em razão de se haverem distinguida nela.

16 – No dia 16 de manhã, o vapor *Rio de Janeiro* seguiu para Montevideu, conduzindo, além dos 150 doentes que trouxera de Buenos Aires, mais 65 que recebeu do hospital militar da colônia.

22 – No dia 22 de manhã, partia de novo para Montevideu o vapor *Rio de Janeiro* (que dali havia chegado no dia 20 à tarde), conduzindo a seu bordo os batalhões de infantaria 2º e 15º, que devem desembarcar e acampar junto ao Cerro.

25 – No dia 25, publicou-se a ordem do dia nº 41, que transcreve diversos avisos, relativos a demissões e passagens de várias praças do exército; e bem assim diferentes resoluções, criando disposições para a boa regularidade do serviço.

26 – No dia 26, às 5 ½ horas da tarde, s. ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias, acompanhado do seu estado-maior, embarcou a bordo do vapor *Rio de Janeiro*, que às 8 ½ horas da noite seguiu viagem para Montevideu, conduzindo 300 doentes do hospital militar da colônia do Sacramento, onde apenas restaram alguns, pertencentes à força que ainda ali ficava.

Neste mesmo dia de manhã marchou a 2ª divisão do Riachuelo, com direção ao Santa Luzia, onde teve ordem de ficar acampada. No dia seguinte deviam marchar da colônia do Sacramento, com ordem de se reunirem em Sta. Luzia à 2ª divisão, a 4ª brigada de cavalaria e a 6ª de infantaria, composta dos batalhões 3º e 4º; devendo acompanhar esta força a companhia de transportes com todo o carretame.

O sr. coronel Francisco Antônio da Silva Bitancourt permaneceu na colônia, comandando a força que ali ficava guardando o resto do depósito de artigos bélicos, a qual se compunha do 1º e 2º batalhões de artilharia, da companhia de artilharia prussiana, e de parte do 1º regimento de artilharia a cavalo. Logo que tivesse feito seguir todo o resto do depósito, o sr. coronel Bitancourt tinha ordem de evacuar aquela cidade, e seguir embarcado com toda a tropa para Montevideu, nos navios que para esse fim lhe seriam remetidos.

Considerável foi não só o número de doentes, senão também o de mortos, durante o tempo que o exército esteve acampado nas imediações da colônia do Sacramento, o que talvez se possa atribuir à mudança da estação, e mais provavelmente ainda dos efeitos das águas do Rio da Prata, que contêm em dissolução grande quantidade de sais que lhe trazem, de mistura com o tributo de suas águas, os afluentes da margem ocidental do Paraná, que atravessam o território do Grão Chaco, o que de necessidade deve tornar as águas do Prata

menos potáveis, e até mesmo o seu uso nocivo à economia animal.

27 – No dia 27, às 9 horas da manhã, fundeou no porto de Montevideú o vapor *Rio de Janeiro*; s. ex.^a foi logo a bordo do *D. Afonso* cumprimentar ao sr. chefe-de-esquadra Grenfell, e depois dirigiu-se para terra, indo alojar-se em casa do negociante Vilaça onde já estivera quando veio anteriormente a Montevideú.

A cidade de Montevideú acha-se colocada na margem esquerda do Rio da Prata, e a 50 léguas de sua embocadura, sobre uma península de forma semi-elítica, que se eleva em anfiteatro para o lado do seu istmo, tendo da parte do setentrião uma espaçosa enseada com mais de 1 légua de boca e ½ de fundo, que lhe serve de porto, e que é flanqueada na extremidade oposta por uma montanha de figura cônica, com 60 braças aproximadamente de altitude, a qual se chama Cerro.

Jaz esta cidade na latitude meridional de 30° 54' 39", e na longitude ocidental de Paris de 50° 30' 42". Ela foi fundada em 1724, e povoada por alguns casais das ilhas Canárias. As ruas longitudinais desta cidade são todas retas, paralelas, largas, empedradas, e divididas em quadras por outras transversais da mesma natureza, que as interceptam perpendicularmente, apresentando assim a sua planta o aspecto de um xadrez.

Fora antigamente esta cidade cingida de uma espessa muralha, a qual depois se demoliu, existindo hoje apenas alguns vestígios. Na sua extremidade exterior há um forte, denominado de S. José, que faz a defesa, assim do porto, como da cidade, pelo lado do rio. É este forte um hexágono irregular com um redente na face que olha para terra.

A cidade de Montevideú acha-se dividida em duas partes, uma que fica aquém da antiga muralha, que é a cidade velha, e a outra que demora além, a qual constitui a cidade nova: na primeira existe a força da população, e do comércio, bem como todas as repartições públicas, e nela residem todas as autoridades, e as pessoas mais gradas, e na segunda, conquanto seja mais extensa, e as suas ruas muito mais espaçosas, todavia há menos movimento, e quase todas as casas são térreas, e ainda apresenta grandes espaços a edificar.

A população de Montevideú pode estimar-se em 60 a 70.000 almas. O seu porto é abrigado dos ventos de leste e do norte, mas exposto aos do sueste e sudoeste, que são os mais fortes e perigosos que reinam no Rio da Prata. E como tenha este porto bastante fundo e bom ancoradouro, e além disto a vantagem de achar-se próximo da foz do Prata, por isso tem poderosamente contribuído para o rápido engrandecimento e

considerável incremento que tem recebido a cidade de Montevideú, que pelo concurso destas vantagens, isto é, pela melhoria de seu porto, e sua proximidade da embocadura do Rio da Prata, deve aguardar um brilhante futuro, e vir em uma época não muito remota a rivalizar com a cidade de Buenos Aires, da qual nem sequer é hoje a metade em extensão; tendo porém já um comércio proporcionalmente muito mais ativo, e uma população comparativa mais considerável.

A cidade de Montevideú contém um crescido número de bons edifícios, sendo de sobrado quase todas as casas na parte antiga da cidade, onde existe uma bela praça, espaçosa e regular, denominada da Matriz – na qual se acha a catedral, que é um templo assaz majestoso, com três naves longitudinais, e construída sobre arcaria e abóbadas, tendo duas altas torres na fachada, e um elegante e elevado zimbório junto ao arco cruzeiro. Esta igreja tem a sua construção interior muito semelhante à da catedral de Buenos Aires, à qual todavia muito cede não só no bem acabada e no sólido da arquitetura, senão também em grandeza e suntuosidade, tendo porém a sua nave central mais larga: o seu comprimento interior é de 300 palmos, a sua largura de 150, e a sua altura de 60 do pavimento à cimalha.

Nesta cidade só se faz uso da água da chuva, pois que a do rio já é aqui salgada, e não existe na sua proximidade nenhum rio ou arroio, que a possa administrar. Em quase todas as casas existem grandes cisternas, que servem de deposito às águas da chuva que são excelentes.

Logo na parte superior da cidade existe a fortificação que se fez na última guerra civil que sofreu a República, e que serviu de defesa à mesma cidade, durante o longo sítio que sustentou. Esta fortificação é um sistema irregular e poliforme de baluartes e redentes, ligados por cortinas para jogar a artilharia à barbete, começando esta linha quase nos fundos da enseada, pela qual se prolonga por uma estacada, e indo terminar do lado oposto da cidade junto ao rio. É esta fortificação passageira, tendo um parapeito estreito e baixo, e um fosso também estreito, e raso; parecendo incrível que uma semelhante fortificação pudesse servir por tão longo tempo de defesa aos sitiados, e de inexpugnável obstáculo aos sitiantes; o que certamente não honra muito nem à resistência daqueles, nem à bravura destes.

Na sumidade do Cerro que flanqueia a enseada do lado oposto a cidade, existe um pequeno forte de figura pentagonal. É um baluarte de construção permanente, com quartéis para tropa, tendo em cada uma de suas faces 25 braças aproximadamente de extensão, e estando o seu ângulo flanqueado voltado para a campanha, e a sua gala para o lado do rio,

onde está colocada a sua entrada. Este forte, em razão de achar-se em uma posição muito elevada, e ter por isso os seus fogos muito mergulhantes ou fixantes, pouca resistência e defesa pode fornecer contra um ataque pelo lado de terra, e ainda menos contra um desembarque de tropa pelo lado do rio.

À distancia de 1 légua da cidade, e ao norte dela, acha-se situada uma elevada colina, denominada Cerrito, onde existe um simulacro de fortificação, isto é, um quadrado de 50 braças de base, fechado por baixo espaldão de tijolo, tendo interiormente quartéis para tropa, e sendo guarnecido por 8 peças de artilharia, que jogavam à barbete, havendo uma no meio de cada face, e outra no vértice de cada ângulo, que são de aresta viva. Neste forte, e na fralda do Cerrito que olha para a cidade, foi onde esteve acampado o general d. Manoel Oribe com o seu exército, durante o tempo que teve em assédio a praça de Montevideú.

Nos arrabaldes da cidade existem muitas chácaras e bonitas quintas; e à distância de ½ légua para o lado do oriente se acha o Povo da União, que é uma povoação nascente, criada durante o tempo do sítio, e que dentro em poucos anos fará talvez parte da cidade de Montevideú, que ficará assim com duplicada extensão.

Março, 1º – No dia 1º de março, pelas 10 horas da manhã, chegou de Buenos Aires o vapor *Rio de Janeiro*, conduzindo a seu bordo a 20ª brigada da divisão auxiliar, comandada pelo sr. coronel Feliciano Antônio Falcão, e composta dos batalhões de infantaria 5º, 6º e 11º.

Às 5 horas da tarde, achando-se toda a tropa já desembarcada, marchou para as casas situadas na parte superior da cidade, que foram por ordem de s. ex.^a alugadas para seu alojamento: estas casas haviam anteriormente servido de quartéis à legião francesa, que já se achava embarcada para regressar ao seu país.

No seu trajeto pela cidade, a brigada passou pelo quartel-general, marchando em muito boa ordem. S. ex.^a conservou-se à janela durante o tempo da passagem da tropa, que lhe fez a devida continência.

Neste dia, às 2 horas da tarde, achando-se as duas Câmaras de Deputados e Senadores reunidas em assembléa geral, foi eleito presidente da República Oriental o cidadão d. Juan Francisco Giró.

À tarde houve um jantar dado em despedida ao coronel Du Chateau, comandante da legião francesa, e a toda a sua officialidade. À noite teve lugar no teatro um grande baile, dado pelo governo ao mesmo coronel, e a todos os officiais da legião francesa.

2 – No dia 2, às 10 horas da manhã, o sr. coronel comandante da 2ª brigada da 1ª divisão veio cumprimentar à s. ex.^a sendo neste ato acompanhado por toda a sua oficialidade.

4 – No dia 4, chegou de Buenos Aires, a bordo do vapor *Paraná*, a força de artilharia que fazia parte da Divisão Auxiliar, a qual desembarcou e acampou junto ao Cerro.

5 – No dia 5, chegou de Buenos Aires conduzido no vapor *Recife*, o 2º regimento de cavalaria de Linha, que fazia parte da divisão auxiliar, o qual desembarcou junto ao Cerro, onde acampou.

Neste mesmo dia, à noite, soube s. ex.^a haver chegado na véspera à Santa Luzia a 2ª divisão ao mando do sr. brigadeiro Caldwell, onde ficou acampada.

6 – No dia 6, chegou de Buenos, pelas 2 horas da tarde, o vapor *Rio de Janeiro*, conduzindo a seu bordo o sr. brigadeiro Manoel Marques de Souza, comandante da divisão auxiliar, bem como o seu estado-maior, e a 1ª brigada da referida divisão, composta dos batalhões de infantaria 7º, 8º e 13º; os quais às 5 horas da tarde já haviam terminado o seu desembarque, indo aquartelar-se em diversas casas alugadas a particulares para seu alojamento.

À tarde o sr. brigadeiro Marques veio cumprimentar à s. ex.^a, a quem assegurou haver sido tratado com a maior distinção possível pelo general Urquiza, e ter recebido tanto ele, como toda a divisão, as maiores testemunhas de amizade e consideração de toda a população de Buenos Aires. Na mesma ocasião o sr. brigadeiro Marques entregou à s. ex.^a uma carta oficial, que lhe enviara o general Urquiza, na qual muito louva não só a sobriedade e constância de toda a divisão durante a campanha como a sua disciplina e bravura na memorável batalha de Maron.

9 – No dia 9, teve S. Ex.^a comunicação de haver na véspera chegado à Santa Luzia, e feito a sua junção com a 2ª divisão, a força de infantaria e cavalaria que marchara da colônia do Sacramento com a companhia de transportes.

10 – No dia 10, partiu para a corte o vapor *Paquete do Sul*, conduzindo a correspondência oficial e um grande número de oficiais, dos quais uns seguiam para o Rio Grande do Sul, e os outros para a corte.

Neste mesmo vapor foi o sr. brigadeiro José Fernandes dos Santos Pereira, ex-comandante da 3ª divisão do Exército, em consequência de haver sido nomeado comandante da guarnição da cidade do Rio Grande do Sul, e sua respectiva fronteira; devendo por isso o sr. coronel Vilas Boas regressar a Porto Alegre, e reassumir o exercício de inspetor geral da Guarda Nacional.

Com data de 8, publicou-se a ordem do dia nº 42, que transcreve a carta oficial dirigida à s. ex.^a pelo general Urquiza, em que comunica a volta da divisão auxiliar, agradecendo ao mesmo passo sua valiosa coadjuvação e louvando sua conduta quer durante os trabalhos da campanha, quer em presença do inimigo no dia da ação.

14 – A aurora do dia 14 foi anunciada com uma salva geral de 21 tiros por todos os vasos de guerra brasileiros surtos no porto de Montevideú, que deste modo saudaram o aparecimento do faustíssimo dia do aniversario natalício de S. M. a Imperatriz do Brasil, que completa o trigésimo ano de sua idade. À uma hora da tarde e ao ocaso do sol, todos os navios repetiram a mesma salva; que foi sempre correspondida pelo forte da cidade.

Às 6 horas da tarde todos os músicos dos diversos corpos tocaram juntamente na praça da Matriz o Hino Nacional; e à noite, ao recolher, todos eles vieram tocar junto ao quartel-general.

Neste mesmo dia à noite teve lugar um magnífico baile, dado pelo sr. conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro plenipotenciário e enviado extraordinário do Brasil, e dedicado à S. M. a Imperatriz. A ele assistiu o presidente da República e todas as autoridades e pessoas gradas do país, o corpo diplomático, os oficiais de marinha estrangeiros, e grande parte da oficialidade do nosso exército e marinha. O baile esteve muito esplêndido, suntuoso e concorrido, sendo mesmo reputado o maior que se há dado em Montevideú: ele começou depois das 10 horas da noite, e terminou no dia seguinte depois das 6 horas da manhã, podendo calcular-se em mais de 1500 o número das pessoas que a ele concorreram.

No dia 11, às 3 horas da tarde, desembarcou, vindo de Buenos Aires, a divisão oriental, ao mando do coronel maior César Dias, que fizera parte do Exército Aliado: ela era parte de 1600 homens, e se compunha de 4 batalhões de infantaria e um de artilharia.

Esta divisão foi recebida na sua passagem pelas ruas da cidade com repetidas vivas e grande entusiasmo de toda a população, e das janelas e sotéas das casas as senhoras lhe lançavam coroas de flores. As ruas que ela percorreu no seu trajeto, estavam todas embandeiradas, e na entrada da praça principal existia um arco triunfal, com dísticos alusivos ao motivo por baixo do qual desfilou a tropa, retirando-se depois aos seus quartéis na parte superior da cidade.

Neste dia publicou-se com data de 9, a ordem do dia nº 43, que transcreve o aviso, pelo qual S. M. o Imperador

houve por bem mandar abonar três meses de soldo aos oficiais inferiores e mais praças de pret do exército, que na passagem do Tonelero ficaram nos toldos dos navios, para com o seu fogo de fuzilaria coadjuvarem as suas guarnições; não se devendo fazer em tempo algum desconto de semelhante abono. Nela também se publicam os nomes de diversos oficiais, que assistiram à batalha de Moron, portando-se com valor, e que deixaram por omissão de ser mencionados na ordem do dia nº 42. Outrossim, nela se faz público, que fica dissolvida a 3ª divisão do Exército, cuja infantaria passa a pertencer à 2ª, e a cavalaria à divisão ligeira, que passa a ser a 3ª divisão: que reassume o comando da guarnição da cidade e fronteira do Rio Grande, o sr. brigadeiro José Fernandes dos Santos Pereira, a quem S. Ex.^a o sr. general em chefe muito agradece a valiosa coadjuvação e bons serviços que prestara no comando da extinta 3ª divisão; que fica dispensado do comando da guarnição daquela cidade e fronteira, o sr. coronel Vicente Paulo de Oliveira Vilas Boas, cuja valiosa cooperação e bons serviços prestados nesse comando S. Ex.^a muito agradece; que declara os nomes dos vários oficiais que se retiram do serviço do Exército, uns por terem obtido licença para continuar os seus estudos na corte, e outros para tratar de sua saúde, etc.

15 – No dia 15, às 7 horas da tarde, partiu para Buenos Aires, a bordo do vapor *D. Pedro*, o tenente Carlos Bethézé de Oliveira Nery, ajudante-de-ordens de s. ex.^a o sr. conde de Caxias, sendo portador de vários ofícios que s. ex.^a dirigia ao general Urquiza.

19 – No dia 19, às 5 horas da tarde, chegou da corte, o vapor inglês *Prince*, conduzindo a correspondência oficial, na qual vieram as comunicações da promoção e condecorações que obtiveram, pela maior parte, assim os oficiais do exército que assistiram à batalha de Moron, como os de marinha que se acharam no combate do Tonelero.

20 – No dia 20, às 11 horas da manhã, s. ex.^a, acompanhado do seu estado-maior, e de toda a oficialidade da 1ª divisão, dirigiu-se à igreja da Misericórdia onde assistiu à uma missa cantada, que o capelão da mesma divisão Vera Cruz na memorável batalha do dia 3 de fevereiro fizera voto de cantar, se por ventura o Onipotente Deus dos exércitos nos desse a vitória.

Durante a celebração da missa, tocou dentro do templo a música do 8º batalhão, e fora a do 11º, que fazia parte da guarda de honra que se achava postada à entrada da igreja. Esta cerimônia, que esteve bastante luzida e solene, durou

até perto da 1 hora da tarde, sendo s. ex.^a acompanhado depois dela até o quartel-general com toda a oficialidade.

S. Ex.^a contribuiu para as despesas da missa cantada, bem como de outras simples que se fizeram em sufrágio das almas dos oficiais e mais praças da divisão brasileira que faleceram na batalha de Moron, com uma avultada esmola. À noite uma mui numerosa serenata de pessoas do país tocou em casa do sr. conselheiro Honório, do encarregado de Negócios do Brasil, no quartel-general, e em casa do sr. comandante da 1^a divisão, dando em todos estes lugares vivas à S. M. o Imperador, aos brasileiros, à Aliança, e às diversas autoridades que aqui se acham.

21 – No dia 21, às 10 horas da manhã, chegou de Buenos Aires o tenente Carlos Bethézé de Oliveira Nery, conduzindo ofícios do general Urquiza, em resposta aos que levava.

Nesta data publicou-se a ordem do dia nº 44, que transcreve a relação dos srs. oficiais promovidos por decreto de 3 do corrente mês, e na qual também se declara, que houve por bem S. M. o Imperador agraciar ao sr. marechal Manoel Marques de Souza com o título de barão de Porto Alegre, com grandeza.

22 – No dia 22 de madrugada, partiu para a cidade do Rio Grande do Sul o vapor *Rio de Janeiro*, conduzindo a companhia prussiana de artilharia, e uma grande porção de artigos bélicos, ora não precisos, a fim de serem arrecadados no depósito daquela cidade.

Nesse mesmo vapor seguiu o sr. coronel Francisco Antônio da Silva Bitancourt, com licença para tratar de sua saúde em Porto Alegre.

Nesta data saiu a ordem do dia nº 45, que faz público que por portaria de diferentes datas foram admitidos ao serviço do exército na Guarda Nacional, e entraram no exercício dos postos que tinham, ou a que foram promovidos, os indivíduos, cujos nomes, épocas e mais circunstâncias precisas deixaram de ser mencionados em ordem do dia por falta dos necessários esclarecimentos, como ora se faz.

24 – No dia 24, publicou-se a ordem do dia nº 46, que transcreve diversas sentenças do Conselho Supremo Militar de Justiça, e vários avisos do Ministério da Guerra concedendo licença a diferentes oficiais; que publica haver S. M. o Imperador por bem conceder a demissão que pediram do serviço do exército diversos oficiais do 15^o batalhão de infantaria; e que declara ficar encarregado do expediente da repartição do quartel mestre general, durante o impedimento do sr. major Alexandre Manoel Albino de Car-

valho, o sr. major de 1ª classe do Estado-Maior Caetano Manoel de Faria e Albuquerque.

25 – No dia 25, às 10 horas da manhã, partiu para a corte o vapor de guerra *Recife*, levando a correspondência oficial, e bem assim o casco do 2º batalhão de artilharia, cujas praças foram distribuídas pelos corpos de infantaria que se achavam mais desfalcados.

Neste dia, nas diferentes horas do estilo, salvaram todos os vasos de guerra brasileiros surtos no porto, em sinal de comemoração e júbilo, por ser o dia aniversário do juramento da constituição do Império.

Neste mesmo dia, à noite, teve lugar um riquíssimo baile, oferecido por vários negociantes brasileiros estabelecidos em Montevidéu à diplomacia, ao Exército e à Marinha brasileira. A ele também assistiram todas as pessoas distintas, assim do país, como estrangeiras, o que muito contribuiu para sua maior concorrência e grande luzimento.

29 – No dia 29, de madrugada, seguiu para o Rio Grande do Sul o vapor *Paraná*, levando a seu bordo o sr. quartel mestre general Alexandre Manoel Albino de Carvalho, que vai em serviço, e bem assim 180 doentes, para serem tratados no hospital militar daquela cidade.

30 – No dia 30, às 2 horas da tarde, chegou da corte o vapor de guerra *Golfinho*, trazendo a correspondência oficial e 200 contos de réis para o Exército.

31 – No dia 31 foram transferidos para o Rio Grande do Sul, a bordo do vapor de guerra *Paraense*, 141 presas do exército, sendo estes escoltados por uma guarda de 34 praças do 1º batalhão de artilharia, comandada pelo 2º tenente José Antônio da Fonseca Lessa.

Abril, 1º – No dia 1º de abril, às 4 horas da tarde, s. ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias, acompanhado do seu estado-maior e piquete, dirigiu-se à praça de Cogança, onde se achavam formadas em linha a 1ª e 2ª brigadas de infantaria da 1ª divisão, sendo aquela composta dos batalhões 7º, 8º e 13º, e esta do 5º, 6º e 11º toda esta força era comandada pelo sr. marechal barão de Porto Alegre.

À sua chegada, S. Ex.^a recebeu a continência do estilo, e depois passou revista à tropa, que se achava em ordem de marcha, bem fardada, armada, municada e equipada, apresentando um belo ver pelo seu asseio, pela sua firmeza e aspecto verdadeiramente militar.

Finda a revista, os batalhões meteram em coluna por distâncias inteiras, e depois formaram em coluna cerrada, retirando-se finalmente a seus quartéis, tendo sido todos estes movimentos executados com grande firmeza e regularidade.

Depois da revista, s. ex.^a foi acompanhado até o quartel-general pelo sr. barão de Porto Alegre e pelos srs. comandantes de brigadas.

Nesta data saiu a ordem do dia nº 47, que dá publicidade a diversos avisos do Ministério da Guerra, acerca de passagens, licenças e demissões de diferentes oficiais e praças do exército, e na qual se declara, que fica encarregado da repartição de saúde do exército, o sr. 1º cirurgião tenente do corpo de saúde Policarpo Cesário de Barros, em razão de haver sido dispensado desta comissão, que exercera desde o começo da atual campanha e por assim o haver pedido em consequência de seu mau estado de saúde, o sr. coronel honorário cirurgião-mor de divisão reformado, Cristóvão José Vieira; a quem s. ex.^a manda louvar e agradecer o zelo, a atividade e inteligência, com que dirigira tão importante repartição.

No dia 23 de março último, ao meio-dia, teve lugar uma conferência em casa do nosso ministro plenipotenciário e enviado extraordinário, o ex.^{mo} sr. conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, a qual assistiram, a convite seu, s. ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias, o sr. vice-almirante Grenfell, e o nosso encarregado de Negócios, o sr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes.

Então s. ex.^a o sr. conselheiro Honório expôs, que tinha bem fundadas apreensões de que o novo governo oriental, pelas suas tergiversações e hesitações, recusava ratificar os tratados ultimamente celebrados com o Brasil, sendo essa sua oposição nascida da circunstância de haverem sido os referidos tratados iniciados no tempo da administração anterior, à qual o Império ajudara a suplantar a facção, que atualmente ocupava o poder.

Em presença desta tão imprevista quanto desagradável emergência, o sr. conselheiro pede o parecer de cada um dos circunstantes, acerca do procedimento que se deve ter na presente conjuntura, a fim de induzir, ou mesmo coagir, o governo oriental a aceder a ratificação dos tratados.

Cabendo à s. ex.^a o sr. conde de Caxias ser o primeiro a dar o seu parecer, s. ex.^a opinou que se devia quanto antes ocupar com o exército a fronteira designada na demarcação de limites de 1819, e ao mesmo tempo dirigir-se ao governo de Montevideú uma reclamação exigindo a inteira e pronta indenização de todos os prejuízos que os súditos brasileiros hão sofrido no Estado Oriental. O sr. Grenfell, bem como o sr. Silva Pontes encostaram-se à esta opinião, que prevaleceu, conquanto o sr. conselheiro Honório fosse de diverso parecer.

Então s. ex.^a o sr. conde de Caxias declarou que ia tomar as providências necessárias para a marcha do exército, a fim de ir ocupar a fronteira indicada na linha divisória de 1819. E efetivamente desde logo s. ex.^a expediu todas as ordens, não só para vir do Rio Grande todo o fardamento e mais artigos precisos, senão também para que o exército fosse munido de todos os recursos precisos para a nova marcha que ia executar.

2 – No dia 2, às 9 horas da noite, regressou para a corte o vapor de guerra *Golfinho*, levando a correspondência oficial.

Nesta data publicou-se a ordem do dia nº 48, que transcreve diversos avisos do Ministério da Guerra, e promoções a eles anexas.

No dia 3, às 10 horas da manhã, s. ex.^a embarcou em um escaler do vapor *D. Afonso*, acompanhado de alguns de seus ajudantes-de-ordens e do sr. barão de Porto Alegre, indo os outros em um segundo escaler.

S. ex.^a dirigiu-se ao Cerro, a fim de passar revista à tropa que se achava ali acampada, e que se compunha do 1º batalhão de artilharia a pé, do 2º e 15º de infantaria, do 1º regimento de artilharia a cavalo, e do 2º e 3º de cavalaria de linha.

Junto ao desembarque s. ex.^a montou a cavalo; e sendo acompanhado do seu piquete, que já ali o aguardava, seguiu para o acampamento da força, que já se achava formada, estando toda ela bem fardada e armada, e em muito boa ordem. Depois da revista, s. ex.^a retirou-se, e às 2 horas da tarde já estava de volta na cidade, tendo sido também no seu regresso acompanhado pelo sr. barão de Porto Alegre.

5 – Achando-se rotas as boas relações do nosso ministro plenipotenciário com o general Urquiza, governador da província de Entre-Rio, em consequência de desagradáveis contestações que com este tivera em Palermo; e tendo o nosso governo sabido com sumo desprazer, que o general d. Tomas Guido era o ministro nomeado para ir renovar as relações de paz e amizade entre a Confederação Argentina e o Brasil; s. ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias, em data do 1º do corrente dirigiu uma carta ao general Urquiza, por intermédio do comandante do vapor *D. Pedro*, em que lhe ponderava não lhe parecer política a nomeação do general Guido, e por isso instantemente lhe pedia que interpusse sua poderosa influência, a fim de que não fosse ele a pessoa acreditada para ir da parte do governo argentino ligar suas relações com o Brasil, visto ser o mesmo de quem ainda tão recentemente se servira Rozas para as romper, e isto de uma maneira tão desagradável ao Império.

O nosso ministro, em consequência de insinuação que para isso teve do governo imperial, pediu a s. ex.^a que assim obrasse; pois que muito contaram com as boas relações em que s. ex.^a se acha com Urquiza, e a estima que este lhe vota.

Hoje, porém, (5) recebeu s. ex.^a uma carta do general Urquiza, em resposta à que lhe endereçara, assegurando que em atenção ao seu pedido, e às justas considerações que na sua carta lhe havia feito, ficara de nenhum efeito a nomeação do general Guido, tendo sido em seu lugar nomeado o dr. d. Luiz José de la Pena, pessoa de sua inteira confiança, e que exercia as funções de ministro das Relações Exteriores.

Na mesma ocasião Urquiza dá a perceber, que muito sente não ser s. ex.^a a pessoa, com quem ele e o governo argentino tivessem de se entender, porque então todas as questões já estariam resolvidas; e bem assim oferece à s. ex.^a sua mediação junto ao governo de Montevidéu, sobre o que por ventura puder influir, a fim de que sejam aprovados os tratados por ele celebrados com o Brasil.

Neste mesmo dia (5), às 4 horas da tarde, s. ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias dirigiu-se ao Mole (porto de embarque da cidade de Montevidéu), acompanhado de nosso ministro, seu secretário, vários oficiais de marinha e diversos negociantes brasileiros: ali s. ex.^a embarcou com o seu estado-maior nos escalares de diferentes navios da nossa esquadra, que haviam sido postas à sua disposição; e imediatamente seguiu para o Cerro, onde chegou às 4h e $\frac{3}{4}$. Uma hora depois já s. ex.^a estava em marcha, acompanhado do seu estado-maior, bem como do seu piquete, e de um esquadrão do 2º regimento de cavalaria, com direção à povoação de Piedras, próximo à qual fez alto às 8h $\frac{1}{2}$ da noite, depois de uma marcha de cerca de 4 léguas, junto à chácara denominada Sotéa do Francês, que demora um pouco ao sul da povoação; e ali s. ex.^a pernitoitou, tendo a força acampado junto ao pomar da chácara.

A estrada que guia do Cerro à povoação de Piedras faz repetidas voltas, ora para o nascente, ora para o poente, decorrendo porém quase sempre ao Setentrião, e ficando a sua direção intermédia a rumo de NNE proximamente: ela é costada, à distância de uma légua de Cerro, pelo arroio Pantanoso, que deságua na enseada de Montevidéu.

Neste mesmo dia, às 6 horas da manhã, marchou toda a tropa, que se achava aquartelada na cidade de Montevidéu, bem como a que estava acampada junto ao Cerro, que devia daí partir à mesma hora, e reunir-se em marcha àquela; sendo toda a força comandada pelo sr. barão de Porto Alegre.



General Manuel Luis Osório. Tela a óleo de Juan Manuel Blanes, famoso pintor uruguaio (Museu Imperial).

Esta divisão à noite acampou sobre a margem esquerda do arroio Colorado, pequeno afluente do Santa Luzia, do lado oriental da povoação de Piedras.

Na cidade de Montevideú ficou o sr. brigadeiro Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto, com o 8º batalhão fazendo a retaguarda, e ao mesmo passo protegendo o embarque do hospital, e da Pagadoria Militar do Exército.

Durante este dia efetuou-se o embarque de 800 doentes, que se achavam nos diferentes hospitais, a fim de seguirem viagem para o Rio Grande do Sul, tendo-se para esse fim fretado 4 navios, que levaram as precisas dietas para 16 dias, a bem de alguns sobressalentes, indo em cada um deles um cirurgião; com a força, porém, seguiram em carretas todos os doentes, que ou sofriam ligeiros incômodos, ou já entravam em convalescença.

6 – No dia 6, às 7 horas e $\frac{3}{4}$ da manhã, s. ex.^a partiu da chácara do Francês, e às 8 horas $\frac{1}{2}$ chegou à margem esquerda do arroio Colorado, ao norte da povoação de Piedras, onde fez alto, no centro do acampamento da 1ª Divisão, que havia mudado de campo um pouco mais para baixo do arroio, tendo ficado no centro a artilharia postada sobre uma eminência, em cada um dos flancos uma brigada de infantaria com um regimento de cavalaria, e nos extremos um batalhão.

Esta marcha foi de uma légua escassa, e executada pela estrada, que com alguns desvios se dirige para o norte, atravessando pelo centro da povoação de Piedras, sendo ela de cômodo trânsito, o terreno ligeiramente acidentado, e os seus arredores povoados de numerosos ranchos e algumas casas.

Contam-se nas vizinhanças da povoação diversos moinhos de vento, que se achavam quase todos em atividade; pois que existem muitas plantações de trigo, cuja cultura se acha aqui em um florescente pé.

A povoação de Piedras é pequena, mas bastante animada. Suas ruas, bem como as travessas que as cortam, são retas: ela oferece um não pequeno número de casas térreas regulares, e mostra ter um comércio assaz animado, em relação à sua extensão. Esta povoação dista 4 léguas da cidade de Montevideú, e está situada $\frac{1}{2}$ légua ao sul do pequeno arroio Colorado.

7 – No dia 7, às 5 horas e $\frac{3}{4}$ da manhã, a divisão levantou o acampamento marchando pela estrada, que decorre a rumo do norte; logo depois começou a atravessar de seguida para a margem direita do pequeno arroio Colorado, o qual aí apenas corre com um tênue filete d'água, apresentando

todavia grandes lagoões; às 6 horas e 40 minutos marchou a coluna a rumo de NO; às 7h. $\frac{3}{4}$ fez alto; às 8h $\frac{1}{2}$ prosseguiu a sua marcha na direção de NNO; às 11h $\frac{3}{4}$ principiou a atravessar livremente para a margem direita do arroio Canelan-chico confluyente de Canelan-grande, e que nele se lança coisa de 1 légua mais abaixo; e depois acampou logo abaixo do passo, ficando a infantaria no centro, nos flancos a cavalaria, com um batalhão em cada extremo, na frente da infantaria sobre uma eminência a artilharia, na retaguarda daquela o quartel-general.

Pode computar-se em 5 léguas a marcha deste dia, que foi toda executada pela estrada, que se dirige para o NNO, e é de excelente trânsito, sendo todo o terreno que ela atravessa ligeiramente dobrado e povoado de pequenas chácaras (a que no país dão o nome de chacaritas) pela maior parte pertencentes a Cartarios e muitas com plantações de trigo, milho etc.

Às 11 horas, enquanto a coluna seguia pelo lado exterior da vila de Canelones, s. ex.^a o sr. conde de Caxias dirigiu-se à povoação, onde visitou o hospital militar ali estabelecido, no qual existiam 46 doentes da 3^a divisão.

A vila de Canelones está situada sobre uma espaçosa colina, $\frac{1}{2}$ légua ao sul do arroio Canelon-chico, e 5 léguas distante da povoação de Piedras, e 9 de Montevideú.

Suas ruas são direitas, e no centro da povoação existe uma grande praça quadrangular, onde está colocada a Matriz, que é um bom templo em relação ao lugar.

Sua população deve ser pouco considerável, conquanto não seja pequena a extensão desta povoação; pois suas casas são muito derramadas e pela maior parte de sapê. Seu comércio apresenta ainda visos de um estado decadente, e parece ser menor que o do Piedras, não obstante exceder ela a esta povoação em extensão, em população e em número de casas.

À tarde veio cumprimentar a s. ex.^a o sr. coronel David Canabarro, comandante da 3^a divisão, que se achei acampada sobre a margem direita do arroio Canelon-grande, não longe de sua conjunção com o rio Santa Luzia e à distância de pouco mais de uma légua do acampamento da 1^a divisão.

Neste mesmo dia, pelas 2 horas da tarde, entrou no acampamento o sr. brigadeiro Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto, que havia partido no dia anterior de Montevideú com o 8^o batalhão de infantaria, que ali ficara de proteção ao embarque dos doentes que deviam seguir para o

Rio Grande, e que veio escoltando a caixa militar do exército.

8 – No dia 8, às 5 horas e $\frac{3}{4}$ da manhã, a 1ª divisão levantou o campo, marchando na direção de NO; às 6 horas 20m, começou a passar seguidamente para a margem direita do arroio Canelon-grande, seguindo depois a rumo de NNO; às 7h $\frac{1}{4}$ fez alto; às 8h5m prosseguiu a marcha, indo então na direção do N; às 9h $\frac{3}{4}$ principiou a atravessar francamente para a margem direita do Santa Luzia, no passo de Parche, onde o rio apenas tinha 3 palmos de profundidade, e 5 braças de largura; e tendo continuado a marcha sempre na mesma direção, às 10h35m chegou ao pequeno arroio Mendonça, que se achava cortado em seu curso, oferecendo somente grandes lagões; e sobre o lado direito deste arroio acampou depois a divisão, ficando em frente ao passo a artilharia, do lado superior a infantaria, e do lado oposto a cavalaria com um batalhão em cada flanco.

Esta marcha foi proximamente de 3 $\frac{1}{2}$ léguas, sendo $\frac{1}{2}$ até o arroio Canelon, 2 deste ao Santa Luzia, e 1 escassa deste ao arroio Mendonça. O terreno é bastante dobrado entre o arroio Canelon e o rio Santa Luzia, oferecendo depois uma grande várzea; a estrada é de bom trânsito, e corre na direção média do norte.

À 1 hora da tarde veio cumprimentar à s. ex.^a o sr. brigadeiro Caldwell, comandante da 2ª divisão, que se achava acampada junto à confluência do arroio da Virgem no rio Sta. Luzia.

9 – No dia 9, às 6 horas da manhã, a 1ª divisão pôs-se em marcha, seguindo na direção de N. às 8h fez alto; às 8h $\frac{3}{4}$ prosseguiu na mesma direção; às 9h10m principiou a marchar a rumo de NE; às 11h5m tornou a fazer alto à borda de uma vertente que se dirige ao Santa Luzia-chico; e sobre ela depois acampou, ficando no centro a infantaria, nos flancos a cavalaria, com um batalhão em cada extremo na frente da infantaria sobre uma caxilha a artilharia, e na retaguarda daquela o quartel-general, pode estimar-se esta marcha em 4 léguas, tendo sido efetuado, na direção média de NE, ora pela estrada, ora por atalhos, oferecendo sempre o terreno bom trânsito, não obstante ser ele bastante acidentado.

Às 7 horas da manhã, no flanco esquerdo da coluna, e à distância de uma légua, avistou-se o acampamento da 2ª divisão, que, em virtude de ordem de s. ex.^a o sr. general em chefe, marcha a fazer junção com a 1ª na altura do Santa Luzia-chico.

10 – No dia 10, às 6 horas da manhã, a 1ª divisão levantou o campo, seguindo a rumo de NNE; às 6h $\frac{3}{4}$ marchou

a rumo de NE; às 7h 35m principiou a seguir na direção de N, fazendo em sentido retrógrado a mesma marcha que o exército executara no dia 19 de outubro de manhã; às 8h 20m a coluna fez alto; às 9h $\frac{3}{4}$ prosseguiu a sua marcha; e ao meio-dia chegou à margem esquerda do arroio Santa Luzia-chico, junto ao passo da Cruz; logo abaixo do qual acampou, ficando a infantaria no centro, nos flancos a cavalaria apoiada em dois batalhões, na frente da infantaria sobre uma eminência a artilharia, e à retaguarda da infantaria, o quartel-general.

Pode calcular-se em 5 léguas proximamente a marcha deste dia, que foi feita na direção intermédia de NNE apresentando a estrada repetidas e grandes inflexões, atravessando terreno quase sempre mui dobrado, e sendo apesar disso de bom trânsito em quase sua totalidade.

Na ocasião em que a divisão se pôs em marcha, seguiu para Canelones o Batalhão 13º de Infantaria, com ordem de reunir-se ali ao 2º regimento de cavalaria da Guarda Nacional, e servirem juntos de escolta ao comboio de carretas que deve partir de Montevidéu, conduzindo para o exército o fardamento que se mandara vir do Rio Grande no vapor *Rio de Janeiro*.

11 – No dia 11, a 1ª divisão permaneceu no mesmo acampamento.

Neste mesmo dia, às 10 horas da manhã, a 2ª divisão veio acampar sobre a margem direita do arroio Sta. Luzia-chico, junto à confluência que nele faz o da Cruz, ficando na altura do acampamento da cavalaria da 1ª divisão.

À tarde o sr. brigadeiro Caldwell veio com toda a oficialidade da 2ª divisão cumprimentar à s. ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias.

De manhã s. ex.^a recebeu ofícios do sr. coronel David Canabarro, comunicando que a 3ª divisão se achava acampada sobre a margem esquerda do arroio da Cruz, cerca de uma légua acima de sua barra.

12 – No dia 12, o exército conservou-se acampado no mesmo lugar, devendo pairar pelas imediações do Santa Luzia-chico, a fim de dar tempo a que chegasse o comboio com fardamento, que se mandara vir de Montevidéu.

Nesta data publicou-se a ordem do dia nº 49, que dá uma nova organização ao exército em operações, mais conforme aos fins a que ora se destina, e à força que o compõe.

Segundo a nova organização, o exército compõe-se de 10 brigadas de infantaria e cavalaria, formando 3 divisões, e mais uma brigada de artilharia, composta do 1º batalhão

e do 1º regimento, que passa a ser comandado pelo sr. coronel Solidanio José Antônio Pereira do Lago.

A 1ª divisão, ao mando do sr. marechal barão de Porto Alegre, compõe-se das brigadas 1ª, 2ª, 6ª e 7ª, sendo as duas primeiras de infantaria com 3.200 homens, e as duas últimas de cavalaria com 1.800 homens: o que dá 5.000 homens para a sua força total; a 2ª divisão, comandada pelo sr. brigadeiro João Frederico Caldwell, compõe-se das brigadas 3ª, 4ª, 5ª e 10ª, sendo as duas primeiras também de infantaria, com perto de 2.000 homens, e as outras duas de cavalaria, contendo cerca de 2.000 homens: o que dá 4.000 homens para a sua força total; finalmente a 3ª divisão ligeira, sob o comando do sr. coronel da Guarda Nacional David Canabarro, compõe-se de duas brigadas de cavalaria 8ª e 9ª, contendo mais de 2.000 homens. Assim pois, pode computar-se a força geral do exército ora em operações em 12.000 homens, a saber: 5.200 de infantaria, 5.800 de cavalaria, e 1.000 de artilharia.

Nesta mesma ocasião s. ex.^a manda agradecer ao sr. barão de Jacuí o muito que contribuira e o coadjuvara para a reunião, e serviço do exército, já no comando superior da Guarda Nacional, já no da 8ª brigada, ficando dispensado do serviço de destacamento, atento o seu mau estado de saúde, e por assim o haver pedido.

Nesta ordem do dia também se publicam diversas sentenças do Conselho Supremo Militar de Justiça.

13 – No dia 13, o exército permaneceu no mesmo acampamento, tendo porém às 3 horas da tarde começado a passar para a margem direita do arroio, pelo passo da Cruz, a brigada de artilharia com o carretame; a qual ficou acampada, logo acima do referido passo, sobre uma coxilha.

14 – No dia 14 de manhã a 2ª divisão atravessou o arroio da Cruz para a margem esquerda, e veio acampar nas duas faces do ângulo ou rincão formado pela sua junção com o Santa Luzia-chico.

Neste mesmo dia de manhã a 3ª divisão levantou o campo junto à margem esquerda do arroio da Cruz, tendo o sr. coronel David Canabarro recebido ordem de s. ex.^a para marchar em direção às cabeceiras do Arapeí, onde deverá estacionar com a divisão e ocupar aquela fronteira segundo as instruções que para seu governo lhe foram dadas.

Hoje s. ex.^a recebeu ofícios do sr. conselheiro Honório, pedindo que lhe enviasse um oficial de toda a confiança, a fim de por seu intermédio comunicar notícias reservadas de alta importância: também pedia à s. ex.^a que não se alongasse com o exército, mas pelo contrário fosse pairando com ele pelas proximidades em que se achava.

Neste mesmo dia, às 2 horas da tarde partiu em serviço para Montevideú o capitão José de Oliveira Bueno, ajudante-de-ordens de s. ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias, sendo portador de ofícios para o sr. conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, nos quais s. ex.^a também lhe prevenia ser este o oficial, por intermédio do qual podia fazer suas comunicações.

15 – No dia 15, às 6 horas da manhã, marcharam os batalhões de infantaria 2^o e 15^o, a fim de reunir-se à 2^a divisão, à que passam a pertencer em virtude da nova organização do exército.

Neste mesmo dia, às 9h ½ da manhã, a 1^a divisão levantou o campo; e subindo pela margem esquerda sempre do arroio, sobre ela acampou às 10h ¼, depois de ½ légua de marcha na direção de NE, ficando no flanco direito a infantaria, no esquerdo a cavalaria, apoiada por um batalhão, e no centro o quartel-general.

S. ex.^a depois de haver percorrido todo o acampamento da 1^a divisão, dirigiu-se ao outro lado do arroio, onde, acompanhado do sr. brigadeiro Caldwell, examinou todo o acampamento da 2^a divisão, depois do que regressou à sua tenda, onde chegou ao meio-dia.

16 – No dia 16, a 1^a e a 2^a divisões permaneceram nos seus respectivos acampamentos.

Neste mesmo dia, pelas 6 horas da tarde, houve uma grande trovoadas, sendo precedida de um forte vendaval, e acompanhada de uma copiosíssima chuva, açoitada ainda de impetuoso vento, a qual durou quase sem diferença até às 9 horas da noite, continuando depois no decurso de toda a noite, sendo porém já menos abundante a chuva e quase calmo o vento.

Durante a trovoadas caiu um raio no acampamento da 1^a divisão, que matou o cavalo pertencente ao comandante do 3^o regimento de cavalaria de linha, o qual se achava atado perto da barraca; e no acampamento da 2^a divisão caiu um outro sobre um dos carros de munição da artilharia, que incendiou no cofre dianteiro 60 cartuchos e 40 velas de composição, não tendo feito nenhum outro estrago mais, o que certamente foi providencial, e talvez se possa atribuir ao haver o raio passado já um pouco distante, e existir também algum corpo isolador intermeto, que impedisse a propagação do incêndio no resto da munição, onde existiam muitas granadas, cuja explosão teria seguramente produzido graves desastres.

17 – No dia 17, a 1^a divisão continuou a estar acampada no mesmo lugar; a 2^a divisão, porém mudou de acampamento ½ légua mais para cima da costa do arroio da Cruz.

No dia 18, ao meio-dia a 1ª divisão levantou o campo junto à margem esquerda do Sta. Luzia-chico e, descendo, veio atravessá-lo no passo da Cruz; depois marchou na direção do N; às 2 horas da tarde fez alto junto à margem direita do arroio Tolinha, pequeno confluente setentrional do Sta. Luzia-chico, e que nele faz barra 1/3 de légua acima do passo da Cruz; e ali acampou depois, ficando no centro a infantaria, no flanco direito a 6ª brigada de cavalaria apoiado por um batalhão, e no esquerdo a 7ª brigada de cavalaria, que já aí se achava acampada, a fim de se reunir à 1ª divisão, a que passou a pertencer pela nova organização.

Pode estimar-se em 1 légua e ¼ a marcha deste dia, sendo ¼ até o passo, e 1 légua daí ao novo acampamento; o terreno é mui dobrado, e a estrada de sofrível trânsito, mas cortada de várias sangas, estando estas, bem como os campos, alagados, em consequência de ter continuado a chover no decurso da noite anterior.

Às 2 horas da tarde chegou de Montevidéu o capitão José de Oliveira Bueno, conduzindo ofícios do nosso ministro plenipotenciário para S. Ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias.

Por este oficial soube s. ex.^a que parte do ministério de Montevidéu queria a aprovação dos tratados celebrados com o Brasil, o que porém recusavam fazer as Câmaras; pelo que o general César Dias, ministro da Guerra, mandava pedir a s. ex.^a que houvesse de conservar-se com o exército por alguns dias somente, sem se alongar; porquanto estava resolvido a dissolver as Câmaras, e a deitar abaixo o governo, se porventura os tratados não fossem aprovados; para o que muito convinha a proximidade do nosso exército, de cujo apoio poderia precisar.

Nesta data publicou-se a ordem do dia nº 50 que contém diversas disposições a bem da boa ordem do serviço, relativamente aos toques da ordenança; e que declara várias nomeações de oficiais para diferentes destinos, bem como a licença concedida ao sr. coronel comandante do 3º regimento de cavalaria de linha, Francisco de Paula Macedo Rangel, a fim de tratar de sua saúde; e o ter sido aceita a demissão que pedira de deputado do comissário geral do Exército, em consequência de seu mau estado de saúde, o sr. João Félix da Fonseca Pereira Pinto.

19 – No dia 19, a 1ª divisão permaneceu acampada junto à margem direita do arroio Talinha, onde às 8 horas da manhã veio também acampar a 2ª divisão, ficando ½ légua acima.

20 – No dia 20, às 6 ½ h da manhã, a 1ª Divisão pôs-se em marcha, seguindo na direção de NE; às 6h ¾ princi-

piou a atravessar para a margem oposta do arroio Talinha, no passo denominado de S. Jerônimo, seguindo sempre na mesma direção; às 8h começou a passar para o lado direito do pequeno arroio Sarandí, que logo abaixo entra no Tala; e indo sempre no mesmo rumo, às 9h fez alto junto à margem direita do mencionado arroio Tala, confluyente do Santa Luzia-chico; onde depois acampou, ficando no centro a infantaria, e nos flancos a cavalaria com um batalhão em cada extremo.

A 2ª divisão levantou o campo às 7h, e tendo marchado na frente da 1ª, às 8h ½ chegou à margem direita do Tala; onde acampou, ficando à direita a infantaria, à esquerda a cavalaria apoiada por um batalhão, entre as duas divisões; o quartel-general, e na frente a brigada da artilharia sobre uma eminência.

Esta marcha foi proximamente de 1 ½ léguas; o terreno é muito dobrado, e cortado dos pequenos arrosios Talinha e Sarandi, que distam entre si coisa de ½ légua. Nesta data publicou-se a ordem do dia nº 51, que compreende várias disposições, tendentes à boa regularidade do serviço da repartição de saúde.

21 – No dia 21, o exército conservou-se acampado no mesmo lugar.

Durante este dia, e parte da noite, o tempo esteve chuvoso.

Às 9 horas da manhã chegou ao acampamento parte do comboio de carretas, que partira de Montevideu com o fardamento mandado vir do Rio Grande no vapor *Rio de Janeiro*.

22 – No dia 22, o exército permaneceu ainda no mesmo acampamento.

Neste mesmo dia, pelas 9 horas da manhã, chegou ao acampamento o grosso do comboio das carretas vindas de Montevideu com fardamento para o exército; e bem assim o batalhão 13º de infantaria, e o 2º regimento de cavalaria da Guarda Nacional, que haviam destacado para escoltar o referido comboio, tendo-se aquele recolhido à 1ª divisão, e este à 2ª.

O sr. coronel comandante interino do batalhão 13º, logo que chegou a Canelones, oficiou para Piedras ao comandante do 2º regimento que ali se achava, a fim de que destacasse um esquadrão para Montevideu, para servir de escolta ao referido comboio que daquela cidade devia partir para o exército, devendo-se a ele reunir com o resto do regimento, quando passasse pela povoação de Piedras.



Duque de Caxias. Retrato a óleo executado por Joaquim da Rocha Fragoso.
(Museu Imperial)

Neste mesmo dia, às 5 horas da tarde, chegou de Montevidéu a correspondência oficial, que viera da corte no pacote *Inglês*, cujas datas alcançavam até o dia 13.

Às 8 horas da noite tornou a partir com ofícios para Montevidéu o capitão José de Oliveira Bueno, ajudante-de-ordens de s. ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias.

23 – No dia 23, às 2 horas da tarde, o exército levantou o campo junto à margem direita do arroio Tala, sobre o qual acampou a 1^a divisão depois de uma hora de marcha ficando a infantaria no centro, nos flancos a cavalaria apoiada por um batalhão em cada extremo, à esquerda da infantaria o quartel-general, e na frente deste a artilharia postada sobre uma coxilha.

A 2^a divisão, porém, foi acampar junto à margem esquerda do pequeno arroio Sarandí (o afluente do Tala), ficando na altura do acampamento da 1^a divisão, e à distância de $\frac{3}{4}$ de légua dele.

Esta marcha foi apenas de 1 légua escassa, e executada na direção de NNE por campos dobrados, acompanhando sempre de perto o curso do arroio.

24 – No dia 24, as divisões permaneceram nos seus respectivos acampamentos.

Neste mesmo dia, às 3 horas da tarde, s. ex.^a passou revista geral à 1^a brigada de infantaria da 1^a divisão, com a qual depois trabalhou até o ocaso do sol, fazendo executar diversas manobras e evoluções; tendo sido todos os movimentos feitos com bastante firmeza e regularidade, para o que muito há contribuído os continuados exercícios que a tropa faz tanto nos dias em que deixa de marchar, como naqueles em que executa pequenas marchas.

Com esta data saiu a ordem do dia nº 52, que dá publicidade a diversos avisos do Ministério da Guerra indeferindo vários requerimentos sobre passagens, etc.

25 – No dia 25 as divisões continuaram a permanecer nos seus respectivos acampamentos.

Neste mesmo dia de manhã celebraram-se com pequenos intervalos, 4 missas em um altar portátil no acampamento da 1^a divisão, assistindo à primeira (que teve lugar às 8 horas) as duas brigadas de infantaria, à segunda a 6^a brigada de cavalaria; já esta também assistiu s. ex.^a com todo o seu estado-maior, a terceira a 7^a brigada de cavalaria, e à última a brigada de artilharia.

O luzimento, o porte militar, e ao mesmo tempo o recolhimento com que a tropa assistiu à celebração dos sacrossantos mistérios da missa, em presença do pequeno tabernáculo que continha o altar portátil, tendo por teto a in-

finidade da abóbada celeste, e por pavimento a amplidão da terra, tornava este ato, já por si tão solene, igualmente majestoso que sublime e edificante.

Às 3 horas da tarde, s. ex.^a foi passar revista à 2^a brigada de infantaria de 1^a divisão; finda a qual, s. ex.^a fez com ela exercício de manobras e evoluções até depois do pôr-do-sol.

26 – No dia 26, as divisões conservaram-se ainda nos mesmos acampamentos.

Neste mesmo dia, às 4 horas da tarde, chegou de Montevideu o capitão José de Oliveira Bueno, conduzindo ofícios do nosso ministro plenipotenciário para s. ex.^a.

27 – No dia 27, as divisões continuaram ainda a permanecer acampadas nos mesmos lugares.

Às 3 horas da tarde, s. ex.^a passou revista à brigada de artilharia, cujos corpos fizeram depois para exercício alguns tiros.

28 – No dia 28, a 1 hora da tarde, a 1^a divisão levantou o campo; e depois de ½ légua de marcha na direção de NE acampou junto à margem direita do pequeno arroio do Salso, afluente do Tala, ficando porém a cavalaria na margem oposta, tendo no flanco esquerdo um batalhão.

A 2^a divisão, tendo marchado pelas 11 horas da manhã da margem do Sarandi, à hora ½ da tarde já se achava acampada junto ao mesmo arroio do Salso, tendo do lado direito a infantaria, e do lado oposto a cavalaria, com o flanco direito apoiado por um batalhão.

O quartel-general ficou no intervalo das infantarias das duas divisões, tendo na frente a artilharia, postada sobre o cimo de uma coxilha; e as cavalaria das mesmas divisões ficaram colocadas dentro do rincão que forma o pequeno arroio Salso na sua confluência com o Tala, e estendidas pela costa do arroio desde o vértice do referido rincão.

Neste mesmo dia de manhã s. ex.^a recebeu ofícios do sr. comandante da 3^a divisão ligeira, participando que no dia 25 já se achava do outro lado do rio Negro, prosseguindo a sua marcha em direção às cabeceiras do Arapeí.

29 – No dia 29, o exército permaneceu acampado no mesmo lugar.

Às 3 horas da tarde s. ex.^a passou revista à 3^a brigada de infantaria da 2^a divisão, com a qual depois s. ex.^a trabalhou até o ocaso do sol.

Nesta data publicou-se a ordem do dia nº 53, que manda extinguir as guardas dos presos das divisões, brigadas e corpos; devendo os presos à ordem destes comandos passar, e serem enviados à guarda do Exército, que será

comandada por capitão. Outrossim, manda seguir, nos recibos que se tenham de passar à pagadoria, o sistema do modelo que vai apenso.

30 – No dia 30, o exército conservou-se ainda no acampamento.

Maior, 1º – No dia 1º, o exército continuou a estar acampado junto ao arroio Salso.

Às 3 horas da tarde, s. ex.^a passou revista à 4ª brigada de infantaria da 2ª divisão; terminada a qual, s. ex.^a a fez trabalhar até perto das 5 horas, mandando executar algumas manobras.

2 – No dia 2, às 8 horas e ½ da manhã, s. ex.^a, acompanhado do seu estado-maior, ouviu a 1ª missa que se disse ao exército, à qual também assistiram as duas brigadas de infantaria da 1ª divisão. Depois desta, com intervalos de ½ hora, celebraram-se mais 3 missas, assistindo à primeira delas as duas brigadas de cavalaria da 1ª divisão, bem como a brigada de artilharia, à segunda as duas brigadas de infantaria da 2ª divisão, e a terceira a sua brigada de cavalaria.

3 – No dia 3, às 11 horas da manhã, s. ex.^a passou revista à 7ª brigada de cavalaria da 1ª divisão, que depois fez exercício, executando diversas manobras.

Neste mesmo dia de manhã, teve s. ex.^a aviso pelo general do dia, que era o sr. coronel João Propício Menna Barreto, de que existia na proximidade do acampamento uma partida oriental, que parecia observar os movimentos do exército, ao mesmo passo que apreendia os animais que se desgarravam do exército.

Em consequência deste aviso, s. ex.^a determinou-lhe que fizesse marchar uma escolta de 30 homens de cavalaria, com ordem de se dirigir ao lugar onde se achava a referida partida, e dizer de sua parte ao comandante que lhe viesse falar; pois queria saber por ordem de quem, e com que fim andava ela na retaguarda do nosso exército.

Às 4 horas da tarde chegou um soldado enviado pelo capitão José do Amaral Ferrador, comandante da diligência, informando que logo que ele chegou à casa onde se achava a partida, pediu falar ao oficial que a comandava: apresentou-se-lhe então um alferes, ao qual disse que s. ex.^a lhe desejava falar. Mas este retirando-se para a casa, dizendo que ia chamar o capitão Lamas, que era o comandante da partida, fez sinal à sua força que atirasse contra a nossa gente. À vista de tão inesperado, quão pérfido procedimento, e mesmo em defesa da própria conservação, a nossa gente põe pé em terra, e carrega de chofre sobre a partida oriental. Então se trava uma luta encarniçada e hor-

rível entre uns e outros, de que resultou ficar o comandante da nossa escolta ferido no ventre de uma bala, e mais dois soldados, e morrerem 7 orientais, ficando depois o restante destes sitiados pela nossa gente em um galpão a que se haviam acolhido e onde se conservaram acastelados.

S. ex.^a, logo que foi informado deste desagradável acontecimento, ordenou ao general do dia que fizesse imediatamente marchar uma companhia de carabineiros a cavalo, a fim de obrigar o resto da partida a render-se, indo ele mesmo para dirigir a diligência, e evitar que se praticasse algum abuso.

Na mesma ocasião S. ex.^a determinou ao chefe da repartição de saúde, que fizesse sem perda de tempo marchar o cirurgião dr. Jonathas Abott, com um par de ambulâncias e mais misteres, com ordem de reunir-se ao sr. coronel Propício, e ir curar os feridos tanto nossos como orientais; e bem assim que fizesse seguir do hospital uma carreta para transportar os feridos, e uma maca para conduzir algum que porventura não pudesse vir em carreta.

Às 5 horas da tarde apresentou-se o comandante da diligência, que havia sido ferido de uma bala no ventre, a qual porém tendo ficado cravada na carne, ele mesmo a arrancara, devendo a vida ao feliz acaso de haver a bala primeiro despedaçado a coronha da pistola que tinha à cinta. Este oficial repetiu a s. ex.^a o que acima fica referido, acrescentando que entregara o comando da escolta ao alferes Turíbio Timóteo Alonço; e depois retirou-se para o hospital, a fim de curar-se, porque se sentia muito incomodado.

Às 9 horas da noite chegou o sr. coronel Propício, conduzindo o alferes comandante da partida oriental, Pedro Martinez, e 9 soldados, um dos quais ferido.

Este oficial disse a s. ex.^a, que a sua partida, em virtude de ordem que havia recebido do coronel Faustino Lopez marchava na retaguarda do nosso exército, com o fim de evitar que os nossos soldados inquietassem os moradores do país, ou praticassem algum distúrbio; e mesmo para os fazer avançar, quando alguma vez se deixassem ficar atrás. E que a sua gente fizera fogo contra a nossa sem ordem sua.

S. ex.^a ordenou, que tanto ele como todos os outros fossem entregues à guarda do exército, mandando curar o ferido.

4 – No dia 4, o exército permaneceu acampado no mesmo lugar.

Neste dia, à uma hora da tarde, apresentou-se à s. ex.^a, o coronel oriental Faustino Lopez, a fim de informar-se cabalmente da ocorrência que tivera lugar no dia anterior, e da qual soubera mesmo à noite.

S. ex.^a expôs-lhe o que se havia passado a respeito, e disse que ia dar ordem para que lhe fossem entregues os agressores.

O coronel Faustino Lopez, depois de ter aprovado o procedimento de s. ex.^a, assegurou-lhe que ia mandar prender o oficial comandante da partida, pela inqualificável conduta que tivera; e bem assim oficiou ao seu governo, informando-o dos pormenores do acontecimento.

Durante a noite antecedente, e hoje até quase o ocaso do sol, choveu constantemente, ora mais ora menos forte, sobrevindo a tarde vento SO (Tampeiro) muito rijo e frio, que só ao cair da noite acalmou, principiando logo a gear consideravelmente.

5 – No dia 5, meia hora depois do meio-dia, o exército levantou o campo, seguindo a rumo de NE; à 1h ½ da tarde inclinou a marcha para E; e às 2h ½ chegou à margem direita do arroio Tomero, confluyente do Santa Luzia-chico; onde depois acampou, ficando à direita a infantaria da 1^a divisão, à esquerda da 2^a divisão, no centro o quartel-general, e na frente deste a artilharia com o carretame; e na margem oposta toda a cavalaria, tanto de uma como de outra divisão, tendo em cada flanco um batalhão.

Pode computar-se esta marcha em cerca de légua e meia, tendo sido executada por terreno assaz dobrado, mas de sofrível trânsito, e na direção média de ENE proximamente.

Nesta data publicou-se a ordem do dia nº 54, que refere circunstancialmente à desagradável ocorrência, que tivera lugar no dia 3 do corrente.

6 – No dia 6, o exército permaneceu no mesmo acampamento, s. ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias, vendo que o desenlace da questão a respeito da ratificação dos tratados se ia procrastinando de dia em dia, sem se lhe poder fixar uma época; e observando igualmente que o inverno se avizinhava, e que a nossa cavallhada se achava já fraca, tendo por isso de vir a ficar a cavalaria inutilizada, no caso de ter o exército de operar; resolveu por todas estas considerações marchar até a povoação do Cerro Largo, e ali esperar 6.000 cavalos que mandara vir de Caçapava, estabelecendo mesmo naquele lugar a sua base de operações, segundo a marcha dos acontecimentos ulteriores.

7 – No dia 7, às 9 horas da manhã, o exército levantou o acampamento, marchando a rumo de NNE às 12h ½ prendeu a marcha para E; à 1h ½ da tarde chegou à margem esquerda do arroio Timote, um dos principais afluentes do rio Gy; e aí acampou depois, na ordem do costume, fi-

cando do lado superior a 1ª divisão, do lado oposto a 2ª no centro o quartel-general, e na frente deste, sobre uma eminência, a artilharia com o carretame.

Esta marcha foi de 4 léguas proximamente, e executada por terreno dobrado, porém de bom trânsito, que atravessa a coxilha que se interpõe, e divide as vertentes dos confluente meridionais do Gy das dos confluente setentrionais do Santa Luzia-chico.

8 – No dia 8, o exército conservou-se acampado sobre a margem esquerda do arroio Timote, tendo porém à tarde atravessado para a margem oposta, e acampado em frente ao passo, que tem o nome de Arroio, toda a artilharia com o carretame, em razão de estar o tempo ameaçando chuva e poder assim o arroio vir a ficar de nado.

Neste dia, às 11 horas da manhã, s. ex.^a recebeu ofícios do sr. conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, participando sua breve retirada para a corte, e o ficar o sr. dr. José Maria da Silva Paranhos, que serve de seu secretário de embaixada, acreditado no caráter de encarregado de Negócios junto à Republica Oriental, sendo removido na mesma qualidade para Buenos Aires o sr. desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes.

Também dava à s. ex.^a a agradável notícia de haver o general Urquiza reconhecido a independência do Paraguai, e ter já nomeado um encarregado de Negócios para aquela República.

Na mesma ocasião s. ex.^a recebeu ofícios da corte, vindos no vapor *Thetes*.

Neste mesmo dia s. ex.^a expediu, às 5 horas da tarde, 2 próprios com ofícios para a cidade da Assunção, capital da República do Paraguai, dando ao nosso encarregado de Negócios, o sr. coronel Pedro da Alcântara Bellegarde, a grata notícia do reconhecimento da independência daquela República por parte do general Urquiza.

Às 7 horas da noite partiu de novo em serviço para Montevideú o capitão José de Oliveira Bueno, sendo portador de vários ofícios para o nosso ministro.

9 – No dia 9, à 1 hora da tarde, as divisões levantaram o campo; e depois de $\frac{1}{4}$ de légua de marcha, costeando o arroio, que corre a rumo de NNO, atravessaram para a margem oposta, a 1ª divisão no passo Geral do Timote, e a 2ª em um outro um pouco abaixo do anterior: e aí acamparam, ficando aquela do lado inferior do passo do Timote, esta do lado oposto, em frente dele a artilharia com todo o carretame, e no centro das duas divisões o quartel-general.

Esta marcha teve por fim mudar de campo, antes que o arroio ficasse invadeável; pois que já havia tomado grande soma d'água com a chuva havida durante a noite anterior, entretanto que o tempo ameaçava ainda muita chuva.

10 – No dia 10, o exército permaneceu acampado junto ao passo do Timote, não tendo marchado não só por acharem-se os campos alagados com a chuva que houve durante toda a noite precedente, como mesmo porque o tempo se conservava ainda prometendo muita chuva; o que seria mui prejudicial e nocivo à cavallhada e à boiada.

Neste mesmo dia, s. ex.^a expediu várias partidas, com o fim de comprar alguma cavallhada para ajudar o exército, com a pouca que havia, a executar a sua marcha de regresso; porquanto a cavallaria já se achava mal montada, e principiava a reclamar uma pronta remonta.

11 – No dia 11, às 9 horas da manhã, o exército pôs-se em marcha da margem esquerda do rio Timote, seguindo logo pela estrada, que decorre quase diretamente a rumo de NNE; às 11h 20m, começou a passar de seguida para o lado direito do arroio Mansavillagra, o principal confluente do Gy, no passo denominado da Tranqueira, que se achava com 6 palmos d'água quase de profundidade; e sobre a referida margem depois acampou, na disposição do costume, ficando à direita do passo a 1^a divisão, a 2^a à esquerda, e no centro o quartel-general: a artilharia com todo o carretame foi acampar do lado oposto do pequeno arroio do Salso, que ficara à distância de ½ légua, sendo apoiada pelo 5^o batalhão de infantaria, que fazia a retaguarda.

Esta marcha foi de 2 léguas extensas, e efetuada por uma estrada de excelente trânsito, e que decorre pela assomada da coxilha, sendo as suas imediações bastante povoadas.

À distância de ½ légua do passo do Timote, ficava a casa da estância denominada do Inglês, sendo assim chamada por ser o seu proprietário o inglês Mortmon.

Esta estância compreende uma área de 14 léguas quadradas, e em seus campos existem extraordinários rebanhos de merinos, cujo número já excede a 150.000, o que é tanto mais admirável quanto data de uma época bem recente a introdução da criação dessa nova espécie de carneiros. O proprietário vende somente a lã, e ocupa-se quase exclusivamente da criação dessa espécie de gado.

Nesta data saiu a ordem do dia nº 55, que contém diversas providências acerca do fornecimento do exército; e proíbe correr a cavalo sem motivo justo.

No dia 12, às 8 horas $\frac{1}{2}$ da manhã, o exército pôs-se em marcha, seguindo pela estrada quase diretamente caminho de NNE; às 10h $\frac{1}{2}$ chegou à margem esquerda do arroio Salso, afluente do Mansavillagra; onde depois acampou na ordem do costume, a 2ª divisão, ficando a 1ª na margem oposta, e ambas logo abaixo do passo.

Foi esta marcha de 2 léguas, e executada pela estrada, que é de cômodo trânsito, e decorre pelo lombo da coxilha.

Logo acima do passo estava acampada a brigada de artilharia com todo o carretame, sendo protegida pelo batalhão 5º de infantaria.

Neste dia, chegou uma partida da 3ª divisão, conduzindo ofícios para s. ex.ª, em os quais o sr. coronel David Canabarro, comandante daquela divisão, comunicava que já se achava nas cabeceiras do arroio Taquarembó.

Nesta data publicou-se a ordem do dia nº 56, que determina que de cada batalhão de infantaria se escolha um subalerno e um sargento, com a precisa inteligência e aptidão, a fim de se instruírem no exercício do ataque e defesa à baioneta, com o sr. major barão de Lemmers, comandante interino do 15º batalhão de infantaria; os quais, depois de habilitados, deverão ensiná-lo aos seus respectivos batalhões. Outrossim, determina que fica proibido o uso de se fazer fogo com a baioneta armada, a não ser em quadrado contra a cavalaria.

13 – No dia 13, às 8 horas e um quarto da manhã, o exército levantou o campo, marchando na direção de NE; às 9h $\frac{1}{4}$ seguiu a rumo de E; às 10 horas e $\frac{3}{4}$ tornou a marchar na direção de NE; às 11 horas e $\frac{1}{2}$ principiou a atravessar de seguida para a margem direita do arroio Yescas, um dos maiores confluente do rio Gy, no passo da Tranqueira, onde o arroio tinha 4 palmos d'água de profundidade, e cerca de 10 braças de largura; e junto ao referido passo depois acampou o exército, ficando do lado superior a 1ª divisão, do lado oposto a 2ª, em frente dele a artilharia com todo o carretame, e o quartel-general no centro das divisões.

Pode calcular-se em 3 léguas a marcha deste dia, que foi feita até as 9h $\frac{1}{4}$ pela estrada, e depois por um atalho, porém sempre pela sumidade da coxilha; não se tendo continuado a marchar pela estrada, em razão de achar-se de nado o passo real de Yescas, a que ela conduz, e ser por este motivo necessário passá-lo mais acima: o terreno era de cômodo trânsito, de modo que cada divisão marchava em 4 colunas paralelas, indo no centro as de infantaria, e nos flancos as de cavalaria.

14 – No dia 14, às 8 horas $\frac{1}{4}$ da manhã, o exército pôs-se em movimento, marchando na vanguarda a 2ª divisão na direção de ENE; às 9h $\frac{1}{4}$ inclinou a marcha para o N; às 10h 20m seguiu a r. de NNE, indo então acompanhando de perto a margem esquerda do arroio Molles, confluyente do Pescado, e que nele deságua logo abaixo do passo de Molles; às 11h $\frac{1}{4}$ tornou o exército a marchar a rumo de N; às 11h 35m começou a atravessar de seguida para a margem oposta do arroio Molles, no passo do mesmo nome, onde havia 4 palmos d'água de fundo; e continuando o exército depois a marchar na direção de E, às 12 $\frac{1}{2}$ horas principiou a passar para a margem direita do arroio Pescado, afluyente do Gy, em cujo passo também havia 4 palmos d'água de profundidade; e sobre a margem deste arroio depois acampou o exército, ficando a 1ª divisão da parte superior do passo, a 2ª da parte inferior, em frente a artilharia com o carretame, e o quartel-general no centro das divisões.

Pode computar-se esta marcha em 3 léguas $\frac{1}{4}$ havendo cerca de 3 léguas ao passo de Molles, e quase $\frac{1}{3}$ de légua dali ao passo do Pescado.

O terreno é muito dobrado, mas de sofrível trânsito; e continuou-se a marchar pelo atalho, o qual segue pela sumidade da coxilha.

15 – No dia 15, às 7 horas e 20m da manhã, o exército levantou o campo, marchando a 1ª divisão na frente a rumo de E; às 8h inclinou a marcha a NE; às 8h $\frac{1}{2}$ seguiu a rumo de N; às 9h $\frac{1}{4}$ principiou a atravessar livremente para o lado direito do arroio Monzon, pequeno afluyente do Gy, seguindo então o exército na direção de NE; às 9h $\frac{3}{4}$ fez alto; às 10h $\frac{1}{2}$ prosseguiu a marcha na mesma direção; às 11h 40m começou a efetuar a sua passagem para a margem direita do pequeno arroio Valentim, também afluyente do Gy, e que nele faz barra coisa de 500 braças mais abaixo; e ali depois acampou o exército, na disposição do costume, ficando à direita do passo a 1ª divisão, à esquerda a 2ª, em frente a artilharia com todo o carretame, e o quartel-general no centro.

Esta marcha foi de 3 léguas de extensão proximamente, havendo cerca de $1\frac{3}{4}$ do Pescado ao Monzon, e $1\frac{1}{4}$ deste ao Valentim. A marcha foi executada ainda pelo atalho e assomada da coxilha, sendo o terreno por isso mui dobrado, porém não obstante de cômodo trânsito.

Logo que o Exército chegou ao lugar onde devia acampar, sobreveio uma grande trovoadas, acompanhada de abundante chuva, em consequência do que s. ex.^a deu ordem, para que às 4 horas da tarde toda a brigada de artilharia, com o carretame, atravessasse o Gy no passo de Rita, que demora ao

N, à distância apenas de $\frac{1}{4}$ de légua, e acampasse sobre a margem oposta do rio, em frente ao mencionado passo; porquanto receava que, continuando a chuva, o Gy viesse a ficar de nado, o que à noite realizou-se.

16 – No dia 16, o exército permaneceu acampado dentro do rincão que forma o arroio Valentim na sua confluência com o Gy, não tendo marchado assim por acharem-se os campos alagados com a copiosíssima e incessante chuva que houve no dia anterior, e que continuou sem interrupção no decurso de toda a noite até hoje ao raiar do dia; como porque o Gy estava de nado, indicando porém já principiar a baixar, e prometendo assim estar no dia seguinte de vau, pela dupla causa de haver cessado a chuva, e serem os seus trasbordamentos já nesta altura de pouca duração, em razão de ficarem próximas as suas cabeceiras.

17 – No dia 17, às 10 horas $\frac{3}{4}$ da manhã, o exército levantou o acampamento, marchando, esquerda em frente, a rumo de N; às 11h 5m principiou a efetuar a sua passagem livremente para a margem direita do rio Gy, no passo denominado da Rita, onde apenas havia 3 palmos d'água de profundidade, tendo o rio baixado consideravelmente, e tornado quase ao seu estado normal; daí o exército continuou a marchar, seguindo então a rumo de ENE; ao meio-dia chegou à margem direita da cabeceira mais setentrional do Gy, e junto à sua junção com a principal que corre ao sul; e aí depois acampou, na disposição do costume, ficando a 1ª divisão à direita, sobre a menor cabeceira, a 2ª já sobre o Gy, o quartel-general no centro, e na sua frente a artilharia com o carretame.

Esta marcha foi apenas de 1 légua, tendo sido executada por terreno dobrado, e cortado de várias vertentes, que se dirigem todas ao Gy.

Neste mesmo dia de manhã, o coronel oriental Piñarol, comandante militar do departamento do Gy, veio cumprimentar à s. s. Ex.^a e ao mesmo passo assegurar-lhe que estava pronto a prestar todo o auxílio, de que por ventura o nosso exército pudesse precisar, e estivesse ao seu alcance.

À tarde s. ex.^a foi pagar a visit, que lhe fez o coronel Piñarol, que tinha a sua residência próxima do acampamento.

18 – No dia 18, às 7 horas $\frac{1}{2}$ da manhã, o exército pôs-se em marcha, direita em frente, indo caminho de N; às 8h $\frac{3}{4}$ seguiu na direção de ENE; às 9h $\frac{3}{4}$ pendeu a marcha para E; às 10h $\frac{1}{4}$ fez alto; às 11h $\frac{1}{4}$ prosseguiu, marchando na mesma direção; às 12h seguiu a rumo de ESE; à 1h $\frac{1}{4}$ da tarde fez alto junto à uma das cabeceiras do arroio Bernardo, que conflui no Ulimar-grande, e este no Cebollaty,

que leva finalmente o tributo de suas águas à lagoa Merini, da qual é o principal feudatário, e nela deságua na parte austral; e sobre aquele vertente depois acampou o exército, na ordem de costume, ficando do lado direito a 1ª divisão, do lado oposto a 2ª, no centro o quartel-general, e na frente deste, sobre o alto da coxilha, a artilharia com o carretame. Pode estimar-se esta marcha em 4 léguas proximamente. Às 8 horas $\frac{3}{4}$, o exército principiou a marchar pela -Coxilha-grande, tendo deixado o atalho, que é uma pequena ramificação sua, e que se lhe vai entroncar junto às cabeceiras do Gy; sendo o caminho por aqui muito mais curto, que não pelo passo d'El-Rei; porquanto indo-se por esse passo tem-se de descrever os dois lados de um triângulo, ao qual o referido atalho serve de hipotenusa.

19 – No dia 19, às 7 horas da manhã, o Exército levantou o campo, marchando na ordem inversa a rumo de E; às 8h $\frac{1}{2}$ seguiu na direção de NE; às 10h pendeu a marcha para o N; às 10h $\frac{1}{2}$ tornou a seguir caminho de N.E.; às 11h $\frac{1}{2}$ chegou à margem do rio Ulimar-grande, logo abaixo de sua origem; e aí depois acampou a 2ª divisão inferiormente ao passo, o qual tem o nome do rio, ficando na margem oposta a 1ª divisão, a artilharia, que foi postada sobre a coxilha, e entre ela e a divisão o quartel-general.

Pode computar-se esta marcha em cerca de 3 $\frac{1}{2}$ léguas, sendo executada pela estrada, a qual decorre sinuosamente pela assomada da coxilha, acompanhando as ondulações e anfractuosidades do terreno, que é em várias partes pedregoso, oferecendo quase sempre grandes chapadas de excelente trânsito.

20 – No dia 20, às 7 horas $\frac{1}{4}$ da manhã, o exército se pôs em marcha na ordem direta, indo pela estrada caminho de N.E.; às 8h $\frac{1}{4}$ marchou a rumo de E; às 9h 40m fez alto; às 10h $\frac{1}{2}$ prosseguiu a marcha na mesma direção; às 11h $\frac{1}{2}$ fez alto junto às cabeceiras mais setentrionais do rio Ulimar, onde depois acampou, na disposição do costume, ficando do lado direito a 1ª divisão, do lado oposto a 2ª, no centro o quartel-general, e sobre o alto da coxilha, no intervalo das divisões, ficou colocada a artilharia com todo o carretame.

Esta marcha foi de 2 $\frac{1}{2}$ léguas de extensão, tendo continuado a ser executada pela Coxilha-grande, cujo terreno no princípio, sobre ser mui dobrado, era pedregoso, escabroso, e mesmo de difícil trânsito para carretas pela sua ingridade em diversos lugares; tornando-se, porém, no fim da marcha menos acidentado e de sofrível trânsito.

Neste mesmo dia, pelas 7 horas da noite, chegou de Montevideu o capitão José de Oliveira Bueno, trazendo ofícios do nosso ministro plenipotenciário, em que participara a s. ex.^a

o sr. general em chefe conde de Caxias, que os tratados haviam sido aprovados pelo governo de Montevideú; e pois, não sendo mais necessária a presença do exército imperial no território oriental, como ele havia solicitado, podia agora s. ex.^a fazê-lo retirar quando quisesse.

Em conseqüência desta notícia, s. ex.^a oficiou ao sr. coronel David Canabarro, comandante da 3^a divisão, comunicando-lhe que o governo oriental havia finalmente reconhecido e aprovado os tratados; e por isso devia ele ir com a referida divisão ocupar não a fronteira do Arapeí, mas sim a do Quaraim.

21 – No dia 21, às 7 horas $\frac{1}{4}$ da manhã, o exército levantou o acampamento, marchando, esquerda em frente, na direção de NE; às 8h seguiu a rumo de ENE; às 9h fez alto; às 9h $\frac{3}{4}$, prosseguiu a marcha na mesma direção; à 12h $\frac{1}{4}$ pendeu para o N, desviando-se da estrada; às 12h 40m fez alto junto à origem do arroio do Meio, afluente do Tupambê, que a seu turno leva o tributo de suas águas ao rio Negro: e ali depois acampou, na disposição do costume, ficando a 1^a divisão do lado superior, do lado oposto a 2^a, no centro o quartel-general, e na frente desta a artilharia com o carretame.

Esta marcha foi de 4 léguas proximamente, e efetuada pelo dorso da coxilha, que ofereceu cômodo trânsito quase no decurso de toda a marcha.

Neste dia, teve s. ex.^a parte que ficaram 800 reúnos cansados na retaguarda; os quais, porém, em virtude de suas ordens, deveriam ser arrebanhados, e conduzidos pela partida que ficara na retaguarda para esse fim.

22 – No dia 22, às 7 horas da manhã, o exército pôs-se em movimento, marchando, coluna direta, a rumo de NE; às 9h principiou a passar desembarçadamente para o lado direito do arroio Sarandí, confluente do Fraile Muerto, e este do rio Negro, marchando então na direção de NNE; às 9h 25m fez alto; às 10h prosseguiu a marcha na mesma direção; às 10h $\frac{3}{4}$ começou a atravessar para a margem direita do arroio Quebracho também confluente do Fraile Muerto; onde depois acampou na disposição do costume, ficando a 1^a divisão do lado superior do passo, do lado oposto a 2^a, em frente a artilharia com o carretame, e o quartel-general no centro.

Pode estimar-se esta marcha em 2 $\frac{1}{2}$ léguas, continuando a ser executada pela coxilha, cuja estrada oferece cômodo trânsito até as imediações do Quebracho, tornando-se então o terreno montuoso, escabroso e de mau trânsito, correndo

aquele arroio apertado entre a garganta de dois cordões de elevadas coxilhas.

23 – No dia 23, às 7h $\frac{1}{4}$ da manhã, o exército pôs-se em marcha, coluna inversa, na direção de NE; às 8h $\frac{1}{4}$ seguiu a rumo de N; às 9h fez alto; $\frac{3}{4}$ depois prosseguiu, indo na mesma direção; às 10h marchou a rumo de NNE; às 12 $\frac{1}{4}$ principiou a atravessar de seguida para a margem direita do arroio Fraile Muerto, feodatário do rio Negro: e tendo atravessado a várzea adjacente ao arroio, depois acampou sobre a coxilha que aborda, ficando a 1ª divisão do lado superior do passo, do lado oposto a 2ª, em frente a artilharia com o carretame, e no centro das divisões o quartel-general.

Esta marcha foi de cerca de 4 léguas, tendo sido executada pela estrada, que é bastante tortuosa no princípio, atravessando então légua e meia de terreno montuoso, pedregoso e de mau trânsito; tornando-se, porém, depois, o terreno pouco acidentado, e a estrada de bom trânsito. Os campos achavam-se alagados com a incessante chuva que houvera no dia anterior logo que o exército chegou ao lugar do acampamento, e que continuou durante toda a noite, porém já com longos intervalos. Durante a marcha apresentou-se a s. ex.^a, o major da Guarda Nacional Motta, participando que na margem direita do arroio Fraile Muerto deixara ficar 4.800 cavalos, que, em virtude das ordens de s. ex.^a, havia trazido da internada da estância de S. João, em Caçapava, para remonta da cavalaria do exército, vindo ainda em viagem uns 1.200, que completavam os 6.000, que s. ex.^a mandara vir. Imediatamente s. ex.^a deu ordem ao sr. quartel mestre general, para que distribuísse essa cavahada pelo exército, entregando 2.500 à 1ª divisão, 1.500 à 2ª, e 100 à companhia de transportes, devendo ter o restante em reserva.

24 – No dia 24, o exército permaneceu no mesmo acampamento, tendo sido este dia destinado à limpeza do armamento e lavagem de roupa da tropa; bem como ao repouso da cavahada, que havia feito uma viagem longa e apresada.

Neste mesmo dia, s. ex.^a deu ordem para que a 2ª divisão fosse reforçada de mais um batalhão (o 6º), de alguma cavalaria (o 2º Regimento da Guarda Nacional), e uma bateria de artilharia (uma ala do 1º regimento); devendo essa divisão separar-se no dia seguinte da 1ª, e marchar em direção a Bagé, a fim de ter em respeito a fronteira daquele lado, destacando o 4º batalhão para a vila de Caçapava logo que chegasse à linha. Na mesma ocasião, s. ex.^a ordenou que se reunisse à 1ª divisão o batalhão 15º de prussianos, e fosse substituído pelo 13º, em razão de ter aquele de ficar destacado em Pelotas.

25 – No dia 25, às 7 horas da manhã, o exército levantou o campo, seguindo a 1ª divisão a rumo de NNE, em direção à vila de Cerro Largo; e a 2ª a rumo de N, em direção a Bagé; às 10h ½ a 1ª divisão inclinou a marcha para ENE; às 11h fez alto junto à margem esquerda da lagoa Negra, que é um pequeno arroio, a qual pouco antes havia atravessado, que forma de espaço a espaço grandes lagoas bordadas de mato; e aí depois acampou a 1ª divisão, ficando no centro a infantaria, nos flancos a cavalaria, na frente da infantaria a artilharia com o carretame, e o quartel-general na retaguarda.

Pode computar-se esta marcha em 2 ½ léguas escassas; o terreno é montuoso, e se achava ainda alagado com a chuva do dia antecedente.

Na ocasião em que o exército se pôs em marcha, s. ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias dirigiu-se à 2ª divisão que mandou fazer alto, e descansar armas. Depois s. ex.^a apeou-se, e dirigiu-se à oficialidade, que se achava toda reunida, a quem fez suas despedidas, assegurando que estava satisfeito com a conduta de todos; que a todos agradecia os bons serviços, e a coadjuvação que lhe prestaram durante os trabalhos da campanha; que fossem agora no remanso da paz repousar das fadigas da guerra; que a todos desejava mil felicidades; e que saudoso os deixava, sentindo seu coração repassado de dor no momento de separar-se deles. Então s. ex.^a muito comovido, e procurando em vão dissimular o pranto que arrancava sua dor, abraça estreitamente ao sr. brigadeiro Caldwell, comandante da divisão, e depois a todos os comandantes de corpos e alguns outros oficiais, que todos igualmente se mostram nimamente comovidos com esta tocante despedida, cuja patética cena não foi indiferentemente presenciada pela tropa, que imóvel e atenta a observava, revelando no seu profundo silêncio, e no desconcerto de seus semblantes, a tristeza que também sentia.

26 – No dia 26, às 2 ¼ horas da tarde, a 1ª divisão levantou o campo, marchando na direção da NNE; às 4 horas fez alto próximo à margem direita do banhado Medina; e aí depois acampou na disposição do costume. Esta marcha foi apenas de 1 ½ légua escassa, não tendo a divisão acampado na margem oposta do banhado Medina, em razão de achar-se ele de nado com a abundantíssima chuva que caiu sem interrupção alguma desde ontem antes de meio-dia até hoje ao nascer do sol, com o que ficaram os campos inundados. Neste mesmo dia de manhã, apresentou-se à s. ex.^a um bombeiro, que havia mandado até a colônia observar se o co-

ronel Moreno projetava fazer algum movimento, e se se tratava de fazer naquele departamento alguma reunião de forças; pois que s. ex.^a fora avisado pelo nosso encarregado de Negócios em Montevidéu, que Moreno se havia retirado dali sob pretexto de ir policiar aquele departamento, sendo porém o seu intuito reunir forças para neutralizar qualquer movimento, que porventura pudesse aparecer em Montevidéu. Mas o bombeiro informou à s. ex.^a que tendo percorrido todo o departamento da colônia, e observado atentamente a disposição dos ânimos de seus habitantes, não pôde rastrear indício algum de que se tratasse de reunião de forças; mas, pelo contrário, assegurava a s. ex.^a que descobrira em todos muita satisfação e alegria, com a notícia de se haverem aprovado os tratados, e achar-se assim removida toda a idéia de guerra com o Brasil, e firmada a paz entre os dois países.

Nesta data saiu a ordem do dia nº 57, de 24 do corrente, que declara ficarem dissolvidos os corpos de Guardas Nacionais de S. Borja e Itaqui, que passaram a formar o 4º Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional, conforme a organização nela determinada.

27 – No dia 27, às 6 horas da manhã, principiou a atravessar para a margem oposta do arroio, todo o carretame, e depois a artilharia; às 8h ¼ a divisão começou a efetuar a sua passagem, e tendo-a concluído pelas 9h, então pôs-se em marcha, seguindo pela estrada, que decorre sinuosa ao nascente; às 12h ½ chegou à margem direita do arroio Conventos, tributário do rio Taquari, e que nele conflui logo acima da vila de Melo, ou do Cerro Largo; e ali acampou a divisão, na disposição do costume, da parte superior do passo, ficando o quartel-general logo abaixo dele.

Pode computar-se esta marcha em 2 ½ léguas proximamente, tendo sido executada com alguma morosidade em consequência de acharem-se os campos alagados com as chuvas recentemente havidas, e ser mister atravessar vários banhados, que todos tinham recebido grande cópia d'água. O terreno é dobrado, e a estrada não obstante deveria ser de bom trânsito, senão fora o estado em que se achava pelas águas.

A divisão não acampou na margem esquerda do arroio Conventos, em razão de estar ele de nado. Este arroio recebeu o nome que tem de vários cerros que demoram-lhe ao sul, os quais apresentam ao longe, e simulam mesmo ao perto o aspecto de diversos conventos, pela disposição que tomaram diferentes grupos de pedras que existem nesses cerros.

A vila de Melo também é denominada de Cerro Largo, por ficar-lhe ao sul, à distância de 2 a 3 léguas, um cerro assim chamado, que deriva o seu nome da circunstância de

ser muito comprido, o que na língua espanhola se chama largo. Este cerro é assaz elevado, e tem mais de uma légua de comprimento: ele é visto da coxilha geral na distância de mais de 8 léguas, quando se vem de Montevidéu.

Logo que acampou a divisão, o 11º batalhão de infantaria passou para a margem oposta do rio Taquari, no passo fronteiro à povoação, onde o rio tinha cerca de 25 braças de largura; tendo efetuado a sua passagem por meio de um vaivém com 2 botes, e acampado junto ao passo.

Nesta data publicou-se a ordem do dia nº 58, de 25 do corrente, que determina se sigam, no exercício da baioneta, as instruções juntas, que foram para esse fim adaptadas.

28 – No dia 28, estando ainda mal declarada a luz do dia, principiou o carretame a passar, com as convenientes cautelas, para o lado oposto do Taquari, atravessando primeiro o arroio Conventos, que estava quase de nado (*à bola pé*, na frase do Rio Grande), e depois o Taquari, que estava à meia barriga do cavalo (*pela ponta da carona*, na terminologia do sul). Por esse passo também passou a 1ª divisão à tarde depois de haver a tropa carneado e comido acampando depois em frente dele.

Às 7 horas da manhã, o hospital principiou a fazer a sua passagem, no passo da povoação, por meio do vaivém, acampando depois ao lado do 11º batalhão.

Às 11 horas da manhã, s. ex.^a atravessou o rio no vaivém; e depois de haver feito um passeio à povoação, acompanhado de seus ajudantes-de-ordens, veio acampar logo acima do 11º batalhão.

A vila de Cerro Largo está situada sobre uma elevada e extensa colina, que nasce junto à confluência do arroio Conventos com o Taquari e vai morrer daí a $\frac{3}{4}$ de légua, correndo longitudinalmente de N. a S. Esta povoação dista 500 braças proximamente dos dois arroios, sendo banhada ao norte, e ao poente pelas águas do Taquari, cujo passo geral lhe fica fronteiro. As suas ruas são em geral largas e direitas; as casas maior parte são de sotéa, havendo ainda um grande número delas de sapê; e contém duas praças espaçosas e regulares. Cerro Largo é talvez a maior povoação do Estado Oriental, depois da capital, e da cidade de Maldonado: ela entretém um não pequeno movimento comercial, já com a cidade de Montevidéu, da qual dista 80 léguas, já com a vila de Jaguarão, que lhe fica a distância de 16 léguas somente.

29 – No dia 29, às 9 horas da manhã, a 1ª divisão levantou o campo junto à margem esquerda do rio Taquari, marchando a rumo de E; às 10h inclinou a marcha a ENE; às 10h $\frac{1}{2}$

fez alto junto a uma vertente que se dirige ao rio Chuí; e aí acampou, na ordem do costume, ficando no centro o quartel-general, e na frente o carretame sob uma coxilha, onde também devia colocar-se a brigada de artilharia, que na ocasião da marcha estava concluindo a sua passagem no passo em frente à povoação.

S. ex.^a tendo partido do passo da povoação, e seguido pela estrada que a atravessa pela praça inferior, logo depois encontrou a divisão, à frente da qual desde então marchou.

Esta marcha foi apenas de uma légua, e executada com alguma morosidade, em consequência de achar-se o terreno alagado, e enlameado com a chuva da véspera.

Constando a s. ex.^a que existia na vila de Cerro Largo uma porção de desertores do nosso exército, s. ex.^a entendeu-se a respeito de sua captura com o comandante daquela povoação; e tendo mandado para esse fim uma partida, esta capturou uns 7 desertores, não tendo apreendido um maior número deles, em consequência de se haverem refugiado nas casas.

30 – No dia 30, às 7h ¼ da manhã, a 1^a divisão levantou o campo, marchando a rumo de ENE; às 8h 25m seguiu a rumo de N; às 9h começou a marchar na direção de NE; às 10h principiou a atravessar uma das cabeceiras do rio Chuí, e que nele entra ½ légua abaixo; e continuando depois a marchar na mesma direção, às 11h ¼, chegou à margem direita do rio Chuí, que principiou logo a passar para o lado oposto, onde acampou, na ordem do costume, ficando em frente ao passo a artilharia com o carretame, e logo abaixo o quartel-general.

Esta marcha foi de 2 ½ léguas, tendo ela sido executada com alguma morosidade, e a passagem dos arroios com alguma dificuldade, em consequência de estarem os campos ainda alagados, e os passos dos arroios esbarrancados e atoladiços.

Como o Chuí se achasse invadeável no passo Real, o que teria de demorar por alguns dias a passagem da divisão, s. ex.^a resolveu vir passá-lo nas cabeceiras, onde não obstante ele estava à meia barriga do cavalo.

31 – No dia 31, às 7 horas e meia da manhã, s. ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias, tendo deixado a 1^a divisão junto ao arroio Chuí, com ordem de continuar a sua marcha em direção à vila do Jaguarão, partiu dali para essa povoação, sendo acompanhado de seu estado-maior e piquete, bem como de um esquadrão do 2^o regimento de cavalaria ligeira; e tendo seguido na direção de ESE às

9h ½ chegou à fralda da coxilha das Palmas, depois de 2 ½ léguas de marcha; prosseguindo daí com repetidas voltas, ora para o S ora para o SE; acompanhando o caminho as irregularidades e anfractuosidades do terreno, às 10h foi-se caminho de ESE; às 11h fez-se alto junto à uma das cabeceiras do arroio Malo, confluyente do rio Chuí; onde s. ex.^a almoçou, e a tropa carneou e comeu.

Às 2 ½ horas da tarde s. ex.^a prosseguiu a sua marcha; e tendo-se marchado com reiteradas voltas ia para o SE, ia para o S, às 4h ¼ entrou-se a transitar pela estrada, com amiudadas tortuosidades para o S.S.E.; às 5h ¼ chegou-se à margem direita do arroio Malo; e tendo-se atravessado para o lado oposto, acampou-se logo acima do passo.

A marcha total foi de 7 ½ léguas proximamente, tendo-se marchado 4 de manhã, e 3 ½ à tarde. O terreno foi sempre montuoso depois que se começou a transitar pela coxilha.

Nesta data publicou-se a ordem do dia nº 59 de ontem, que transcreve diversos avisos do Ministério da Guerra sobre passagens, licenças e demissões de vários oficiais e praças do exército.

Junho, 1º – No dia 1º de junho, às 6 ¾ horas da manhã, s. ex.^a pôs-se em marcha com a sua comitiva, seguindo pela estrada caminho de SE com repetidas voltas, ora para o S ora para o ESE; às 8h ¼ chegou-se à estância do Curral de Pedra, onde, ao lado meridional da casa, nasce o arroio Sarandí, afluyente ocidental do rio Jaguarão; e donde se avista, quase a perder-se no horizonte, e à distância de 8 léguas, não só o rio Jaguarão, como os dois cerritos adjacentes à vila deste nome; às 9h 25m fez-se alto; às 9h 40m continuou-se a marchar na mesma direção de SE, seguindo a estrada então menos tortuoso; às 10h 25m começou-se a atravessar de seguida o arroio Sarandí, que já aí apresentava não pequeno volume d'água, conquanto fiquem os seus mananciais apenas na mesma direção, às 11h ¼ fez-se alto junto à uma vertente, que se vai lançar no mesmo arroio Sarandí, depois de 5 léguas de marcha, havendo 2 do passo do arroio Malo à estância do Curral de Pedra, 2 daí ao passo do Sarandí, e uma deste ao lugar onde se fez alto para sestar.

Às 2 horas ¼ da tarde continuou-se a marchar na direção de E, com alguns desvios para SE, e percorrendo-se uma dilatada planície, que se estende até a margem do Jaguarão; às 6h ¾ da noite, depois de uma marcha de 6 léguas, chegou-se à povoação do Arredondo, que é um arraial nascente, situado sobre a margem direita e ocidental do rio Jaguarão, em frente à vila deste nome, a qual serve de

porto ao comércio desse lado da fronteira do Estado Oriental; consistindo por ora esta povoação em uma única rua larga, direita e extensa, e parecendo condenada pela sua má localidade a não poder ter um dia grande desenvolvimento; pois que jaz colocada em uma vasta planície, baixa, e freqüentemente inundada pelas águas do rio, sendo as casas que contém construídas sobre um embasamento artificial.

S. ex.^a foi visitar ao coronel oriental Guerra, comandante da povoação do Arredondo e fronteira do Jaguarão; e às 7h ½ embarcou em um escaler da escuna *Bajurú*, e atravessou para a margem oposta do rio. Junto ao desembarque da vila de Jaguarão se achava postada uma guarda de honra, bem como existia um numeroso concurso de pessoas de todas as classes, que aguardavam s. ex.^a e que a acompanharam até a praça da Matriz; onde s. ex.^a se alojou, sendo logo depois de sua chegada cumprimentado pela Câmara Municipal, e por todas as pessoas mais gradadas da povoação.

2 – No dia 2, ao meio-dia, s. ex.^a, acompanhado do seu estado-maior, da Câmara Municipal, e de um grande número de oficiais, dirigiu-se à Matriz, onde assistiu a um Te-Déum.

Nesta data saiu a ordem do dia nº 60, de 31 de maio último, que publica haver S. M. o Imperador por bem promover, por decreto de 30 de abril último, o sr. brigadeiro João Frederico Caldwell, comandante da 2^a divisão, ao posto de marechal-de-campo; bem como transcreve a relação de oficiais do exército, que por decreto da mesma data foram promovidos.

A vila de Jaguarão acha-se situada sobre a margem esquerda do rio do mesmo nome, e a 5 léguas de sua foz na lagoa Merim, em uma planície bastante elevada, e por isso a coberto de qualquer inundação. Esta povoação tem todas as suas ruas largas, e direitas; contém 4 praças regulares e espaçosas; possui um não pequeno número de casas boas, sendo muitas de sotéa; tem uma boa igreja matriz, a qual ainda se acha em construção; e entretém um considerável comércio tanto com as povoações da fronteira do Brasil, como com as do Estado Oriental. Pode augurar-se a esta povoação um grande desenvolvimento e brilhante futuro, pelas vantagens que oferece sua excelente localidade, e a importante circunstância de ter um porto de embarque. A vila de Jaguarão se estende até perto dos dois cerritos, que demoram ao norte; no que fica da parte do nascente, e que é o mais elevado dos dois, existem os fundamentos do hexágono, que se começara a construir para defesa da povoação estando apenas aberta parte da cava do fosso, e levantada uma porção do cheio do espaldão do lado setentrional, havendo

no centro uma pequena casa, que até certo tempo servira de depósito de pólvora. Deste cerro se goza de uma vista encantadora, de um lindo e pitoresco panorama, e dele se descortina um dilatado horizonte de mais de 12 léguas de diâmetro, dominando sobre todo o terreno adjacente.

4 – No dia 4, às 9 horas da manhã, chegou à vila de Jaguarão o sr. marechal barão de Porto Alegre, que apresentou-se à s. ex.^a o sr. general em chefe, declarando que, em virtude das ordens de s. ex.^a, fizera seguir a cavalaria da 1^a divisão em direção ao passo do Centurião, sete léguas mais para cima da vila; e que a infantaria, e a artilharia já se achavam em frente à mesma vila, efetuando a sua passagem: à tarde já toda a força havia sido transportada a esta margem do rio, e se achava acampada do lado inferior da povoação.

Nesta mesma data devia chegar à fronteira a 2^a divisão, que seguira em direção à Bagé, devendo passar o rio Negro no passo do Valente; e pois em 33 dias de marcha o exército executou uma contramarcha de 96 léguas de Montevideú à fronteira do Brasil, o que dá cerca de 3 léguas portuguesas, ou quase 3 $\frac{2}{3}$ castelhanas para termo médio da marcha de cada dia; sendo a coxilha geral de um trânsito quase sempre cômodo e suave, e não oferecendo no seu desenvolvimento a atravessar senão as cabeceiras dos diferentes rios e arroios, que nela têm as suas nascenças; tendo sido por isso a contramarcha efetuada por terreno muito mais praticável, que não a marcha do exército, que fora operada por terreno em muitos lugares de difícil trânsito, e cortado de um crescido número de rios e arroios; o que contribuiu para tornar esta marcha menos rápida; além disto ela foi encetada durante o inverno quando a cavahada e a boiada estava magra e fraca; e aquela terminou na entrada dele, tendo começado na melhor estação.

Nesta data, publicou-se a ordem do dia nº 61, em que S. Ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias manifesta o seu testemunho de reconhecimento e consideração pela brilhante conduta, digna dos maiores elogios, que todo o exército de operações desenvolvera nas campanhas oriental e argentina.

Desde a sua chegada, s. ex.^a ocupou-se em expedir suas ordens acerca do pagamento dos soldos do exército, e de seu fornecimento; bem como do modo mais conveniente da ocupação de nossa fronteira pelo mesmo exército.

7 – No dia 7, às 8 horas da manhã, s. ex.^a embarcou a bordo do vapor *Crioula* com o seu estado-maior, tendo sido acompanhado até o seu embarque pelo sr. marechal barão

de Porto Alegre, por toda a oficialidade da força que ali se achava, e por um grande número de pessoas distintas.

Às 9h ½ chegou-se ao vapor de guerra *D. Pedro*, para o qual s. ex.^a passou-se com o seu estado-maior; às 9h ¾ largou o *D. Pedro*, levando a reboque a *Crioula*; às 10h passou-se pela povoação oriental S. Servando, que está colocada na margem direita do rio, e à distância de 2 léguas da vila de Jaguarão; às 11h ¼ entrou-se na lagoa Merim, havendo 5 léguas da vila do Jaguarão à barra do rio que oferece quase sempre 80 braças de largura, e em alguns lugares muito mais; depois de ter rebocado ainda 3 léguas o vapor *Crioula*, o *D. Pedro* o largou.

Às 6 horas da tarde chegou-se ao Sangradouro, que dista 20 léguas da foz do Jaguarão, onde o vapor *D. Pedro* encalhou, em razão de demandar 7 palmos d'água, entretanto que só havia 5 ali na lagoa; às 10h da noite, tendo chegado o vapor *Crioula*, s. ex.^a passou-se para ele com todo o seu estado-maior, seguindo ele para a cidade de Pelotas, que dista 12 léguas do Sangradouro, onde termina a lagoa Merim e principia o rio de S. Gonçalo (de 14 léguas de curso), que serve de escoante de suas águas na lagoa dos Patos: o vapor *D. Pedro* devia voltar à Jaguarão, e com os lanchões lá existentes transportar ao pontal de S. Miguel o batalhão 5º de infantaria, e depois conduzir ao Rio Grande a artilharia.

8 – No dia 8, às 8 horas da manhã, chegou o vapor *Crioula* ao porto de Pelotas, onde s. ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias foi recebido no seu desembarque pelo vice presidente da província, o ex.^{mo} sr. dr. Luís Alves Leite d'Oliveira Bello, pelo coronel comandante superior da Guarda Nacional, o sr. João Rodrigues Ribas, e por diversas pessoas notáveis da cidade. S. ex.^a foi hospedar-se em casa do sr. coronel Ribas. Durante este dia s. ex.^a foi cumprimentado pela Câmara Municipal, e por um crescido número de pessoas distintas.

9 – No dia 9, à 1 hora da tarde, s. ex.^a dirigiu-se à Matriz, onde teve lugar um brilhante Te-Déum, ao qual também assistiu um numeroso concurso de todas as pessoas notáveis da cidade.

10 – No dia 10 regressou para o Jaguarão o vapor *Crioula*, levando 100 contos de réis para pagamento da tropa, e devendo auxiliar o transporte da artilharia para a cidade do Rio Grande.

11 – No dia 11, s. ex.^a recebeu ofícios do sr. marechal Caldwell, participando que no dia 4 passara a 2ª divisão a

linha, dirigindo-se ao passo do Valente no rio Negro, o qual se achava de nado.

Neste mesmo dia à noite, s. ex.^a passou-se para a casa que se achava preparada para seu alojamento, e de seu estado-maior, situada na praça da Regeneração.

Nesta data publicou-se a ordem do dia nº 62, de 9 do corrente, que transcreve diversos avisos do Ministério da Guerra contendo diferentes disposições acerca da regularidade do serviço, e concedendo licenças, baixas etc.; que declara ficarem dissolvidas as brigadas 7^a e 10^a de Cavalaria da Guarda Nacional, e que o 4^o Regimento de Cavalaria da G. N. seja dispensado do serviço de destacamento logo que chegar a missão, à exceção de 4 companhias, que serão empregadas no serviço daquela fronteira, que continuará a ser comandada pelo coronel do referido regimento. Outrossim, declara que se considere terminado o estado de guerra no dia 4 do corrente, em que o exército de operações se recolhera a esta província, devendo por isso cessar, desde esse dia, as vantagens de campanha; que fica extinta a repartição do comissariado do 1^o de julho em diante, cujos empregados deverão dirigir-se à capital da província, a fim de ali prestarem as suas contas na repartição competente.

15 – No dia 15 à noite, chegou a 1^a ala do 1^o batalhão de artilharia a pé da vila do Jaguarão, devendo seguir no dia imediato para o Rio Grande.

Neste mesmo dia, teve-se notícia de haver chegado o vapor *Paquete do Sul* ao Rio Grande no dia anterior, devendo seguir para Montevideú.

16 – No dia 16, publicou-se a ordem do dia nº 63, que transcreve vários avisos do Ministério da Guerra sobre diversas licenças e demissões; que declara ter-se mandado ordem em data de 4 do corrente para ser dissolvida a 3^a divisão ligeira, ao mando do sr. coronel da Guarda Nacional David Canabarro, que continuará no comando da fronteira de Quaraim, com as mesmas atribuições que tinha antes de reunir-se ao exército; ficando, porém, no serviço de destacamento, para ser empregado na guarnição daquela fronteira, em corpo composto de praças de todos os corpos da mesma divisão, segundo a organização junta, etc.

20 – No dia 20, às 10 horas da manhã, chegou o 15^o batalhão de infantaria, a ala esquerda do 14^o e o corpo de cavalaria da Guarda Nacional de Pelotas, que haviam marchado do Jaguarão.

Neste mesmo dia, chegou a correspondência oficial vinda da corte no vapor *Imperador*, que chegara no Rio Grande no dia antecedente.

Esta manhã chegou do Jaguarão a ala esquerda do 1º batalhão de artilharia a pé, devendo seguir logo depois para o Rio Grande a reunir-se à outra.

A cidade de Pelotas está fundada sobre um terreno ligeiramente elevado, a ¼ de légua da margem esquerda do rio de S. Gonçalo, que a banha pelo lado do sul, sendo banhada ao ocidente pelo pequeno arroio Santa Bárbara, ficando-lhe ao nascente o rio de Pelotas, à distância de uma légua, e ao norte e poente a serra dos Tapes, à distância de duas léguas. Esta cidade é a mais regular de todo o Império, tendo as suas ruas largas, e possuindo um crescido número de bons edifícios, sendo o seu mercado o melhor da província, não estando porém ainda de todo concluído. Ela compreende uma área já de 1/3 de légua de comprimento sobre 500 braças de largura, apresentando contudo ainda grandes espaços vazios na parte meridional. Esta cidade, cuja fundação data de uma época tão recente, pela sua excelente localidade, pela riqueza de seus habitantes, pelo seu ativo comércio por terra e por água, deve dentro em pouco tempo ter um considerável desenvolvimento, e vir a ser talvez a maior povoação da província.

22 – No dia 22, às 10 ½ horas da manhã, s. ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias, acompanhado de todo o seu estado-maior, e indo em sua companhia o vice-presidente da província, partiu de Pelotas a bordo do vapor *Continentista* para a cidade do Rio Grande, tendo sido acompanhado até o seu embarque por um considerável número de pessoas distintas de todas as classes.

Às 2 ½ horas da tarde, depois de 9 léguas de viagem, s. ex.^a chegou à cidade do Rio Grande, onde efetuou o seu desembarque no meio de um numerosíssimo concurso; tendo sido acompanhado pela Câmara Municipal, pelo vice-presidente da província, e pelo sr. brigadeiro comandante da guarnição José Fernandes dos Santos Pereira, em cuja casa s. ex.^a se hospedou.

Na praça se achava formada toda a tropa, que se compunha do 2º regimento de artilharia a cavalo, do 1º batalhão de artilharia a pé, e da gente do depósito, que fizeram a s. ex.^a, na ocasião de sua passagem, a continência do estilo.

Logo depois da partida do *Continentista*, também largou do porto de Pelotas o vapor *Rio Grandense*, conduzindo a seu bordo o sr. barão de Porto Alegre com diversos oficiais, que se dirigiam ao Rio Grande.

Nesta data publicou-se a ordem do dia nº 64, que contém diversas baixas e transcreve diferentes avisos do Ministério da Guerra sobre passagens e licenças.

23 – No dia 23, ao meio-dia, s. ex.^a o sr. general em chefe conde de Caxias, sendo acompanhado do seu estado-maior, do Sr. brigadeiro comandante da guarnição, e de vários oficiais, dirigiu-se à Matriz, onde teve lugar um brilhante Te-Déum, ao qual também assistiu o ex.^{mo} vice-presidente da província, a corporação da Câmara Municipal, e um numeroso concurso de todas as autoridades e pessoas distintas do lugar. Finda a cerimônia, s. ex.^a recolheu-se ao quartel-general, sendo no seu regresso acompanhado por um considerável número de pessoas.

25 – No dia 25, pela uma hora da tarde, S. Ex.^a embarcou a bordo do vapor *Continentista* com o seu estado-maior, indo em sua companhia o ex.^{mo} vice-presidente da província, o sr. marechal barão de Porto Alegre, o sr. brigadeiro comandante da guarnição, e diversas outras autoridades, e pessoas de amizade; tendo assistido ao seu embarque um numerosíssimo concurso de pessoas de todas as classes. S. ex.^a dirigiu-se à barra, onde examinou o excelente farol ali recentemente colocado; ao declinar do dia s. ex.^a foi com o seu estado-maior para bordo do vapor *Imperador*, retirando-se então para a cidade no *Continentista* as demais pessoas que o haviam acompanhado.

A bordo do *Imperador* já se achava embarcado o 1º batalhão de artilharia a pé que deve seguir para a corte; tendo tido passagem dele para o 1º regimento da mesma arma cerca de 300 praças.

26 – No dia 26 saiu a ordem do dia nº 65, em que se publica ficarem dissolvidas as divisões e brigadas do Exército, que passará a ter a organização nela declarada, formando 6 brigadas. Na mesma se declara, que toda a Guarda Nacional em destacamento ficará sob o comando do seu coronel comandante superior David Canabarro; que o sr. marechal João Frederico Caldwell reverte ao exercício que anteriormente tinha, de inspetor geral das tropas de 1ª linha, e da Guarda Nacional em destacamento; que o sr. brigadeiro Francisco Félix Pereira Pinto passa a comandar a fronteira de Jaguarão, e o sr. coronel João Propício Mena Barreto, a de Bagé; bem como, que são dispensados dos empregos que exerciam os diversos oficiais que compunham o quartel-general, devendo reverter à corte, aqueles que dali vieram. Outrossim, s. ex.^a o sr. conde de Caxias manda declarar que, tendo de seguir para a corte, a fim de tomar

assento na Assembléia Legislativa, como senador do Império, deixa encarregado do comando em chefe do exército, até ulterior deliberação do governo imperial, ao sr. marechal barão de Porto Alegre. Finalmente s. ex.^a faz suas despedidas, e agradece aos srs. generais, aos srs. chefes e oficiais do exército e repartições militares sua valiosa, leal e franca coadjuvação, de que conservará a mais grata recordação.

Neste mesmo dia de manhã, s. ex.^a o sr. conde de Caxias partiu para a corte a bordo do vapor *Imperador*, sendo acompanhado dos oficiais que haviam composto o seu estado-maior, e que com s. ex.^a vieram da corte; fazendo hoje exatamente um ano, que s. ex.^a chegara ao Rio Grande a bordo do vapor *Imperatriz*.

Conclusão

O Exército Imperial, composto de 4 divisões, e contendo 16.000 homens, sendo 6.500 de infantaria, 8.900 de cavalaria, e 800 de artilharia, encetou as suas operações no dia 4 de setembro do ano próximo findo, em que entrou no Estado Oriental.

A 3^a divisão, que era a mais forte, devia operar na fronteira do Jaguarão, e assim tê-la em respeito, evitando destarte qualquer invasão por esse lado, ao mesmo passo que ocupava a atenção do inimigo, e o obrigava a uma diversão de forças: depois esta divisão devia reunir-se ao exército em tempo conveniente, para operar conjuntamente.

O grosso do exército penetrou pela coxilha de Haêdo, não só para deste modo cobrir este lado da fronteira, e ter todo o terreno à sua retaguarda desassombrado do inimigo, senão também para proteger o movimento do exército do general Urquiza, que marchava com forças muito inferiores em numero às de Oribe, tendo inevitavelmente de atravessar o rio Negro, cuja arriscada operação podia ser-lhe não só disputada, mas ainda nesse caso funesta sem o nosso auxílio, se por ventura o inimigo lhe procurasse obstar, como era muito presumível.

No dia 4 do corrente, o exército imperial recolheu-se a esta província depois de 9 meses de operações; tendo neste curto espaço de tempo executado uma marcha de mais de 300 léguas, e feito duas campanhas, uma na República Oriental, e outra na Confederação Argentina, nas quais mostrou uma conduta digna dos maiores elogios já pela sua disciplina e constância durante os trabalhos da campanha, já pela sua coragem e perícia durante o combate.

Nos campos de Moron, o exército brasileiro granjeou pela sua bravura, pela sua disciplina e moralidade, uma glória imortal para o seu país, um nome ilustre para si, e um lugar distinto nas páginas da história dos povos civilizados, que terá de registrar um dia esse grande feito nunca feito na América Meridional, cujo triunfo se deve quase exclusivamente às nossas tropas.

Em Moron, também ficou provado que o soldado brasileiro é pelo menos tão bravo como o oriental e o argentino; aos quais, porém muito excede em disciplina e humanidade, podendo-se afoitamente dizer que, no Brasil, o exército tem ganho tanto em disciplina, e se acha tão adiantado, quanto naqueles países tem ele retrogradado, e se acha barbarizado, embora possua um melhor material, que lhe vem do estrangeiro.

Rio Grande, 26 de junho de 1852.

a) *Antônio Pedro D'Alencastro*

Cap. engenheiro do Exército.

Noticiário

Pelo diretor do Museu foi apresentado o seguinte relatório:

“Em 10 de janeiro de 1952

Senhor ministro:

Na observância do regimento deste museu, vou apresentar a vossa excelência, o relatório sobre as atividades do Museu Imperial, no decorrer de 1951.

1. Serviço Auxiliar

Seção de Administração

Foram expedidos 530 ofícios, 21 processos, 71 cartas, 217 cartões, 412 guias de correspondência, e foram recebidos 87 ofícios, 14 processos, 244 cartas, 25 cartões, 27 requerimentos, 38 telegramas, 24 circulares e 12 memorandos.

2. Visitação

Durante o ano, foi o Museu Imperial visitado por 112.842 pessoas, sendo 42.417 homens, 52.134 mulheres, 10.165 crianças e 5.226 pessoas constantes de visitas coletivas.

Entre os visitantes especiais ou de caráter coletivo, destacam-se os ex.^{mos} srs. dr. Pedro Calmon, ministro da Educação e Saúde, na companhia do embaixador especial José Caeiro da Mata, embaixador de Portugal Antônio de Faria e reitor da Universidade do Brasil Deolindo do Couto; dr. Simões Filho, ministro da Educação e Saúde; dr. Horácio Lafer, ministro da Fazenda; dr. Café Filho, vice-presidente da República; general argentino Francisco Sanz; diretor do Museu de História Natural de Montevideu; senador Hélio Coutinho; deputado Medeiros Neto; embaixador do México, dr. Fernando Casas Aleman; vice-presidente do Equador dr. D. A. Gilbert; diretor da Lima Library,

de Washington, Manuel Cardoso; dr. Afonso d'Escragnolle Taunay; arcebispo de Montevidéu, Antônio M. Barbieri; embaixador José Carlos de Macedo Soares; publicista americana Fleur Cowles; embaixador Osvaldo Aranha; diretor do Museu Goeldi, dr. Armando Bordallo; dom Carlos, bispo de Nazaré; dr. Roberto Molina y Morales, ministro plenipotenciário de Salvador; dr. Cristiano Machado; deputados por Goiás, Paulo Fleury da Silva e Galeno Paranhos; Luís da Câmara Cascudo; deputado pela Bahia, João da Costa Pinto Dantas Júnior; vice-almirante Humberto de Arêia Leão; ministro da Nicarágua; Colégio São Luís de São Paulo: professores e alunos do Instituto Uruguai-Brasileiro de Montevidéu; Colégio de Sion; Centro Acadêmico Evaristo da Veiga, de Niterói; Escola Mariano Procópio de Juiz de Fora; Colégio Pedro II; Escola Técnica de Comércio Machado Sobrinho, de Juiz de Fora; funcionários da Sul-América Capitalização; Instituto Menino Jesus, do Distrito Federal; Colégio São José, de Juiz de Fora; Ginásio e Escola Normal dos Santos Anjos, de Juiz de Fora; Colégio Arte e Instrução, do Distrito Federal; Colégio Plínio Leite, de Niterói; Colégio São Paulo, de Teresópolis; professoras de Barra do Pirai; Colégios São Vicente de Paulo, de Petrópolis e de Fortaleza; Instituto Normal da Bahia; Associação dos Funcionários Públicos de São Paulo; Colégio Diamantinense, de Minas Gerais; professores norte-americanos; membros do I Congresso Brasileiro de História da Medicina; Colégio São Domingos, de Poços de Caldas; Ginásio Imaculada Conceição de Jacarezinho, de Paraná; Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, de Minas; universitários de Curitiba; caravana do Clube de Regatas do Flamengo; Escola Normal de Barretos, São Paulo; Escola Paulo de Frontin, do Distrito Federal; Colégio Israelita Brasileiro, do Distrito Federal; Escola Normal e Colégio Stela Matutina, de Juiz de Fora; Faculdade Nacional de Filosofia; Escola Normal João Neves da Fontoura, do Rio Grande do Sul; Colégios Santa Catarina, de Juiz de Fora e Petrópolis; Ginásio do Sagrado Coração de Divinópolis, Minas; excursionistas de São Leopoldo, Rio Grande do Sul; Ginásio Santo Antônio, do Estado do Rio; Congresso Internacional de Juristas; Instituto de Educação de Niterói; Liceu Nilo Pessanha, de Niterói; Colégio Brasil; Colégio Vera Cruz, de Niterói; Escola Normal de N. S. das Graças, de Patos, Minas; Ginásio Bicalho, de Juiz de Fora; Ginásio Estadual de

Petrópolis; Escola de Cascata do Imbuí, de Teresópolis; Grupo Escolar Cárcano, de Petrópolis; Grupo Escolar Rui Barbosa, de Petrópolis; Instituto Leon Rodrigues, do Distrito Federal; Colégio N. S. de Nazaré, de Lafaiete, Minas; recreio musical dos operários da Fábrica de Rendas, de Nova Friburgo; Ginásio São José, de Sumidouro, Estado do Rio; Colégio São Paulo, de Teresópolis; Instituto Grambery, de Juiz de Fora; Colégio Anglo-Americano, do Rio de Janeiro; Colégio Salesiano Santa Rosa, de Niterói; Colégio Juruena, do Distrito Federal; Ginásio Dr. Joaquim Teixeira Leite, de Vassouras; Grupo Escolar João Kopke, de Vassouras, oficiais do navio-escola francês *Jeanne d'Arc*.

3. Doações

Dr. Aristides Guaraná: uma vitrina, contendo medalhas e insígnias, que pertenceram a seu pai Aristides Armínio Guaraná; general Ângelo Mendes de Moraes: uma estampa colorida, trabalho de Émile Massalle, segundo Winterhalter, representando o príncipe de Joinville; dr. João Pais Leme de Monlevade e família: um busto de mármore, trabalho de Petrich, representando o marquês de S. João Marcos; dr. Armando Vidal: fotografias de antigas ocorrências sociais em Petrópolis, notas de dinheiro papel do Império, e cardápio de um banquete oferecido nesta cidade ao barão do Rio Branco; dona Luisa Vale Carneiro: duas fotografias do visconde e viscondessa de Maracaju, respectivamente; Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil: remete *Bugrinha*, impressa para este museu; dona Mônica Hime Batista: um sabre de cavalaria de oficial do 2º Reinado; ex.^{mo} sr. presidente da República dr. Getúlio Vargas: uma carta do mordomo José Maria Velho da Silva, ao coronel Joaquim Cândido Guilhobel, agradecendo os trabalhos de arquiteto na construção do Paço Imperial em Petrópolis; dona Cecília d'Escragnolle Dória: uma escrivaninha de mesa, em charão e madrepérola e uma mesa redonda, com tampo de mármore de cor, trazida de Nápoles pelo almirante Teodoro de Beaurepaire; prof. Agenor Porto: um vol. enc. *Obras poéticas e oratórias de P. A. Correia Garção* ed. de Roma, 1888, dedicada a d. Pedro; sr. Orósio Belém: a obra *História Panegírica dos Desposórios dos Fidelíssimos Reis de Portugal Nossos Senhores*; Otávio Paranaguá: um espadim de ministro do Império que pertenceu ao seu avô, o marquês de Paranaguá; dona Mariana Albuquerque de Avelar:

uma bengala de unicórnio, com as iniciais B. M. sob a coroa de conde; dr. Pedro de Paranaguá: um retrato em alto relevo da condessa de Paranaguá e uma pintura antiga feita sobre cetim; dona Cecília d'Escragnolle Dória: um tete-à-tete antigo que pertenceu ao casal dr. Luís Manuel das Chagas Dória; d. Adelaide d'Escragnolle Taunay Dória; ex.^{mo} sr. presidente Getúlio Vargas: diversos documentos antigos; sr. Napoleão Figueiredo: uma carta de d. Pedro II concedendo a João Marcelino do Vale a serventia vitalícia dos ofícios de escrivão do Juízo Municipal e de tabelião do Judicial. Assinado: Imperador com rubrica e guarda; sr. David James: cópia fotostática de uma lei do congresso norte-americano autorizando o estabelecimento de um serviço de correio marítimo entre os Estados Unidos da América do Norte e o Brasil; sr. Rost: fotografias da família imperial, um jornal de Cannes com notícia da morte do imperador, e ofício da mordomia da Casa Imperial; sr. Sadi Lowndes: um leque com varetas de madeira finamente vazadas e folha de renda, tendo ao centro uma cena em miniatura, pintada em seda; dr. Gentil de Andrade – um vol. Br. *L'orfèvrerie Française*; sr. Maurício Hess: uma litografia assinada por Labarth, representando a cabeça do imperador d. Pedro II, idoso; dr. Pedro de Paranaguá: bilhetes postais do Império; sr. Gentil de Andrade: um folh. *L'Amour de l'Art*, e fotografias de móveis de estilo francês; sr. F. de A. de Carvalho Franco: *Crimes de sangue misterioso, Acheugas a um brasonário paulista Pedro Taques de Almeida*; dr. Cláudio Ganns: *Coletânea de cientistas estrangeiros, História do Império*; Instituto de Investigaciones Históricas de La Facultad de Humanidades y Ciências de Montevideo: *Breviário Artiguistas*; sr. Adolfo Morales de los Rios Filho: *Orações, Roberto Cochrane Simonsen – Vida e obras*; divisão de Geologia e Mineralogia: medalha de bronze, selo do correio e publicação relativa ao centenário do nascimento de Orville A. Derby; Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil: *O caçador de esmeraldas*; sr. Djalma Fonseca Hermes: um quadro com árvore genealógica da família imperial do Brasil.

4. Aquisições

Foram adquiridos os seguintes objetos: uma luneta de ouro, com estojo lavrado de ambos os lados, para senhora, tendo numa das faces as efígies, em busto, do imperador d. Pedro II e impe-

ratriz d. Teresa Cristina; uma corrente de ouro com oito pérolas intercaladas; um broche de ouro, tendo no centro, incrustado sobre uma pedra de ônix, uma coroa de conde; agulheiro de marfim, tendo gravada uma coroa de conde encimado o nome “Guahy”; leque de tartaruga, de enfiar fita, com 21 varetas, com motivos chineses; leque de marfim, com 28 varetas, pintadas a “Vernis Martin” em ambas as faces; leque de madrepérola e papel pintado, com 18 varetas; paliteiro de prata, com ornatos gravados, cinzelados e guilhochados; cruz processional de prata, com ornatos barrocos e florais cinzelados, repuxados e aplicados; um prato de sobremesa que pertenceu ao visconde de Uruguai; um prato raso, de porcelana, da Cia. das Índias, que pertenceu ao marquês de Bonfim; uma taça de cristal lapidado, que pertenceu ao visconde de Entre-Rios; uma taça de cristal lapidado, que pertenceu ao visconde de Caeté; Bordogni-Douze nouvelles vocalises. Ex. de la Princesse de Joinville. Ded. dorée au centre du premier plat; Joinville-journal, 1838-41, Manuscrit inédit, 2 vol. reliures de l'époque maroquin bleu; Atlas e Relatório Concernente à Exploração do Rio de S. Francisco desde a cachoeira de Pirapora até ao Oceano Atlântico levantado por ordem do governo de S. M. I. o senhor dom Pedro II em 1852, 1853 e 1854, e mandado litografar na litografia imperial de Eduardo Rensburgo; um par de lanternas de metal, para carruagem, de manufatura portuguesa, com cabo e guarnições de prata dourada, com ornatos florais e geométricos; uma caixa para confeitos, em ouro trabalhado, esmalte, seis brilhantes montados e coroa imperial encimando a inicial A (da imperatriz Amélia), em brilhantes; noventa e uma medalhas e passadores de prata, cento e setenta e três medalhas e passadores de cobre, bronze e estanho; um alfinete de gravata cravejado com dezesseis brilhantes, em redor a uma placa com as iniciais D. P. pontilhadas com pequenos p diamantes, e no verso gravado: “Fevereiro, Lisboa 4 – Porto 7 – 1835”, jóia esta que pertenceu a dom Pedro I; uma chávena imperial, de porcelana e respectivo pires; uma chávena imperial, de porcelana com o monograma V. P. G. encimado da coroa de visconde (visconde da Praia Grande), e respectivo pires; uma xícara de porcelana e respectivo pires, com o monograma do visconde da Praia Grande; um prato raso de sobremesa, de porcelana francesa, que pertenceu ao visconde de Vila Real da Praia

Grande; um prato raso de porcelana, com o monograma do visconde da Praia Grande; um prato raso de porcelana, com o monograma do barão de Santa Isabel; um prato de sobremesa, de porcelana francesa, que pertenceu ao visconde de Vila Real da Praia Grande; seis pares de antigas maçanetas de porcelana, com as armas imperiais do Brasil a cores; pintura a óleo sobre prato de porcelana, representando uma paisagem de Teresópolis, e assinada por Nicolau Fachinetti.

5. Inventário

Deram entrada no Museu, no decorrer do ano, 1.976 objetos, entre doações e aquisições, no valor de Cr\$ 1.523.745,50 (um milhão, quinhentos e vinte e três mil, setecentos e quarenta e cinco cruzeiros, e cinquenta centavos).

6. Divisão de Documentação Histórica

Biblioteca

Foi feita revisão do catálogo dicionário e topográfico, para colocação das diversas fichas (autores, títulos, assuntos, séries, remissivas etc.) em rigorosa ordem alfabética, segundo as normas da – “A. L. A. Filing rules”. Foram também acrescentadas ao mesmo as fichas guias (fichas com projeção) cuja finalidade é de tornar mais prático o manuseio do catálogo.

Foi, outrossim, feita a reclassificação das biografias, dividindo-as por ordem de países, dentro das respectivas classes e subclasses.

Ficaram classificadas e catalogadas 548 obras, empregando-se nesse serviço cerca de 1.296 fichas. Procedeu-se ao expurgo de 63 livros quando chegaram ao museu, atacados de bibliófagos.

Entre os livros adquiridos, contam-se vários que pertenceram ao príncipe de Joinville, de grande valor histórico e bibliográfico.

Fizeram doações, cumprindo destacar, o dr. Cláudio Ganns que, repetindo gestos anteriores de benemerência, doou apreciável coleção de obras históricas; a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil com duas obras de sua edição, volumes especialmente impressos para o museu: *Bugrinha*, de Afrânio Peixoto e *Caçador de esmeraldas*, de Olavo Bilac; o sr. Orósio Belém, com *Fastos de Himeneu, ou História panegírica dos desposórios dos fidelíssimos reis de Portugal, nossos senhores, D. José I e D. Mariana Vitória de Bourbon* – Lisboa, 1752, por fr. José da Natividade; e a Biblioteca Nacional, duplicatas de publicações que vieram completar as coleções do Museu.

Arquivo

Prosseguiu a classificação e catalogação do apreciável arquivo de documentos históricos recolhidos a este museu e, além de numerosas consultas realizadas por estudiosos, foram fornecidas várias cópias fotostáticas e datilografadas para muitos pontos do país e do estrangeiro, destacando-se as remetidas para a Biblioteca Nacional.

Publicações

Foram editados, respectivamente, pela Imprensa Nacional e Editora A Noite, os Anuários do Museu Imperial, números 9 e 10, relativos a 1948 e 1949.

Esses impressos, cujas edições foram aumentadas para 3.000 exemplares, despertam cada vez maior interesse de estudiosos, crescendo assim, de ano para ano, a sua distribuição.

Além de serem remetidos para todos os estados do Brasil, constam da lista os seguintes países americanos: Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Costa Rica, Cuba, Porto Rico, São Domingos, México, Estados Unidos e Canadá.

Para a Europa, seguem destino a Portugal, Espanha, Itália, França, Holanda e Inglaterra, e do império colonial português, recebem-nos os Açores, Madeira, Angola, Moçambique e Timor.

Para efeito da expedição postal, foi reformado o fichário de modo a facilitar o serviço, ficando aquele organizado por ordem geográfica ao invés de alfabética.

Intercâmbio cultural

Na Sala de Conferências do Museu Imperial foram realizadas as seguintes palestras: “Aspectos folclóricos do Rio Grande do Sul”, pelo professor Sílvio Júlio, e promovida pelo museu.

Pelo Instituto Histórico de Petrópolis, falaram o dr. Eugênio Lopes Barcelos, sobre “Petrópolis de ontem e de hoje”, e dr. Américo Jacobina Lacombe, sobre “Dom Pedro II”. A Academia Petropolitana de Letras realizou, pela voz do dr. Artur de Sá Earp Neto, uma sessão em memória de Antero Palma.

E a Associação de Cultura Franco-Brasileira promoveu uma conferência de Mme. Brigide Servan Schreiber sobre “Le rôle de la femme”.

7. Divisão de Ourivesaria

Teve regular continuação o serviço de fichas técnicas dos objetos, e de etiquetagem dos mesmos. Entre as jóias adquiridas, destacam-se, pelo seu valor artístico e importância histórica, um alfinete de gravata de d. Pedro I e uma caixeta de confeitos da imperatriz Amélia.

Por compras e doações, entraram no museu objetos no valor de Cr\$ 637.854,00.

8. Divisão da Monarquia Brasileira

Prosseguiu o serviço de rotina relativo a fichas e etiquetas.

Deram entrada no museu objetos por compra e doação, na importância de Cr\$ 551.960,00.

9. Discoteca

Enriquecida de novos discos, a discoteca teve apreciável aumento de ouvintes no decorrer de 1951.

10. Vitrinas

Pela verba destinada foram encomendadas e executadas doze vitrinas de metal e vidro, movimentadas à eletricidade e ar comprimido e destinadas à exposição de jóias, condecorações, medalhas e moedas.

Esse novo material será disposto em duas salas, cuja inauguração deverá ocorrer dentro de trinta dias.

11. Exposições

Realizaram-se duas exposições de arte em sala especial das dependências deste Museu. A de miniaturas, da srt.^a Ruth Stummel, e a de arte infantil patrocinada pela Associação Petropolitana de Belas-Artes.

12. Curso

Foi realizado um curso de flores e decoração interna, pela sra. d. Ieda Fontes.

13. Obras

Infelizmente, permaneceu praticamente estacionária a grande obra iniciada há dois anos para a construção do edifício anexo destinado a auditório, biblioteca, arquivo e discoteca.

Assistida diretamente pelo órgão técnico do ministério e por motivos alheios à sua vontade, viu-se perdida a verba orçamentária do ano, destinada ao prosseguimento das obras.

14. Livro para visitantes

No livro destinado a impressões e assinaturas de visitantes do Museu Imperial, foram escritas as seguintes palavras:

“Actualmente la Republica, después de haber echado afuera las onzas, recoge los cobres, aquéllas salieron por la puerta, estos van entrando por la ventana.”

Rio – Petrópolis, 07/01/51. J. H. Cudero (Director del Museo de Historia Natural de Montevideú).

“O senador Hélio Coutinho e eu, aos 15 de janeiro de 1951, visitamos o Museu Imperial de Petrópolis. Com grande emoção, vivemos, por minutos, a contemplação do passado imperial, em que esplendem as páginas mais gloriosas do nosso país.”

15/01/1951

Deputado Medeiros Neto

Hélio Coutinho

“Acabo de passar neste Museu Imperial de Petrópolis horas do maior sabor espiritual. Agradeço a Pedro Calmon ter-me proporcionado a visita de um dos mais interessantes museus que conheço – e interessante sobretudo pelo que nele revive de uma fase importante de nossa história.

– Ao dr. Sodré, ilustre organizador do Museu, são devidas não só felicitações mas os mais vivos agradecimentos.”

José Caeiro da Mata

Em 28 de janeiro – 1951

“El Museo Imperial de Petrópolis constituye, a mi juicio una de las joyas mas preciadas de este maravilloso país y por elle mi testimonio mas sinceros de admiración.”

Petrópolis marzo 1951

Fernando Casas Aietnán

Gobernador del Distrito Federal – México

“Testimonio de una etapa histórica que cumplió su misión, es aliara relicario de una época romántica precursora de los días que corren, quizás menos espectaculares y hasta trágicos; pera mas justos”.

Petrópolis marzo 10 de 1951

Antonio Villalobos

Embajador del México

“Cada vez que se visita esta casa, tem-se de exaltar a obra séria, de imensa repercussão cultural, a que se devota seu grande diretor. Admiro-a e o admiro.”

13/03/1951

Cristiano M. Machado

“Con profunda emoción he visitado este antiguo Palacio que guarda devotamente la memoria de un gran conductor de esta noble nación brasileña.”

1º Feb. 1951

Roberto Molina y Morales

Ministro Plenipot. de El Salvador

“Com a maior emoção acabo de visitar este magnífico museu, onde tanta preciosidade nos evoca as grandezas passadas de Portugal e do Brasil, unidas no passado político e unidas no futuro espiritual. Honra ao seu ilustre diretor!”

09/10/1951

Maximino Correia

Reitor da Universidade de Coimbra

João Pereira Dias

Diretor da Faculdade de Ciências

“It was Thomas Jefferson who extended the first American hand to Brazil – and, a proud moment it was to me of the United States... I am happy to extend my modest homage 143 years later.”

October, 1951

Fleur Cowlies.

São estas, senhor ministro, as principais ocorrências havidas neste Museu, durante o ano de 1951.

Aproveito a oportunidade para apresentar a vossa excelência os protestos da minha alta estima e elevada consideração.

Alcindo Sodré

Diretor

Ex.^{mo} sr. dr. Ernesto Simões Filho
M. D. ministro da Educação e Saúde

